



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia (DAN)

Instituto Socioambiental: continuidades e discontinuidades de um processo de institucionalização?

Beatriz Lima Ribeiro

Brasília, 2020



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia (DAN)

Instituto Socioambiental: continuidades e discontinuidades de um processo de institucionalização?

Dissertação defendida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Costa Teixeira

Brasília, 2020

Agradecimentos

O caminho percorrido para a realização deste trabalho não foi solitário. O processo de escrita em si teve essa característica, mas mesmo nesses momentos, o suporte dado por pessoas queridas foi essencial para que a pudesse finalizar. Antes de tudo, agradeço os integrantes do Instituto Socioambiental pela oportunidade de conhecer um pouco de suas trajetórias, e pela gentileza em me receber e compartilhar seu tempo durante esse caminho. Agradeço especialmente Adriana Ramos, que sempre achou um espaço em sua agenda atarefada para conversar comigo e que atenciosamente me abriu as portas da pesquisa.

Também sou grata pela orientação, sempre cuidadosa, de Carla Costa Teixeira, quem sempre me deu apoio e direções na caminhada antropológica. Obrigada pelo aprendizado imenso ao longo desses 6 anos de orientação, certamente fez parte de minha escola em seguir esta carreira. Agradeço também o professor Henyo Trindade Barretto Filho, pelos conselhos, delicadeza com os alunos e, claro, o repassar de conhecimento. Um grande agradecimento à Márcia Anita Sprandel pela composição da banca junto ao professor Henyo, e suas relevantes observações para o engrandecimento do trabalho através de um olhar antropológico atuante em meio não acadêmico. Ainda agradeço aos meus colegas do Laboratório de Etnografia das Instituições e Práticas de Poder pelo crescimento que me proporcionaram com nossos debates.

Agradeço os colegas de pós, especialmente aqueles com que dividi meses dentro do espaço que tão bem nos acolheu, a Katakumba. Ivo, Marina, Mimi, Isabella, Will, Jonathan, Rafael; vocês são parte essencial deste trabalho, pensando juntos a antropologia no cotidiano. Um muito obrigada à gentileza e acolhimento das colegas de minha turma de mestrado: Júlia, Elisa, Bruna e Aline. Ao querido amigo carioca, Gabriel, agradeço os luminosos conselhos e risadas que muito me ajudaram na intensidade e medos do mestrado.

Também agradeço imensamente aos amigos, Leotti, Mariana, Lizandra, Victor e Eloi pela amizade segura, calorosa e verdadeira. À minha irmã Ludmila Brasil, pelo companheirismo e amor.

Às queridas Bruna Rassi e Gabriela Mendes, que fizeram parte dessa pesquisa ao me acolherem na cidade de São Paulo durante o campo. Delicadeza e amizades essenciais para esse caminho de pesquisa.

À minha família que sempre acreditou em minhas escolhas e que sempre será meu porto seguro. Agradeço à minha mãe, pai e irmã, todos os beijos, abraços e palavras de apoio

nos momentos de insegurança, bem como os gritos de alegria nas vitórias. Muito do trilhar de meu caminho é graças a vocês.

Ao André, que faz os meus dias mais coloridos e que me traz muitos sorrisos. Obrigada pela escuta paciente de meus pensamentos confusos, pela disposição constante de discutir antropologia e pelo amor diário.

Um agradecimento ao CNPq pelo apoio financeiro durante os dois anos de mestrado. Agradeço o departamento, e todos aqueles que, com tanta dedicação, fazem-no no dia a dia: Rosa, Jorge, Fernanda e Carol. Por fim, agradeço à UnB e os seis anos vividos nesse espaço com todas as diversas experiências e descobertas.

“Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, na beira dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade.

[...]

A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as cooperações têm criado cada vez mais mecanismos para seprar esses filhotes da terra de sua mãe.”

Ailton Krenak

***Ideias para Adiar o Fim do Mundo
(2019)***

“É a América Latina a região das veias abertas.”

Eduardo Galeano

As veias abertas da América Latina (1979)

Resumo

A presente dissertação buscou construir uma etnografia institucional de uma organização não-governamental, o Instituto Socioambiental (ISA). A partir dessa etnografia busquei compreender como o Instituto pode ser visto como um ponto em rede, que dele rompem vários conceitos, valores, e práticas dentro de um campo de significados. A visualização dos processos históricos que se cruzam na existência do ISA, foi um caminho escolhido para perceber como o processo de institucionalização da organização se deu, nos seus efeitos de exaltação e ocultação na consolidação do Instituto. Dessa forma, buscou-se perceber a não-linearidade da construção de uma instituição dentro de um campo (das ONGs) que teria vivenciado uma rápida institucionalização. Assim, a partir de uma etnografia da representação das práticas e seus significados atribuídos, utilizo-me de registros escritos e entrevistas para a análise desse processo histórico e institucional. Dessa forma, realizo um estudo sobre o ISA a partir de processos como a democratização do país, a neoliberalização do Estado, a emergência da cooperação internacional, e a construção da categoria "meio ambiente" como transnacional.

Palavras-chave: Instituto Socioambiental; ONG; institucionalização; democratização; cooperação internacional.

Abstract

This dissertation sought to build an institutional ethnography for a non-governmental organization, the Instituto Socioambiental (ISA). Based on this ethnography, I tried to understand how the Institute could be seen as a network point, which breaks with it several concepts, values, and practices within a field of meanings. Look at the historical processes that intersect the existence of ISA, was a chosen path to comprehend how the institutionalization process of the organization took place, in its effects of exaltation and concealment within the consolidation of the Institute. Thus, I sought to realize the non-linearity of building an institution within a field that would have experienced rapid institutionalization, in legal terms. Thus, from an ethnography of practices representations and the signs attributed within it, I use interviews and written records to the analysis of this historical and institutional process. In this way, I conducted a research on ISA based on processes such as the country democratization, the State “neoliberalization”, the international cooperation emergence, and the construction of the “environment” as a transnational category.

Keywords: Instituto Socioambiental; NGO; institutionalization; democratization; international cooperation.

Lista de Figuras

Figura 1: Primeiro Aconteceu publicado em 1981 e referente ao ano de 1980

Figura 2: Representação dos escritórios do ISA e seus programas em mapa.

Figura 3: Organograma da estrutura organizacional do ISA.

Figura 4: Livro Povos Indígenas no Brasil 2011/2016

Figura 5: Terras de Quilombo e Unidades de Conservação-Corredor Socioambiental do Vale do Ribeira. Fonte: Instituto Sociambiental

Figura 6: Representação das Finanças da RF Norway no ano de 2015.

Figura 7: Gráfico da evolução do número de integrantes da “Bancada Ruralista” na Câmara dos Deputados (1995-2011)

Figura 8: Tabela das demarcações e homologações de Terras Indígenas no Brasil desde a redemocratização até o Governo Temer (2017)

Lista de Siglas e Abreviações

ABONG- Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais
ACDTs- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AM- Amazonas
APIB- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APP- Área de Proteção Permanente
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDB- Convenção Sobre Diversidade Biológica
CCPY -Comissão Pró-Yanomami
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social
CEDAC- Centro de Ação Comunitária
CEDI -Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEI- Centro Evangélico de Informação
CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina
CGH- Centrais de Geração Hidrelétrica
CIMI- Conselho Indigenista Missionário
CMI- Conselho Mundial de Igrejas
CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COIAB- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
COOPERQUIVALE- Cooperativa dos Agricultores do Vale do Ribeira
COP- Conferência das Partes
CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito
CPO- Comissão Pastoral Operária
CPT- Comissão Pastoral da Terra
DEPRN- Departamento Estadual de Recursos Naturais
DF- Distrito Federal
EAACONE- Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira
ECO 92- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EU- União Européia
FASE- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FASFIL- Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FBCN- Fundação Brasileira de Proteção da Natureza
FMI- Fundo Monetário Internacional
FMV- Fundação Mata Virgem
FOIRN- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI- Fundação Nacional do Índio
GIFE- Grupo de Institutos Fundações e Empresas
IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO- Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC- Instituto de Estudos Socio-Econômicos
INRC- Inventário Nacional de Bens Culturais
IPAM- Instituto de Pesquisas da Amazônia
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA- Instituto Socioambiental
ISER- Instituto de Estudos da Religião
ITESP- Instituto de Terras do Estado de São Paulo
IWGIA- International Work Group for Indigenous Affairs
LGBT- Lésbicas, Gays, Bis e Transexuais
MARE- Ministério da Administração Federal e da Reforma de Estado
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MNPPC- Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte
MNU- Movimento Negro Unificado
MOAB- Movimento dos Ameaçados por Barragens
MT- Mato Grosso
NCA- Norwegian Church Aid
NDI- Núcleo de Direitos Indígenas
NORAD- Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Norueguesa

NOVA- Nova, Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação
OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
OIT- Organização Internacional do Trabalho
ONG- Organização Não-Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
OS- Organizações Sociais
OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA- Pará
PCH- Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDA- Projeto Demonstrativo
PEC- Proposta de Emenda Constitucional
PFL- Partido da Frente Liberal
PIB- Povos Indígenas do Brasil
PIB- Produto Interno Bruto
PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNMA- Lei da Política Nacional de Meio Ambiente
PNPI- Programa Norueguês para Povos Indígenas
PNRH- Política Nacional de Recursos Hídricos
PPG7- Programa Piloto de Florestas Tropicais
PRA -Programa de Regularização Ambiental
PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro
PT- Partido dos Trabalhadores
REDD- Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
RF- RainForest
RFI- RainForest International
RFN- RainForest Foundation Norway
RFUK- RainForest Foundation United Kingdom
RFUS - RainForest Foundation USA
RR- Roraima
SAT- Sistema Agrícola Tradicional
SEP- Serviço de Educação Popular
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP- São Paulo

TI- Terra Indígena

TIX- Terra Indígena do Xingu

UC- Unidade de Conservação

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNI- União das Nações Indígenas

USAID- United States Aid

USP- Universidade de São Paulo

WWF- World Wide Fund

Índice

Introdução	15
Capítulo 1 - Uma narrativa histórica sobre o ISA e sua institucionalização	23
1. Predecessores, herança e nascimento	25
2. O socioambientalismo e suas técnicas	43
2.1. Estrutura Organizacional	44
2.1.1. Pensando a administração e o desenvolvimento institucional como parte da institucionalização	47
2.1.2. A documentação e o geoprocessamento	49
2.1.3. A comunicação	53
3. A árvore como metáfora	56
3.1. Os Programas Nacionais	59
3.2. Os Programas Regionais	64
3.3. O Programa Ribeira	67
4. Cruzamentos Socioambientais	81
Capítulo 2 – A formação de ONGs no Brasil e sua interlocução com processos históricos	84
1. Um histórico da formação do Terceiro Setor	87
1.1. ONGs e movimentos sociais: existência pré-democrática	87
1.2. Terceiro Setor como movimento transnacional	97
1.3. Novas questões aparecem	102
2. A formação do Estado democrático brasileiro, a expansão neoliberal e o Terceiro Setor	107
2.1. Redemocratização e novos paradigmas	107
2.2. Medidas neoliberais no Estado brasileiro	111
2.3. Pensando valores da neoliberalização do Estado no século XXI	115
Capítulo 3 - O caráter globalizado(r) do socioambientalismo e sua expressão no Brasil	124
1. O ISA e a cooperação internacional	125
2. O meio ambiente transnacional: metamorfoses da cooperação para o desenvolvimento	138
2.1. O desenvolvimento, sua flexibilidade conceitual dentro do modelo capitalista e suas implicações	143
3. Natureza e conservação: a fusão da pauta indígena e ambiental na promoção do desenvolvimento sustentável	148

<u>4. O protagonismo dos movimentos indígenas e de comunidades tradicionais no campo do desenvolvimento</u>	<u>155</u>
<u>5. Visualizando as mudanças da perspectiva sobre o meio ambiente e as populações tradicionais através da legislação brasileira</u>	<u>160</u>
<u>6. O conflituoso campo socioambiental</u>	<u>163</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>171</u>
<u>Referências Bibliográficas</u>	<u>185</u>

Introdução

O Instituto Socioambiental é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), criada em 1994, resultado da reunião de diferentes pessoas já atuantes na sociedade civil brasileira. Enquanto uma lente com a qual se vê o mundo, a organização propaga o socioambientalismo dentro de seu idioma, missão e práticas institucionais em um vasto campo de significados. De acordo com os próprios termos do Instituto presentes no “Documento de Apresentação” de maio de 1994, ele foi fundado “incorporando recursos humanos e materiais de instituições e pessoas com 20 anos de experiências bem sucedidas em atividades de caráter social e ambiental”, constituindo uma “competência profissional dos quadros do Instituto” dotada de multidisciplinaridade. Com a compreensão de que a defesa do meio ambiente deva estar aliada à defesa dos direitos sociais e territoriais de comunidades tradicionais, o ISA se estrutura de forma a garantir um trabalho de longo prazo, “pé no chão”, junto às comunidades. Através de seus Programas Regionais em sedes espalhadas pelo território brasileiro, há o desenvolvimento de projetos à nível local, regional e nacional no fomento do socioambientalismo. Ainda há os Projetos Nacionais realizados de maneira “integrada” com os regionais e compreendendo parcerias do Instituto para com diferentes atores do Congresso Nacional, prefeituras municipais, o Ministério Público, imprensa e cooperação internacional.

Tendo este horizonte em mente, o estudo de instituições na antropologia pode ser encarado como um desafio metodológico. Elas fazem parte do tecido social, sendo assim parte de relações múltiplas de poder, de associações e de conflitos presentes na sociedade. Um dos principais artefatos utilizados pela disciplina, a observação participante, é somente um dos utilizados na pesquisa antropológica em instituições. Entendo, portanto, que este artefato em si não pode corresponder totalmente à etnografia e ao estudo antropológico, transformando-os em sinônimos. Visto as diferenças de acesso ao campo nesse tipo de pesquisa em comparação a uma dita etnografia clássica, os antropólogos adentram este campo atravessando soluções criativas. O desafio ao olhar antropológico no estudo de instituições traz a necessidade caminhos multi situados para a realização etnográfica, levando em contexto conflitos, dinâmicas e a relação do objeto com processos históricos que atravessam o empiricamente visível. Como posto, são suscitadas reflexões em torno do "acesso" ao campo, com a necessidade de outras estratégias para seu estudo. Uma das "saídas" foi a negociação

permanente de construção de relações de confiança, como em outros contextos de estudo antropológico, além da definição do universo-problema de pesquisa com a demarcação de fronteiras da instituição e a identificação do que se pretende acessar. Nesse sentido, mapear o idioma institucional e o processo de institucionalização de uma organização passa por outros termos que não necessariamente se relacionam à etnografia tradicional.

O levantamento e a interpretação dos documentos institucionais foi uma forma de ir atrás desse idioma, pois são artefatos produzidos de acordo com um campo de significados e que estabelecem efeitos de exaltação e ocultação de elementos que constituem a memória da instituição em determinado contexto. Contam uma história com objetivos específicos, seja ela ligada à construção identitária da instituição ou ao registro de suas práticas. Sendo as instituições organizações textualmente mediadas, esses textos também mediam relações institucionais, podendo ser expressivos de conflitos e relações de poder internas e externas. Entre os registros textuais de uma instituição, podemos citar livros de memória institucional, atas, relatórios, organogramas, registros jornalísticos, entre outros. Nessa compreensão do idioma institucional do Instituto Socioambiental, em conjunto com tais documentos, realizei entrevistas com os integrantes do Instituto Socioambiental das sedes de Brasília, São Paulo (SP) e Vale do Ribeira (SP).

Assim, o problema de pesquisa desta dissertação volta-se para o processo de institucionalização tendo como foco o Instituto Socioambiental, uma organização relativamente recente. O caminho para a compreensão da institucionalização do ISA perpassou o mapeamento das relações junto a outros atores para o entendimento do extenso campo de significados manejado pela instituição. Nesse sentido, o termo “campo” é utilizado constantemente na dissertação enquanto uma categoria auxiliar, na compreensão do processo de institucionalização, referindo-se a uma extensa rede de regras, moralidades e fluxos próprios. O pano de fundo teórico para a utilização do termo é inspirado em Pierre Bourdieu, com a compreensão do campo como construído por disputas entre agentes possuidores de diferentes capitais sociais, que mobilizam, mantêm ou modificam a estrutura desse campo. Campo de significados, portanto, seria aquele onde os diferentes símbolos são manejados pelos atores por meio de diferentes dispositivos. Nesse sentido, para esta pesquisa, utilizo-me dos documentos do próprio ISA, como suas produções sobre uma "Agenda Socioambiental", relatórios de atividades e relatórios financeiro; bem como documentos de agentes com os quais o Instituto se relaciona no campo: o Congresso Nacional, com relatórios de Comissões

Parlamentares de Inquérito (CPI), o Ministério Público e movimentos sociais. Há também documentos e produções da cooperação internacional, com seus projetos e diretrizes; e por fim, de organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial, no que diz respeito a suas convenções. Muitos desses documentos foram retirados do acervo documental do ISA.

A partir desse artefato, busquei compreender a existência do Instituto enquanto um ponto em rede que permita visualizar diferentes processos históricos, os quais tornaram possível sua institucionalização. Aqui, concebo a institucionalização como um processo que constrói categorias moralizantes que justifiquem e estabilizem a ação de uma instituição no mundo. Assim, observar os processos históricos correspondentes permitiu perceber conflitos e dinâmicas não lineares dentro dessa institucionalização. No campo em que essa dissertação mergulhou, isso é marcado pelas contradições existentes dentro da formação do Terceiro Setor e, especificamente, tocante as organizações não governamentais. O processo de institucionalização compreende a conformação de estilos de pensamento, em bases compartilhadas entre os componentes de uma organização que por sua vez buscam a consolidação de uma ordem social legitimada abrangente. Ela se legitima na medida em que age no mundo e o modifica de acordo com seus termos.

O fôlego de criação dessas organizações adveio da conjunção do processo de democratização brasileiro, que dá uma nova cara ao que se entende por "sociedade civil" e seu papel na consolidação democrática. Quando falamos especificamente de organizações como ISA, que trabalham com a pauta ambiental e de direitos humanos (e políticos) de populações tradicionais, também pode-se mapear outras conexões específicas. Refiro-me à internacionalização do movimento indígena, ao papel da cooperação internacional e à subsequente transformação do "meio ambiente" como um direito difuso, objeto de uma responsabilidade social planetária.

Marcus (1995) discute os desafios de inovações do método etnográfico que deem conta da percepção de um objeto de pesquisa que estaria mergulhado em um sistema mundial. Propõe, então, seguir a circulação de bens culturais, objetos e identidades num tempo-espaço difuso. Dito isto, este objeto de pesquisa não poderia estar restrito em um único campo de investigação, ou seja, a um local fixo nesse tempo-espaço e que seria circunscrito pela etnografia clássica. Para Marcus, o estudo antropológico multisituado deve levar em conta conceitos macro teóricos e a narrativa de um sistema mundial, construindo também aspectos do sistema em si, com o mapear de suas associações, conexões e conflitos. Os objetos de

pesquisa multi-situados perpassam relações multiníveis, que reconfiguram as conexões e identificação do que é local e do que é global. Foi com essa inspiração que construí o percurso para investigar um processo de institucionalização específico, o do Instituto Socioambiental.

Organizações não governamentais como o ISA nasceram em meio a um crescente movimento de globalização, conjuntamente ao desenvolvimento de algumas pautas como essencialmente transnacionais, como a natureza e os direitos dos povos indígenas. O entendimento dessas organizações exige reflexões que articulem micro e macroprocessos sociais. Estudos "macro" através da análise de um "local", uma ONG, podem dar espaço para a discussão de sistemas mundiais, o estudo do capitalismo, do Estado, da nação e da ideia de democracia, para citar alguns. Com essa prerrogativa, também é possível compreender o papel de tal tipo de organização dentro de um sistema mundial de relações de poder e de relações coloniais ressimbolizadas dentro do capitalismo contemporâneo.

Trabalhar com ONGs representa também uma investigação com elites letradas, o que Nader (1972) define como *studying up*. A pesquisa dentro deste campo necessitou um mapeamento da relação entre a organização e outros atores deste mundo. Em entrevistas junto a integrantes de órgãos públicos, sendo políticos do Congresso Nacional, ou comissionados do Ministério Público, houve uma dificuldade de ultrapassar barreiras oficiais, que iluminassem as relações de conflito dentro do campo. Esta é uma dificuldade característica dos estudos *up*, que geraria a necessidade de um "ecletismo metodológico" (Hoffmann, 2009), com os métodos de trabalhos de campo sendo combinados com fontes documentais. O repensar da antropologia através desses universos e métodos poderia ampliar o seu foco principal de estudo: do estudo dos "subalternos" para o estudo do colonizador e sua cultura de poder. A investigação pode se voltar para a compreensão de como tais pessoas e instituições são influentes e transformam o mundo?

Estudar organizações não governamentais significa o estudo de uma "modernização" dos aparatos de governança. Ajustes estruturais no "terceiro mundo" e sua relação com as agências do "primeiro mundo" relacionam-se com um novo conjunto de políticas de direito que diminuíram o papel do Estado. A existência dessas organizações pressupõe uma nova ordem mundial que trouxe mudanças na relação entre os países de "primeiro e terceiro" mundo. A ideia de desenvolvimento muda ao longo dos anos, bem como o modo de relação entre países. Os projetos desenvolvidos nessas relações, quando denominados de ajuda ou cooperação internacional, apresentam-se como políticas de empoderamento de grupos

considerados vulneráveis, perpassando as agências internacionais, as ONGs e os Estados nacionais. Essas organizações transformam-se, portanto, em espaço de construção de significados e disputa por conceitos e práticas. A percepção dessas disputas também possibilita o entendimento dessas organizações como espaços de ação política em contínua conexão com contextos macro e micro (Nader, 1972).

Nesse sentido, a organização seria um processo contínuo de construção de significados, que a afasta da concepção de organização como um construto estático ou em equilíbrio. Na medida que é multi-signo, é um espaço de disputa política e construção de mundo, definindo conceitos e ações que tenham influência na realidade. Assim como coloca Wright (1994), é fundamental examinar como as pessoas negociam os significados de sua rotina diária e a forma como eles geram símbolos através dos quais uma atividade organizada é mobilizada. A autora ainda aponta como organizações são baseadas em metáforas, as quais teriam a função de informar um idioma sobre seu funcionamento àqueles que a compõem: as hierarquias, os estilos de gerenciamentos, as especificidades do cotidiano, o manejo dos documentos e a narrativa acerca da história do Instituto.

A formação de uma organização tem uma "ordem negociada" entre seus membros, com a construção de regras que se transformam em entendimentos padrões sobre aquele mundo. Há sistemas de significados e crenças compartilhadas que constroem a identidade de uma organização, bem como estabilizam sua existência no mundo. Preocupada em "como as instituições pensam", Douglas (1998) desenvolve a ideia de como o processo de institucionalização perpassa processos cognitivos, com a construção de visões de mundo próprias e que sustentam padrões de interação. Os significados essenciais construídos dentro de um processo de institucionalização estariam relacionados com processos políticos e sociais específicos, que por sua vez podem se tornar autoritários sobre o entendimento e construção do mundo (Asad, 1979).

A estabilidade que o processo de institucionalização almeja baseia-se, portanto, em um sistema que classifica tipos de pessoas e as relações entre elas. Para além disso, esta estabilização, sempre provisória, é sustentada através da naturalização de classificações sociais, ou seja, na construção ideológica discursiva sobre o mundo. Essa ideologia tem suas classificações e comportamentos associados, e quando naturalizada, é tratada como real, normal e natural. O processo de institucionalização depende, portanto, dessa estabilização, com a construção de legitimidade de uma organização em sua ação no mundo. Desta

perspectiva, abordo o socioambientalismo, o conceito principal do ISA, como valor que define sua visão sobre o mundo e as formas que age sobre ele. É a partir dessa categoria que são identificados desafios e conflitos entre os grupos com os quais a organização mantém relações. A organização constrói uma linguagem para a compreensão da realidade, identificando problemas e propondo soluções a diferentes questões. O ISA, então, faz esse movimento ativo na sua relação com outras organizações e indivíduos que a perpassam e com os quais se relaciona em diferentes níveis: as comunidades tradicionais, os governos estaduais, o executivo federal, os legislativos locais e federal, a cooperação internacional.

A formação de uma instituição é antes de tudo um processo político, o que localiza organizações em sistemas nacionais e internacionais de relação, que são ideológicos ao mesmo tempo que materiais (Wright, 1994). Através dessa perspectiva foi que busquei a análise da história do ISA, e sua ação contemporânea, numa relação entre a representação de suas práticas e significados atribuídos, juntamente com os processos históricos constitutivos de sua institucionalização.

A realização da pesquisa coincidiu com eventos marcantes de novas políticas de governança e de manejo dos aparatos estatais, em diferentes áreas. Como posto anteriormente, ao longo da dissertação vou na busca por compreender a institucionalização do ISA e as categorias que manejam por meio do mapeamento de fenômenos e acontecimentos históricos relacionados entre si. Entretanto, estudar o ISA também leva a este entendimento do tempo presente, com a compreensão de que os conflitos socioambientais encontram-se alastrados em diferentes níveis de forma acentuada.

A pauta ambiental e da terra são especialmente afetadas por essas mudanças, com o ano de 2018 e 2019 sendo marcados pelo desmantelamento de leis ambientais e de órgãos responsáveis pelo seu cumprimento. Ao mesmo tempo, as políticas de demarcação de terras indígenas foram constantemente atacadas e paralisadas. Em diferentes níveis, há o crescimento de conflitos socioambientais, desde a ação direta à nível local, quanto em uma política de desmantelamento advinda do Executivo e do Legislativo. Os conflitos a nível local têm como eventos principais as invasões de garimpeiros em terras indígenas, o desmatamento desenfreado visto durante o primeiro semestre de 2019 e os conflitos sangrentos mobilizados contra comunidades tradicionais. Os embates no meio político institucional se expressam nos próprios discursos e, conseqüentemente, nas práticas do governo federal no que diz respeito a essas pautas. Há um movimento contínuo de deslegitimação de um conjunto de políticas que

são taxadas como não técnicas e negativamente ideológicas. A nível global, esses conflitos socioambientais se expressam nas relações de poder entre diferentes países e têm relação com as novas dimensões do desmatamento, aumento do nível de aquecimento global e o constante aumento do nível dos mares.

Para dar conta das questões acima esboçadas, a dissertação será dividida de forma a compreender essas complexidades e sua relação com o processo de institucionalização do ISA em face a dissidências e conflitos presentes no caminho de formação do Instituto. No primeiro capítulo, tratarei de uma narrativa sobre a história do ISA e como isso se reflete na sua atuação hoje. Ainda, busco compreender como seus integrantes narram a história de uma instituição consolidada no campo, mas que não necessariamente está inerte a processos que pretendem deslegitimar sua visão de mundo e suas práticas.

O segundo e terceiro capítulo buscarão trazer os processos relativos a essa instituição e que proporcionaram a gestão de determinadas categorias manejadas num campo de significados. Mais do que isso, a instituição e seus componentes também são agentes de um processo constante de resignificação e construção desses símbolos manejados. Assim, trataremos no Capítulo 2 da emergência do Terceiro Setor no Brasil, juntamente com o processo de democratização no país. Ao mesmo tempo, irei acentuar como a neoliberalização do Estado e dos costumes aparece em uníssono com a consolidação de uma democracia liberal e o conseqüente espaço que as ONGs ganham como atores da arena pública.

No terceiro capítulo, por sua vez, aprofundaremos a compreensão da cooperação internacional e mapearemos a consolidação do meio ambiente e da conservação ambiental enquanto novas formas de encarar o "desenvolvimento". Além disso, veremos a forma como a categoria conservação ganha outras perspectivas nas leis brasileiras, na conformação de Unidades de Conservação e Parques Nacionais. Esses elementos seriam essenciais dentro da ideia de socioambientalismo, sobre a qual o ISA busca construir sua visão de mundo e as práticas pelas quais pensa a relação entre meio ambiente e ser humano.

As considerações finais retomam as principais reflexões desenvolvidas na dissertação e apontam como as práticas e a filosofia do socioambientalismo destacam os conflitos gerados pelo modelo de exploração da terra no país e como esta sempre foi uma questão central dentro da economia e da política brasileiras. Tendo este fato em mente, o ISA se torna alvo de críticas e ataques, que muitas vezes atingem um caráter institucional, como a formação de

Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Os setores da sociedade de quem geralmente vêm tais questionamentos têm relação com o agronegócio e, conseqüentemente, com a monetarização da terra. Ao longo do tempo, esse grupo construiu certas narrativas focadas em criminalizar organizações como o ISA e que podem ser mapeadas desde o período da democratização. Entretanto, nos últimos anos, com uma escalada da extrema direita do país e a mudança nos padrões de "movimentos sociais", as narrativas construídas por esses antagonistas se expandem e ganham voz entre outras parcelas da população.

Ao longo da dissertação, utilizo-me de referências a nomes reais de meus interlocutores, e alguns outros nomes escolhidos por mim para firmar anonimato por escolha dos interlocutores. A primeira vez que um nome fictício aparecer no texto, estará com asterisco e, após, sempre em itálico. Os nomes reais terão nome e sobrenome, e não estarão em itálico. Os termos utilizados pelos interlocutores, por sua vez, sempre estarão acompanhados de aspas.

Por fim, a escrita desta dissertação suscitou na autora novas dimensões sobre a relação entre homem e natureza, e também maior sensibilidade para as complexidades envolvidas dentro de conflitos socioambientais. Assim, espero que as reflexões aqui postas possam trazer uma dimensão a mais sobre tais processos históricos. Além disso, espero que também dê oportunidade à reflexão do próprio ISA sobre sua história e o modo como se conforma em um campo extenso de significados, atores e conflitos.

Capítulo 1

Uma narrativa histórica sobre o ISA e sua institucionalização

O estudo de instituições dentro da Antropologia e sua relação com o Estado vêm em uníssono com várias questões metodológicas que aparecem ao longo da investigação. O que é uma pesquisa de campo em instituições dentro da antropologia? Como acessar questões e entender um ambiente social que materialmente é circunscrito num edifício, entre quatro paredes?

Essas questões já são clichês na literatura sobre antropologias *up* e etnografia das instituições (Riles, 2006; Writgh, 1994; Nader, 1974), e eu como jovem pesquisadora, caí nesses mesmos clichês. De alguma forma, talvez isso demonstre como nossa compreensão sobre o trabalho antropológico ainda esteja arraigada a imagens clássicas que vêm à mente acerca do trabalho de campo.

As primeiras vezes que fui à sede do Instituto Socioambiental (ISA) em Brasília (DF), senti uma frustração por iniciar meus primeiros dias de campo e ter a impressão de que “nada acontecia”, no sentido que não enxergava presencialmente acontecimentos que iluminariam meus olhos para qual caminho seguir no desenvolver da pesquisa. Eu não poderia, alegoricamente, montar minha barraca no meio do escritório, na sala de reunião ou da copa, esperando que meus “informantes” me descrevessem um pouco de sua vida e cotidiano de oito horas de serviço diário. Assim como não poderia igualmente, na situação em que me encontrava, sentar ao lado de um funcionário trabalhando no computador e questioná-lo sobre suas atribuições durante seu horário de trabalho.

Dessa forma, um desses desafios foi compreender outras dimensões do acesso ao campo. Os documentos são uma via metodológica profícua (Wright, 1994; Riles, 2006), visto que a materialidade de um documento é representante de relações de sentido entre categorias e instituições. Esse artefato de caráter estatal, mas não somente, é dotado de dinâmicas e produz efeitos, e por estar envolta em processos político-administrativos, a atuação do ISA também perpassa práticas de documentação. O conhecimento dessa técnica de caráter estatal é essencial para que a organização consiga mobilizar as categorias referentes a sua "missão institucional" entre os vários atores com que o ISA se relaciona.

Através de uma leitura inicial dos documentos, pude mapear algumas das figuras políticas, institucionais e de movimentos sociais que a organização mantinha como parceiras. Após a primeira entrevista realizada junto à coordenadora do Programa de Política e Direito Socioambiental, Adriana Ramos, fui apresentada a uma das arenas de atuação do Instituto: o Congresso Nacional. Nesse sentido, pude começar a visualizar de que forma o Instituto Socioambiental se inseria no campo político no qual se propunha atuar, o socioambientalismo. Nesse momento, comecei a frequentar audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, presididas pelo deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), e outros eventos de lançamentos de livros a seminários relacionados ao meio ambiente e direitos humanos. A partir desse segundo mergulho no campo, me deparei com uma rede de pessoas, ações e relações, que se interpelavam constantemente e que datavam desde o início da formação de organizações não governamentais (ONG) no Brasil, à época do regime militar.

Tive contato, portanto, com uma configuração de indivíduos e instituições que se relacionavam continuamente quando traçamos a história de uma organização como o Instituto Socioambiental. Assim, ao circunscrever qualquer objeto de pesquisa, ele nos traz inúmeras questões características de processos históricos que se implicam constantemente. Nesse sentido, proponho pensar o ISA como um ponto em rede, onde a partir dele irradia-se uma complexa realidade, um espectral que rompe e pode levar a diferentes direções. Todos esses elementos são resultado de uma construção conjunta entre indivíduos enredados, ou seja, são resultado das relações estabelecidas em sociedade.

Dessa forma, havia uma complexa rede entre o Instituto e inúmeros atores, como o movimento indígena, a cooperação internacional, outras ONG, o Ministério Público, o Congresso Nacional, as universidades, a imprensa, a FUNAI, o INCRA, entre tantos outros. Entretanto, para compreendermos como o ISA se relaciona com essa gama de sujeitos, iniciaremos essa dissertação com a apresentação de **uma** narrativa sobre a história do Instituto Socioambiental, e, após, como ele está organizado atualmente e representa a construção do socioambientalismo. Utilizou-se documentos da instituição e suas produções, entrevistas com os sócio-fundadores da organização e alguns de seus atuais componentes.

1. Predecessores, herança e nascimento

O Instituto Socioambiental, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP)¹ nasceu em 1994 resultado da união principal de duas organizações: o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). No dia 22 de abril daquele ano, foi formalizada a ata de fundação² do Instituto no Hotel Fazenda Serra, em Resende, Rio de Janeiro. A ata é assinada pelos que viriam a ser chamados de "sócios-fundadores" e que deveriam comprometer-se com as finalidades do Instituto. A ata é tanto um estilo narrativo que pretende *relatar* uma reunião – sempre para determinada finalidade (seja de registro de decisões ou como no caso, a fundação), quanto instrumento que pretende *atar* pessoas³ presentes à organização que está sendo constituída.

Em seu Capítulo Primeiro (Da Entidade), o artigo primeiro define:

"Fica criado o Instituto Socioambiental, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe, orientação sexual e gênero, com sede e foro na cidade de São Paulo [...] Parágrafo Único- fica criada uma subsede na cidade de Brasília, podendo ser criadas outras subsedes quando e onde se fizerem necessárias" (Ata de Fundação, 1994).

Ao longo de seus anos de existência, foram efetivamente criadas outras sedes que iriam ser a base para a atuação de seus Programas Regionais, as sede do Xingu (MT e PA), do Ribeira (SP) e as do Rio Negro (AM e RR).

¹ Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que qualifica as organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o Termo de Parceria, entre outras atribuições.

² O tipo de documento como este tem o poder de instituir, dar realidade formal a uma organização. Entretanto, para isso precisa se articular com outros documentos e ao final ser registrada em cartório. Com isso quero destacar que documentos engendram outros documentos e devem ser pensados em relação ao mundo social em que se inserem, mas também em relação a outros documentos pois são mundos que não se sobrepõem totalmente. Assim, de acordo com a Lei n 6.015/73 (Artigos 120 e 121), são necessários os seguintes documentos para a formação de uma organização: ata de fundação; duas vias do Estatuto; a relação dos associados fundadores e dos membros da diretoria eleita; e ofício encaminhado ao cartório.

³ Entre os que assinaram a ata de fundação estão: Alcía Rolla, técnica cartógrafa; Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão, advogada; André Villas Boas, indigenista; Anthony Andreson, biólogo; Anthony Reginald Crozz, cientista político; Bárbara Bramble, advogada; Brunhilde Hass de Saneaux, professora; Carlos Alberto Ricardo, antropólogo; Carlos Frederico Marés de Souza Filho, advogado; Clayton Ferreira Lino, arquiteto; Edmar Moretti, geógrafo; Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo; Enrique Svirsky, administrador; Geraldo Andrello, antropólogo; Helena Fany Pantaleoni Ricardo, antropóloga; Isabelle Vidal Giannini, antropóloga; Jason Clay, antropólogo; João Paulo Ribeiro Capobianco, biólogo; José Carlos de Almeida Libânio, antropólogo; José Otávio Proença Soares, engenheiro; Juliana Ferraz da Rocha Santilli, advogada; Márcio Santilli, filósofo; Marina da Silva Kahn, antropóloga; Mário Montovani, geógrafo; Minka Ikse Bojadsen Capobianco, professora; Neide Estrecci, antropóloga; Nilto Ignácio Tatto, administrador; Raimundo Sérgio Barros Leitão, advogado; Ricardo Azambuja Arnt, jornalista; Rubens Mendonça, ambientalista; Sérgio Mauro de Souza Santos Filho, engenheiro; Willem Croeneveld, biólogo.

Os vários atores que fizeram parte dessa criação trouxeram consigo contatos e laços já formados com indivíduos e instituições, num campo em que as organizações predecessoras ao ISA tinham se consolidado. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação era uma organização que contava com várias linhas de atuação, sendo alguns sócios-fundadores do ISA componentes de um braço do CEDI, o Programa Povos Indígenas do Brasil. Foi a partir desse braço que programas atuais do ISA viram seus primórdios.

O CEDI nasceu resultado da experiência do Centro Evangélico de Informação (CEI), em 1965, criado por militantes religiosos afastados de suas igrejas durante o regime militar⁴. No período, segundo Abreu (2010), o CEI teria contado com o suporte de um comitê estadunidense integrado por dois missionários e, embora por definição fosse uma instituição evangélica, o autor destaca que o comitê era composto também por uma pessoa não cristã (Abreu, 2010). Assim, com o objetivo de constituir-se como um órgão latino-americano que buscava apoiar pessoas perseguidas e expurgadas de quadros eclesiásticos, o CEI aprofundou ao longo de sua existência seu caráter ecumênico⁵. De modo que, em 1974, a organização é institucionalizada enquanto Centro Ecumênico de Documentação e Informação, com sede inicial no Rio de Janeiro, e subsede em São Paulo. O sócio-fundador do ISA, Beto Ricardo não estava presente na fundação do CEDI/CEI, mas nos proporciona visualizar os ares do período:

"Na verdade, a turma que fundou o CEDI é uma turma de mais velhos, eu era da nova geração [...]. [A organização] foi se metendo com educação popular e depois formal, comunidades de base, etc, e com o fortalecimento da sociedade civil." (Entrevista Beto Ricardo, 2019)

Fany Ricardo foi outra sócia-fundadora que começou sua atuação na sociedade civil no CEDI, e a partir de um dos projetos existentes na organização, iniciou um trabalho de

⁴O Centro Evangélico de Informação (CEI) teria sido criado com a intenção de “divulgar acontecimentos, reflexões e perplexidades daqueles comprometidos com os setores das Igrejas que estavam convictos de que a sua fé era imperativa para a luta por uma sociedade melhor, com todos os riscos que essa opção poderia levar” (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1984 *apud* Abreu, 2010).

⁵A expansão provocada pelo Setor de Responsabilidade Social das Comunidades Eclesiais de Base e pelos setores progressista do protestantismo no Brasil teriam passado a ter mais liberdade de "entrar em contato com pessoas não cristãs e instituições dedicadas ao que então se chamava a humanização da vida, através da participação do povo na definição de seu destino como nação" (Abreu, 2010, p.139). Para saber mais sobre a atuação das Igrejas no período militar e a mudança de perspectiva da relação das Igrejas com o social, ver dissertação de Fábio Henrique de Abreu *Do Ecumenismo Libertador à Libertação Ecumênica: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994)*.

monitoramento de Terras Indígenas e o mapeamento das etnias indígenas no Brasil. Junto ao seu atual companheiro, Beto Ricardo, realizaram esta pesquisa na extinta organização:

"Em 1980, eu estava no começo da faculdade da USP de Ciências Sociais na área de antropologia e iniciamos uma pesquisa para saber quantos índios havia no Brasil, onde estavam, como viviam. O Beto Ricardo era o idealizador e coordenador da equipe. A importância da pesquisa era a falta de um conhecimento organizado e objetivo da situação que os índios viviam.

Para fazer esse trabalho, o Beto teve a ideia de fazer uma pesquisa-movimento envolvendo as pessoas que estavam em campo, entrando em contato com os pesquisadores, os médicos, os missionários, os funcionários da Funai, funcionários da saúde, enfim, criando uma rede para a realização desse mapeamento. Elaboramos um questionário que tinham várias perguntas sobre a situação dos índios, quantos havia, quantos tinham morrido no último ano, quais as doenças que [os] mataram, e outras várias perguntas, como eles viviam, como era a roça.

Essas pessoas respondiam e a gente pegava esse material e ia juntando, organizando, e procurando colocar no mapa as aldeias e, naquele momento, muitas não eram ainda Terra Indígena. O número delas era bem menor que as atuais. Na época do SPI quem criava/reservava as terras habitadas pelos índios eram os governadores de estado. Então eram eles que criavam as terras, davam as coordenadas e tal. Depois durante o governo militar, foram os presidentes que criaram várias terras" (Entrevista Fany Ricardo, 2019).

Nesse projeto iniciado nos anos 1980, uma pequena equipe composta por antropólogos buscava esses decretos e "colocava no mapa" a localização das terras reconhecidas através desses decretos. Com esse grupo formado no CEDI, Beto Ricardo teria buscado recursos através do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), uma organização ecumênica a nível internacional que colabora com igrejas pelo mundo no apoio a iniciativas de nível local.

A existência do CEDI estava imersa na situação política que vivia o país no período, sendo a atuação da sociedade civil marcada pela parceria junto à Igreja Católica, Centros Ecumênicos e organizações evangélicas. Segundo Beto Ricardo, o CEDI teria começado como um grupo que lia poesias em face ao sentimento pessimista da ditadura. Foi através da

relação com as freiras do Colégio Sion, da igreja católica, por exemplo, que o Centro Ecumênico conseguiu suas sedes físicas no Rio de Janeiro e São Paulo.

"[A relação com a Igreja] Era uma coisa não institucionalizada, quer dizer, não eram representantes de igrejas que faziam parte do CEDI, eram pessoas, o meu voto valia igual a de um Bispo Metodista do Rio de Janeiro ou de um Beneditino em São Paulo. Ecumênico mesmo, o presidente era um metodista do Rio de Janeiro, tinha muita gente dessa área do que eles chamam, do protestantismo histórico." (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

Márcio Santilli, também sócio-fundador do ISA e ex-integrante do Núcleo de Direitos Indígenas, enxergava a atuação do CEDI através de braços mais progressistas tanto da Igreja Católica como das Igrejas Evangélicas. Segundo ele:

"Supostamente eram pessoas progressistas dessas igrejas evangélicas tradicionais, pessoas com uma visão progressista, uma visão política progressista. Então, essa organização existiu durante o período militar, começou a existir em 1974 quando já tinha começado uma reorganização da sociedade civil brasileira depois dos anos de maior repressão do regime militar" (Entrevista, Márcio Santilli).

A atuação da organização, em especial, em torno do mapeamento das populações indígenas no país, realizava um contraponto a um discurso governamental corrente à época da Ditadura: o de que a Amazônia era um vazio demográfico. Isto causou tensões diante do desafio da organização ao discurso do regime, numa época "paranóica" com recorrentes perseguições políticas e desaparecimentos. Beto Ricardo comentou como tinham o cuidado de retirar as correspondências da caixa postal, pela qual chegavam informações de várias partes do país ligadas ao levantamento das populações indígenas.

"Nós montamos uma pesquisa movimento, como a gente chamava naquele tempo, e isso fez com que a gente criasse o que hoje chamaria de rede social. Mais de 1000 e tantas pessoas colaboravam com a gente mandando informação, a gente tinha uma ficha básica padrão que a gente entregava pra cada pessoa que ia pra uma comunidade indígena pra preencher. Juntava aquilo, fazia um quebra cabeça,

e começou a emergir uma imagem da situação dos índios que era contrário daquilo que a gente tinha pensado no início e mostrava que os índios tinham voltado a crescer.” (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

Desde seu nascimento, o CEDI teve uma postura crítica ao regime militar, construindo uma posição de disseminador de informações e debates sobre diferentes temas. Isso se materializava no trabalho de seus programas com a produção de diferentes boletins e revistas. Segundo Abreu (2010), a transição entre CEI e CEDI em 1974 buscava a intersecção entre práticas sociais consideradas estratégicas, a prática eclesial e a de movimentos populares. Segundo o autor, "o CEDI intentava não somente situar-se na intersecção entre movimentos populares e os setores da Igreja Católica, como também permanecer na dinâmica tensão dialética entre instituição e movimento" (Abreu, 2010, p.150). Nesse sentido:

"Pode-se afirmar que o elemento central que unia os diversos membros do CEDI aos grupos com os quais trabalhava, ao nível das intenções políticas e teológicas, era seu interesse fundamental na tarefa de fortalecimento e capacitação dos movimentos populares autônomos e permanentes, que eram considerados a base para uma nova arquitetura da democracia no Brasil" (Abreu, 2010, p.149)

Destaco que o narrar da história do CEDI nesta dissertação aparece, em parte, através da visão dos que hoje compõem o ISA. Dessa forma, a narrativa aqui apresentada sobre o CEDI se dá sempre em referência às memórias dos integrantes do ISA. Nessa narrativa não houve menção à existência do CEI e de sua vocação política- o que Abreu (2010) já aborda. Nesse sentido, destaco como a construção da história de uma instituição perpassa diferentes apropriações das memórias individuais orais. Elas podem selecionar elementos distintos daqueles que, por exemplo, compõem registros escritos acadêmicos.

Com a missão de trazer uma visão crítica sobre vários assuntos relativos à sociedade, o CEDI possuía uma ação política de envergadura na disseminação de informações e produção documental. Destaco no depoimento da ex-integrante do CEDI Magali do Nascimento Cunha⁶ (Abreu, 2010) em entrevista dada ao autor acima citado, onde afirma como, em dado momento de transição de CEI para CEDI, o CEI deixa de ser um organismo jurídico, dando

⁶Jornalista, mestre em Memória Social e Documento pela UFRJ e foi diretora assistente da revista Tempo e Presença.

lugar à Editora Tempo e Presença, que se tornou responsável pela tiragem de diferentes materiais produzidos no Centro.

Dentre eles está a "Cadernos CEDI" e a "Revista Tempo e Presença," que segundo Magali abarcaria assuntos variados que conversassem com a sociedade. Haveria interesse por "uma revista do Movimento Ecumênico, que não falava só de igreja e de religião, que estava preocupada com os grandes temas da sociedade que desafiavam as igrejas e o Estado." (Abreu, 2010, p.215).

Essas publicações tratavam de temas que iam desde educação popular à leitura popular da Bíblia, tendo destaque, ainda segundo Abreu (2010), a sistematização de notícias oriundas de jornais diários do Rio de Janeiro e São Paulo dando origem ao *Aconteceu*: publicação que "procurava atingir um público formado de trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos, índios, movimentos populares e agentes da pastoral popular" (Abreu, 2010, p.157).

Nesses trabalhos em intersecção com movimentos populares, o grupo que veio a criar o ISA, como já adiantado, focou-se na produção de informação e documentação sobre os povos indígenas no Brasil. O já referido mapeamento das populações indígenas pelo território teria sido, segundo ex-integrantes do CEDI, inovador "mesmo em relação ao Estado", visto que a única instituição que trabalhava com mapas à época era o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi através da própria base de mapas do IBGE, que a equipe do CEDI foi localizando as etnias em suas respectivas áreas geográficas. A partir de um trabalho manual de catalogação, teria surgido a ideia de escrever uma enciclopédia a cada ano, relatando as situações dos indígenas no Brasil.

A partir da utilização de clippings⁷ de jornal, o ramo do CEDI que criou o ISA também construiu o *Aconteceu*, buscando reunir as notícias do ano sobre os povos indígenas no país. Fany descreveu o trabalho minucioso e detalhado dentro deste projeto:

"Em 1980, nós tivemos uma assinatura de um clipping de jornal, Lux Jornal. Quase toda nossa documentação da imprensa a partir de 1980 até 2000 é desse clipping. Eram jornais de toda parte do Brasil falando sobre povos indígenas; eram só notícias sobre índios, do Rio Grande do Sul, do Paraná, São Paulo, Minas, Pará, Amazonas... Só não recebíamos notícias de Roraima, Acre e Amapá, o resto a gente conseguia notícias do Brasil todo.

⁷Serviço que reunia um conjunto de notícias relacionadas a um tema específico.

Nós temos um banco de notícias que [no início de 2020⁸] somavam cerca de 180 mil. Além dessa publicação anual, que a gente chama de PIBÃO, publicamos três livros regionais; Acre, Javari e Sudeste do Pará-Tocantins, enquanto no PIBÃO, a gente foca no Brasil inteiro.” (Entrevista Fany Ricardo, 2019)

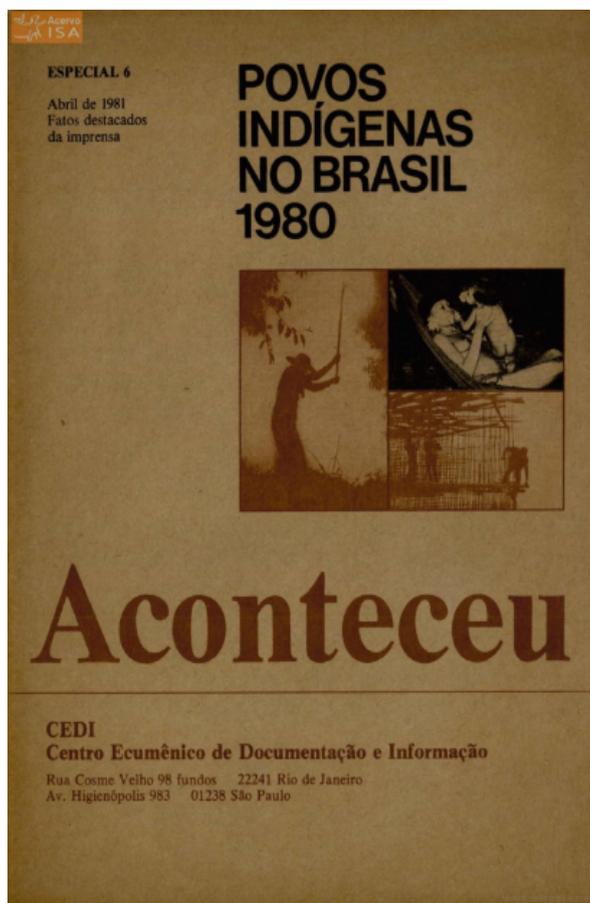


Figura 1: Primeiro *Aconteceu* publicado em 1981 e referente ao ano de 1980.

A produção do *Aconteceu* me foi narrada já como PIBÃO, o nome atual que os integrantes do ISA chamam sua publicação de maior envergadura. O PIBÃO hoje teria um esqueleto comum ao antigo *aconteceu*, sendo portanto uma herança dos trabalhos no CEDI. Isto de certa forma demonstra como o *Aconteceu* foi encarado como predecessor da publicação que hoje é realizada de quatro em quatro anos (geralmente com 600 a 800 páginas) e, principalmente, como uma das marcas características do ISA.

A partir da colaboração do que Fany chama de "especialistas", apontou que o objetivo dessas primeiras produções dentro do CEDI foi o combate ao senso comum e ao preconceito

⁸ Informação adicionada após revisão.

de que não haveriam mais índios no Brasil ou que eles eram restritos à etnia tupi. Assim, com esse trabalho de juntar notícias, depoimentos e documentos oficiais, Fany define a si e à sua equipe como pesquisadores. Beto Ricardo, de forma semelhante, vê o trabalho ainda no CEDI, como constituído de "programas de pesquisa e ativismo". Essas publicações são portanto resultado do trabalho inicial de monitoramento da terra, e que se estende à formatação de uma grande plataforma de documentação e informação sobre os indígenas brasileiros. O hoje chamado PIBÃO abarca o monitoramento de terras e informações com a pauta da conservação ambiental e das Unidades de Conservação, que no ISA também tornou-se um foco.

É interessante notar como na construção da história da instituição alguns elementos são relatados de forma a formar uma narrativa específica. O fato de Fany se referir ao *Aconteceu* como o primórdio do PIBÃO- nem citando o nome da antiga publicação- e não como uma publicação que abarcava os diferentes setores do CEDI, pode ter relação com como se buscou construir certa imagem do processo de institucionalização do ISA. Nessa construção, alguns fatores são exaltados, como um evento ou um trabalho que sustente um mito de origem na formação identitária institucional. Ao mesmo tempo, na narrativa construída também "esquecem-se" certas questões. Mary Douglas (1998) em *Como as instituições pensam* discorre justamente sobre como a construção do passado tem pouco a ver com o passado em si, e muito com o presente. Essa narrativa é uma releitura dos acontecimentos do ponto de vista de quem veio a criar o ISA, buscando atestar uma genealogia linear sobre a formação do PIBÃO.

Pode-se perceber esse movimento de esquecimento a partir das entrevistas com os sócios-fundadores acerca do fim do CEDI. Esse acontecimento me foi narrado como se o Centro tivesse se dissolvido, ou seja, como à parte de processos de conflito que tiveram como consequência o fim da organização. Apontaram-me somente perspectivas conflitivas dentro do CEDI de parte dos grupos ecumênicos com o setor religioso da instituição que existiu por 20 anos, com fim em 1994. Contudo, na tese de Abreu (2010), a entrevista com Magali do Nascimento é esclarecedora desse processo, indicando o período de democratização no fim dos anos 1980 e início dos 1990 como um "divisor de águas". Segundo ela, no período da ditadura, o movimento ecumênico atuava como um apoio para grupos de organizações para que pudessem trabalhar segundo seus ideais. Por outro lado, a abertura política teria proporcionado aos grupos laicos da sociedade civil uma possibilidade de maior autonomia. Haveria ocorrido uma disputa entre as perspectivas de atuação da sede do Rio de Janeiro,

composta majoritariamente por grupos ligados à Igreja, e a do grupo de São Paulo, onde se encontravam os três programas "fortes" do CEDI, o do movimento sindical, o da educação e o dos povos indígenas. De acordo com ela,

"Você verá uma crescente, da metade dos anos 1980 para frente, uma crescente tensão e disputa interna. Isso porque essa tensão vai desembocar na questão do levantamento de verbas, do orçamento do grupo. [...] Embora fosse um caixa comum, a tensão se dava em ver quem tinha a maior força na captação dos fundos e na mão de quem ficava o controle institucional. O pessoal da pastoral protestante tinha a herança de ser fundador daquela instituição; herança do movimento ecumênico. Mas outros se viam com força por conta do processo de democratização que estava dando força para os movimentos sociais que, então, estavam se reorganizando e se re-institucionalizando naquele momento do país. [...] já não fazia mais sentido ficar juntos numa instituição só. Isso porque o momento do país era outro. Eu acho que essa questão da conjuntura é que foi determinante para essa situação". (Abreu, 2010, p. 216)

É interessante notar como a democratização foi um processo que teve consequências opostas para o CEDI e ISA. Enquanto que para o primeiro, seria como um ponto crítico para o fim da organização; para o ISA, como veremos neste capítulo, o processo de democratização foi essencial para a consolidação de seus trabalhos. E não só: os sócios fundadores do Instituto apontam sua participação ativa na Assembleia Constituinte, principalmente no que se refere à mobilização pelos direitos dos povos indígenas. Nesse sentido, Mary Douglas nos é novamente útil quando afirma que a história surge sob uma forma não intencional "como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos" (Douglas, 1998, p.82). Ao observamos essas práticas, vemos princípios seletivos que iluminam alguns acontecimentos e obscurecem outros, representando como a ordem social age sobre os indivíduos. Nesse sentido, "a memória pública é o sistema de armazenagem da ordem social" (Douglas, 1998, p.82).

Quando pensamos especificamente em como a narrativa histórica de uma organização é construída, ela é a expressão de todo um processo de formação de certa ordem social da instituição, de como essa história tem funções práticas para a instituição no presente. O que se lembra ou esquece é uma ação ativa para a formação de uma coesão identitária de uma instituição. Uma como o ISA, com suas práticas mediadas por mecanismos racionais e burocráticos, tem como necessário princípios coerentes de organização, em que as histórias

justificatórias do passado são racionalizadas como parte do processo social de formação da organização. Ainda segundo Douglas (1998), a instituição na conformação de sua unidade, controlaria a memória de seus membros,

"ela os leva a esquecer experiências incompatíveis com aquela imagem de correção que eles têm de si mesmos e traz para suas mentes acontecimentos que [...] propicia[m] as categorias dos pensamentos de seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades" (Douglas, 2007, p.58-110 apud Miguel, 2019).

Com o fim do CEDI, houve a criação de três organizações ativas⁹ até hoje, referentes aos antigos departamentos do Centro. A Ação Educativa surgiu de um programa de educação popular e até hoje atua em São Paulo. O grupo Koinomia, ativo até hoje, foi resultado de um programa de apoio às pastorais protestantes. E o Programa Povos Indígenas, por sua vez, uniu-se ao Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) sediado em Brasília para a criação do ISA, juntamente com ativistas ambientalistas da SOS Mata Atlântica, e alguns outros grupos menores, ao longo dos anos.

CEDI e NDI eram organizações que conversavam entre si e os integrantes de cada uma conheciam o trabalho da outra. Márcio Santilli fez parte do NDI e na fase final do CEDI atuou como membro do Conselho Fiscal. Portanto, ele acompanhou o desmembramento do Centro e sua geração de filhotes.

"Eu participei dessa transição e eu era secretário executivo do NDI, uma organização super bem sucedida e que existiu por 6 anos. Nesse momento a gente decidiu se fundir ao ISA e foi essa fusão que deu origem a esse escritório aqui [Brasília]". (Entrevista Márcio Santilli, 2019)

Criado em 1988, o NDI, por sua vez, foi uma organização que teve uma fugaz existência se comparada com o CEDI, mas com uma atuação intensa na manifestação a favor dos direitos dos povos indígenas. Fundado por um grupo de indígenas, antropólogos, advogados e "simpatizantes", o Núcleo era uma plataforma que tinha como objetivo utilizar as ferramentas jurídicas aprovadas na Constituição de 1988, afim de criar fatos jurídicos dentro

⁹No desmembramento do CEDI, houve a criação de mais uma organização não citada à cima. A NETS (Núcleo de Estudos de Trabalho e Sociedade) teve uma existência rápida.

do novo contexto democrático. Beto Ricardo define a existência do NDI nos seguintes termos: "O NDI teve uma trajetória fulminante, em pouco tempo, ele acionou ações paradigmáticas, criou jurisprudência, publicou resultado; e assim como veio, ele foi embora como um cometa".

A atuação hoje do Instituto Socioambiental junto aos Poderes da República é advinda do trabalho do NDI, que, segundo Márcio Santilli, data do período inicial do processo democrático, com a composição de uma equipe que ficasse em interlocução direta com os órgãos de governo.

*Maria**, foi uma das integrantes do antigo NDI e sócio-fundadora do ISA juntamente com Márcio Santilli. Ela foi uma das assinantes da ata de fundação que fazia parte do núcleo CEDI/NDI, visto que havia uma diversidade de pessoas de ONGs e do meio acadêmico que compuseram a fundação do Instituto (ver nota 3). Além disso, vale o destaque às relações de trabalho, amizade e conjugalidade entre os sócio-fundadores assinantes da ata. São trajetórias distintas entre pessoas que se juntaram em um objetivo comum, consequente da vivência de um período de repressão e também de lutas sociais.

A trajetória da advogada nesse processo veio em uníssonos com movimentos internacionais a favor dos direitos indígenas, que se concretizaram na Europa e nos Estados Unidos em momento anterior ao período de democratização no Brasil. *Maria* narrou-me uma trajetória que demonstraria o caráter transnacional das organizações não governamentais desde o seu nascimento. Ainda na década de 1980, ela compôs a organização Indian Law Resource Center¹⁰, nos Estados Unidos, que procurava alguém que entendesse de direito brasileiro e tivesse a par dos conflitos que ocorriam na Amazônia.

Em 1987, o ano da Assembleia Constituinte, *Maria* veio ao Brasil com colegas da organização citada acima, convidados pelo grupo da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), a fim de acompanhar a aprovação do capítulo 20 da Constituição. Este definia os bens da União, dentre os quais estavam as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios". *Maria* e seu chefe estiveram no congresso brasileiro no dia da votação do capítulo do Índio, e lá, ela destaca a forte presença do movimento indígena, além de várias pessoas precursoras do ISA. Na época dessa reunião o NDI ainda não existia, mas estava presente um *pool* de ativistas que se reuniram numa mesma frente de luta por direitos de cidadania.

¹⁰Escritório de advogados de direito internacional, indígenas e não indígenas, que trabalhavam em fóruns internacionais com demandas internacionais de direitos humanos e indígenas.

O destaque do movimento indígena nessa conjunção de processos borbulhantes também foi um elemento essencial para o desenvolvimento das ideias e práticas pelas quais o socioambientalismo se basearia. Há uma relação próxima e histórica com o movimento indígena e a gama de ativistas atuantes tanto no terceiro setor¹¹, como também entre organismos internacionais e a Igreja. No caso do ISA, o CEDI tem seu desenvolvimento ligado a uma relação de parceria junto à União das Nações Indígenas (UNI)¹², criada em 1980, e que marcou presença nas pressões e mobilizações na assembleia constituinte. Uma liderança deste movimento à época, Ailton Krenak, foi o representante da UNI durante a promulgação da Constituição com o acompanhamento das discussões sobre os direitos dos povos, bem como Ailton veio a ser um dos integrantes da assembleia que formou o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI).

Foi também no ano da constituinte que Santilli convidou *Maria* para criar o NDI. Assim, junto a essas duas pessoas, lideranças indígenas ligadas à UNI, antropólogos e outros ativistas¹³ compuseram o NDI. Por seis anos, a organização atuou, segundo *Maria*, por meio de um trabalho de *advocacy*. Com a experiência internacional da equipe, o NDI realizava movimentações judiciais através do Ministério Público. Na época, o MP não possuía a atuação que tem hoje, com o seu papel de responsabilidade de defesa dos direitos dos povos indígenas baseado na Constituição; mas havia um incipiente desenvolvimento de suas seções especializadas¹⁴ na defesa dos direitos indígenas e interesses difusos. O trabalho no NDI nesses primeiros anos de volta da democracia foi direcionado para a produção de material e conhecimentos sobre os direitos indígenas consolidados em documentos jurídicos e notas técnicas. O projeto de origem do NDI, segundo a apresentação do livro *A Defesa dos Direitos Indígenas no Judiciário*¹⁵ - editado pelo ISA- teria sido a "defesa dos direitos indígenas,

¹¹Ambos os movimentos –indígena e o das ONGs- possuem uma história de apoio comum de ligação com a Igreja, principalmente durante o regime militar. Como veremos mais a frente, há uma mudança de perspectiva e filosofia de atuação na sociedade por parte da Igreja, que atinge tanto a relação com o movimento indígena brasileiro como com as organizações da sociedade civil. Isso culmina em uma relação de parceria à longo prazo entre os dois movimentos e seu apoio mútuo dentro das discussões iniciadas durante a constituinte.

¹² A história da UNI está ligada aos “novos movimentos sociais” que começam a surgir no Brasil e no mundo, ao fim das últimas décadas do século XX. O processo de criação da UNI contou com grande articulação de lideranças de diferentes partes do país e do CIMI. Segundo Lopes (2011) foi através da UNI que o movimento indígena brasileiro, ganhou maior inserção no âmbito internacional e uma organização participativa dentro de questões nacionais. Esta questão será retomada no capítulo 2.

¹³Integravam a assembléia do NDI, compondo seus sócios-fundadores: Ailton Krenak, Ana Valéria Araújo, André Villas Boas (hoje presidente do ISA), Carlos Alberto Ricardo, Carlos Frederico Marés, Davi Yanomami, Gilberto Azanha, João Pacheco de Oliveira, Jorge Terena, José Carlos Libâneo, Manuela Carneiro da Cunha, Márcio Santilli, Marcos Terena, Paulino Paiaikã e Wanderlino Teixeira de Carvalho.

¹⁴Consolidadas da gestão do então Procurador Geral da República, Aristides Junqueira (ISA, 1995).

¹⁵Livro que compilou as ações propostas pelo NDI durante sua existência, editado por Ana Valéria Araújo e produzido em 1995.

através da seleção e acompanhamento de casos e/ou conflitos específicos que possam resultar em ações políticas, formulação legislativas, atos administrativos e fixação de jurisprudências que contribuam estrategicamente para a consolidação dos direitos indígenas em geral".

Segundo a advogada, o NDI buscava casos paradigmáticos, com uma grande quantidade de evidência de violação dos direitos. Desse modo, realizavam ações judiciais e enviavam ao Poder Judiciário com o objetivo de estabelecer jurisprudências para os casos ligados ao direito indígena. Consequentemente buscava-se também uma ponte com o Legislativo visando também garantir os direitos na Constituição através de instâncias do congresso. Essas duas vertentes tinham em comum a produção de conhecimento jurídico sobre os direitos indígenas sob a nova ótica de direitos, pois o Judiciário e o Legislativo somente teriam em mãos uma bibliografia antiga sobre a legislação anterior à 1988.

A relação entre membros do CEDI e do NDI datam, portanto, de antes da Constituição de 1988 e consolidam uma comunicação entre as organizações nos primeiros anos da redemocratização. Dessa maneira, os atores que vieram a fundar o ISA estiveram presentes em períodos chave para o Estado democrático brasileiro e a consolidação de direitos. Através da parceria com o CEDI, *Maria* aponta que os integrantes do NDI enxergaram limitações no seu trabalho, percebendo a necessidade de expandi-lo para outros espaços. A relação bilateral com o governo se mostrou limitada e, ainda segundo ela, viram que para impedir retrocessos seria necessária uma atuação de maior envergadura.

Assim, nesse momento de transição para a criação do ISA, seus sócios fundadores advindos dessas duas organizações viram lacunas nas suas próprias atuações perante a situação dos povos indígenas no país. No caso do CEDI, enxergava-se uma divergência entre a visão do Programa Povos Indígenas no Centro em relação à abordagem da Igreja Católica e do CIMI perante os direitos indígenas, este último com um discurso ideológico genérico de defesa ao direito dos povos, sem uma atuação e luta práticas na defesa desses direitos. Segundo interlocutores, essas instituições católicas somente abordavam a pauta de direitos em seminários, oficinas e cursos, mas não os praticavam no âmbito do direito.

A comunicação entre os ex-integrantes do CEDI e do NDI conjugou atuações que de forma articulada teriam uma capilaridade e influência bem maior no campo, produzindo conhecimentos, atuando junto ao Legislativo e Judiciário e também realizando projetos junto aos povos.

Até agora, entendemos quais articulações construíram as raízes do trabalho do ISA voltado para as populações indígenas. Agora veremos as raízes do modo como a pauta

ambiental é agregada a esse trabalho inicial, e teve como consequência a expansão desse trabalho para com outras populações tradicionais. Forma-se um discurso de unidade socioambiental; ou seja, com a defesa de direitos nos dois campos (das populações e ambiental), tornando-se uma luta conjunta e em uma só direção dentro da instituição.

Além do processo democrático, os sócios-fundadores do Instituto indicaram o evento Rio 92 como um marco decisivo para a criação do ISA. O evento promovido pelas Nações Unidas teria tido um efeito estopim tanto para a consolidação das organizações não governamentais no país, como para o discurso ambiental. Após o evento, houve um *boom* na criação de organizações da sociedade civil nos anos 1990, assim como a pauta ambiental adentrou o discurso da mídia à época, colocando o Brasil como um país "mega diverso". Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA, descreve o momento como histórico e inédito, que trouxe novas questões para a política internacional.

"A ECO 92 teve uma importância nessa história, foi um acontecimento super marcante naquela época porque foi um acontecimento planetário gigante, que rolou aqui no Brasil, com a presença de quase 200 chefes de estado.

E nessa reunião, uns chamam ECO 92, outros chamam CED 92, Rio 92, tem vários subnomes, foi uma reunião da ONU em que foram assinadas as principais convenções internacionais relativas à questão ambiental. A Convenção da Diversidade Biológica (CBD), e a convenção sobre mudanças climáticas, entre outras. Mas foi um momento marcante na história da política ambiental planetária. Teve um impacto muito grande na conformação de então da sociedade civil organizada nessa área, uma chacoalhada grande nas organizações ambientalistas, como é o caso da SOS Mata Atlântica" (Entrevista Márcio Santilli, 2019).

O evento marcou a pauta ambiental como uma questão global, tendo também como consequência local a união dos ex-integrantes do CEDI e do NDI com um grupo de ambientalistas oriundos da SOS Mata Atlântica. Ao contrário das outras duas, a SOS não deixou de existir, mas parte de seu quadro veio compor o Instituto na tentativa de angariar uma outra perspectiva perante o movimento ambientalista e, em consequência, sobre a conservação ambiental. Portanto, a ECO 92 também fez parte da construção de uma visão compartilhada sobre a história da organização. Esses eventos chave, que constituem sua

narrativa primordial dão base à sua forma de definir o mundo, disputando o processo de construção desse próprio mundo.

Nesse sentido, o evento da ONU é central para a conformação legitimada do socioambiental e amparada pelo caráter global que o evento teve. Como posto por Santilli, na Rio 92 foram protocolados tratados internacionais sobre o meio ambiente, o que influenciou o Estado brasileiro a criar uma nova legislação com a institucionalização de novas diretrizes para a conservação.

É nesse contexto de debates que teria surgido a necessidade de enfrentamento da questão da sustentabilidade, aliando a perspectiva de garantia dos territórios para comunidades tradicionais e consolidações de uma visão do que seria socioambientalismo. De acordo com Márcio Santilli, a concepção de conservação majoritária à época, advinha de uma lógica europeia e norte-americana de "países que supostamente tinham um maior desenvolvimento econômico, histórico, civilizatório, cultural". Esse fenômeno político-sociológico do surgimento do movimento ambientalista teria um caráter de forte marca conservacionista e "anti-gente", onde seria necessário isolar as unidades/parques de conservação da presença humana. Para Santilli, "a defesa do meio ambiente num país como o nosso tinha que ser uma coisa pensada de uma forma articulada com as necessidades da população", o que não estava restrito aos povos indígenas, mas também às populações ribeirinhas, extrativistas e quilombolas.

A partir da junção de toda essa mescla de pessoas para a criação do ISA, a história da organização é narrada por seus membros como uma configuração única e inédita em uma época que o socioambiental não era uma prática, nem uma palavra comum. Em 1994, o ISA entraria com uma outra perspectiva, que eles caracterizam como essencialmente brasileira, ou seja, de compreender como se trabalharia a questão ambiental num país de "Terceiro Mundo". Dessa forma, o Instituto nasce na tentativa de customizar a defesa do meio ambiente num país pobre, pois toda matriz do movimento ambientalista teria a ver com um conservacionismo de países de "Primeiro Mundo". Para *Maria*, a visão global das pessoas que se juntaram para a criação do ISA seria pela necessidade de unir esses dois mundos, o sócio e o ambiental, que na época eram majoritariamente entendidos como separados.

Desde sua criação, o ISA já teria negado essa perspectiva "anti-gente", não admitindo a hipótese de que era preciso expulsar as populações habitantes da floresta. Nas palavras de Beto Ricardo: "o negócio do socioambiental é uma espécie de óculos, é uma perspectiva, não

é um evento, não é um fato, é um jeito de olhar, botar um óculos do socioambientalismo e olhar a relação homem e natureza num momento de crise".

A atuação do ISA, portanto, deveria voltar-se para projetos que conjugassem o direito dessas populações e a necessidade de preservação do meio ambiente. Nessa perspectiva, partia-se da reflexão de que a própria existência das populações indígenas e tradicionais em Unidades de Conservação (UC) é uma das razões das florestas que permanecem “de pé”. Ou seja, esses modos vida e de relação com a natureza conservam a terra por si só.

O Instituto buscou compilar e monitorar novos temas em seu já vasto acervo, ampliando a sua produção documental. Assim, a instituição voltou seu trabalho a temas específicos de ambiente, biodiversidade, mineração, recursos minerais, recursos hídricos, energia. A catalogação e organização desses documentos, do social ao ambiental, eram e são pensados sempre em relação entre si: o objetivo da organização é a população tradicional dentro do seu território.

Com a formação do Instituto e a nova pauta ambiental, o sistema de monitoramento já anteriormente presente no CEDI se expandiu e passou a incluir as áreas de conservação no sistema, bem como localizaram essas áreas na sua produção de mapas. A partir desse trabalho, Fany atesta que quando incluíram também o monitoramento das UC constataram as inúmeras sobreposições das terras indígenas com as Unidades de Conservação:

"Nós fomos os primeiros a elaborar um mapa sobre isso e tanto que nós fizemos um livro sobre Unidade de Conservação e Terras Indígenas que se chama *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza, o desafio da sobreposição*. É um livro bem recebido, ganhamos o prêmio Jabuti com ele" (Entrevista Fany, 2019).

Lançado no aniversário de 10 anos do ISA, o livro marcou a discussão e relação central do instituto. Com a obra, buscaram pensar como trabalhar a partir de duas legislações e concepções de diferentes "especialistas" sobre o uso da terra e da noção de conservação. Enxergando essa sobreposição, o ISA também expande seu trabalho para com populações extrativistas e populações quilombolas, ou seja populações que vivem na floresta.

Logo, tem uma atuação na área de direitos dessas populações, bem como na questão de preservação e recuperação de florestas. Um dos exemplos dos projetos com as

comunidades é o Rede de Sementes do Xingu¹⁶, que busca a recuperação de sementes nativas e a formação de um banco de sementes, e que conjuntamente é implementado com projetos de restauração florestal, proteção e recuperação de nascentes hidrográficas.

Há a busca pela construção de um "Brasil Socioambiental", na Amazônia, na Mata Atlântica e nas áreas de transição entre Cerrado e Floresta. Cada programa com o qual o ISA hoje trabalha está localizado nessas áreas, e na tentativa de realmente compreender esse cenário a partir da perspectiva conjunta entre o *social* e o *ambiental*, separada seus programas de acordo com Bacias Hidrográficas: Bacia do Rio Negro, Bacia do Xingu e Bacia do Ribeira. Através dessa categorização, pensa-se a conservação da floresta e de mananciais, bem como as populações que aí se encontram agrupadas.

O óculos socioambiental, como definido por seu sócio-fundador¹⁷, seria uma forma de olhar para os problemas sociais e ambientais que o Brasil enfrenta. "Uma hora mais ambientalismo do que sócio, e outra pode ser mais social do que ambiental, nós estamos no fio da navalha entre essas duas questões", a negação da separação entre as duas áreas fica evidente até na grafia do nome do Instituto – socioambiental e não socio-ambiental. Alguns de meus interlocutores pensam a escolha do nome como marcadora da definição de sua filosofia, demonstrando como essa escolha faz parte da narrativa histórica do Instituto por seus integrantes. Este evento marcador foi apontado como um acontecimento sobre o qual só os mais antigos teriam conhecimento. De modo que, além de compor a narrativa histórica da e sobre a instituição, tal conhecimento parece indicar um marco de distinção entre os que compõem o ISA: os mais antigos (fundadores) e os que vieram depois.

Nessa linha, a fala de *Maria* é representativa: a junção entre o social e o ambiental estaria no DNA, na formação genética do Instituto. Nos primeiros anos de ISA, a comunicação do próprio nome *socioambiental* foi objetivada pela organização, visto que teria ocorrido um trabalho de convencimento e produção de informação sobre o que é o *socioambientalismo* e como ele é representado pelas práticas da instituição. Segundo Beto Ricardo,

¹⁶Hoje uma organização em processo de transição para a independência em relação ao ISA. O Instituto teve uma participação importante, segundo seus membros, no auxílio à organização de projetos e à estrutura institucional da organização composta por habitantes do cerrado Mato Grossense. Site: <https://www.sementesdoxingu.org.br/site/>. Acesso em 10/02/2020. Esse projeto teria surgido como um método de restauração de sementes nativas, em parceria com as comunidades indígenas, camponeses e também com grandes produtores.

¹⁷ Termo dos interlocutores, presente principalmente em seus documentos.

"Essa palavrinha aí, que não existia quando a gente fundou o ISA, a gente ficou com dúvida se tinha aspas, hífen, não tinha hífen. Teve uma brincadeira na época, no ato da fundação, de não saber se tinha hífen ou não. Venceu o argumento que não tinha hífen, justamente porque com hífen [não havia] dado certo [as ações junto aos povos e ao meio ambiente]" (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

O socioambientalismo seria não um evento, mas uma perspectiva que foi construída e pensada na conformação de vários eventos, ou seja, foi resultado de um conjunto de práticas e discussões entre diferentes grupos que conjugaram relações na história do ISA. Essa perspectiva também possui uma função estratégica de firmar tanto sua identidade institucional, quanto fabricar sua imagem externa como liderança na construção de um Brasil socioambiental. Para que esse socioambiental ganhasse uma existência social seria necessário um processo de institucionalização dessa própria categoria. Por institucionalização, acompanhando Douglas (1998), refiro-me a convenções sociais fortes que se baseariam na natureza e/ou na razão, que por sua vez são resultados contínuos de disputas de classificação desenvolvidas por grupos sociais. É, portanto, a produção social do pensamento que opera como um fundo compartilhado pelos integrantes de uma organização, tanto moral como cognitivamente, deixando ao longo do tempo de ser visto como um arranjo social.

A construção de legitimidade da organização e de suas práticas que transformam e agem diretamente no mundo, partem da racionalização da categoria socioambiental. A instituição dá aos seus membros um conjunto de analogias "por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e razoabilidade dos papéis instituídos, ela poderá manter sua forma contínua, identificável" (Douglas, 2007 *apud* Miguel, 2019, p.58-116). Assim, os projetos aos quais o ISA vem se dedicando ao longo dos anos representam também parte de um percurso de racionalização do socioambiental, com uma adequação também moral de seus integrantes. Isso é interessante quando pensamos como o ISA é definido como uma organização de militância, ou seja, que busca a construção de um novo mundo.

O monitoramento de terras indígenas, o trabalho de documentação, produção de materiais e *advocacy* viriam a constituir os Programas Nacionais do Instituto Socioambiental, e que iriam cobrir todas as regiões das bacias hidrográficas citadas. A novidade que aparece na atuação do Instituto com a sua criação, foi a formação de seus Programas Regionais, junto

às populações tradicionais. Esses programas são os mecanismos nos quais busca-se a eficácia simbólica ligada a sua eficiência técnica.

Esses projetos refletiriam a filosofia do Instituto na sua atuação no mundo, com a formação de categorias que a legitimem. Uma delas é a visão de uma atuação "pé no chão", com projetos voltados diretamente para as populações, e a criação de subsedes em seis estados brasileiros foi a metodologia escolhida pelo grupo para realizar um socioambientalismo na "prática".

Mantendo esse enquadramento em mente, agora partimos para a compreensão do funcionamento do ISA hoje, sua estrutura organizacional, seus serviços permanentes e seus projetos. Como dito anteriormente, as primeiras sedes do ISA foram em São Paulo e Brasília, reunindo os trabalhos já realizados no CEDI e no NDI. A partir da definição do seu mote institucional "socioambiental se escreve e faz junto", o ISA expande ao longo dos seus 25 anos em mais outras sete subsedes, com uma atuação que eles caracterizam como integradora.

2. O socioambientalismo e suas técnicas

Hoje, o Instituto Socioambiental tem sua estrutura organizacional dividida entre atividades que perpassam toda a instituição e suas sedes. Além da divisão dos programas entre Programas Nacionais e Programas Regionais, há os Serviços Permanentes. Esses últimos teriam um papel organizador e burocrático da organização como um todo. Os Programas Nacionais, como veremos a seguir, são herança dos trabalhos já realizados pelas organizações que formaram o ISA, CEDI e NDI. Os Programas Regionais, por sua vez, caracterizariam o ISA de forma única em comparação aos seus antecessores, com a construção de relações de longo prazo com as comunidades e o fomento de diferentes projetos. Ambos, em integração, constituem a metodologia escolhida por eles para a afirmação de sua filosofia socioambiental.

O fomento dos Programas em específico, representaria um novo passo diante de uma nova configuração político-social das relações das populações tradicionais junto ao Estado brasileiro, das organizações não governamentais e da cooperação internacional. Assim, com a promulgação da Constituição, as definições dos direitos indígenas e com o forte crescimento do movimento político e articulações das populações tradicionais, há uma mudança de cenário político e social no que diz respeito a essas populações. Diferentemente do inicial trabalho daquele braço do CEDI, que buscava "pôr os índios no mapa" e refutar a tese de um vazio demográfico; o cenário de desenvolvimento do ISA aparece conjuntamente a um movimento

em que "os índios no Brasil deixaram de ser uma categoria social em extinção, [...] para alcançar a condição de importantes parceiros sociais do chamado desenvolvimento sustentável" (Ricardo, 2004, p.124).

O processo de desenvolvimento desigual de direitos territoriais foi seguido de um intenso crescimento de novas formas de organização indígena, com a retração da ação tutelar do Estado e a ampliação de oportunidades de parceria dessas populações com uma multiplicidade de atores governamentais e não governamentais (Ricardo, 2004). É esse complexo cenário que a atuação do ISA buscou abarcar ao longo dos seus 25 anos de existência, uma perspectiva que conjugasse as diferentes realidades das populações tradicionais nas regiões do país. Nesse sentido, seria uma atuação que busca compreender os novos desafios dessas populações que

"consistem na manutenção de complexas redes sociopolíticas externas a fim de garantir acesso a fontes de financiamentos de programas sociais, sanitários e educativos adaptados a sua realidade cultural e, sobretudo, na viabilização, com o apoio dos mesmos canais, de um modelo de gestão econômico-ambiental dos recursos naturais de suas terras" (Albert, 2004, p. 199)¹⁸.

2.1. Estrutura Organizacional

O Instituto Socioambiental (ISA) é definido legalmente como uma organização da sociedade civil de interesse público, com sede em São Paulo (SP) e sedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA). Segundo o site da organização, o Instituto busca "propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos"¹⁹.

¹⁸ Povos Indígenas no Brasil 1996/2000. Publicado em 2001.

¹⁹Disponível online: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em 18/11/2019.



Figura 2: Auto-representação dos escritórios do ISA e seus programas em mapa. Fonte: Relatório de Atividades do ISA do ano de 2017.

É através de suas sedes e subsedes, que o Instituto realiza os seus "Serviços Permanentes" e seus programas. Entre seus serviços permanentes encontram-se a administração, a comunicação, o desenvolvimento institucional, a documentação, a informática e o geoprocessamento. Entre os Programas Nacionais estão o Monitoramento de Terras Indígenas e Unidades de Conservação; a Política e Direito Socioambiental e o Programa Povos Indígenas no Brasil. Já seus Programas Regionais, são fracionados entre o Programa Vale do Ribeira, Programa Xingu, e Programa Rio Negro.

Neste ponto do capítulo me atentarei para como os documentos e o organograma abaixo são caminhos possíveis para mapear o idioma institucional do ISA e sua estrutura organizacional descrita acima. Ambos tanto dizem sobre como a instituição pensa sua identidade e como esses materiais fazem parte do mecanismo de legitimação de sua existência. Ou seja, como seus aparatos técnicos são instrumentos de resiliência a análises que busquem desautorizar seu trabalho.

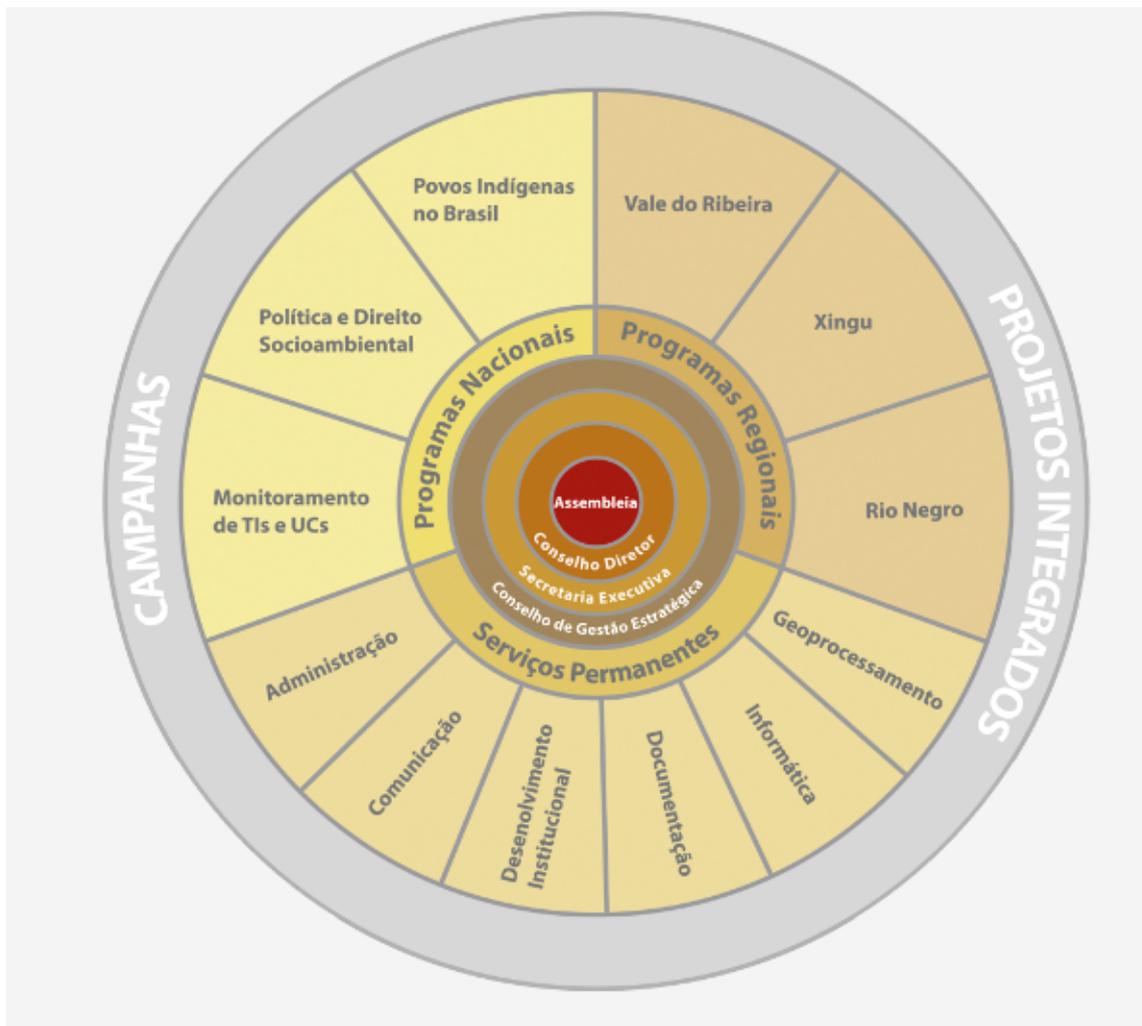


Figura 3: Organograma da Estrutura Organizacional do ISA. Fonte: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>.

Acesso em 17/12/2019.

2.1.1. Pensando a Administração e o Desenvolvimento Institucional como parte da institucionalização

O organograma acima expressa como os Serviços Permanentes são parte da espinha dorsal da organização visto que eles dividem uma centralidade com os programas nacionais e regionais. Todos os três representam a forma de atuação do ISA, sendo os serviços permanentes majoritariamente voltados para a dimensão administrativa e burocrática da instituição. Eles perpassam todos os programas do ISA por meio de atividades que são essenciais para a execução de seus Programas Nacionais e Regionais.

A Administração é o braço do ISA que maneja os documentos e outros aparatos burocráticos, sendo responsável pelo gerenciamento administrativo, financeiro e de recursos humanos do ISA, com o atendimento às legislações fiscal e trabalhista. No Relatório de Atividades de 1999, a Administração é definida como aquela que "reúne as atividades necessárias para administrar o ISA dentro de regras acordadas coletivamente"²⁰ (Relatório de Atividades, 1999, p.17).

O Desenvolvimento Institucional, por sua vez, também está presente no ISA desde seus primeiros anos de existência, e teria sido implantado para "refinar a integração" dos programas no ISA à administração, bem como aprofundar as relações com os parceiros nacionais e internacionais. De acordo com o site do Instituto, o desenvolvimento institucional busca aperfeiçoar o fluxo de informações internas e externas, bem como "facilitar a entrada permanente de recursos por meio do apoio à elaboração de projetos, negociação com instituições financiadoras e elaboração de relatórios"²¹. É por meio deste Serviço que parte da relação com a cooperação internacional se consolida, a partir da qual o ISA arrecada a maior parte de sua verba.

Tanto o serviço de documentação, quanto o desenvolvimento institucional produzem documentos que servem à ordenação interna do ISA, mas também criam materiais para um público e instituições externas a si. A ideia de transparência do Instituto partiria do trabalho desses dois serviços, no sentido de legitimar seu trabalho como "sério" e de resultados. Os

²⁰Esse tipo de organização parece ser algo comum no campo, estando presente na forma de atuação de outras organizações não governamentais, com a presença de conselhos consultivos, deliberativos e uma assembleia geral como órgão máximo de decisão. De acordo com o Código Civil de 2003 estabeleceu novas previsões estatutárias obrigatórias para o funcionamento das ONGs, onde essas normas legais passam a prevalecer sobre normas estatutárias como: a existência de uma assembleia geral e de órgãos deliberativos.

²¹<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/servicos-permanentes>. Acesso em 19/12/2020.

documentos financeiros, administrativos e legais não são objetos inertes, mas têm um objetivo definido: caracterizar seu ofício.

No caso de organizações não governamentais, isso é especialmente importante devido aos diferentes grupos, em especial no congresso nacional e na mídia, que com frequência questionam a transparência e autonomia desse tipo de organização que teve um processo de institucionalização rápido e intenso. Como veremos no próximo capítulo, após a democratização há um crescimento substancial desse tipo de organização (ONG), e a criação de uma legislação específica para tais.

As acusações de certos grupos que buscam desafiar a integridade de instituições como o ISA, principalmente de organizações ambientalistas e indigenistas, alegam a existência de objetivos "escusos" dentro da relação com a cooperação internacional. Há um constante discurso que se repete ao longo dos anos sobre a "internacionalização da Amazônia" e como haveria uma relação ilegal entre as ONGs brasileiras com outros países, em detrimento dos produtores rurais brasileiros.

Todo o ano, o ISA produz um "Relatório de Atividades" e um "Relatório Financeiro" que muito dizem sobre como a instituição tanto busca construir uma retaguarda para com esses tipos de ataques, quanto expressar os "resultados" atingidos durante o ano. Assim, esses documentos falam para os que atacam mas também para os que os apoiam: seus financiadores, que exigem a demonstração da relação entre objetivos e resultados de projetos para os quais os recursos foram direcionados. A confiança que os integrantes do ISA afirmam ter construído perante a cooperação internacional também perpassa a conformação desses documentos.

Também é interessante apontar o fato do organograma representar as relações de poder internas, ao colocar a Assembléia no centro a partir da qual emanariam todas as suas decisões. A palheta de cores também representa como a partir da assembleia (em vermelho) as cores vão "esfriando" conforme dela se distanciam. Isso está de acordo com seus relatórios de atividades, que definem a ação dos serviços permanentes e programas da organização, como atuantes de acordo com regras acordadas coletivamente. Ou seja, o organograma busca representar a forma com que uma organização de tal porte maneja suas atividades e toma decisões. Assim como os Relatórios de Atividades e Financeiro, essa representação da estrutura do ISA faz parte do idioma institucional da organização, tanto da forma como esta se percebe, como também como se apresenta para o exterior. Sendo a instituição um espaço de construção de sentido, esses materiais não só fazem parte do manejo de uma estrutura racional

e burocrática, mas também atuam para a eficácia simbólica do tipo de mundo que a organização busca construir.

Essa operação de documentos também significa uma operação de juízos morais que constituiriam a prática institucional na formação de sua unicidade perante momentos de conflito. As categorias delineadas e constantemente atualizadas dentro das organizações representam um idioma de reflexividade organizacional, que por sua vez mobilizam fluxos de conhecimentos e moralidades (Jimenez *apud* Teixeira & Castilho, 2020). Dentre essas categorias, muitas são recorrentes dentro do campo das instituições e que aparecem constantemente nos documentos e projetos do ISA, como: transparência, responsabilidade social, participação, igualdade e diversidade.

A utilização dos relatórios demonstra como mesmo numa organização que parece consolidada como o ISA, a formação de sua institucionalidade, ou seja, sua capacidade de normatizar sua visão de mundo, sua moralidade, é uma construção permanente e não necessariamente linear. Na construção de sua história, os acontecimentos são narrados por seus integrantes de forma linear, como em etapas que consolidaram sua posição no campo. Entretanto, o fato da existência de ataques por diferentes frentes em também diferentes momentos dessa história, demonstra como a institucionalização é marcada por sinuosidades.

Nesse sentido, o sucesso da institucionalização de uma organização também estaria relacionada ao manejo de desafios colocados sobre sua eficácia técnica e também de sua moralidade. Para Annelise Riles (2006), os documentos são artefatos modernos que engendram ações e pensamentos. Eles não são simplesmente objetos "passivos" no mundo mas agem, na medida que são instrumentos manuseados pelas instituições e seus componentes. Nesse sentido, seus efeitos são relacionados com os sujeitos que os produzem, os põem em circulação, os interpretam e que tem presença numa rede de relações de poder específicas. Documentos, como o Relatório de Atividades, antecipam respostas e ações (Teixeira & Castillo, 2020).

2.1.2. A Documentação e o Geoprocessamento

A Documentação é um dos serviços mais antigos, possuindo uma grande importância tendo em vista que, como vimos anteriormente, é herança do já grande trabalho de acervo documental do Centro Ecumênico de Documentação e Informação. A documentação também é basilar para a intensa produção de livros, coletâneas e documentos da própria instituição

sobre os inúmeros assuntos que envolvem o socioambientalismo. Leila Monteiro não estava presente na criação do ISA, mas foi convidada pelos sócios-fundadores a integrar o Instituto. Ela e os sócio-fundadores já se conheciam pois Leila era integrante do CEDI no Programa Movimento Camponês no Rio de Janeiro. Segundo ela, o grande acervo sobre os Povos Indígenas desde o CEDI, gerou um acúmulo de obras raras de antropologia e sociologia, bem como documentos oficiais raros.

"Garimpou-se em sebos, tudo o quanto era publicação que houvesse sobre índios no Brasil, na América latina também. [...] Coleções sobre periódicos científicos da USP, do departamento de antropologia do Museu Paulista, [que] começaram com a efervescência da etnologia no Brasil. Então, nós tínhamos no acervo a coleção da Revista do Museu Paulista desde o volume 1, número 1, de 1948; da Revista de Antropologia da USP a partir de 1953". (Entrevista Leila Monteiro, 2019)

Ela ainda aponta como a documentação nos tempos do Programa Povos Indígenas do CEDI focava especificamente nos povos indígenas, mas aos poucos alguns temas foram incluídos por afetarem e se relacionarem com as populações indígenas. Assim, foram coletadas notícias sobre a Amazônia, a mineração na floresta, "tudo que era relacionado com a Amazônia sempre interessou, o que de alguma forma esbarrava na questão indígena, [...] a gente abriu bem o leque, e começamos a ter um arranjo temático voltado para a questão indígena e a questão ambiental: mineração, hidrelétricas, exploração madeireira" (Entrevista Leila Monteiro, 2019). Vale pôr em destaque como a Amazônia tem uma centralidade dentro da instituição, desde a quantidade de sedes no bioma e o volume de financiamento, quanto no histórico de seu trabalho desde as organizações anteriores ao ISA. Esse fato, como veremos mais à frente, faz parte de um processo de constituição da Amazônia em âmbito nacional e internacional, como um espaço importante globalmente diante da crise ambiental (ver Capítulo 3).

Com a formação do ISA e a nova pauta ambiental, Leila conta que foi contratada para trabalhar junto à grande quantidade de material que chegava sobre o assunto, através de uma rede social de informantes e especialistas, herança do CEDI, do NDI e dos ex-integrantes da SOS Mata Atlântica.

"Tinha essa parte toda ambiental pra começar a ser mais trabalhada, e a quantidade de material que se recebia da parte de meio ambiente era muito grande. Porque com a internet e a troca de e-mail, a disseminação de documentos era muito mais rápida, então eles precisavam de alguém que ajudasse. Entrei no ISA para trabalhar com a parte de meio ambiente do acervo, que para mim era mais próxima por conta do meu trabalho na documentação do CEDI no Rio de Janeiro (Entrevista Leila Monteiro, 2019).

Segundo a narrativa dos integrantes do ISA sobre a importância de seu acervo, ele seria de tal tamanho e possuidor de inúmeras obras que pesquisadores de diferentes pós-graduações, professores, jornalistas foram às suas dependências para ter acesso ao acervo acumulado. Este seria referência na área socioambiental, principalmente relacionado à questão indígena. À exemplo, Leila destaca a presença de etnografias datadas do início do século XX, de boletins da FUNAI de diferentes anos, além de periódicos de organizações indígenas. Essa afirmação sobre a importância do acervo é compreensível quando pensamos a missão que a instituição colocou para si de construir um Brasil socioambiental. Para isto, é necessária a formação de conhecimento sobre o assunto ao qual a organização se dedica. Querendo um Brasil socioambiental, a narrativa sobre a relevância do Instituto marca a tentativa de localizá-lo como referência e liderança no assunto, buscando construir bases que auxiliem na produção e legitimidade de seu trabalho.

Hoje em dia, a maioria desses materiais encontra-se no acervo online do Instituto, tanto as antigas publicações e periódicos adquiridos, quanto os clippings de notícias de jornais que a instituição vem acumulando desde a época do CEDI. Esse grande arquivo físico que foi sendo digitalizado reúne milhares de materiais e o Instituto possui um site específico somente para seu acervo²² com livros, teses e dissertações, fotos, mapas, documentos, bancos de notícias e vídeos, que no total correspondem a mais de 210 mil materiais.

A relevância deste acervo pode ser igualmente percebida através da doação de grande parte dele para a biblioteca em (re)construção do Museu Nacional, após o trágico incêndio na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro, em 2018. No período da minha primeira ida à sede São Paulo, caixas e mais caixas estavam prontas para serem postas no caminhão e enviadas ao Rio de Janeiro. Nesse processo, salas inteiras foram esvaziadas na sede, incluindo a biblioteca e a sala de periódicos.

²²<https://acervo.socioambiental.org/>. Acesso em 20/12/2020.

"Quando nós mandamos a lista dos periódicos pro Museu Nacional, a comissão que está trabalhando com a reconstrução da biblioteca da pós graduação da Antropologia do Museu Nacional, disse que eles em princípio não estavam aceitando doações de periódicos, mas como os títulos não estavam na internet, eles iam querer toda a coleção.

E é uma coleção realmente muito rara, tem todos esses estudos etnográficos, etnológicos e acadêmicos, mas também tem boletins de muitas organizações indígenas no Brasil e na América Latina. E têm também boletins de organizações indigenistas, de ONGs e de órgãos públicos. Todos os boletins da Funai, desde 1968... que não estão disponíveis ainda na internet, assim como boletins da Igreja. Todos os boletins do CIMI²³, CIMI norte, CIMI sul, CIMI nacional, tudo. Desde o número um" (Entrevista Leila Monteiro, 2019).

Ainda de acordo com ela, foram doados mais de 3.800 livros, 206 teses e dissertações; e mais de 177 títulos de coleções de periódicos em suas referentes coleções. Em junho de 2019, o Instituto publicou uma notícia pelo seu site publicizando as doações à Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Entre as publicações raras na área está a edição da Revista do Museu Paulista, da USP, de 1949, com ensaio de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá²⁴.

A notícia do site que traz o anúncio da doação²⁵ apresenta um depoimento de Beto Ricardo, que de certa forma descreve o início da formação da rede de relações que o ISA mantém e que gerou seu acervo: "os pesquisadores passavam no CEDI para falar sobre a situação nas áreas em que trabalhavam e deixavam cópias de suas teses. Ou seja, uma contribuição espontânea dos colaboradores do CEDI e que formou um acervo de teses, algumas delas raras, dentro do Programa Povos Indígenas no Brasil".

Apesar de central, a documentação não é mais tanto o foco da instituição quanto um dia foi. Segundo Leila, por conta do "mercado de projetos"²⁶, a área que mais recebe recurso é

²³ Conselho Indigenista Missionário.

²⁴ *A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade Tupinambá.*

²⁵ Disponível online: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-doa-acervo-de-quase-4-mil-livros-para-recompor-biblioteca-do-museu-nacional>. Acesso em 10/02/2020.

²⁶ Esse mercado de projetos constitui um campo de significados e práticas, onde haveria uma forma de intervenção social específica. Pareschi denomina esse campo como *projetismo*: "uma forma de intervenção social especialmente vinculada à ideologia do desenvolvimento" que "manifesta estas estruturas tecnoburocráticas e as hierarquias nelas contidas, imprimindo uma dinâmica própria, geralmente alheia às condições

a relativa ao trabalho de campo: "ninguém está querendo financiar documentação mais, mesmo o programa de monitoramento é um programa que hoje em dia tem mais dificuldade de conseguir recurso. Agora ao apresentar um projeto de restauração florestal na bacia do Xingu, você consegue recurso, é diferente" (Entrevista Leila Monteiro, 2019). Dessa forma, os que ganham o maior volume de recursos e pessoal são os Programas Regionais do ISA e os projetos com os quais eles trabalham em conjunto com as comunidades tradicionais. Outro braço dos Serviços Permanentes, herança do CEDI, é o Geoprocessamento que também vem perdendo espaço de financiamento perante o mercado de projetos. É um dos serviços da instituição que auxilia um dos seus principais Programas Nacionais, o monitoramento de áreas protegidas. O Geoprocessamento ou Geosserviço é a área que produz, atualiza e divulga informações cartográficas ao elaborar diagnósticos socioambientais acerca de Terras Indígenas e Unidades de Conservação (Relatório de Atividades, 2017). Nesse serviço, há a atuação de cartógrafos na tentativa de

“atender as demandas internas de projetos e programas em desenvolvimento ou em fase de planejamento do Instituto Socioambiental, bem como as externas, de comunidades locais, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais, imprensa e sociedade em geral, produzindo informações sobre os aspectos territoriais dos temas trabalhados pelo ISA" (Relatório de Atividades, 2017).²⁷

Dentre suas atividades estão o levantamento e catalogação de fontes cartográficas e o monitoramento cartográfico de Áreas Protegidas. Portanto, o trabalho manual e inicial do projeto levantado no braço do CEDI, no ISA torna-se um serviço permanente de auxílio para a ação socioambiental da instituição por meio de seus programas.

2.1.3. A Comunicação

A narrativa dos sócios do ISA sobre este serviço afirma seu valor, mas também a dificuldade de se conseguir recurso para a área perante a cooperação internacional. Segundo Márcio Santilli, a comunicação começou no ISA como uma atividade permanente e hoje ela

reais em que é aplicada, contrariando, de certa forma, os objetivos que o justificam, como o da sustentabilidade social, ambiental e econômica" (Pareschi, 2002, p.108). Essa categoria e suas correspondentes serão trabalhadas mais a fundo no capítulo 3.

²⁷<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/servicos-permanentes/geoprocessamento>

teria uma função maior de retaguarda para com os Programas. A herança da comunicação do ISA veio do NDI, onde buscava-se uma equipe que pudesse ter uma interlocução direta com os órgão de governo. Ao mesmo tempo, Santilli afirmou, como vimos, que essa relação bilateral com o Estado se mostrou limitada, sendo necessário conversar com outros agentes e fazer a informação chegar em mais pessoas. Ou seja, tornava-se necessário expandir o discurso e ações para além do círculo de governo e dos próprios movimentos ambientalistas e, assim, a comunicação teria se tornado forte dentro do ISA, a partir também de movimentos e campanhas.

"A comunicação passou a ser uma coisa de importância crescente dentro do ISA, uma coisa que a instituição teve que fomentar porque a gente não conseguia grana pra poder financiar algo de comunicação. [...] A gente criou internamente no ISA um fundo, onde a gente morde uma graninha de todos os projetos, de todos os contratos que a instituição tem, como se fosse um imposto interno *né* para bancar um fundo de arrecadação e mobilização, e outras coisas que se tornaram fundamentais dentro da estratégia política do ISA, que é bancar mobilizações, ajudar as mobilizações dos índios, dos quilombolas, de outras populações, no desenvolvimento de uma estrutura de comunicação forte" (Entrevista Márcio Santilli, 2019).

Bruno Weis, coordenador da Comunicação na sede São Paulo, define o trabalho comunicativo no âmbito das ONGs como outra carreira em comparação ao trabalho em jornais do ramo "tradicional". De acordo com ele, há jornalismo, comunicação institucional e marketing dentro de suas atribuições, no entanto, o que há de mais forte é o "marketing de causa". Este possuiria uma qualidade publicitária voltada a uma abordagem política.

Junto aos programas, uma parte da comunicação volta-se aos projetos para mostrar, através de formação de conteúdo de mídia, o contexto político e socioeconômico do trabalho com as comunidades para o grande público. É, portanto, "mostrar como esse projeto se insere, a importância desse projeto, o que é prioritário pra comunidade, e seus resultados; ao passar do tempo a gente vai importando pra internet, a gente está cada vez mais ampliando linguagens pra comunicar o trabalho" (Entrevista Bruno Weis, 2019). É a partir disso que o ISA busca contar outras narrativas e realidades, comunicar outros "Brasis" através de

diferentes mecanismos de mídia com suas páginas no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube.

Segundo Bruno, a comunicação possui um papel dentro da atuação “política-militante” da organização, trabalhando em conjunto e afinidade com o programa nacional de Política e Direito Socioambiental, onde a comunicação cobriria a pauta política mobilizada por este programa nacional do ISA. A comunicação seria, então, uma ferramenta do *advocacy* como “prestador de informação” à sociedade e também formador de opinião. Bruno descreveu um pouco desse trabalho:

"A gente não tem nem controle da pauta [política]. Ela é muito imposta pelos nossos antagonistas e a gente trata de cobrir [a pauta] e dar o protagonismo para os nossos parceiros indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Trazer a voz deles, pra equilibrar um pouco a cobertura jornalística, que acaba ficando muito protagonizada pelo plenário político. [...] Quando vão se expressar publicamente, a gente dá um apoio grande com a comunicação. É um trabalho que mostra essa construção política. [...] Essa é uma função muito objetiva da comunicação, a defesa de direitos. **Advocacy nada mais é que defesa de direitos**" (Entrevista Bruno Weis, 2019).

Como posto anteriormente neste capítulo, o trabalho da comunicação foi importante nos primeiros tempos do ISA na divulgação da perspectiva socioambiental. Hoje, ela atua como um braço de expressão das políticas e ideais da instituição. Não só busca circunscrever o modo e tipos de ação do ISA para o público como também mobiliza categorias e valores. Ao definir a comunicação como um "marketing de causa", é também através dela que seus integrantes reafirmam e atualizam os ideais que movem seu trabalho.

A atuação do ISA por meio da comunicação e a presença desse serviço permanente de forma transversal no Instituto, apresenta uma outra face da identidade institucional característica do ISA, a sua atuação “política-militante”. Por meio da comunicação, conforma ao público em geral uma imagem sobre si e sobre seus trabalhos, que se conjugam na visão socioambiental. A forma como as “Campanhas” no organograma (Figura 3) aparecem no último raio a cobrir todas as outras separações, manifesta como as Campanhas seriam a expressão de seu trabalho exteriorizado ao público. Ou seja, é peça central da construção imagética que a instituição produz sobre si. Assim como um interlocutor definiu o

socioambientalismo como uma espécie de lente, o coordenador da comunicação entende o ISA como uma organização de específica visão sobre a realidade brasileira. Por essa razão, o ISA possuiria produção de conhecimento e acervo: essas duas atribuições - política e pesquisa - se completam tanto na consolidação dos projetos com as populações, como na sua atuação política em Brasília, e entre os vários poderes do Estado.

3. A árvore como metáfora

"A gente costuma dizer que a nossa forma de intervenção é representada por uma **árvore** que tem as raízes no chão, que tem uma copa ampla, abrindo o leque pra cima e a gente gosta de colocar uma antena parabólica no topo da árvore, tem uma coisa pra fora, pro mundo, pra relação internacional.

Então, assim, a gente se alimenta das experiências, das demandas, do conhecimento que a gente constrói com os parceiros locais. O desenvolvimento dos projetos locais é trazido como um insumo para a nossa intervenção em políticas públicas e para dar visibilidade pública a essa realidade. É tentar captar o que acontece no mundo e no campo nacional e ajudar essa informação chegar localmente, entrar nos nossos parceiros". (Entrevista Adriana Ramos, 2019)

Os programas e os serviços do ISA têm uma função transversal, na medida que os Programas Nacionais e os Serviços Permanentes teriam uma amplitude nacional e internacional, também na relação entre os Programas Regionais e as agências de cooperação. Como posto pelo organograma (Figura 3), os dois grupos de programas e os serviços permanentes da organização operariam de forma "*integrada*". Assim como posto no relatório de atividades de 2017, "A atuação do ISA se dá por meio de programas, projetos e serviços, que se articulam em diferentes níveis- nacional, internacional e regional" (Relatório de Atividades, 2017, p.11).

A integração ou articulação dos Programas são representadas pela ideia de uma árvore, em que a atuação vai desde o "*pé no chão*", a "*raiz*"; até a "*copa*" e à "*antena*". Beto Ricardo vê essa perspectiva como inovadora no contexto da Rio-92:

"É um ponto de vista verticalizado, então pé no chão, e tem uma expressão política no plano internacional, nas convenções internacionais, no judiciário em

Brasília, no executivo etc. Poucas organizações têm essa estrutura, esse perfil que vai de trabalho local, a base, tão inspiradora, até instituída em política pública, no panorama internacional" (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

De acordo com o dicionário Aurélio, a árvore é uma "planta lenhosa cujo caule, ou tronco, fixado no solo com raízes, é despido na base e carregado de galhos e folhas na parte superior". A árvore, além disso, é um organismo vivo que comporta um ecossistema próprio, sendo uma única árvore capaz de promover a vida de diferentes animais e microorganismos. Diante disso, o que podemos pensar sobre a escolha da árvore como uma analogia para o trabalho do ISA e sua filosofia?

O tronco é capilarizado e sustentado pelas raízes, carregando os insumos necessários para a formação da copa. As raízes são parte essencial para a vida da árvore, sem elas, não consegue seus nutrientes e não pode se desenvolver. Dentro do ISA, a raiz representaria os Programas Regionais, ou seja, a ação direta junto às populações no seu manejo da terra. Entendendo essa relação próxima e a longo prazo com as populações como algo "inovador" e característico de sua identidade, é ela que sustentaria todo o trabalho restante da instituição.

Além disso, árvores também são símbolo de longevidade e permanência. As raízes fixas no chão permitem um estabelecimento duradouro em uma localidade e o desenvolvimento deste organismo. Nesse sentido, o tronco e a copa da árvore simbolizam o restante do trabalho do ISA, entre seus serviços permanentes e programas nacionais, que seriam constantemente alimentados pelas raízes fixas na terra. Por outro lado, a árvore é uma representação direta da natureza e de sua conservação. A luta pela "floresta em pé" que o ISA propõe também traduz o fluxo de vida que a ideia da árvore evoca.

A vida que as raízes proporcionam à copa é responsável pelo seu florescer. Uma copa robusta, por sua vez, tem a possibilidade de sustentar um ente externo, a antena. Um objeto que manda e recebe informações, a antena não soma à ideia de vida, mas ela também nutre a copa, assim como as raízes, por adicionar a ideia da comunicação e das campanhas que, como dito anteriormente, são tão caras ao ISA. A antena, de certa forma, também depende da árvore que permanece estática na terra, dotando-a do poder de expandir seu alcance territorial. É um objeto técnico que também permitiu a globalização de informações, valores e categorias, quando o meio ambiente se torna uma pauta de interesse global.

Nessa relação entre natureza e técnica, poderíamos sugerir, ainda, que esta última evoca a racionalidade e objetividade de um ente externo à floresta, no caso, a forma de

relação com a cooperação internacional. Assim como um objeto técnico remonta à racionalidade, a cooperação também operaria por modelos racionais na definição dos projetos que financia. Ou seja, demandaria um conhecimento burocrático e documental, **técnico**, para a consolidação de um projeto de mundo.

É a partir dessas metáforas que a instituição racionaliza a ideia do socioambiental e da integração de seus programas. É a construção de uma metáfora consciente que tem o potencial de se tornar uma analogia profunda. Nos termos de Mary Douglas (1998), a analogia deve mobilizar a adesão dos integrantes à moralidade e ao conhecimento evocado por essa analogia. A formação de um padrão lógico para a definição de seu trabalho tem a função de trazer para perto o seu entendimento, e o modo como essa analogia é compreendida dentro de padrões sociais.

As analogias atuam sobre o processo de institucionalização da categoria socioambiental, pois naturalizam sua existência, a tornam paupável. Nas palavras de Douglas (1998):

"Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos [...]". (Douglas, 1998, p.131)

Entretanto, a metáfora da árvore ainda não constituiria uma analogia profunda pois aparece de forma muito consciente no discurso de seus integrantes, o que por princípio, a analogia não o seria. Ao mesmo tempo, essa prerrogativa justifica o potencial transformador da árvore, por possuir características de se tornar uma analogia com estrutura formal facilmente reconhecida. Assim, ela poderia ser revestida de uma verdade autolegitimada. O princípio estabilizador de uma instituição, portanto, dependeria da naturalização das classificações sociais construídas por ela. Seria necessário existir uma analogia em que a estrutura social "será encontrada ou no mundo físico ou no mundo sobrenatural ou na eternidade ou em qualquer outro lugar, contanto que não seja encarada como um arranjo socialmente elaborado" (Douglas, 1998, p.61).

3.1. Os Programas Nacionais

Com essa perspectiva em mente, os Programas Nacionais do ISA atualmente são divididos em três, o **Política e Direito Socioambiental**; o **Monitoramento de Áreas Protegidas**; e o **Povos Indígenas no Brasil**. Esses três programas formavam o esqueleto inicial do ISA durante os seus primeiros anos, e a partir deles, o Instituto se expande para a atuação regional junto às populações com a criação das subsedes. Relembrando, os três Programas vieram como herança das duas das instituições que resolveram se extinguir e criar o ISA, CEDI e NDI.

Cada um desses programas possui uma amplitude que não se restringe a barreiras geográficas, buscando interligar suas atuações em diferentes escalas. O programa de Política e Direito Socioambiental tem nas suas atividades a busca pela implementação de direitos relativos aos povos indígenas e comunidades tradicionais, com a intervenção em políticas públicas socioambientais, no Executivo, Legislativo e Judiciário. Adriana Ramos define o programa como o correspondente à copa da árvore, dependente das raízes, sempre em comunicação com os programas regionais e as populações. A integração dos programas inscrita no organograma (Figura 3) é expressa no programa de Política e Direito Socioambiental através de todo o trabalho de incidência política do Instituto que "está baseado naquilo que a gente acumula de experiência e de discussão de demanda com nossos parceiros locais" (Entrevista Adriana Ramos, 2019). Ao mesmo tempo, a função de comunicação do satélite presente na copa da árvore representaria a forma que a organização toma para si a função de estar presente em vários fóruns e instâncias. Portanto, o ISA estaria inscrito em :

"Vários processos com outros parceiros internacionais e nacionais para trazer mais benefícios para os nossos parceiros locais. Esse trabalho com os parceiros locais, e não só esses trabalhos, mas nos programas de monitoramento e política, também têm relações com os movimentos sociais." (Entrevista Adriana Ramos, 2019).

Nessa atuação política do ISA, a organização se insere numa correlação de forças e articulação com outros atores. Com o objetivo de garantir a implementação de políticas e direitos socioambientais, a instituição "nunca foi uma instituição de se alinhar automaticamente com certas posições político partidárias, e sempre foi uma instituição de

buscar diálogo"(Entrevista Adriana Ramos, 2019), ou seja, de se construir na relação com "parceiros". Essa postura, segundo Adriana, também se dá em razão da formação do ISA por pessoas de diferentes trajetórias políticas, como (à título de exemplo) Santilli que já foi deputado federal pelo PMDB (1983-1987) e Nilto Tatto²⁸ atual deputado federal pelo PT.

Na experiência da organização, mais de um integrante do ISA apontou que as pautas indígena e ambiental não são marcadas pela dicotomia esquerda e direita. Haveria uma compreensão ao longo dos anos sobre a complexidade deste campo político que "bate de frente" com o principal "carro" da economia brasileira: o agronegócio. Assim, a correlação de forças e a construção de estratégias para a obtenção de aliados, teria que ser feita por meio do diálogo com as diferentes pessoas e instituições nesse meio. Seria um campo dotado de contradições, na medida que sendo de esquerda ou direita, cada deputado ou senador possui diferentes agendas, e podem atender a diversos interesses a depender da situação e das relevâncias que estabeleçam.

A posição pragmática do Instituto dentro dessa dicotomia creio que é em razão do contexto político específico que a democratização evocou ao longo dos anos. No trabalho de Abreu (2010), na entrevista com Magali do Nascimento, a ex-CEDI afirma que o Centro se posicionava como uma organização "claramente de esquerda". Isso se daria pelo fato da organização nascer no período ditatorial em que "ou você apoiava o regime, ou você queria um Brasil democratizado". Com a abertura democrática, na configuração interna do CEDI, haveria uma predominância de pessoas ligadas ao nascimento do Partido dos Trabalhadores e a uma herança dessa esquerda.

O nascimento do ISA vem com essa mudança de conjuntura e o crescimento do Terceiro Setor. Assim, foi necessária a formação de parcerias e alianças de acordo com diferentes configurações que o cenário político brasileiro assumiu. Não mais um momento de tencionamento de oposição direta ao Estado, o quadro das forças políticas se tornou mais matizado e a tática escolhida foi a busca por "diálogo" e modos diversos de manejar os aparatos estatais.

Essa posição do ISA seria também importante para de certa forma garantir sua autonomia e capacidade de articulação em diferentes situações políticas que o país venha a encontrar. Mesmo durante os governos petistas, considerados de esquerda, a instituição desenvolveu uma forte crítica à sua atuação desenvolvimentista. A mudança na correlação de forças políticas nos últimos anos vem demonstrando o crescimento de uma parcela mais

²⁸NiltoTatto foi integrante do ISA, e atuou como coordenador do Programa Regional Vale do Ribeira.

conservadora dentro do Congresso Nacional e no Executivo. Ao mesmo tempo, “trabalhando com o que tem”, a organização buscou e busca brechas para a defesa dos direitos de populações tradicionais. Em 2019,

"Teve uma renovação imensa no congresso que nenhum pesquisador, cientista político nesse país avaliou, previu. Uma boa parcela dos novos é conservador, mas ser conservador da agenda econômica por exemplo, ou mesmo na agenda de costumes, não quer significa dizer que esse cara é anti-indígena ou que ele não se preocupa com meio ambiente. Ele pode ser conservador mas vem nessa pegada da renovação da política, do empreendedorismo, e que tem um interesse na questão ambiental. São pessoas mais jovens e já foram sensibilizadas pra isso. Então a gente identifica que tem um centrão, um centro ali que fica no meio do caminho, que é mais direita do que esquerda mas que é conquistável nessa temática". (Entrevista Adriana Ramos, 2019)

Contudo, o Programa de Política e Direito Socioambiental não tem presença somente em Brasília, estende-se para os diferentes programas regionais, a fim de garantir uma atuação mais específica a cada região. Nesse âmbito local, esse trabalho é feito junto ao Legislativo (prefeituras, câmaras municipais, por exemplo) das cidades e regiões nas quais os programas regionais estão inseridos. Em lugares onde se lida com fronteira, com invasão de terras por garimpeiros e madeireiras, há uma tensão maior no campo. Nesses casos estariam, segundo Adriana, os escritórios de Altamira e Boa Vista, localizados no "olho do furacão" dos atuais conflitos sobre a terra.

O Monitoramento de Áreas Protegidas também é importante no acompanhamento desses territórios em conflito, responsável pela formação de material necessário a pesquisas, campanhas e formação de mapas. O Programas Povos Indígenas no Brasil, por sua vez, possui uma uma relação criativa com o Monitoramento. Ambas ações, se completariam com objetivos que se coadunam. Esses dois programas teriam sido basilares para a posterior formação dos Programas Regionais, visto que a partir do Monitoramento e da produção dos livros *Povos Indígenas do Brasil*, ambos atuaram a partir da utilização de mapeamento geográfico. Quando o ISA é criado e o fator ambiental é colocado dentro de suas diretrizes, o

monitoramento de áreas protegidas expande-se após alguns anos para áreas definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)²⁹.

O Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB), por sua vez, é representante de somente uma das inúmeras produções de materiais, livros, artigos, cartilhas, que reúnem o conhecimento adquirido pela instituição através de suas várias frentes. Segundo o site do acervo do Instituto, o ISA possui mais de 247 publicações próprias, que incluem as experiências de pesquisa e projetos realizados pela instituição nas regiões que atuam. O ISA também é editor de livros ligados ao socioambientalismo, bem como oferece apoio a publicações como, por exemplo, o livro *A Queda do Céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert.

De acordo com o site da instituição, o PIB ou PIBAO seria referência nacional na produção e análise de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Esse Programa hoje tem sua base digital e sua base impressa. A base digital corresponde a dois sites, o Povos Indígenas no Brasil³⁰ e o Povos Indígenas no Brasil Mirim³¹. Logo na página inicial do primeiro site há um grande organograma com o nome de mais de 200 etnias indígenas no país, sendo possível fazer uma busca dessas etnias por estado ou por família linguística. Com o passar dos anos, não só se apontou a existência dessas populações em documentos cartográficos, como também foi formado um acervo de informações e notícias. Ao clicar em uma das etnias do organograma, há uma página com informações sobre o nome da etnia, a língua, sua localização, números sobre sua população, a história do contato; além de informações sobre as formas de caça, roça, coleta e sobre a cosmologia do povo.

Ainda no site estão sistematizadas as políticas indigenistas brasileiras e o destaque para iniciativas indígenas, como as organizações indígenas, sua participação na política, e a divulgação de trabalhos de intelectuais indígenas. O Povos Indígenas no Brasil Mirim, por sua vez, é voltado ao público infanto-juvenil trazendo informações e vídeos sobre essas populações numa plataforma virtual interativa.

A última versão impressa do PIBÃO, foi lançada em 2016 (de qualidade quinquenal), e trouxe uma retrospectiva da situação social e política da população indígena brasileira de 2011 a 2016. A décima segunda edição homenageia Piracumã Yawalapti, liderança do

²⁹Criado em 2000, o SNUC "é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo" Disponível online: Ministério de Meio Ambiente (<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>).

³⁰Link: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em 20/12/2019.

³¹Link: <https://mirim.org/>. Acesso em 20/12/2019.

Território Indígena do Xingu (TIX), falecido naquele mesmo ano. Na foto de capa, Piracumã está pedindo calma em frente a um policial militar do Distrito Federal, durante manifestação em Brasília. A foto é representativa de um período que, segundo a publicação, foi marcado por grandes mobilizações do movimento indígena contra os retrocessos em seus direitos coletivos. A truculência da polícia também marcou os protestos da Mobilização Nacional Indígena com spray de pimenta e cassetetes nos manifestantes. Segundo o PIBÃO, ao final de 2016, houve 189 iniciativas de restrição aos direitos indígenas, sobretudo no que diz respeito aos direitos territoriais. O Legislativo federal, desde anos anteriores, apontava para um crescimento de bancadas conservadoras dentro do Congresso Nacional, e que se expandiu de forma célere até o presente momento.

A edição, portanto, destaca a forte atuação da Mobilização Nacional Indígena e as situações enfrentadas pelas populações na rota de colisão de empreendimentos hidrelétricos de Belo Monte e o Complexo do Tapajós, por exemplo. Além disso, não faltariam relatos "sobre os impactos socioambientais do garimpo ilegal, da mineração e a contaminação por agrotóxicos, sem falar dos conflitos fundiários que assolam Terras Indígenas em todo o Brasil"³².

³²<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-povos-indigenas-no-brasil-20112016-destaca-periodo-de-retrocessos-e-mobilizacoes>. Acesso em 15/12/2019.

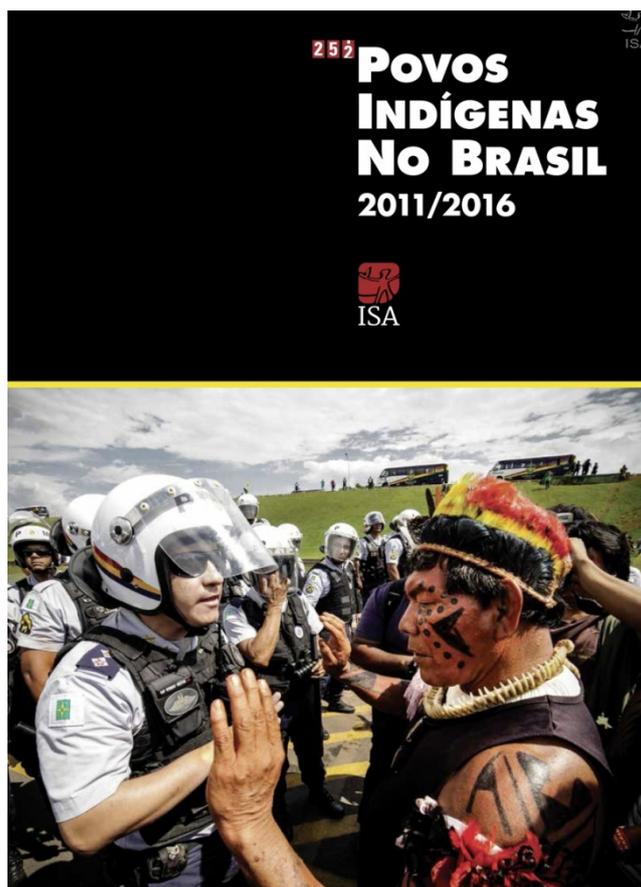


Figura 4: Capa da edição Povos Indígenas no Brasil 2011/2016.

Portanto, essa produção material e documental que hoje o ISA tem, faz parte de sua autopercepção identitária, datada de seus primórdios desde os tempos de CEDI e NDI. Seus Programas Nacionais e os Serviços Permanentes dão pistas e indicam caminhos de como o Instituto foi formado e, sobretudo, como que a partir deles o socioambientalismo do ISA pôde ser pensado e refinado. Eles representariam essa construção de conhecimento produzida ao longos dos anos sobre o socioambiental, juntamente ao trabalho realizado através dos Programas Regionais. Além das uniões entre as atuações do CEDI e NDI, o ISA inovaria com sua perspectiva de que para içar o socioambientalismo enquanto uma categoria de potência transformadora, seria necessário ter uma relação de presença e de longa duração com as populações indígenas e tradicionais.

3.2. Os Programas Regionais

Aqui chegamos à “raiz da árvore” que alimenta toda a estrutura do ISA. É a partir dela que os integrantes do Instituto Socioambiental definem sua atividade como diferenciada

no espectro do Terceiro Setor. Seus projetos de campo estão concentrados nas três Bacias Hidrográficas que já apresentei neste capítulo: a Bacia do Rio Negro, a Bacia do Ribeira e a Bacia do Xingu. Na organização, lembremos, entende-se que é necessário promover parcerias longevas com as populações e organizações locais. Márcio Santilli destacou, com as palavras a baixo, essa obrigatoriedade do manejo dos projetos em campo do Instituto, sendo importante para o ISA desenvolver esses projetos através de uma relação de confiança construída ao longo de anos:

"Não interessa pro ISA desenvolver um projeto num lugar e depois de 3 anos é tchau, agora a gente vai pra outro lugar. Prefere ficar com o rabo preso em regiões determinadas e poder fazer alguma diferença ao longo de períodos grandes. Então nós estamos fazendo 25 anos e são praticamente 25 anos que a gente tem uma presença nesses lugares" (Entrevista Márcio Santilli, 2019).

Segundo ele, essa foi uma decisão desde a criação do Instituto, de se ater a certas regiões para a atuação local. A instituição seria sempre chamada para desenvolver projetos em outras regiões, entretanto Santilli afirma que somente as aceitam por meio de relações de parceria e cooperação com outras organizações. As áreas definidas pelo ISA através das Bacias Hidrográficas foram sendo definidas ao longo do tempo, ampliando o escopo de ação do ISA para populações tradicionais não-indígenas. Nessa direção, de acordo com Fany, a criação dos programas regionais se deram

“porque deixamos de trabalhar só com documentação e informação como era no CEDI, e o ISA tinha como proposta trabalhar em campo nas Bacias Hidrográficas do Rio Negro [que inclui o Rio Branco- Roraima- Yanomami] e a Bacia Hidrográfica do Xingu.

O Beto já trabalhava pessoalmente com os índios do Alto Rio Negro e o André Villas Boas com os índios do Parque do Xingu. Esses foram os determinantes desses dois programas regionais. Posteriormente o ISA incluiu os Yanomami, o Davi Yanomami, que era diretor da CCPY, conhecia o Beto e solicitou ao ISA a parceria com eles. Enfim, já havia relações acumuladas nessas regiões” (Entrevista Fany Ricardo, 2020).

Na Bacia Rio Negro, há as sedes de Manaus (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Boa Vista (RR), que tem um trabalho direto com etnias indígenas da região, sendo também o programa regional mais antigo. As sedes da Bacia do Xingu, por sua vez, estão presentes em trabalhos junto à população indígena do Parque do Xingu (MT) e as populações extrativistas da terra do meio (PA), em Canarana (MT) e Altamira (PA) respectivamente. Por fim, a Bacia do Ribeira, um dos Programas Regionais mais novos, possui sede em Eldorado (SP), região com presença de comunidades quilombolas.

Cada um dos trabalhos das sedes traz diferentes desafios devido à sua localização e história das regiões relativa aos conflitos de terra. Em cada lugar as relações das populações tradicionais com outros atores também se diferencia, o que muda a forma como a instituição implementa os projetos. Uma expressão disso é a relação com os fazendeiros em Canarana e em Altamira. No primeiro, encontra-se uma situação de contato intenso em uma região majoritariamente composta por grandes proprietários de terra³³. A relação com os fazendeiros acaba ocorrendo, sendo alguns projetos desenvolvidos em parceria com esse grupo que normalmente seria encarado como “inimigo”. Inicialmente, os trabalhos do programa Xingu voltavam-se para as comunidades dentro do Parque Nacional Indígena do Xingu. Com a expansão desses trabalhos, também é diversificada a relação com outros grupos sociais na região, como os fazendeiros, o que num primeiro momento poderíamos pensar que geraria relações de intenso conflito. A presença do Parque do Xingu e sua demarcação acabou por adquirir um capital simbólico específico na região que também modifica as relações entre os diferentes grupos lá presentes- no Parque e em seu entorno. A exemplo da relação de parceria com a comunidade circundante, está o projeto Rede de Sementes do Xingu, que reúne indígenas, pequenos produtores e fazendeiros na troca de sementes nativas (ver nota 16).

A situação em Altamira, por outro lado, já demonstra a tensão numa região de fronteira no desmatamento da Amazônia, e com grande presença de grileiros e garimpos ilegais. Nesse caso, a organização tem uma atuação que investe mais em campanhas para o público em geral, na tentativa de pressionar diferentes instâncias dos poderes da República. Nesse sentido, Adriana Ramos coloca como os escritórios em regiões de maior pressão pela terra teriam uma "pegada" mais voltada para atuação política, ou seja, em relação com o programa nacional de Política e Direito, além dos projetos em campo. Adriana destacou, dentre os "conflitos socioambientais" que o ISA se envolveu na região, o da Usina de Belo

³³Esta é uma questão interessante a se pensar no que diz respeito às diferentes realidades de territorialização das populações com as quais o ISA trabalha, e sua relação com a "sociedade envolvente" (Ricardo, 2004).

Monte, em que a organização foi um dos atores que, inclusive, recebeu ameaças por parte de empreiteiras do projeto.

Por conseguinte, os conflitos socioambientais são correntes em ambos os casos, no entanto, a depender de cada região e suas características, os parceiros e as relações estabelecidas mudam. Esses conflitos são dependentes do contexto político e social circundante em cada um desses espaços, com um histórico específico de conflitos socioambientais.

A fim de apresentar tal cenário, trago a experiência do Programa Ribeira de sede em Eldorado, São Paulo. A escolha por esta sede, mais nova e distoante, foi tanto pela maior possibilidade da autora realizar pesquisa de campo nessa região, como também na crença de compreender como uma instituição que voltou seu trabalho historicamente à região amazônica comporta estas questões em um contexto socioambiental distinto. Essa situação traz especificidades quanto ao tipo de financiamento que chega para os projetos, bem como o modo pelo qual os integrantes do ISA os implementam junto às comunidades quilombolas da região.

3.3. O Programa Ribeira

Criado em 1998, o Programa Ribeira tem sua sede em Eldorado, interior de São Paulo, região de serra e com a maior porcentagem de Mata Atlântica preservada do país. O cenário bucólico de Eldorado diferencia-se da maior parte do estado mais rico do Brasil, geralmente caracterizado por grandes fazendas de cana de açúcar, soja e eucalipto.

Por outro lado, na região sul de São Paulo, pode-se observar plantações de banana no pé da serra e próximas ao Rio Ribeira do Iguape que corre pelo Vale do Ribeira. A região é também conhecida por seus atrativos turísticos de natureza, com uma grande quantidade de trilhas pela Mata Atlântica preservada e com a presença do Parque Caverna do Diabo. Em 1999, a Unesco concedeu ao Vale o título de Patrimônio Natural da Humanidade, preservado através de um mosaico de Unidades de Conservação (UCs), sendo elas: o Mosaico da Juréia, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, o Mosaico de Jacupiranga, o Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba, o Parque Estadual da Campina do Encantado e a Estação Ecológica dos Chauás.

Segundo material produzido pelo Instituto, *Planejamento Territorial Participativo: Relato de Experiências em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (2012)*, o Vale

apresenta o menor índice de de Desenvolvimento Humano (IDH) do sudeste brasileiro. Apesar de sua enorme riqueza natural e diversidade social, com a presença de comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas; a região é mal abastecida pelo Estado. O Programa do ISA na região tem sua atuação voltada principalmente às populações quilombolas, em 19 comunidades. De acordo com o mesmo material, a origem dessas comunidades na região data do início da extração do ouro no Rio Ribeira do Iguape, em meados do século XVII. Dois séculos depois, a extração do ouro na região teria entrado em decadência e muitos fazendeiros e exploradores de ouro abandonaram as terras, algumas já ocupadas por pessoas escravizadas. Apesar de tal conjuntura, o escravismo não deixou de ocorrer na região, coexistindo unidades escravistas e não escravistas. A população negra que permaneceu no local, como fugitivos e de movimentos de resistência à escravidão, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, além de parte deles participarem de discussões sobre a organização política local (Paes, 2009 *apud* Costa, 2012).

Esse conjunto de pessoas formou as comunidades negras da região, que, de acordo com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, constituem 54 comunidades quilombolas distribuídas pelo Litoral Norte, na região de Sorocaba e em maior número no Vale do Ribeira (Figura 5). É uma região onde, de acordo com Diegues (2007), há uma predominância do setor primário, ligado ao extrativismo vegetal, algumas áreas de reflorestamento (pinus e eucalipto) e agricultura.

sustentável, geração de renda, conservação e melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais da região”.

Dentre os projetos implementados, o programa Vale do Ribeira, antes chamado de programa Mata Atlântica, teve como um primeiro trabalho o diagnóstico e levantamento sobre os povos tradicionais e as comunidades do Vale, tendo em vista que em 1998, o trabalho do Instituto era somente voltado para populações indígenas. De acordo com Ivy Wiens, uma das coordenadoras do programa hoje, o diagnóstico apontou para uma forte demanda pelo trabalho com as comunidades quilombolas na região naquele momento, visto que possuíam menor apoio e visibilidade de outras organizações e do Estado, quanto comparado às populações indígenas da região como os tupi, os guarani-mbya e guarani nhandeva.

“Diferente dos indígenas, os direitos quilombolas são reconhecidos a partir da Constituição de 1988, antes disso você não tinha menção a essa população. Foi com o artigo 68 dos ADCTs (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição³⁴ que você tem a figura do quilombola pela primeira vez na legislação. Então você imagina que 10 anos depois, em 1998, você ainda tinha um mundo de coisas para fazer. Como o fomento dos laudos antropológicos, regularização fundiária, mesmo você pensar na economia, na geração de renda dessas comunidades. Então foi feita essa escolha, essa opção de trabalhar com as comunidades quilombolas” (Entrevista Ivy Wiens, 2019).

A Constituição Federal estabelece nos artigos 215 e 216 “a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro no qual se inclui o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos” (Agenda Socioambiental, ISA, 2008, p. 11). As organizações e entidades ligadas à pauta, tanto da sociedade civil quanto do governo, foram criadas após à Constituição, como a Fundação Palmares e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CONAQ). Em âmbito regional, o documento do ISA aponta para a criação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) conveniado ao INCRA, que em 2007 apontou o reconhecimento de 21 comunidades quilombolas no estado de São Paulo.

³⁴Art. 68 Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos a eles.

A organização política social das comunidades é paralela a esse período de reconhecimento de seus direitos legais, visto que sua luta foi essencial e central para esse reconhecimento. Segundo a produção *Agenda Socioambiental (2008)*, a organização política teve início na década de 1980, com trabalho de base realizado pela Comissão da Pastoral da Terra. Os quilombolas do Vale foram os primeiros do estado de São Paulo a reivindicar seus direitos territoriais, a partir de pressões políticas na luta contra a construção de barragens e restrições impostas pelas políticas ambientais (Costa, 2012)³⁵.

Dentre o espectro do movimento negro no Brasil, a luta quilombola se mostra mais recente do que o movimento urbano, que teve protagonismo e mobilizações durante o período militar e durante o processo da constituinte. Em 1978, surgira o Movimento Negro Unificado (MNU) assumindo um discurso radicalmente contra o racismo, também condenando o imperialismo capitalista. No período pós ditadura, houve a busca pelo estabelecimento de uma identidade étnico-racial específica do negro, também na tentativa de ressignificar a raça com uma conotação positiva. Ou seja, como um traço identitário voluntariamente assumido; em contraste com as perspectivas eugenistas anteriores, de caráter opressor e discriminatório.

Aqui há portanto uma virada da ideia de raça que se consolida como categoria social estratégica de afirmação pessoal, mobilização social e negociação política. Torna-se uma ferramenta de reconhecimento coletivo e de reivindicação de mudanças. As reivindicações do MNU e suas conquistas jurídicas e políticas abarcaram questões de cultura, educação, criminalização do racismo e também as relativas às populações quilombolas. A luta das populações negras rurais não é recente, mas sua visibilidade política foi por muito tempo suprimida. Segundo Costa (2012), "ela ganhou notoriedade primeiramente no movimento negro do eixo norte-nordeste no final da década de 1970, quando então começou a ser delineada uma versão rural do movimento" (Costa, 2012, p.62).

A conceituação de quilombo tem um caminho específico com a luta do povo negro de resistência à escravidão, mas também atua com uma forma ativa de reescrever sua própria história³⁶. Após o enquadramento jurídico-institucional que se delineia na Constituição Brasileira de 1988, houve por meio do Decreto Federal n 4.887 de 2003 a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos: "os grupos étnico-raciais, segundo critérios

³⁵O movimento negro no Brasil e a luta da população negra datam desde a vinda de africanos para o Brasil. A autora Costa (2012) coloca que tal movimento pode ser dividido em três etapas políticas: da Primeira República ao Estado Novo (1889 a 1937); a segunda, da Segunda República à ditadura militar (1945-1964); e por último, do período militar aos dias atuais.

³⁶Ver Abdias do Nascimento (1980), Clóvis Moura (1994), Gomes (2005).

de autoatribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

No caso dos quilombolas do Vale do Ribeira, sua mobilização e reconhecimento crescem também durante o período pós-democratização, com o desenvolvimento do movimento e criação de diferentes organizações. Segundo a produção já referida *Agenda Socioambiental*, em 1990 a EAACONE (Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira) foi formada por lideranças das comunidades do Vale. Na mesma década, o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) foi criado e composto por integrantes da Igreja Católica, ambientalistas, sindicatos, lideranças de comunidades rurais e representantes das comunidades quilombolas. O grupo existe há 30 anos, tendo início em um movimento organizatório contra a construção da usina de Tijuco Alto, encabeçada pelo grupo Votorantim.

O modo pelo qual o ISA se insere neste contexto político-social a partir do estabelecimento de sua sede vem sob a forma de assessoria às associações e cooperativas das comunidades, bem como a inserção em conselhos legislativos do estado de São Paulo no que diz respeito ao meio ambiente e a essas populações. Haveria uma interlocução direta com os governos locais, com uma participação cada vez maior do Instituto na assembleia legislativa do estado, ao mesmo tempo em que realizavam pesquisa e produziam materiais para dialogar com as prefeituras.

“Nós fizemos o plano diretor de Matas Ciliares que foi todo o levantamento de desocupação do solo da bacia para identificar como é que estava a situação das Matas Ciliares nas APPs hídricas (Área de Proteção Permanente), na bacia. Então a gente foi de prefeitura em prefeitura, conversar com as equipes, então isso foi um trabalho direto, quando tem essa visão mais regional” (Entrevista Ivy Wiens, 2019).

A atuação política do ISA também trabalha em um esquema de parceria na composição de coletivos na região, como por exemplo dentro do movimento Mais Florestas PRA São Paulo, composto somente por ONGs e que monitora e acompanha a implementação do Código Florestal no estado. A sigla PRA nomeia o Programa de Regularização Ambiental, o que demonstra justamente a interface que o ISA também possui com a pauta ambiental dentro de sua agenda, de forma conjunta a sua participação na Rede de ONGs da Mata Atlântica, que articula ONGs dos 17 estados que contêm o bioma Mata Atlântica.

Além dessa atuação política em parceria com as comunidades, seus projetos são majoritariamente voltados para a geração de renda baseada no próprio modo de subsistência dos grupos. Essas atividades seriam, segundo Ivy, parte da rotina da sede em Eldorado. O primeiro projeto implementado na região foi com a comunidade de Ivaporanduva, através da certificação da banana orgânica. Juntamente com esse trabalho de certificação, a ação inicial junto à comunidade foi de apoio técnico e institucional à associação quilombola do Vale:

“A própria organização da associação, essa parte burocrática, administrativa, apoiamos na elaboração de projetos. Conseguiram um PDA (Projeto Demonstrativo), que era uma linha de financiamento vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e que existia há muito tempo atrás e que já não existe mais” (Entrevista Ivy Wiens, 2019).

Ao longo do tempo, a atuação do Instituto se ampliou para outras comunidades, voltando-se para outros projetos de geração de renda, como o artesanato com fibras naturais, e a certificação com do seu mel e da banana chips. O incentivo à produção de renda pela roça também é realizada através da feirinha encabeçada pela COOPERQUIVALE, a cooperativa dos agricultores quilombolas do Vale do Ribeira. Ela acontece toda semana em Eldorado, em um galpão alugado pela Cooperativa, reunindo o trabalho de 14 comunidades. Na feira, são vendidos os vegetais presentes na dieta quilombola, bem como o mel, a banana chips, a farinha de mandioca e doces, como a Taiada, composta de farinha de mandioca e rapadura.

Na embalagem do produto, encontra-se um selo de “Tradição Quilombola”, uma estratégia de inserção dos produtos dessas comunidades num mercado de alimentos “diferenciados”. Fany Ricardo, sócia-fundadora do ISA, destacou a mim como os projetos de geração de renda possuem um caminho comum. Segundo ela, esse é um trabalho de sustentabilidade das áreas que as populações ocupam, voltados para “projetos representativos”, como a pimenta Baniwa, do Alto Rio Negro, o cacau da terra do meio, o cogumelo Yanomami, a banana orgânica quilombola e o artesanato. A instituição também serviria de intermédio entre as comunidades e as empresas que absorvem esse mercado “sustentável”, num mercado que “trata de origem”³⁷.

³⁷No artigo de Beto Ricardo (2004), ele traz Bruce Albert na reflexão sobre como o reconhecimento da etnicidade durante as décadas de 1980/90 adquire um lugar de reivindicação política e de acesso a direitos, juntamente com o processo de autodeterminação identitária de diferentes povos e comunidades tradicionais. Essa afirmação identitária se tornaria pano de fundo para a busca de acesso ao mercado, principalmente ao "mercado

“A reflexão era ampliar a produção indígena [quilombola] e a gente ir colocando num mercado específico, num mercado de orgânicos, num mercado que trata de origem. O mel do Xingu, a pimenta dos Baniwa no Rio Negro, é uma coisa de origem, que no exterior tem muito, o queijo de não sei aonde, a champanhe de não sei aonde, tudo tem sua origem e é isso que dá valor para aquele produto” (Entrevista Fany Ricardo, 2019).

A dimensão da tradição como marcador desses produtos tanto é relativa a uma inserção diferenciada em um mercado, como também representa a mercantilização de um aspecto que seria característico de uma formação comunitária. Tönnies (2001) pensa comunidade como composta a partir de uma vontade social baseada na concordância entre aqueles que dela fazem parte, por regras sociais comumente aceitas. A conexão que o autor faz entre a comunidade e o trabalho está associada às relações dentro do grupo familiar e da terra compartilhada. Os conhecimentos adquiridos a partir das atividades que realizam, seriam repassados por ensinamentos ou herança, geralmente, daqueles mais antigos na comunidade, constituindo um conhecimento tradicional. A comunidade implicaria, assim, uma vinculação afetiva, originária e essencial (Durham, 2004, p. 211).

Em uma visão dicotômica e essencialista, Tönnies³⁸ compreende uma oposição entre a ideia de comunidade com a de sociedade, em que o trabalho nessa última se coloca menos em relação com a terra e com o repassar de conhecimentos pela tradição; mas pela perspectiva de que o trabalho é definido pelo tempo necessário para a produção de diferentes objetos. Ou seja, o valor do trabalho definido pela geração de um produto.

Esse tipo de perspectiva e imaginário em torno da tradição e o tipo de trabalho que ela evoca, quando mercantilizado, ou seja transformado em produto (algo que seria próprio da "sociedade"), dar-lhe-ia um valor diferenciado dentro do mercado: um produto tradicional, que remonta a tempos passados, e, por isso, teria uma originalidade distintiva. Trouxe tais teorizações para pensar como o ISA aqui se apresenta como um mediador entre mundos: o

de projetos" internacional e nacional de um desenvolvimento local e sustentável. Em alguns casos há projetos apoiados por empresas privadas interessadas nesse valor "etno-ecológico", como a Body Shop (Inglaterra), com os Kaiapó (Pará) e a Hermés com os Yawanawá (Acre).

³⁸Tönnies pensa comunidade e sociedade como tipos de organização social ancoradas em diferentes períodos. Ou seja, ambos os tipos de agrupamento social estariam inscritos na história dentro de uma concepção de desenvolvimento, ou mesmo evolução: a comunidade enquanto organização social viria anteriormente à formação da sociedade enquanto tal.

tradicional - relacionado à terra e ao trabalho em conjunto- é individualizado e transformado em produto, algo que evoca a "sociedade" e também poderíamos dizer a “modernidade”.

Por sua mediação, os projetos voltados para a geração de renda representariam um encontro de mundos, que em tipos ideais seriam separados e antagônicos. A venda do produto "tradicional" conta com sua mistificação e a evocação desse estereótipo idealizado. Por outro lado, a relação estabelecida em si demonstra a fragilidade do "tradicional" nesses termos, visto que o modo como esse produto "tradicional" é comercializado depende da relação mediada entre a "comunidade" (quilombolas) e a "sociedade" (mercado, estado, cooperação internacional).

A apropriação do termo tradicional em contexto mercantil em si já desafia, em certa medida, a ideia estática que o tradicional evoca, visto que esse conceito está sendo constantemente manejado na relação entre projetos. Aqui podemos fazer uma articulação com as análises de Ramos (1999) acerca do índio *hiper real*, uma imagem de um indígena burocratizável dentro de projetos de desenvolvimento. Esse índio é aquele essencialista, puro e relacionado com a natureza, a floresta e a tradição. Traços de “modernidade”, como a presença de um indígena na cidade por exemplo, já maculariam um tipo ideal construído a partir de uma noção circunscrita do índio.

Esse tipo de essencialização foi trazida a mim, em sua dimensão negativa, por alguns integrantes quilombolas da COOPERQUIVALE, mais especificamente pelo presidente e coordenador financeiro da cooperativa, *João** e *José**. Segundo eles, o governo estadual e municipal da região teriam uma visão estática e essencialista da tradição, além da ausência do Estado nas comunidades em políticas públicas de saúde, educação e infraestrutura:

“Porque nós moramos no sítio, na roça, é quilombola, acha que a gente tem que manter a tradição como antigamente, não é pra melhorar, é pra ficar deixar. As coisas tem que evoluir principalmente essa questão do jovem né, o jovem hoje quer ter um celular, quer ter um carro, uma moto. Eles pensam que a gente não pode ter isso. A gente está lutando para estar aqui, mesmo para ter esse espaço [da cooperativa], a prefeitura mesmo queria tirar a gente daqui. Quando falo de governo é prefeitura, governador, assistência zero.” (Entrevista *João*, 2019).

Segundo *João* e *José*, a motivação para se criar a cooperativa foi devido à dificuldade de vender seus produtos. O máximo que os produtores conseguiam realizar era venda por

“atravessadores”, pessoas que compram no produtor e revendem por preço maior e, como consequência, impedem a relação direta entre produtores e compradores. Segundo *José*, a construção da cooperativa se voltou para a possibilidade de uma venda direta do produtor para o mercado e assim dar uma estabilidade e assistência para o produtor. A característica específica dos produtos agrícolas se relacionaria com a marca de orgânico, mas segundo eles, isso só não bastaria para sua inserção no mercado:

“A questão de qualidade também é muito importante, porque [se] você tem uma qualidade é mais fácil pra vender. Porque nosso povo, nós os quilombolas em geral, não nos preocupávamos tanto com isso, pra nós o nosso produto tanto ‘orgânico’ digamos assim e era uma qualidade pra nós por ser orgânico, **mas a qualidade de padrão essas coisas a gente não estava acostumado** [*grifo meu*], então estamos aprendendo esse conhecimento. A banana orgânica tem que ser igual à convencional, querem ver se está bonitinha, e não se não tem veneno” (Entrevista *José*, 2019).

Aqui pode-se também apreender que assim como o tradicional, o orgânico foi uma categoria construída como agregação de valor. Nesse sentido, a produção tradicional seria orgânica por si, mas não preocupada com a “qualidade” vista em termos da estética desses produtos. O “tradicional” é portanto aqui manejado mais uma vez para se enquadrar no mercado.

Ao mesmo tempo, o olhar sobre esse tradicional e sua importância nos discursos do ISA e da cooperação internacional, também se encarnariam em projetos que valorizam essa relação com a terra, ou seja, o trabalho "comunitário". A roça quilombola se torna pauta principal de mobilização dentro da sede do Vale, que fez parte de uma ação política na região em torno do reconhecimento da roça como patrimônio imaterial, articulada à preservação da mata. Desta perspectiva, as terras-territórios no caso dos quilombos adquirem valores simbólicos e materiais singulares, que seriam fundantes da organização social desses grupos. Estão incluídos num processo em que o acesso à terra e a autonomia em seu manejo também representariam uma oposição à lógica escravista pelo qual o povo negro foi submetido na história (Costa, 2012).

Assim, a ideia de tradição também tem funcionalidade enquanto uma categoria em disputa, dotada de sentido político no tocante a certas políticas de governo de estado na

região. Por muitos anos, a realização de sua roça tradicional foi proibida pelo governo, que a encarava como uma prática de desmatamento perante um ecossistema já muito danificado.

Nesse contexto, realiza-se em 2013 um relatório em parceria com as comunidades acerca das referências culturais de quilombos do Vale. De acordo com Ivy, esse foi um trabalho de quatro anos no qual os quilombolas fizeram um levantamento de seus bens culturais através de metodologia do IPHAN: o Inventário Nacional de Bens Culturais (INRC). Segundo o IPHAN, seria uma tentativa de "dar visibilidade e conotação positiva a 'patrimônios culturais não-consagrados' (Fonseca, 1996, p.159) de segmentos não contemplados pela história oficial, negros, indígenas, camponeses, imigrantes, dentre outros." (Souza Filho & Andrade, 2012, p.76)³⁹

Com a metodologia, foram mapeadas as regiões de roça, de feitio da farinha de mandioca, de espaços de celebração religiosa, entre outros. Foi em 2018, entretanto, que houve o reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das comunidades do Vale do Ribeira, tendo sido incluído no Livros de Saberes do IPHAN. Segundo notícia no site do ISA, Manuela Carneiro da Cunha afirmou que esse reconhecimento "implica também na reabilitação da roça de coivara como técnica tradicional, pela sua escala, pelos cuidados que envolve através do pousio e recuperação do solo e pela contribuição para a diversidade agrícola [...]"⁴⁰. A categoria política de tradição ganhou uma conotação a mais com a transformação da roça em patrimônio para a reivindicação desse modo de lidar com a terra em face a conflitos socioambientais.

A roça é assim utilizada como um patrimônio de uso comum dividido entre as famílias da comunidade, que estão localizadas em um malha fundiária composta por terras devolutas, terras particulares e Unidades de Conservação. Os quintais de plantio, ou "terreiros", ficam bem próximos às casas, onde realizam suas atividades produtivas como a "roça de coivara, agricultura perene, criação de animais e os espaços para a coleta de recursos na mata para uso medicinal e alimentar" (Agenda Socioambiental, ISA, 2008, p.25). Ao mesmo tempo, sua forma de cultivo é realizada por meio da técnica de agricultura de pousio, que implica na

³⁹No manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN, haveria uma formação de equipe, um levantamento preliminar da delimitação do sítio a ser inventariado, com a reunião e sistematização de informações disponíveis sobre o "sítio". Nesse levantamento, os bens culturais inventariados devem ser divididos nas categorias de celebrações, edificações, formas de expressão, lugares, ofícios e modos de fazer. A partir disso, há a identificação do "sítio" e localidade e a identificação dos bens culturais; estes últimos através de questionário e ficha de identificação. (Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, IPHAN, 2000)

⁴⁰Disponível online: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/sistema-agricola-ameacado-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-brasil>. Acesso em 14/02/2020.

derrubada e queima da mata, cultivo da área por até três anos, seguido de seu abandono por até cinco anos.

Essa questão causa alguns descompassos entre as políticas públicas voltadas para a questão da terra no estado e o modo tradicional de cultivo das comunidades. Segundo a *Agenda Socioambiental*, todo o agricultor no Estado de São Paulo deve solicitar ao Departamento Estadual de Recursos Naturais⁴¹ (DEPRN), autorização para a supressão de área de Mata Atlântica, mesmo para o estabelecimento de roça de subsistência. Segundo o Instituto, embora o papel das roças seja conhecido como um banco *in situ* de espécies agrícolas (por sua imensa diversidade), as técnicas tradicionais de manejo da terra não são consideradas pelas políticas públicas. Daí a importância do reconhecimento dessas práticas de agricultura como patrimônio imaterial pelo IPHAN, com a possibilidade de mudança na direção de políticas públicas.

O ISA aponta para como as terras ocupadas pela comunidade possuem uma maior integridade de suas matas, sendo que o mesmo não ocorreria com as áreas ocupadas por fazendeiros, que permanecem com suas atividades intensivas de criação de gado e bananicultura. A biodiversidade mantida pelas comunidades quilombolas contribuiria para a conservação da Mata Atlântica “formando um dos corredores ecológicos mais importantes de São Paulo, interligando importantes Unidades de Conservação, como o Mosaico de Jacupiranga, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira” (*Agenda Socioambiental*, 2008).

Há nessa discussão a perspectiva de uma ecologia histórica ao reconhecer a influência de agrupamentos humanos na diversidade e formação de florestas tropicais como a Mata Atlântica. Essa influência seria consequente da modificação da paisagem pelo homem na sua relação com a natureza, com alguns autores sugerindo "que as características estruturais e funcionais atuais de muitos dos ecossistemas florestais são o produto da interação com o homem (Admas, 1994; Pedroso-Junior et al., 2008a; Denevan, 2001; Zeder, 2006; Lunt & Spooner, 2005; Hayashida, 2005)" (Munari, 2009, p.9).

Nesse sentido, a interferência humana também pode ser vista como fonte de variabilidade biológica e ambiental, a partir da domesticação de espécies vegetais e da paisagem propriamente dita. A variabilidade de espécies de plantas alimentícias e medicinais dentro das comunidades do Vale seria resultado da sua relação ativa com o ecossistema à sua volta. Munari (2009), ao estudar junto ao quilombo São Pedro, o enxerga como uma floresta

⁴¹Órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

cultural, entendendo que "o homem exerce práticas no meio que acabam por se tornar parte essencial dos processos dinâmicos dos ambientes de floresta", com a Mata Atlântica sendo uma "floresta que sofre forte interferência humana desde a ocupação indígena" em momentos pré-colonização (Munari, 2009, p.152).

A autora ainda aponta alguns tipos de intervenção humana capazes de transformar a dinâmica da paisagem, praticadas pelas comunidades do Vale: a caça, uso do fogo, manejo de charneiras para o cultivo e interferência de distribuições de espécies vegetais. Haveria indicadores da floresta cultural oriunda de tais práticas, como uma paisagem composta de fragmentos historicamente manejados, variando em forma, tamanho e arranjo (Barreto Filho, 2006), ou seja, que foram resultado de relações sociais de ativa associação com o bioma. Essa relação específica das populações com a terra seria a expressão maior da sustentabilidade e do socioambientalismo, por sua vez, expressos pelo ISA nas entrevistas e nos documentos analisados.

A perspectiva estatal em face ao manejo da terra pelas comunidades, parte de outro lugar ao criminalizar e penalizar a forma de relação delas com a mata. Pode-se perceber como nesse caso tem mais a ver com conflitos e tensões políticas pela terra na região do que preocupação pela conservação em si pelo estado. Ao mesmo tempo que há uma forte fiscalização às atividades praticadas por esses grupos, há flexibilizações para empreiteiras ligadas à construção de barragens e à mineração. Segundo Ivy, há desde o século passado, conflitos desse tipo e deu especial atenção ao MOAB, na sua luta pela terra contra a construção de usina hidrelétrica do Grupo Votorantim. Hoje, segundo ela, não haveria mais grandes empreendimentos hidrelétricos, mas sim as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais de Geração Hidrelétrica (CGH), que pressionam regiões onde corre o Rio Ribeira do Iguape.

A permissão do licenciamento de uma PCH em área de preservação é flexível, em contraste às ações estatais sobre a presença das populações quilombolas em áreas de preservação e também à sua prática de cultivo⁴². Essa situação demonstra o modo como a estrutura estatal possui rigorosidades distintas na aplicação da lei a depender do interesse do grupo envolvido.

⁴²Ivy trouxe outro exemplo de ações estatais nesse sentido ao destacar a produção de um plano de uso do território por uma população caiçara na região da Juréia. Era "um plano para 20 anos de uso e o Estado não aceita, não reconhece, aí os jovens que querem construir suas casas, pediram autorização e agora o Estado quer demolir essas casas" (Entrevista Ivy Wiens, 2019).

O socioambientalismo enquanto filosofia, uma lente que apresenta a relação homem-natureza de forma conjugada e não separada, busca demonstrar como a conservação dos grandes biomas brasileiros é conectada à existência de modos de vida não predatórios. Assim, em concepções comuns sobre o “local”, há a compreensão de que o uso da mata e a relação com a natureza pelas populações tradicionais traduzem-se na conservação do meio. Entretanto, vale apontar como há outras dimensões que complexificam essa afirmativa, percebendo o uso dos recursos naturais pelas comunidades como dependentes de sua articulação com outros segmentos da sociedade: ou seja, com a criação de oportunidades socioeconômicas e políticas. Corresponde à formação de um sistema simbólico produzido por um conjunto de especialistas, o qual deve sua estrutura e função às condições sociais de sua produção e circulação (Bourdieu, 1989). Devido a isso, o socioambientalismo "luta" numa disputa classificatória de práticas (e ideais) sobre o mundo em face a outras visões com que coexistem no campo ambiental – de políticos, da cooperação internacional, das ONGs, para citar algumas.

A iniciativa e papel das "organizações de apoio" (Ricardo, 2004) estariam localizadas na viabilização de estudos de caso de projetos e programas de alternativas econômicas às populações com o estabelecimento de redes de cooperação e informação por "macro-regiões transnacionais". Dessa forma, o projeto maior do ISA enquanto instituição presaria pela superação "de projetos-piloto de caráter demonstrativo para a de programas regionais" (Ricardo, 2004, p.127).

O presidente da COOPERQUIVALE, avalia a relação do ISA como progressiva junto às comunidades da região, primeiro com as comunidades consideradas mais “antigas”, que tiveram um processo de reconhecimento anterior e que mobilizaram o restante das comunidades por meio de redes de parentesco entre si. O ISA teria uma papel de assessoria principalmente junto aos projetos na sua parte burocrática, quanto em relação à proposição de novos marcos legais. A criação da cooperativa teria sido, portanto, também um fator para conseguir projetos para as comunidades. A especificidade desse mercado de projetos será tratada no Capítulo 3.

“[Foi um incentivo] também pra gente conseguir projetos. Essas coisas tem que ter a associação, que já vem até o estatuto das associações. Hoje no individual é um pouco burocrático pra gente conseguir. Pra ter projeto tem que ter uma entidade pra conseguir.” (Entrevista *José*, 2019).

4. Cruzamentos Socioambientais

O modo como a instituição enxerga a si mesma, por sua vez, coloca seu diferencial e sua importância relacionados à conformação dessas regiões transnacionais, na conexão entre o local, nacional e global. A construção de relações de confiança a longo prazo com as comunidades, na raiz da árvore, não só tornaria possível construir canais e acessos através da ajuda da instituição em ambientes institucionais e políticos de luta, como também abarcariam as diretrizes dos fundos internacionais.

A antena representa a relação com a cooperação internacional, com suas especificidades de financiamento. A maioria destes é direcionado ao bioma amazônico, o que somado ao fato de o Programa Ribera estar localizado no estado de São Paulo - o mais rico do país - deixaria a captação de recursos mais escassa. Além disso, vê-se um maior direcionamento desses financiamentos à causa indígena, o que deixa a pauta quilombola em segundo plano. Os projetos que mais chegam seriam justamente os ligados à geração de renda na floresta, à cadeia produtiva e ao uso sustentável da mata. Os recursos voltados a essas cadeias produtivas são advindos da União Europeia, os quais constituem o maior número de recursos. Além deste, Ivy aponta para essa dinâmica dos projetos:

“A história das cadeias produtivas está concentrada em recursos da UE. Aí a gente tem outro recurso que é voltado [para] sementes florestais, que é um processo que a gente tocou aí por dois anos, sem dinheiro nenhum, e agora a gente conseguiu um parceiro pra estruturar de fato essa rede de coletores. A gente está envolvendo agricultores familiares também, além dos quilombolas, articulando pessoas que estão trabalhando também, ou que têm vontade de trabalhar com isso na região. Esse recurso vem de uma organização que se chama Good Energies que é suíça, e aí fora isso a gente tem alguns apoios individuais, de pessoas que fazem doações pro programa.” (Entrevista Ivy Wiens, 2019)

Na maior parte das entrevistas junto aos integrantes do ISA, foi destacada sua influência e referência devido aos seus longos anos de trabalho e o estabelecimento das relações de confiança longevas. Entretanto, por ser uma organização do Terceiro Setor, a instituição tem de se adequar ao mercado de projetos no qual se insere, ou seja, aos direcionamentos definidos pela cooperação internacional acerca do destino dos recursos. Essa

questão é mais paradigmática no caso do Ribeira, visto que projetos voltados às populações tradicionais na Mata Atlântica são escassos, sendo a maior parte dos recursos voltados para projetos de campanha. Um exemplo disso, é o trabalho da SOS Mata Atlântica, que possui parceria com o ISA, mas que tem sua atuação voltada para grandes campanhas de reflorestamento e de proteção.

Numa interlocução cada vez maior do local e do global, o contato dessas populações e sua articulação fora da mediação do Estado, apresentam um universo de fontes de financiamento, recursos técnicos e canais de decisão desde o município até organizações como o Banco Mundial (Ricardo, 2004). A metáfora da árvore buscaria então abarcar esse complexo universo de parcerias e quadro sociopolítico que as associações quilombolas/indígenas/extrativistas têm ao seu alcance no manejo dos projetos de desenvolvimento social e econômico.

Nesse caminho, o presente capítulo buscou trazer uma visão sobre a história e atuação de uma organização não-governamental. Nesse objetivo, pudemos perceber a interlocução de diferentes processos históricos que se interpelam na possibilidade de institucionalização de um tipo de organização como o Instituto Socioambiental. Este processo de institucionalização de ONGs agiu em conjunto a diferentes acontecimentos, que por sua vez, apresentam-nos uma gama de atores de diferentes espaços. Dessa forma, para a formação do ISA como o conhecemos hoje foi necessário ações e formações de redes de contatos, conhecimentos e práticas, onde também tiveram lugar conflitos e desafios a essa institucionalização.

O Documento de Apresentação do Instituto Socioambiental de 1994 destacou como o nascimento do ISA, e os momentos anteriores a ele, estavam incluídos em um período marcado por intensas interações entre setores e segmentos organizados da "sociedade civil". Com o parágrafo denominado "Cruzamentos Socioambientais" (p.12), o documento destaca alguns acontecimentos:

"o processo de formulação e aprovação dos direitos sociais coletivos e do meio ambiente na Constituição Federal (1987/88); a campanha da Aliança dos Povos da Floresta (1989), o Encontro dos Índios em Altamira (Pará) para protestar contra um grande plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu (1989) e a formação do Fórum Brasileiro de ONGs, Movimentos Sociais Preparatório para a Rio 92 (1990) e a própria Conferência das Nações Unidas (1992)." (Documento de Apresentação, 1994, p.12).

Ao categorizar todo esse contexto como um "cruzamento socioambiental", o Instituto, já em seus momentos iniciais, buscou marcar o *socioambientalismo* como não só uma filosofia, uma forma de ver o mundo, mas como um processo histórico já em curso que se forma na conjunção de inúmeros acontecimentos. Esses acontecimentos, que vão da escala local à global, potencializaram capacidades para que um novo agente se institucionalizasse no campo político. A sociedade civil organizada, o Terceiro Setor, as organizações não governamentais; todas fazem parte desse novo conjunto de agentes que atua na arena pública.

Nos próximos capítulos deste trabalho, trataremos desses cruzamentos. No Capítulo 2, focarei no processo de formação do Terceiro Setor no Brasil, e suas relações com a democratização do Estado brasileiro juntamente com a sua neoliberalização. O Capítulo 3 será voltado para a compreensão da relação com a cooperação internacional e os tratados internacionais acerca do meio ambiente e dos direitos de populações tradicionais.

Capítulo 2

A formação de ONGs no Brasil e sua interlocução com processos históricos

Em uma pesquisa, dissertar sobre um recorte circunscrito é uma tarefa essencial e desafiadora. Tendo em vista que o objeto é um ponto que irradia diversas questões, ele está inserido numa rede complexa de atores, acontecimentos históricos e práticas que são adquiridas e sempre transformadas no dinamismo de uma sociedade.

Escolher o Instituto Socioambiental como foco de pesquisa e ter como objeto o seu processo de institucionalização, trouxe à luz questões ímpares e características de processos históricos que se interpelam continuamente. Portanto, essa escolha significa pensar o ISA como um ponto em rede, do qual irradia uma complexa realidade, um espectral que rompe e pode levar para diferentes direções. É uma escolha que permite observar dimensões da realidade pelas quais seus atores atribuem símbolos e valores.

A consolidação do ISA enquanto instituição demonstra sua estabilização relativa dentro de um campo de significados, firmado por aqueles processos históricos específicos. Essa estabilização, como vimos no capítulo anterior, é uma consequência de efeitos de exaltação e ocultação do processo de institucionalização, com o manejo das categorias e símbolos compartilhados no campo. Nesse processo, a organização busca naturalizar classificações próprias sobre o mundo, sendo portanto um universo de cognição e moralidade (Douglas, 1998). Será a partir de um olhar sobre o trabalho do ISA, que compreenderemos as associações históricas que permitiram essa institucionalização.

Nesse sentido, a interlocução entre a antropologia e a história é mais do que necessária para a construção de um conhecimento localizado, mas também processual. Ao estudar instituições, é indispensável pensá-las historicamente, relacionando-as a eventos marcadores de uma certa época. Durante algum período, as duas disciplinas foram compreendidas como formas de conhecimento que não poderiam conversar entre si. Enxergava-se sociedades como entes representativos de um tempo evolutivo e a dimensão da mudança não tinha espaço nas teorizações estruturalistas. Alguns grupos não tinham história ou complexidade por serem considerados inferiores, uma representação de um passado evolutivo universal.

Marshall Sahlins é um autor que trabalha com a ideia de historicidades múltiplas, em especial as que coexistem e atuam em conjunto num contexto colonial. Com fonte teórica no

marxismo, para Sahlins a história não é una, com um único sentido de desenvolvimento, mas um agente potente de mudança, significação e disputa dos indivíduos perante o mundo. A realidade construída pelos atores sociais históricos possuiria uma dimensão dual, com foco na ação do sujeito como parte de processos nos quais sistemas de significados são atribuídos. Nesse caminho, o autor conjuga uma teoria da prática dentro de um plano cosmológico. Os símbolos formados nesse processo são pragmáticos, eles têm agência no mundo de acordo com a ação dos atores envolvidos na relação. Por princípio, esses símbolos também são polissêmicos (Sahlins, 1990, p.10), manejados pelos atores em um campo de significados.

Trago tais considerações teóricas para compreender um "acontecimento local", a formação do ISA, como parte de uma realidade complexa e polissêmica. São os elos e conflitos entre diferentes atores desse campo de possibilidades que permitiram a institucionalização do Instituto e o modo como atua sobre o mundo. Ao mesmo tempo, não sendo linear, a institucionalização é desafiada pelos ataques e questionamentos de outros que também manejam os símbolos do campo em comum. Afim de dar uma pequena contribuição ao estudo de instituições, separo entre os próximos capítulos alguns processos históricos no campo político-social nacional e internacional que se vinculam à composição do ISA.

Neste capítulo em especial, tratarei do processo de democratização do país, bem como a forma que se relaciona com a neoliberalização do Estado nos anos 1990. Os símbolos e valores que constroem a imagem da democracia tornaram possível a formação de um Terceiro Setor diversificado. Valores formadores como os de sociedade civil e participação social, bem como os associados à transparência das instituições democráticas, constituem a miscelânea desse momento. Até hoje, são valores que estão todo o tempo em disputa sendo compreendidos e manipulados de diferentes maneiras.

Quando tomo o desafio de compreender a não-linearidade do processo de institucionalização do ISA, inspiro-me em Little (2006) e seus estudos no campo de conflitos socioambientais. A análise do conflito como foco principal da etnografia obriga o antropólogo a

"identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal" (Little, 2006, p.92).

A construção da identidade do ISA é feita tanto baseada no trabalho que se propõem, e sua relação com as comunidades, tanto como em um movimento antagônico a grupos que

constroem um mundo oposto a seus ideais. Estando envoltos no campo de "conflitos socioambientais", existe um conjunto de atores com quem mantêm polarizações, mas também alianças e coalizões; entre as quais há variadas estratégias e táticas utilizadas pelos grupos sociais. São essas alianças e dissidências que constituem parte do processo de institucionalização e a consolidação de sua visão de mundo dentro do campo. Para isso, necessitam de uma linguagem que acesse os inúmeros grupos em multinível (do local ao global).

Isso nos leva à percepção da variedade de atores presentes historicamente na formação de um campo. O ISA é representante de um processo frutífero, conectado a acontecimentos operantes em sistemas de significados também enredados. Portanto atua a partir de alguns marcadores, como os conceitos de sociedade civil, participação social, bem como pelo desenvolvimento de perspectivas neoliberais de dimensão global.

Também me pareceu interessante utilizar a analogia do espectral apontada por Little, lançando mão da ideia de escalas fractais, em que o relacionamento entre os atores mostram "conexões auto-semelhantes, porém irregulares, como acontece em objetos geométricos (Briggs, 1992)" (Little, 2006, p.96). Assim, afasta-se de abordagens sistêmicas e possibilita o mapeamento de múltiplas conexões fractais. Caminhei para a exploração dessas conexões, juntamente da formação de alianças e dissidências na construção identitária do ISA.

Nessa direção, estendo o mapeamento dessa dimensão multinível no próximo capítulo. Devido a presença do Instituto em escala global, com relações de parceria, pressão e diálogo; a organização também parte de princípios resultados da história de tratados internacionais, como o Tratado de Direitos Humanos, convenções do clima e do meio ambiente, a Convenção n.169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre muitas outras.

Isso posto, os vínculos entre a ação humana e a história, retomando Sahlins, são essenciais para compreender mudanças nas formas de pensar e como certos construtos sociais estão em constante disputa e não são pontos estáticos definidos ou paralisados no tempo. Compreender um processo histórico é trazer para a consciência as continuidades e descontinuidades de um valor, conceito, instituição ou mito.

A maneira como os símbolos democráticos e da cooperação são entendidos e disputados demonstra a rede de atores presentes nesse campo, que se interconectam no tempo e espaço. Dessa forma, este capítulo e o seguinte atentarão para a compreensão destes processos relacionados fundamentalmente à formação e crescimento do ISA. Nas páginas seguintes, trataremos do ordenamento do Terceiro Setor no Brasil com a subsequente reflexão

sobre os novos paradigmas trazidos pela redemocratização. Ao fim do capítulo, desenvolverei a percepção sobre essas dinâmicas pela chave da neoliberalização econômica e política, com uma passagem por esse processo histórico e, somente então, a teorização que pode ser discutida a partir dele.

1. Um histórico da formação do Terceiro Setor

O surgimento do Terceiro Setor no Brasil está inserido num processo histórico único, mas que também expressa um período de expansão das concepções de lugar e tempo em escala macro, a chamada globalização. Dentro da história mundial, esta guarda afinidade com o crescimento da teoria e prática neoliberal, por sua vez constituída em diferentes etapas. Ao mesmo tempo, o aparecimento de instituições como Organizações Não Governamentais (ONGs) também é relacionado à ressignificação da democracia brasileira com a queda da ditadura militar, período de maior expansão dos ideais neoliberais em países pelo mundo. Para capturar este amplo contexto, tomaremos autores de diferentes áreas do conhecimento para compreender a formação de um Estado neoliberal, a nível global, e como tal processo de neoliberalização (Harvey, 2005) se expressa no Brasil, enquanto um país ex-colônia e expoente desenvolvimentista nas últimas décadas.

A formação do Estado brasileiro tem suas especificidades no desenvolvimento de seus mecanismos e técnicas de gestão de população. A conformação do Terceiro Setor no Brasil também acompanhou essas dinâmicas estatais sendo, portanto, intrínseco em seus valores e práticas aos processos já aqui citados.

1.1. ONGs e movimentos sociais: existência pré-democrática

Ao se pensar na existência de um Terceiro Setor, podemos associar o termo como um ente externo dentro da separação de outros dois setores, o Estado e o Mercado. O aparecimento do Terceiro Setor como categoria tanto institucional quanto analítica faz parte da formação de um campo que contemplaria a chamada “sociedade civil”. Ao reconhecer sua existência política e institucional, a democracia brasileira pós-88 desdobrou a sociedade civil regurgitando-a nos espaços estatais. Esses agentes agora teriam lugares determinados dentro do Estado, com o cunho termos como “participação social” e órgãos como “conselhos da sociedade civil”. Para todo esse campo fazer sentido, uma de suas chaves basilares está

cunhada na própria concepção de cidadania, cara à atuação e existência de um Estado democrático. Isso é especialmente definido no caso das ONGs, que formam somente uma parte de um Terceiro Setor diverso.

A análise de ONGs no Brasil passará por uma intersecção com os movimentos sociais/populares que, a partir de uma dimensão comunitária e de trabalho de base, resistiram às ações repressivas da ditadura militar contra grupos questionadores. O perfil dessa miscelânea de grupos dá uma guinada a partir dos anos 1980, configurando um campo de atores que construiu sua própria legitimidade de atuação. A conformação das ONGs está localizada na proposta desse terceiro ente separado, que não é estado nem mercado, o que determina parte de sua identidade enquanto “organização não governamental” e “sem fins lucrativos”.

O “trabalho comunitário” seria uma expressão corrente entre aqueles que circulam no terceiro setor. Essa noção remonta aos movimentos sociais de educação popular, que despontam no país no período da ditadura, a partir do apoio de certos seguimentos da Igreja católica, protestante e movimentos de resistência de esquerda. Leilah Landim (1993) definiu esse mundo como formado por “entidades que se apresentam como estando a serviço de determinados movimentos sociais, de camadas da população oprimidas ou excluídas, dentro de perspectivas de transformação social”. Mais do que não-governamentais, essas organizações foram definidas por ela (pelo menos num primeiro momento) como “anti-governamentais”.

Ao mesmo tempo, ela também aborda o fato do campo se tornar um mercado de trabalho para os recém retornados do exílio, bem como entre intelectuais que não estavam satisfeitos com o ambiente universitário. Essa é a perspectiva de Beto Ricardo que pensa sua trajetória junto ao Terceiro Setor a partir de uma insatisfação com as possibilidades oferecidas pelas universidades. À época, segundo ele, dentro da academia não haveria espaço para uma ação prática no mundo. O sócio-fundador teria tido uma experiência pedagógica anterior, junto a uma escola em uma comunidade de São Paulo, que teria contrastado fortemente com o trabalho universitário.

"A Universidade [era] uma chatice total como ambiente de reprodução [de conhecimento]. [...] Eu estava com a cama feita, você podia ficar lá até o resto da vida, me aposentar com um bom salário, etc. Mas eu estava insatisfeito com o ambiente da universidade, então resolvi cair fora e fiz um projeto chamado

“Levantamento da Situação Total das Populações Indígenas no Brasil” (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

A trajetória das pessoas que ocuparam esse novo espaço na "sociedade civil" é interessante de ser colocada. Foram indivíduos de percursos distintos que se encontraram nesse lugar, a ONG, com o objetivo comum da construção de uma visão de mundo e da prática nele. Assim como no caso do ISA, a criação desse tido organizativo foi marcada por um período de ânimos borbulhantes no cenário político e social do país, com a trajetória desses indivíduos se entrecruzando. Beto Ricardo e Fany representam uma parcela de intelectuais que, tanto no período da ditadura quanto no da transição democrática, viram no campo das organizações não governamentais, um espaço de militância e trabalho. Ambos buscaram diferenciar o tipo de ofício realizado por eles na "sociedade civil organizada" do trabalho antropológico feito dentro da universidade. No seu amplo projeto de "colocar os índios no mapa", Fany descreve:

"Não realizo um trabalho clássico de etnóloga. Dentre minhas atribuições, fui eu que fiz o quadro dos povos indígenas no Brasil, que temos no site. Consegui isso com a pesquisa das TIs, onde os documentos do procedimento demarcatório trazem o nome de cada povo.

Por exemplo, o ministro da Justiça declara a Terra Indígena de posse permanente do grupo X, a Funai aprova os estudos da TI X para a comunidade X. A partir disso, fui juntando os nomes, pesquisando as línguas a partir de muitas reuniões com os pesquisadores e linguistas. Posteriormente com a questão dos índios ‘emergentes’ fui acrescentando ao quadro, que hoje soma 256 povos indígenas no Brasil". (Entrevista Fany Ricardo, 2020)

Já Beto Ricardo narrou a vivência dentro de uma proposta pedagógica em uma comunidade da grande São Paulo. Como aluno e depois professor de um colégio de elite da capital paulista, Beto participou de projetos no colégio, que se baseavam na metodologia de Paulo Freire, dentro da educação popular para analfabetos. O colégio segundo ele:

"É um colégio católico que trabalhava muito com o conceito de responsabilidade social das elites. Eu desenvolvi um projeto de atividades com os alunos etc, muito

interessante, estimulantes, numa visão humanista e preocupada justamente com esse viés de responsabilidade social da elite. De fato, o colégio era frequentado por um estrato de elite, importante que essa palavra elite não é só um conceito econômico, mas um conceito social..."

"Não obstante, uma parte significativa dos alunos da escola ocuparam lugares, postos importantes da sociedade civil, através de ONGs, ou da imprensa, ou nos comitês de defesa de direitos humanos. Você encontra, rastreia, alunos dessa escola ocupando espaços e liderando processos interessantes" (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

O desencantamento com a "proposta pedagógica" do ambiente universitário levaria parte de intelectuais de esquerda a essa guinada para o ambiente das ONGs. Nisso, podemos mapear como algumas dessas organizações foram compostas por uma elite intelectual ascendente. Na conformação desse estrato específico, Perruso (2008) enxerga como a ditadura militar teve um efeito de incorporação de intelectuais (cientistas sociais incluídos) às unidades produtivas e à indústria cultural, bem como às agências de estado da área educacional e científica. Ainda, destaca como as universidades públicas e programas de pós graduação se estenderam no período, pois a ciência e a tecnocracia seriam uma prioridade para o crescimento econômico de então.

Teria sido desenvolvida "uma diferenciação das camadas cultas e a perda do prestígio das elites tradicionais, bem como um incremento da profissionalização da política e da competição pelo acesso ao poder, além da ascensão das camadas técnicas e da tecnocracia" (Perruso, 2008, p.19). Apesar desse período ter representado uma institucionalidade acadêmica, os intelectuais não teriam sido cooptados pelo regime militar, política e ideologicamente. Em um dilema interno à classe, Florestan Fernandes se perguntava como não corromper seus valores ao se aproveitar das oportunidades da institucionalização do ambiente universitário (Perruso, 2008, p.22).

Por outro lado, o campo das ONGs teria se mostrado uma alternativa profícua a essa classe. No caso dos sócio-fundadores do ISA, sua trajetória é marcada por esse movimento, compondo, como vimos no último capítulo, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação, que recebia apoio de braços internacionais de igrejas protestantes. A sociedade civil organizada se transformava em um ambiente crescente para ação direta em face às

desigualdades sociais. O pós-golpe de 1964 teria sido progressivamente marcado pela radicalização da questão igualitária na agenda política e social, acompanhada por uma desconfiança do Estado. Ter-se-ia apostado no potencial de participação da sociedade civil representada por diversas categorias sociais (Lamounier, 1980 *apud* Perruso, 2008).

Herbert de Souza, sociólogo e fundador da ONG IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), pensava o nascimento das ONGs brasileiras em função e consequência da luta política da sociedade civil contra o regime autoritário de 1964. A associação dessas organizações (quase clandestinas) com movimentos sociais de base, Igrejas, movimentos sindicais e populares, prestou um trabalho de assessoria, principalmente na área de educação (Landim, 1993). Nesse período, viviam e sobreviviam graças ao apoio das organizações da cooperação internacional, as ONGs do norte, e da Igreja Católica baseada na Teologia da Libertação⁴³. Com a forte repressão do regime, a vida associativa teve seu foco voltado para a comunidade e os interesses locais. Os movimentos sociais se fundamentavam em questões de identidade coletiva, em oposição e afastados da máquina estatal.

Assim como apontado no primeiro capítulo, o histórico do ISA também se entrecruza com as igrejas. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) era uma organização ecumênica que tinha tanto sua base em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, localizadas em fundos de escolas católicas. A existência dessa organização nos anos 1970 dependia dessa relação com igrejas, tanto para a realização de projetos, quanto enquanto base de apoio para sua existência num contexto autoritário. Márcio Santilli e Beto Ricardo chamaram atenção para tais questões em nossas entrevistas e atestam a participação da organização nestas narrativas:

"Na época, as irmãs do Rio falaram com o Dom Paulo Evaristo Arns, que era arcebispo de São Paulo e foi uma figura muito importante na época da ditadura, com a proteção que ele deu aos perseguidos etc. Ele trabalhava na cúria metropolitana aqui do outro lado da rua, essa casa velha que ainda tá aí. E ele que indicou a gente pras irmãs do Sion, que eram as mesmas irmãs do Rio, que

⁴³Movimento da Igreja Católica nascido na América Latina e que influenciou várias organizações e movimentos sociais, através de um forte trabalho de base. A teologia da libertação teria nascido através de alguns setores eclesiais na tentativa de dar uma feição mais real e objetiva à missão da Igreja no mundo. Resultado dos esforços desses setores progressistas e de um conjunto de encontros que definiram essa nova filosofia eclesial, a Igreja deveria voltar sua preocupação aos pobres, organizar-se e expressar-se por meio de pequenas comunidades cristãs (Comunidades Eclesiais de Base), além de “favorecer a caminhada do povo para a libertação, entendendo o pobre como sujeito da sua própria história, e não como objeto da ação caritativa e solidária da Igreja” (Mitidero Júnior, 2008, p. 95).

indicaram a gente e ele reiterou o pedido. Então a gente se alocou dentro desse prédio, era um porão, nós inauguramos o CEDI em São Paulo numa noite fria de maio com cadeiras emprestadas das freiras." (Entrevista com Beto Ricardo, 2019)

“O CEDI, ele existia para os indigenistas, os ambientalistas, como uma espécie de escudo de proteção, era como se a gente tivesse escondido embaixo da saia do bispo no tempo da ditadura”. (Entrevista com Márcio Santilli, 2019)

A forma de construção da identidade dessas organizações, desenvolvida ao longo de anos, traz essa noção de comunidade como se contrária à abordagem estatal perante a sociedade no geral. Seria um trabalho local, minucioso, que atuaria na esfera pública, em locais que o Estado não chegaria. São instituições que mantêm funções públicas, mas que são privadas apesar de “sem fins lucrativos”. Este último marcador demonstra também sua separação do “mercado”, burlando assim as divisões “ilusórias” entre o público e o privado, entre o estado, a sociedade e o mercado. São organizações privadas porém públicas, o privado que recorrentemente é associado ao mercado atinge outras conotações.

A “serviço de movimentos populares” teria sido uma primeira forma de categorizar (e auto-identificar) “um conjunto de crenças e concepções sobre o que é ser uma 'ONG' no Brasil, a produzir instâncias onde se constituem padrões de legitimidade a esse respeito” (Landim, 1993, p.32). Seriam, portanto, “uma alternativa a práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda” (Fernandes, 1985, p.15). Essas organizações se constituiriam como micro-organismos do processo democrático, lugares de inovação de novos processos.

A transição para o que entendemos como ONGs hoje, dependeu de uma construção institucional dessas organizações, reconhecidas não só por meio de leis, mas também pela forma que sua atuação ganhou legitimidade. Para a sua formação atual: “ONGs não possuem um caráter representativo, [...] não podem falar ou agir em nome de terceiros. Fazem-na em nome próprio. [...] O valor que lhe é atribuído deriva das respostas obtidas aos serviços que têm para oferecer” (Fernandes, 1994, p.67).

Para isso ser possível, um campo precisou ser formado, com regras e práticas próprias, podendo ser identificado neste processo de inovação institucional e construção de um “novo profissionalismo”. A legitimidade das ações desses agentes desafia as simples separações que se colocam entre um “público” e um “privado”. Algo que não é Estado nem mercado, um

setor formado por institutos, associações, fundações e filantropias empresariais (Fernandes, 1994). No entanto, teria como motor comum o interesse público e cuja organização “almejava a construção de uma “sociedade civil planetária”, transnacional. Assim como coloca Landim (1993), esse mundo essencialmente transnacional buscará espaço na cidadania e no discurso sobre o desenvolvimento. A construção desse caráter transnacional é intrínseca a existência de organizações como o ISA, principalmente aquelas relacionadas a questões do meio ambiente e direitos humanos.

A formação de "parcerias" entre a instituição e organismos internacionais é também consequente do acúmulo de conhecimento adquirido por seus membros, por experiência anterior acumulada no CEDI. A institucionalização do ISA enquanto tal tem relação direta com esse capital cultural, de conhecimentos, com uma experiência específica dentro da ampla gama de possibilidades abarcadas pelo Terceiro Setor. Pautas específicas ganharam um valor, tornaram-se símbolo no discurso internacional; e são estabelecidas relações entre diferentes setores da sociedade civil local e globalmente.

Além deste aspecto transnacional, os movimentos sociais tiveram conformidade com o processo de institucionalização dessas organizações. Com a história das ONGs confundindo-se com a dos movimentos sociais, fez-se necessária uma separação e a determinação de suas diferenças para a construção de uma identidade única. No processo de institucionalização, essas organizações deveriam marcar seu lugar num campo de significados, atestando suas especificidades, seu “diferencial”, e consequentemente, a necessidade de sua existência.

Ao mesmo tempo, a emergência de organizações como o ISA foi possível em razão de uma mudança nos padrões de reivindicação dos “novos movimentos sociais”. Estes seriam funcionais, de caráter público, não conspiratórios, buscando mobilizar a sociedade civil e não tomar o poder. Segundo Herculano (2000), os novos movimentos sociais seriam aqueles que renovariam padrões socioculturais e psíquicos do cotidiano. A autora apresenta como no Brasil, os movimentos sociais podem ser vislumbrados em dois momentos: durante a ditadura na década de 1970, movimentos sociais urbanos, de comunidade; e um segundo momento, a partir de 1980, “quando novos partidos, um novo sindicalismo, associações de bairro e suas federações se organizam, movimentos de mulheres, de etnias, surgem”. (Herculano, 2000, p.150).

Como já posto, esses micro-organismos de experiência democrática vieram a conjugar trajetórias de indivíduos que buscavam a realização de um projeto comum para o país. O ISA, por exemplo, tem na sua experiência, a união de pessoas com atuação na sociedade civil, seja

dos intelectuais que não viam na universidade um ambiente profícuo para seus projetos, como também de pessoas que atuaram no meio público durante a transição democrática. Santilli, antes de criar o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), havia sido deputado federal pelo PMDB, entre os anos de 1983-1987; assim como André Villas Boas (atual presidente do ISA) foi chefe de Posto indígena. Havia um momento favorável e borbulhante para a conjunção de pessoas dedicadas ao desenvolvimento dos princípios e processos democráticos.

A mudança tanto no aspecto reivindicatório dos movimentos sociais, bem como a diferenciação construída sobre as organizações que se tornam ONGs estão marcadas pelo caráter institucionalizado e pela inserção nos canais de diálogo com o Estado e com as organizações multilaterais. Os movimentos sociais, por outro lado, seriam aqueles que as ONGs assessoram, com grupos fluidos de cidadãos e representativos de estratos específicos. Tanto as ONGs quanto os movimentos sociais faziam parte de uma mesma rede, com diferenças e cisões, mas buscavam uma coesão interna no espaço de luta configurado à época. Quando começa a se reivindicar o termo ONG, os conflitos tornaram-se inevitáveis entre as organizações e os movimentos sociais.

Com o novo aspecto reivindicatório dos movimentos, há o desenvolvimento simultâneo desse novo tipo associativo (ONG) a modernos movimento sociais, como o movimento indígena indígena. A criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980, desponta com esse novo e diverso leque de movimentos, juntamente à reivindicação e discussão sobre direitos coletivos e difusos nesse período de transição democrática. A história do CEDI, NDI e ISA é, como vimos no Capítulo 1, conectada à UNI como parceiro e aliado em disputas nesse novo contexto político-social no Brasil e no mundo. Assim, fazem parte de uma mesma rede, interconectada e multinível, de relações entre o local-global-local.

Com a transição democrática a diferenciação entre os dois agrupamentos (movimentos sociais e ONGs) foi necessária a criação da Associação Brasileira de ONGs, a ABONG⁴⁴, em 1991. Demonstrou-se a preocupação de marcar a atuação dessas organizações enquanto um grupo minimamente orgânico. Segundo Herculano (2000), a ABONG teria o papel de legitimar suas associadas e de dar a elas um respaldo similar ao que a Igreja Católica

⁴⁴A Associação nasce em 1991, através de um grupo de trabalho nacional que se reuniu no Rio de Janeiro, contando com 108 entidades. Já naquele período se evidenciava o lugar das ONGs como de apoio e prestação de serviços a movimentos sociais.

propiciava às Comissões Pastorais⁴⁵ (muito presentes junto a diferentes comunidades à época da ditadura militar).

Nas décadas posteriores, as ONGs tornam-se também parceiras do Estado, tendo sua existência regulamentada através da Lei 9.790/99, a chamada Lei do Terceiro Setor. É, assim, no contexto de concomitância da redemocratização brasileira e das reformas de estado neoliberais, que foi introduzido o ordenamento jurídico do Terceiro Setor, a Lei Federal n. 9.790, de 23 de março de 1999, conhecida como Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):

"é uma qualificação especial, concedida pelo Ministério da Justiça [para as organizações] que, além de cumprirem determinados requisitos legalmente exigidos, tenham por finalidade social uma das atividades enumeradas na Lei federal n 9.790/1999" (Oliveira, 2008, p.1089).

A qualificação de OSCIP veio somar-se a titulações anteriores, sendo elas: Título de Entidade de Utilidade Pública (no âmbito federal, Lei n.91 de 28/08/35; Lei n.6.639 de 08/05/79; Decreto n.50.517, de 02/05/61; Decreto n. 60.931 de 04/07/67); e o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Lei n.8742, de 08/12/93; Decreto n. 2.536 de 06/04/98; Decreto n. 3504, de 13/06/00; e Resolução n. 177 de 10/08/00 do Conselho Nacional de Assistência Social).

Além do marco jurídico definido pela Lei 9.790/1999, essas organizações do Terceiro Setor possuem diretrizes postas desde o Código Civil Brasileiro de 1916, que já previa a existência das associações, relacionadas principalmente a atividades de filantropia. Em 2003, entrou em vigor o Novo Código Civil que definiu cinco formatos de pessoas jurídicas privadas existentes no direito brasileiro: as associações e fundações (formato jurídico das ONGs), organizações religiosas, partidos políticos e as sociedades⁴⁶. A ABONG, especificamente, pleiteia a diferenciação do grupo, exigindo uma reflexão da lei perante as “especificidades das ONGs” e seus entraves burocráticos singulares. Buscando assegurar os interesses dos agentes deste campo, procurou o reconhecimento Estado, “detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem” (Bourdieu, 1989, p.149).

⁴⁵Um exemplo de Comissão Pastoral ligada diretamente à Teologia da Libertação é a Pastoral da Terra. Fundada na ditadura militar, nasce ligada à Igreja Católica. Posteriormente torna-se ecumênica, como o CEDI. "A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização". Disponível online: Comissão Pastoral da Terra. Site: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>

⁴⁶ABONG. Disponível online: <https://abong.org.br/questoes-juridicas/o-novo-codigo-civil-e-o-estatuto-social-das-ongs/>. Acesso em 22/10/2019.

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo terceiro, expressa como um dos objetivos fundamentais da República é "constituir uma sociedade livre, justa e solidária" e garantir o "desenvolvimento nacional". A criação de associações, hoje conhecidas como organizações não governamentais seria "a expressão máxima do exercício de liberdade de associação" (Oliveira, 2008, p. 1084) durante a transição para a democracia. As associações e fundações privadas formariam em seu conjunto (parte) (d)o Terceiro Setor, responsável pela realização de atividades de interesse público, afim de garantir uma suposta promoção plena dos direitos de cidadania. Uma das leituras sobre a sociedade civil de 1988, portanto, corresponderia a associações que institucionalizaram os discursos capazes de interpelar problemas na sociedade, transformando-os em interesse geral e passíveis de políticas públicas.

Os efeitos do regime ditatorial na concepção de sociedade civil no Brasil respaldaram a contraposição entre o entendimento de "civil" e "militar". Disso resulta uma leitura dicotômica entre o par conceitual sociedade civil/Estado, de ênfase maniqueísta. Nessa perspectiva, tudo que viesse da sociedade civil seria positivo, e tudo que viesse do Estado seria negativo. Essa relação estabelecida seria contrária as ideias de Gramsci sobre esse par consistir em uma unidade na diversidade, ou seja, de como a sociedade civil e o Estado estão em constante relação e são compostas por agentes políticos de diferentes trajetórias, práticas e ideologias. Hoffmann (2009) destaca como essa visão maniqueísta teria favorecido o obscurecimento de um caráter contraditório das forças sociais da sociedade civil brasileira, mas que tinham um objetivo comum de oposição à ditadura. Esse obscurecimento "facilitou a hegemonia das forças liberais no processo de transição, que Florestan Fernandes não hesitou em chamar de 'transição conservadora'" [...] nos anos 80: "a ideologia neoliberal em ascensão apropriou-se daquela dicotomia maniqueísta para demonizar de vez tudo que provém do Estado" (Hoffmann, 2009, p.71).

A relação com o Estado é comumente vista como opositora e autônoma, com sua existência marcada também por valores políticos, como é expressado no Estatuto da ABONG nos critérios necessários para a admissão de associados: "a) o compromisso da ONG com a construção de uma sociedade democrática"; b) O compromisso da ONG com o fortalecimento dos movimentos sociais" (ABONG, 1991). Ainda, no mesmo estatuto, os objetivos da Associação são postos de forma que afirmem valores democráticos, de apoio a movimentos populares, bem como a construção de um "segmento específico da sociedade civil comprometido com os setores populares" (ABONG, 1991). Sua idealizada relação opositora ao Estado não se sustenta completamente, pois as ONGs estão em constante relação com este,

tanto no que diz respeito aos princípios democráticos desse próprio Estado pós-88, quanto por suas práticas também espelharem práticas estatais.

1.2. Terceiro Setor como movimento transnacional

Na passagem de formas tradicionais de ajuda mútua para a formação institucional de organizações da sociedade civil, a formação do Terceiro Setor não só representou a existência de grupos de atuação essencialmente locais, mas também se constituiu como um campo transnacional em si. A forma de atuação das ONGs através de projetos (geralmente de desenvolvimento) constitui e expressa seu caráter transnacional, onde a conexão improvável entre microprojetos locais e campanhas de escala internacional demonstrou-se possível, existindo um certo sentimento de fraternidade universal que perpassaria uma imensa e diversa rede entre o local e o global. A existência dessas organizações em diferentes cantos do planeta, exprime a mudança de paradigma vivida na segunda metade do século XX e que ganha força no século XXI: uma sociedade civil planetária que opinaria e atuaria em questões consideradas globais. Seria um mundo proposto através de novas formas de participação social, que dão a cara da democracia “moderna”. A centralidade dessas agências, em especial no Norte Global, de presença nos quatro cantos do mundo, têm como característica básica a adaptabilidade a diferentes conjunturas internacionais e aos diferentes contextos nacionais (Landim, 1993, p. 11). Fernandes (1994) é outro autor que aponta tal característica transnacional em que

"Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo 'terceiro setor' global que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparato formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário" (Salomon, 1993, occasional...15, *apud* Fernandes, 1994, p. 19).

Em consequência, o despontar das ONGs se deu com sua entrada no campo do desenvolvimento, quando uma série de agências de financiamento foram concebidas já nos anos 1960. O Brasil não escapou desse cenário, onde as pessoas pioneiras no campo com projetos de Educação Popular mantinham relações que ultrapassavam fronteiras nacionais.

Entretanto, a noção de unidade planetária ligada à existência das ONGs lhes confere um caráter homogeneizante que tenderia a colocar em segundo plano conflitos e assimetrias de poder entre atores do "norte" e do "sul". A conformação dessa nova unidade político-administrativa e simbólica é destacada em conexão com o efeito de ocultação dessas relações de poder. A nova conformação seria capaz de "criar comunidades de interesse que extrapolam as fronteiras nacionais em nome da implementação de diferentes 'missões'" (Hoffmann, 2009, p.70).

Ligações internacionais foram forjadas por grupos católicos e grupos ecumênicos, como o Conselho Mundial de Igrejas (ver Capítulo 1), desde lá propiciando a formação de uma rede transnacional de ideais democráticos (Landim, 2008). Mesmo com o arrefecimento da participação das Igrejas, o caráter transnacional continuou intrínseco ao campo, com o contínuo estabelecimento de alianças internacionais. Essa formação só se mostrou possível, em razão do nascimento desse setor ter se dado de forma colada ao aparecimento do fenômeno da globalização. A expansão de ONGs durante as décadas de 1970 e 1980 encontrou “formas *sui generis* de articulação capazes de conviver, e eventualmente de potencializar, a diversidade e a segmentação institucional” (Fernandes, 1994, p.129). As redes de ONGs vão se constituindo, assim, de formas múltiplas e transversais.

O termo ONG em si surge em contexto internacional, vindo do vocabulário da Organização das Nações Unidas (ONU) - uma das instituições formadas no período pós segunda guerra mundial, onde os princípios de Estado-nação são questionados⁴⁷. Na sua ata de constituição, estabelece-se que o Conselho Econômico e Social da ONU poderia fazer acordos de consultoria com *organizações não-governamentais*. Nesse primeiro momento, o termo representa um conceito genérico de abrangência ampla, cobrindo um amplo caleidoscópio de organizações. Ao mesmo tempo, as relações entre países através dessas organizações -que não necessariamente passam por uma mediação do Estado- representam como as relações de poder globais são rearranjadas.

A consolidação do campo no país, nos anos de 1990, é representada pela conferência internacional que reuniu um grande número de ONGs brasileiras, a Rio 92. Também conhecido como “Fórum Global”, foi um ritual de confirmação da existência de uma “sociedade civil organizada” e um episódio de reconhecimento público sobre a existência das ONGs (Landim, 1993). Márcio Santilli, ao ser indagado sobre o papel do evento para o

⁴⁷Ao mesmo tempo, a formação desse tipo de associação também se baseia na Declaração Universal de Direitos Humanos, que foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. O Artigo 20 garante a liberdade de reunião e associação pacífica.

campo, foi enfático sobre a importância desse acontecimento não só para a consolidação das ONGs no Brasil, mas para o processo de criação de um campo que ainda patinava em suas próprias definições:

“O acompanhamento da preparação, da realização e dos desdobramentos dessa conferência da ONU aproximou muito as organizações que antes não tinham muita relação entre si, então eu acho que foi um momento que provocou uma química, que desencadeou um processo” (Entrevista com Márcio Santilli, 2019).

A "química" desse processo que desencadeou um crescimento de ONGs no Brasil foi resultado, mantendo a metáfora química, da reação de vários elementos. A democratização, a cooperação internacional, a neoliberalização; bem como a forma que as trajetórias dos indivíduos mobilizaram vários símbolos. A formação de um campo específico de significados, uma nova sociedade civil institucionalizada e reconhecida juridicamente pelo Estado, possibilitou construir uma unidade, uma identidade em comum. Entretanto, a diversidade de organizações tanto especificamente entre as ONGs, como no Terceiro Setor, também representa uma multiplicidade de práticas e visões de mundo. Essas divisões e conflitos tiveram de ser suprimidos, em algum nível, para que um campo (burocratizável e paraestatal) pudesse se consolidar.

Neste período de definição identitária surgiram questões de quem deve ou não fazer parte do “clube”. Landim (1993) descreve como diferentes cacifes foram jogados na mesa, capitais diferenciados no campo dos movimentos sociais que foram acumulados nos anos anteriores. O perfil das entidades presentes no Fórum Mundial, obviamente, era composto de forma majoritária por organizações “ambientalistas” ou “ecológicas”, sendo 536 desse caráter entre as 1.101 presentes⁴⁸. A segunda categoria de maior expressão no evento foram 119 que poderiam ser enquadradas como entidades de assessoria e apoio a movimentos sociais/populares. O reconhecimento de um acúmulo de capital social e político, adquirido por essas entidades nas décadas anteriores ao evento, teve peso neste jogo de legitimidade.

Landim (1993) constrói uma narrativa sobre a importância do evento para diferentes agentes do campo, demonstrando que a polissemia do termo trouxe diferentes concepções sobre o que deveria ou não ser reconhecido enquanto ONG. As instâncias nesse período que geraram novos discursos sobre o termo, tiveram muita influência do aparato “ecológico”,

⁴⁸Listagem obtida dos arquivos do Fórum por Landim (1993). Ver página 34.

devido ao seu caráter globalizante e sua construção enquanto direito difuso. Esse caráter corresponde à sua característica enquanto um direito não individualizável, "que têm como seus titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato"⁴⁹. Ou seja, seria uma pauta universal, que atinge toda a população do planeta. Surgem

“novas definições objetivadas sobre o que é ‘ONG’- definições propostas geralmente, pelos agentes ligados às entidades de ‘assessoria e apoio popular’ que se encarregaram da sua participação mais intensa no encontro, em posições de coordenação” (Landim, 1993, p.37).

Segundo depoimento de Aurélio Vianna⁵⁰ trazido pela autora, a Rio 92 teria deixado um legado ao determinar esse novo nome, fazendo parte do vocabulário do governo, da população e da mídia brasileira (Landim, 1993, p.37)⁵¹.

A definição do termo rompe com a lógica do serviço e assessoria, práticas que consagravam o campo. Leilah Landim constrói essas reflexões a partir do critério formal presente nos debates para definir quem poderia participar do Fórum. Haveria um discurso do grupo de ONGs e movimentos sociais em prol dos compromissos com a “‘justiça social’, o ‘popular’, a ‘classe’- que passam a incluir a ‘questão ecológica’, a do ‘meio ambiente’ e a de ‘modelo de desenvolvimento’- e os grupos e movimentos ambientalistas” (Landim, 1993, p. 38). Com o desenvolvimento dessas organizações, ONG passa a representar uma distinção de uma tradição de prestação de serviços e de trabalhos educativos nas bases da sociedade, trabalhos esses que foram considerados despolitizados e geradores de dependências. A entidade "não governamental" se distingue a partir de sua "vocação política" (Landim, 1993, p. 81).

O CEDI foi uma das ONGs pioneiras no processo descrito por Landim (1993). Considerada como uma origem modelar ao moderno movimento de ONGs, a organiza o historicamente se tornou uma entidade consagrada no campo, uma "ONG cinco estrelas"⁵². O CEDI teria tido um caráter mais aproximado de ONG, por ter rela es com as Igrejas, mas

⁴⁹Direito do Consumidor (inciso III, art. 81 do CDC- Lei 8.708/1990).

⁵⁰ Integrante do finado CEDI

⁵¹O ISA, como já exposto no capítulo 1,   uma organiza o que nasce a partir da Rio-92, no bojo das discussões ambientalistas e seu caráter global; ao mesmo, tempo seus fundadores buscaram trazer problematiza es em torno da conserva o ambiental, que em sua visão, não poderia ser apartada das realidades de grupos presentes nas florestas, unidades de conserva o, parques nacionais, etc. No seguinte capítulo, trataremos do histórico das organiza es ambientalistas em específico e as diretrizes internacionais nas quais o ISA norteia seu trabalho.

⁵² “[...]expressão cunhada por um informante (mantendo rela es estreitas com o Conselho Mundial de Igrejas, enquanto financiador) [...] seus agentes, do universo protestante, estão envolvidos na mesma rede” (Landim, 1993, p. 82).

sem subordinação a elas, afastando-se de movimentos assistencialistas. Para Landim, organizações pioneiras como o Centro tinham como base:

"'Autonomia', estabelecimento de 'parceria internacional', projeto político-pedagógico através da 'educação popular', onde se inclui a 'assessoria' e a 'avaliação', 'anti-assistencialismo'- esses termos incorporados à definição do que são e fazem as atuais 'ONGs' enquanto entidades originais foram evocados, na reconstrução de histórias como a do CEDI [...], as quais permitem que se pense em 'origens modelares'" (Landim, 1993, p. 84).

As ONGs foram um produto de uma geração da década de 1970, mas que vão se multiplicar de fato nos anos 1980. A autora aponta a existência de organizações durante o período da ditadura que fariam, posteriormente, nome no campo das ONGs, entre elas, a CESE, NOVA, CEDI, CEAS, ISER, FASE, INESC, IBASE⁵³ etc. Um estudo anterior de Fernandes e Piquet (1991), citado por Landim (1993), aponta para como o surgimento da maior parte dos dirigentes das ONGs se deu na interseção dos circuitos universitários, juntamente com as pastorais inspiradas na teologia da libertação e as dissidências marxistas em resistência à ditadura. Perceber esse complexo quadro, respalda a percepção das condições sociais que propiciaram a estabilização de um grupo social legitimado (Douglas, 1998) e os estabelecimentos de relações com as agências financiadoras internacionais, grupos sociais específicos e o próprio governo.

As trajetórias de integrantes da instituição são representantes da construção de uma realidade de "relações transníveis" (Little, 2006). É a partir dessas relações que atores sociais podem mobilizar níveis de articulação local, regional, nacional ou global. Quando analisamos uma história circunscrita de uma instituição é necessário mapear esses movimentos, para também perceber conflitos e relações de poder nas quais tal instituição está inserida. Ao mesmo tempo, através da trajetória individual de componentes do ISA, pode-se também visualizar as relações estabelecidas pluri-nível e o *zeitgeist* de um período, ou seja os valores correntes que possibilitaram a emergência de uma organização como o ISA. Nessa formação espectral complexa, os atores sociais utilizam estrategicamente os níveis de articulação possíveis, como a relação com a Igreja (e sua posterior separação), a relação com a cooperação internacional, com o Estado, com as comunidades e os movimentos sociais. São

⁵³ CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço; NOVA (Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação); CEAS (Centro de Estudos e Ação Social); ISER (Instituto de Estudos da Religião); FASE (Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional); INESC (Instituto de Estudos Socio-Econômicos); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas);

mobilizados diferentes valores utilizados na arena política durante o curso de institucionalização do Instituto.

1.3. Novas questões aparecem

Na virada para o século XXI em diante, o perfil do Terceiro Setor muda como um todo, assim como a quantidade de organizações formadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) realizou um estudo em 2005, que observou as mudanças ocorridas no universo das organizações da sociedade civil "que atendem simultaneamente, aos critérios de entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto administradas e voluntárias"⁵⁴. Oliveira (2008) a partir desses dados destaca que, entre 1996 e 2005, percebeu-se um crescimento de 215,1% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Este rápido crescimento veio em conjunto com o reconhecimento social adquirido mundialmente com a plasticidade, fluidez e polissemia características de um movimento social contemporâneo.

A partir dos anos 1990, colocou-se em prática novos modelos participatórios resultados de processos de descentralização política instituídos a partir da Constituição de 1988. Ela teria propiciado uma maior participação social no controle de políticas de governo e seu manejo através de organizações associativas em uma grande diversidade de pautas como moradia, educação, saúde, assistência social, meio ambiente, entre tantos outros (Landim, 2008). Nesse espectro, as organizações não-governamentais florescem e ganham importância no cenário nacional, auxiliando e mobilizando outros segmentos da sociedade civil, e influenciando qualitativamente na criação e efetividade de políticas públicas.

Tais organizações atuam a partir de dupla identidade, em diferentes contextos. Nas últimas décadas, sua relação com o Estado se constituiu tanto como uma tarefa de assessoramento ou prestação de serviços a grupos específicos da sociedade, como também de pressão política, por serem atores políticos num cenário de influência em políticas públicas. Esse trabalho é possível através da mobilização intensa de uma rede construída por meio de vários canais. A experiência adquirida nesses trânsitos tornaria o ISA referência entre diferentes órgãos, seja no Congresso Nacional, no Ministério Público e entre movimentos sociais. A instituição é recorrentemente convocada para audiências públicas, assessorias, conferências, palestras, além de lembrando, alguns de seus quadros terem sido contatados

⁵⁴Disponível online: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil?edicao=10582&t=sobre>. Acesso em 18/10/2019.

para cargos na máquina estatal. A efetividade de sua institucionalização pode ser percebida nesses momentos. Não como algo estático e definitivo, mas como parte de relações políticas estratégicas, a depender do grupo com que dialoga. Ao mesmo tempo, a capacidade de estabelecer uma comunicação com esses diferentes setores significa que, de alguma forma, a mensagem sobre seu entendimento de mundo e da forma de seu trabalho está sendo veiculada e compreendida. Ou seja, o ISA também maneja os termos e as regras do campo em que se insere, no caso, o socioambiental.

A sociedade civil ao mesmo tempo que é um ente separado do Estado, atuando como vigilante e questionador, possui também, num exercício democrático, marcante presença em órgãos estatais. A expressão “sociedade civil”, por sua vez, começa a ser cunhada e ganha potência no país juntamente com o desenvolvimento da democracia pós-ditadura militar. Na década de 1980, ela incendeia o discurso político e é embalada pelo ardor das novas instituições (Fernandes, 1994, p.87). Além da adoção universal do sentido de sociedade civil e cidadania pelos movimentos, em contraste ao militar; o termo também adquire forte conotação jurídica. Exerce, portanto, influência na forma de se viver em sociedade, onde os indivíduos existem e se relacionam através de leis (Fernandes, 1994). Este seria um dos sentidos mais comuns sobre a sociedade civil, entretanto, ela é uma categoria polissêmica e constantemente ressignificada. A sociedade civil, agora nos termos de Gramsci, compreenderia um todo complexo de relações ideológico-culturais, construídas socialmente.

Nesse sentido, ela é vivida e ressignificada na democracia brasileira com características específicas aos processos históricos do país. Todo regime político necessita de elementos além de um aparelho coercitivo, instituições que têm por finalidade a transmissão dos valores dominantes. De alguma forma, as ONGs são instituições que transmitem valores democráticos, por estarem assentadas nos conceitos de sociedade civil e participação social, cunhados por esse momento político.

Nesse novo momento político do país, a linguagem dos direitos se torna parte central do acervo de valores que fazem o Terceiro Setor concebível e desejável. Nesse sentido, a atuação das ONGs buscou se diferenciar de um caráter assistencialista e filantrópico, comum entre aquele campo inicial de formação desses grupos “em comunidade”. Essa transição, entretanto, não veio sem questionamentos identitários, em meio a uma mudança na conjuntura política, como já vimos a cima.

A terminologia "Terceiro Setor", no que lhe diz respeito, representa este ente estranho que não está lá nem cá, sendo outra denominação importada para o continente latino-

americano. Este termo tem uma conotação definida e em uma de suas versões, teria nascido no contexto norte americano, onde bases associativas e atividades voluntárias são parte da cultura civil e política traçada na tradição do individualismo liberal (Landim, 2008, p. 9). A ideia de "setor" evoca colaboração e interações positivadas, o que de certa forma mascara o conflito e contradição presente no campo. Para Landim (2008), essa perspectiva tende a colocar como secundária as dinâmicas políticas que marcam a tradição de construção associativa. A atuação dessas organizações, desde o seu nascimento, é questionada em certos âmbitos, demonstrando o conflito e disputa por conceitos "democráticos". Em resumo, a terminologia evoca uma unidade e universalidade que mascara a imensa pluralidade que o Terceiro Setor tem.

Vemos essa pluralidade no perfil mais recente das organizações no setor. Após a forte expansão ao fim do século XX, o crescimento dessas organizações diminuiu entre 2002 e 2005 (22,6%)⁵⁵, sendo que, visto de forma isolada, o grupo de entidades de *meio ambiente e proteção animal* cresceu 61%. Segundo pesquisa do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em parceria com a ABONG e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento de 8,8% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - número consideravelmente menor que o do período entre 2002 e 2005. Em números absolutos, o maior crescimento foi de entidades religiosas nesse período, com a criação de 11,2 mil entidades, quase a metade das 23,4 mil criadas em totalidade. Tal estudo intitulado "Perfil das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativo (FASFIL)", ainda aponta para a existência de 290,7 mil Fundações e Associações do perfil indicado em 2010. Naquele ano, entre o total de instituições, 82,9 mil administravam diretamente rituais religiosos (28,5%), 44,9 mil atuavam na área de associações patronais e profissionais (15,5%) e 42,5 mil no desenvolvimento de defesa de direitos (14,6%). As entidades voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal, por outro lado, representavam 0,8% das FASFIL⁵⁶.

Em referência ao financiamento, que também define um perfil característico das organizações existentes no Brasil, os sócios fundadores me apresentaram um panorama da conformação do Terceiro Setor no país e sua configuração atual, apresentando a diversidade

⁵⁵INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010). Disponível online: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil?edicao=10582&t=sobre>. Acesso em 18/10/2019.

⁵⁶Disponível online: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>. Acesso em 22/10/19.

presente no setor, tanto na sua forma de financiamento, quanto nas abordagens características do trabalho de organizações com diferentes perfis.

“Há uma diferença no perfil de financiamento, o grosso do financiamento do Terceiro Setor vem de financiamento público, são recursos públicos, todo esse universo da filantropia é tal que é 95%. São poucos os segmentos do Terceiro Setor que têm parte do seu financiamento vindo da cooperação internacional, e aí entram as ambientalistas, defesa de minorias, direitos humanos. Esse é um segmento do Terceiro Setor em que a maior parte das fontes têm a ver com cooperação e têm uma diferença no *lance* do ativismo. Muitas organizações são prestadoras de serviço, têm um perfil mais baixo de atuação, e outros segmentos, não só o ambientalista, têm um perfil mais ativista. Então, é uma coisa que tem menos a ver com filantropia e mais a ver com militância mesmo, com direitos, com causas contemporâneas, civilizatórias, mulheres, LGTB, direitos humanos de um modo geral. Então, são temas contemporâneos, pouco contemplados em fundos públicos e verbas oficiais”. (Entrevista com Márcio Santilli, 2019)

Nessa relação específica de financiamento advindo da cooperação internacional, o alinhamento com a cooperação era circunscrito a algumas organizações. Como no caso do CEDI, o ISA herdou as relações passadas do Centro com o grande capital social (e financeiro) no campo que viria a se firmar nos anos 1990.

"Essa é uma relação que começou nos anos 70, na época da ditadura, que nós cultivamos pós-Constituição. Então, a gente entrou no período pós constituinte com um capital de relações sociais com a cooperação internacional importante, que a gente não abdicou então da estratégia do ISA era cuidar desse capital político com a cooperação internacional, mas fazer avançar as políticas públicas dentro do Brasil e ter uma base social brasileira, digamos assim.

Acho que a gente se deu bem com a cooperação internacional, a gente criou competência pra disputar editais oficiais e a gente só entra em trabalho com dinheiro público se for em edital aberto" (Entrevista Beto Ricardo, 2019).

As organizações não governamentais, portanto, não se confundem com a amplitude de organizações que compõem o Terceiro Setor, possuindo assim relações específicas com o Estado, a cooperação internacional e os movimentos sociais. Apesar do arrefecimento nas

primeiras décadas do século XXI, o papel das ONGs contribuiu historicamente ao fortalecimento da participação social e das instituições democráticas diante de um histórico político nacional autoritário e de fraca autonomia da sociedade civil (Landim, 2008, p.13).

A formação democrática trouxe outros desafios à formação identitária das ONGs, com uma redefinição dos seus princípios formadores. O antagonismo anterior ao Estado repressivo muda de figura, com uma complexificação dessa relação. O caso do ISA é ilustrativo, vista a importância do diálogo com o Estado no seu ofício. Segundo Santilli, a atuação do Programa de Política e Direito socioambiental é central, “propondo ações judiciais, elaborando análises e estudos, divulgando informações, acompanhando e intervindo na tramitação de projetos de lei, participando de fóruns da sociedade civil e conferências internacionais”⁵⁷.

“Nos primeiros tempos de vida do ISA isso era uma coisa vinda do Núcleo de Direitos dos Povos Indígenas (NDI), que vinha desse período mais inicial do processo democrático, a ideia era que a gente tivesse uma equipe aqui [Brasília] que ficasse na interlocução direta com os órgãos de governo, congresso e tal. Isso a gente fez nessa lógica de relação bilateral com o governo, o ministério, Funai. Muitas vezes a gente cedeu quadros para o governo, em diferentes momentos. Eu mesmo fui presidente da Funai durante um tempo. A gente *botou* gente no MMA na época da Marina Silva, a gente *botou* gente no INCRA, em vários órgãos”. (Entrevista com Márcio Santilli, 2019)

Consequentemente, a relação com o Estado não é una, e apesar da inclusão de alguns de seus quadros no aparelho estatal, o ISA se posiciona como uma entidade de pressão política ao Estado. A autora Teixeira (2000), em entrevista com integrantes da SOS Mata Atlântica, atesta que a relação ONG-Estado seria de "tapas e beijos", com momentos próximos de diálogo e outros de discordância extrema. No início da formação desse campo, a questão da autonomia era essencial em face a uma experiência autoritária. Entretanto, com a democracia e seu desenvolvimento, essas relações foram/são ressignificadas a todo momento. A democracia, portanto, desponta como um campo de significados, em que se disputa uma visão de mundo sobre os direitos políticos, jurídicos e sociais. Em razão disso, as

⁵⁷ Site do Instituto Socioambiental. Disponível online: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

organizações tiveram que construir uma identidade corresponde ao novo momento político do país.

2. A formação do estado democrático brasileiro, a expansão neoliberal e o Terceiro Setor

2.1. Redemocratização e novos paradigmas

De acordo com Oliveira (2008), seria possível afirmar que o crescente interesse no Terceiro Setor e no seu desenvolvimento a partir da Constituinte, foram decorrência das políticas reformistas de Estado, ocorridas ao fim do século XX e início do século XXI, que em muitos casos provocaram o desmantelamento das estruturas de prestação de serviços sociais à comunidade. Ao mesmo tempo, a mudança de perfil nos movimentos se daria por um desencanto pelo ideário socialista dos séculos XIX e XX, como tão bem materializado com a queda do muro de Berlim. A contestação do discurso hegemônico não seria mais ligada a ideias revolucionárias e da relação capital-trabalho, mas começa a despontar dentro do âmbito de direitos humanos universais, vinculando-se às questões de cidadania (Naves, 2003).

A Constituição de 1988 foi resultado de um processo de transição democrática, que diante de uma sociedade desigual, contemplou de forma inédita questões chaves tocantes à inclusão social. Direitos sociais foram focalizados como nunca, introduzindo grupos marginalizados nas políticas sociais. De acordo com a análise desenvolvida por Arretche (2018), a transição para a democracia veio em conjunto com a formulação de uma "Constituição caracterizada por mudanças paradigmáticas nos direitos sociais e na participação política" (Arretche, 2018, p. 397). A pobreza e a participação política limitada foram bandeiras politizadas por setores progressistas no período. As duas foram entendidas como causalmente conectadas, e culpou-se os governos militares pelo alto nível de exclusão existente no Brasil.

Havia uma efervescência democrática em face à exaustão do Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985) (Pinho, 2016, *apud* Teixeira & Pinho, 2018). Tal efervescência foi canalizada através dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que foram iniciados em 1987, onde "a construção de uma ordem institucional democrática supunha um reordenamento das políticas sociais e afirmação dos direitos sociais como parte da universalização da cidadania" (Teixeira & Pinho, 2018, p.16). Direitos sociais universais

são constituídos como parte condicionante da cidadania num novo desenho de um federalismo pactuado e participativo.

Desse modo, a construção de uma concepção de sociedade mais democrática é resultado de lutas empreendidas por movimentos e organizações sociais na época. A luta por direitos passa a ser o fio condutor desses movimentos, na busca por uma participação na definição das políticas nacionais, à exemplo da luta pela anistia, as 'diretas já', e a Constituição de 1988. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, a formação de movimentos sociais com princípios democráticos teve papel importante no progressivo envolvimento da sociedade na defesa e organização de uma nova Constituinte. Sua participação não só influenciou a formação e o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, como representou a emergência no país de uma cultura política mais democrática, voltada à representação e à participação política⁵⁸. Com a morte de Tancredo Neves e a eleição de José Sarney para a presidência em 1985, os "novos movimentos sociais" começaram a ser organizados a fim de incentivar a mobilização social no processo de construção democrática.

Segundo Versiani (2014), havia um sentimento de oportunidade com a percepção de que se vivia em um momento político único. De acordo com a autora, um ponto alto desse movimento e mobilização deu-se com o lançamento, no Rio de Janeiro em 1985, do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte (MNPPC). O objetivo do MNPPC seria mobilizar a criação de núcleos pró-participação na Constituinte em diferentes localidades do país, onde os cidadãos pudessem discutir e propor questões relativas à sua própria realidade. Nesse sentido, a participação popular nos debates políticos foi encarada como uma prioridade, a fim de garantir a legitimidade necessária à elaboração de uma Constituição democrática. Simultaneamente à criação do MNPPC, foi implantado o Projeto Educação Popular Constituinte, o qual reuniu uma rede de entidades civis "visando estruturar uma assessoria regular para os grupos que se mostravam mobilizados com o propósito de fomentar a participação da sociedade naquele processo" (Versiani, 2014, p.373). Dentre as organizações que se uniram ao projeto estavam

⁵⁸Vale destacar o papel importante do Sindicalismo brasileiro à época, devido ao seu protagonismo da onda de greves que acomete o Brasil durante o período. Rocha (2013) destaca a potência da irrupção das greves sindicais no ABC paulista em fins da década de 1970, que deu início a uma escala de enfrentamentos. Houve forte adesão alcançando grande parte das indústrias pelo país. Na década de 1980, o Brasil tornou-se o país com o maior volume de greves no mundo. (Rocha, 2013, p. 45)

"O Instituto de Estudos de Religião (ISER), o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), o Serviço de Educação Popular (SEP), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a Comissão Pastoral Operária (CPO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)" (Versiani, 2014, p. 374).

Houve três formas de participação da sociedade nos trabalhos constituintes e que eram admitidas regimentalmente: o envio de sugestões por representantes da sociedade organizada, audiências públicas e emendas populares. Nessa direção, as entidades sociais brasileiras também tiveram papel na elaboração de sugestões para a futura Constituição. Uma expressão dessas iniciativas está na atuação do IBASE que, em setembro de 1985, sistematizou uma série de proposições com o título "As grandes questões políticas nacionais e a Constituição" (Versiani, 2014).

O CEDI, no período, também organizou um trabalho semelhante, com o desenvolvimento de cartografia e produção de mapas pelo programa Povos Indígenas. A partir desse trabalho, a organização tornou-se um ativo participante na construção da Constituinte. Beto Ricardo, sócio-fundador do ISA e ex-integrante do CEDI, trouxe uma narrativa sobre a participação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação nesse processo.

"Esses resultados [do trabalho de colocar os índios no mapa] migraram pro processo de elaboração da Constituição, a gente tinha construído uma base de dados e uma narrativa otimista sobre o futuro dos índios, que não era dizer que vai acabar, que está acabando etc, mas que num panorama geral, os índios estavam aguentando [e havia um movimento de afirmação] de identidades específicas ao lugar de identidades genéricas.

Esse novo paradigma migrou para o processo de elaboração da Constituição, nós tivemos um papel ativo de elaboração, vários documentos mostram que, na época, a gente vinha agitando e acompanhando comissões temáticas. Conseguimos pela primeira vez na história do Brasil ter um capítulo específicos sobre direitos indígenas.

Nós estamos num momento de ameaça de retrocesso [em 2019], então, assim, esses períodos que se sucedem explicam o trabalho da gente. Colocar os índios no mapa, o paradigma na Constituição, colocar a Constituição no chão, e as

alternativas que se abem hoje para o futuro dessas relações dentro do país."
(Entrevista com Beto Ricardo, 2019)

Sociedade civil, cidadania, identidade e participação são, portanto, termos que aparecem em uníssono dentro da democracia brasileira. A expressão "sociedade civil" embala o discurso político brasileiro em 1980 por meio do aparecimento de novas instituições, conforme venho apresentando aqui. Junto à sua correlata, a cidadania, modificam o discurso de movimentos sociais que adotam um horizonte universalista e de conotação jurídica. A adoção de tais conceitos progride ao longo do tempo com a noção de que haveria necessidade de participação social (Fernandes, 1994). Enquanto o período ditatorial propiciou a admiração pela "comunidade" e pelos "movimentos", a democracia abriu os horizontes da ação participativa de indivíduos/grupos-cidadãos. A cidadania, por sua vez, é concebida como categoria coletiva, pois há "o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas" (Telles, 1994 *apud* Freitas, 2009).

A participação social passa a ser definida como um direito político dos cidadãos, juntamente com o ganho de força da categoria cidadania. Segundo De Carvalho (2001), a cidadania enquanto uma categoria construída historicamente no mundo ocidental, pode ser desdobrada em direitos civis, políticos e sociais, onde o cidadão pleno gozaria de todos os direitos. Os direitos civis seriam aqueles fundamentais à vida, como a liberdade, a propriedade e a igualdade perante a lei, com base na liberdade individual. Os direitos políticos, ligados com os civis, são relativos à participação do cidadão na sociedade. Seria voltado à capacidade de participar da arena pública. Os direitos sociais, segundo o autor, garantem a participação na riqueza coletiva, com o acesso à educação, saúde, aposentadoria etc.

A dimensão dos direitos no Brasil teve uma maior ênfase nos direitos sociais. Ao mesmo tempo, ao se pensar em direitos políticos, geralmente associa-se com o ato de votar, e não com uma ação política direta na sociedade. A democratização e o novo leque de direitos não trouxeram necessariamente a resolução para problemas econômicos e sociais, como a desigualdade e o desemprego (De Carvalho, 2001). Isto, como veremos mais à frente, deu-se em conjunto com uma neoliberalização do Estado brasileiro, em que a sociedade civil foi institucionalizada em alguns setores e a participação social burocratizada. Esse novo setor

agiria também como formador de opinião e construtor de políticas públicas - ou seja, agindo no mundo pelas vias estatais.

A abertura democrática promoveu, em muitos países da América Latina, a convocação de assembleias nacionais constituintes destinadas a redefinir as leis fundamentais do país (Fernandes 1994). A construção democrática, entretanto, estava em semelhança com visões neoliberais para a economia, que alguns anos após propugnam uma forte redução da presença do Estado. As incertezas decorrentes da redefinição de leis e de parcerias políticas "somaram-se aos ajustes estruturais com o desmonte sistemático das funções regulatórias e protecionistas do Estado" (Fernandes, 1994, p.93). Ao mesmo tempo, as reformas econômicas trouxeram enfraquecimento de muitas economias no continente, com altas taxas de inflação e alta dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Em plena democratização, quando teria se ampliado as expectativas perante as instituições, vê-se uma deterioração dos serviços públicos. A transição político-institucional se viu ligada à perda de credibilidade das instituições públicas. "As inseguranças do Estado reforçam, por contraste, o valor das iniciativas civis, em que [...] a ineficácia dos serviços públicos estimula a busca por alternativas autônomas" (Fernandes, 1994, p.94). A conquista da autonomia civil vem, portanto, com a afirmação de pertencimento a uma sociedade **legal** através de normas e valores democráticos.

2.2. Medidas neoliberais no Estado Brasileiro

As reformas do Estado brasileiro ocorridas na década de 1990 representam uma tendência na América Latina da adoção de medidas neoliberais, com a emergência de movimentos na esfera pública, em que há uma redefinição do papel do Estado perante a sociedade. A incorporação da prestação e produção de bens de serviços públicos pelo setor privado e a formação de um setor público não-estatal são marcadores dessa redefinição.

Segundo Barreto (1999), haveria um esgotamento do modelo de Estado contemporâneo no plano jurídico-institucional em face aos impactos trazidos pela globalização, com mudança da política internacional de cooperação entre Estados-nacionais. Para a autora, vê-se uma passagem de um modelo de Estado "interventor, prestador de serviços e [considerado] excessivamente burocrático" para um "cuja principal função é exercer a coordenação estratégica do desenvolvimento, da integração regional e da inserção

internacional" (Barreto, 1999, p. 109). No plano social, a crise do estado de bem-estar social⁵⁹ se traduz na redução, com plano de extinção, de programas estatais de caráter social.

Em 1995, é aprovado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que acarretou transformações na esfera pública brasileira. Esse projeto de reforma apoiou-se num diagnóstico que aponta a reconstrução do Estado como agenda política dos anos 1990. A crise desse Estado estaria definida em algumas dimensões: a crise fiscal, crescente perda de crédito e aumento da dívida pública; a crise no modo de intervenção do Estado; e a crise do modelo de gestão pública. Em termos gerais, a redefinição do papel de Estado o faz deixar de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e passa a exercer a função de promotor e regulador desse desenvolvimento (Barreto, 1999), indo de uma "administração burocrática à uma administração pública gerencial". Reformar o Estado, portanto, "significaria melhorar sua organização pessoal, como também suas finanças e todo o sistema institucional-legal, garantindo, assim, uma relação positiva com a sociedade civil" (Freitas, 2009, p. 53).

Na apresentação do material do Plano Diretor, produzido pela Ministério da Administração Federal e da Reforma de Estado (MARE) e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez suas considerações. Iniciou o texto afirmando que a crise brasileira da década anterior foi também uma crise de Estado, sendo sua reforma indispensável para a retomada da estabilidade e crescimento do país. Segundo ele, o Plano Diretor procurou criar condições para a reconstrução da administração pública "em bases modernas e racionais". Aproveito para inserir um trecho:

"É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de 'gerencial'⁶⁰, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle de resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna 'cliente privilegiado' dos serviços prestados Estado".
(Apresentação. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, 1995)

⁵⁹Pode-se afirmar que o Estado de bem estar social (*Welfare State*) só se concretiza de fato em países europeus e seu rechaço também se desenvolve nos países do norte global. O *Welfare State* alavancou taxas de crescimento na Europa no período pós Segunda Guerra Mundial (1945-1970), promovendo uma aliança entre o capital/trabalho. Entretanto, com a crise fiscal do Estado, ideologias neoliberais rompem nos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos) e de Margaret Thatcher (Reino Unido). "Tornava-se indispensável a fuga para o mercado, a libertação da economia capitalista dos controles burocrático-políticos e corporativistas dos anos da reconstrução e o restabelecimento das margens de lucro adequadas por meio de mercados livres, bem como sua desregulamentação" (Teixeira & Pinho, 2018, p.17). Tais medidas chegam à América Latina com força a partir dos anos 1990, sendo marcadas por um esgarçamento do tecido social.

⁶⁰Gestão do ministro da fazenda à época, Bresser-Pereira.

O Plano é colocado como indispensável diante de uma crise que já aparecia nos anos 1970, mas que não obteve reações suficientes para sua superação. Segundo o documento, a reação imediata à crise fiscal e administrativa, logo após a democratização, foi ignorá-la. Ao mesmo tempo, tal reação, continua o documento, afasta-se da resposta neoliberal à crise, por ser uma ideologia utópica de Estado mínimo. Seria somente em meados dos anos 90, ainda segundo o documento, que se pensaria na reforma ou reconstrução do Estado de forma a garantir sua autonomia financeira e capacidade de intervenção nas políticas públicas.

O modelo conceitual desenvolvido pelo Plano e depois implementado, distingue setores característicos da ação estatal e, portanto, o aparelho de estado compreenderia quatro setores. Dentre eles há o chamado *setor dos serviços não exclusivos - ou competitivos - do Estado*⁶¹. A ele correspondem as atividades realizadas simultaneamente pelo Estado, pelo setor privado e pelo setor público não-estatal; especificamente as áreas sociais (saúde e educação), de proteção ambiental e de pesquisa científica e tecnológica. A reforma nesse aspecto buscou fortalecer o formato institucional das associações civis sem fins lucrativos e sem proprietários.

Dentro desse contexto, houve o fortalecimento e fomento à existência de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e da formação de organizações sociais (OS). Ambas têm semelhanças, mas atribuições específicas.

As duas estão inseridas no escopo do Terceiro Setor, apresentando diferenças quanto à sua organização e suas atuações. Ambas são pessoas privadas não integrantes da administração pública atuando em áreas de interesse social e sem finalidade lucrativa. A Lei n. 9.790/1999 conceitua OSCIP como

"uma qualificação jurídica dada a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização pelo Poder Público".
(BRASIL. Lei. 9.790 de 23 de março de 1999)

As OS, por outro lado, foram formadas com a atribuição específica de substituir órgãos e entidades da administração pública. Sua atuação é fomentada mediante formalização

⁶¹Os outros três setores são: núcleo estratégico, correspondente aos Três Poderes e o Ministério Público; o setor das atividades exclusivas do Estado, que abrange poder de regulamentar, fiscalizar e fomentar (fazenda, segurança pública e da seguridade social, receita federal); e o setor de bens e serviços para o mercado, correspondendo à atuação de empresas estatais do segmentos produtivo ou mercado financeiro (orientadas para o lucro) (Barreto, 1999, p.113).

de contrato de gestão com o poder público, enquanto para as OSCIP utiliza-se o termo *parceria*. Através da formalização das OS, o Estado abriu espaço para a transformação de entidades estatais em organizações públicas não-estatais, que passam a ser reconhecidas como de interesse coletivo e utilidade pública. A Medida Provisória n.1.591/1997 define a existência das Organizações Sociais como pessoas jurídicas de direito privado, constituídas a partir da forma de associações civis sem fins lucrativos⁶².

No Plano Diretor, afirma-se que a crise da desaceleração da economia e o processo inflacionário teriam sido causados pelo Estado, que não conseguiu atender às demandas sociais. Para tanto, o caminho seria de se retirar "excessos", com projetos de privatização e enxugamento da máquina estatal, movimento que se iniciou no Governo Collor de Mello (Costa, 2000).

Trouxe tais informações para situar o leitor no espectro nacional maior em que se inseriu a emergência do Terceiro Setor no país durante seus primeiros anos pós redemocratização. No novo contexto democrático, as características da sociedade civil, que antes tinham sua razão de ser no período de luta por um Estado democrático de direito, adquirem novas conotações. No governo de Fernando Henrique, o fomento a esse novo setor foi intenso e chamava-se a sociedade civil para participar como parceira (ou mesmo substituidora) do Estado no desenvolvimento de diferentes programas sociais.

A reforma do Estado é, assim, um elemento da organização de um novo padrão de relações sociais da sociedade capitalista. A globalização da produção e do mercado financeiro foi colocada como irreversível, exigindo uma remodelação dos Estados nacionais, tendo sido estimulada pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Portanto, no período a reforma do Estado foi divulgada no Brasil como o "ingresso do país na modernidade globalizada".

A possibilidade de existência de instituições como as ONGs é, portanto, efeito de processos históricos específicos e, aparentemente, paradoxais. Sua existência como organização privada com fins públicos tenciona a separação dicotômica entre duas esferas supostamente autônomas. Da mesma forma, tais entidades constroem sua identidade em oposição ao Estado, são não-governamentais, ainda que suas práticas assemelhem-se a ações de governo - como na produção de políticas públicas. Nessas confluências e contradições,

⁶²A criação das OS se baseia numa desvinculação administrativa em relação ao Estado pois ainda controlaria os recursos destinados a essas organizações em específico. Para o governo FHC, segundo Freitas (2009), o ideal seria "um Estado liberal na economia e regulador dos serviços sociais como educação e saúde, que seriam essenciais ao novo projeto de desenvolvimento." (Freitas, 2009, p. 53).

ainda temos conexões que atravessam e constituem o local e o global, na medida que ações voltadas à mais micro das escalas têm uma associação direta com um ou mais países que se encontram a um oceano de distância. Se usarmos o termo de Bauman, a liquidez da pós-modernidade estaria bem representada através da existência fluida de instituições com alcances gigantescos, mas com conexões que desafiam simplificações conceituais. O marco desse estado pós-moderno em que nos encontramos se entrecruza com a existência e desenvolvimento de uma fase de neoliberalização capitalista do mundo. Como surge? Quais seus marcadores? Como constroem valores?

2.3. Pensando Valores da neoliberalização do Estado no século XXI

Através de autores que pensam o neoliberalismo não só como uma filosofia, mas como uma forma de subjetivação do ser humano, mergulhamos nesse processo histórico e buscaremos entender como se relaciona com este evento em especial, a formação de ONGs. Polanyi é um dos autores que resgata a história desse processo político e social que foi a formação do pensamento neoliberal. Em a "Grande Transformação", fala do lugar de alguém que vivenciou a Segunda Guerra Mundial, período marcante que traria mudanças de paradigma e da natureza das instituições no mundo.

Ao encarar a Guerra, Polanyi (1980) encara também uma crise do capitalismo e busca desmitificar o mercado como um ente natural que sempre existiu e sempre existirá. Ao criticar o capitalismo, o autor busca demonstrar como o desenvolvimento das ideias liberais da existência de um ente independente, o mercado, é totalmente ilusória. Entretanto, é uma ficção com eficácia simbólica e material. A crença liberal estaria embebida na noção de que todas as ações sociais são motivadas por questões econômicas, em uma lógica de valor e acumulação. Baseado nessa confiança do indivíduo enquanto ser racional e calculista, o liberalismo para Polanyi é uma fé militante, pois crê fielmente na maior ficção de todas: o mercado. O feitiço do capital, para o qual Marx já chamava atenção ao pensar no fetichismo da mercadoria, o torna inquestionável, impossível de se evitar. Sua magia está na criação de desejos que se tornam necessidades, sendo este o caráter semiótico e simbólico que sustenta o sistema capitalista.

A lógica capitalista, e especificamente a liberal, constrói um tipo de homem a partir de uma noção fragmentária e individualista. Na lógica do ser uno, completo em sua própria existência, produz-se uma alienação de ser e estar no mundo, pois retira-se a concepção de

classe social e de uma totalidade sistêmica do indivíduo para com aqueles à sua volta. Com a construção de uma consciência, o sistema capitalista modifica o existir em comunidade, na medida que as relações sociais adquirem formas de relação para com objetos⁶³.

Polanyi, diferentemente de Marx, distancia-se de qualquer doutrina de determinismo econômico. O capitalismo, no seu desenvolvimento, tem uma expansão global para a acumulação. Antes de tudo, o autor oferece uma análise profunda de uma transformação histórica onde o lucro torna-se a motivação, autonomiza-se e sua lógica penetra nas demais esferas da vida. Os pensadores liberais do século XIX, na esteira de Adam Smith, ajudaram a construir a concepção de que a divisão social do trabalho e a relação dos homens em sua totalidade, dependia da existência de mercados. Ou seja, cria-se uma filosofia existencial do homem, o Homem Econômico, em que as ações são baseadas na sua capacidade de barganha e troca.

A lógica de pensamento elaborada por esses liberais é reconhecível aos olhos, quando encaramos o capitalismo nos moldes que hoje conhecemos. Apesar das diretrizes comuns, o *neoliberalismo* que se instaura possui suas características e uma potência única. Harvey (2005) demonstra um aspecto histórico e geopolítico da formação e crescimento do neoliberalismo, que por sua vez influenciou várias esferas da vida social, criando uma “nova razão do mundo” (Dardot & Laval, 2016). Para Harvey, há uma diferença entre o neoliberalismo e a neoliberalização, sendo a última um processo histórico diferenciado que modificou o mundo. O primeiro é uma filosofia que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido através de uma liberdade ideal e capacidades empreendedoras individuais numa estrutura institucional baseada no direito à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

O segundo seria um projeto, um mecanismo de domínio cultural que colonizou o imaginário. Assim como colocam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo constrói sua

⁶³Para Marx (2013), a mercadoria é a célula de todo o sistema capitalista, desde seus passos mais novos. É a partir dela, com dispêndio da força de trabalho, que se cria valor. Esse valor se divide entre o valor de uso (utilitário, fim daquela mercadoria) e o valor de troca (que existe em relação a outra mercadoria), o primeiro tem sentidos diferentes para diferentes grupos, segundo Marx, o que demonstra sua visão do social presente nas trocas econômicas. No sistema capitalista, a criação do valor via trabalho passa pela exploração do trabalhador para a criação de mais-valia. É esta mais-valia que representará o excedente de lucro do dono dos meios de produção, o capitalista. Dessa forma, na busca pela estabilidade da acumulação, de sua continuidade, o trabalhador existe para a necessidade de expansão de valores existentes. Em consequência, na busca por produtividade crescente, o capitalista buscar explorar a maior quantidade de trabalho possível em um tempo definido, e assim, mais acumular. O capitalismo, portanto, seria vulnerável a crises intrínsecas em razão da motivação de sua própria existência, a acumulação. Numa busca incessante por aumento de lucro, o capitalista sempre necessitará de novas formas de adquirir valor e para o desenvolvimento do capitalismo como conhecemos hoje, foi necessária a expansão da busca pelo valor através da colonização.

governamentalidade baseada na lógica monetária, na qual tanto o indivíduo quanto o Estado são vistos como empreendimento. A lógica esconde conflitos e relações de poder estabelecidas, tanto entre pessoas quanto entre países, quando se focaliza na ação única do indivíduo.

Mas como ocorre essa virada neoliberal? Após a Segunda Guerra Mundial, há uma reestruturação das formas de Estado que pretendia evitar as condições de implosão capitalista vistas na crise de 1930. Para assegurar a paz e tranquilidade domésticas, o caminho seria chegar numa combinação propícia entre Estado, mercado e instituições democráticas. Uma nova ordem mundial se estabeleceu, com a criação da ONU, do Banco Mundial e do FMI - instituições que construíram parâmetros e ideais a serem seguidos internacionalmente. Essa sociedade moderna multiplica as relações contratuais, não apenas no campo econômico, mas em toda vida social. Com tratados internacionais que vão além de questões financeiras ou de segurança internacional, eles são baseados em práticas de governança, como o Estado de Bem Estar Social e suas políticas sociais.

Essas teorias e pensamentos maturados durante o século XX são materializados de forma global a partir da crise do capital na década de 1970, que afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada (Harvey, 2005). A década de 1980 foi, então, marcada por uma onda de neoliberalização, o que pode ser vislumbrada através do governo de Ronald Regan nos Estados Unidos, de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e o início desse processo com Fernando Collor, no Brasil (e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso).

Através do fortalecimento de um capital financeiro, baseado em ações, onde o valor extraído é adquirido através do próprio valor já produzido em cima de uma mercadoria, o capital de novo toma fôlego nos países do norte global⁶⁴. Através de investimentos e fluxos de dívida, a restauração do poder a uma elite econômica nos EUA e países europeus apoiou-se “em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (Harvey, 2005). Estes fluxos internacionais ligados à financeirização da economia são materializados por meio de medidas de austeridade propostas pelo FMI aos países da América Latina, e na África, nas últimas décadas do século XX. A neoliberalização

⁶⁴Nas palavras de Michael Cahen (2017), “isso quer dizer que o lucro capitalista já não é só apropriado pelos detentores de capitais a partir da extração do mais valor, [...] mas é apropriado por uma punção do capital financeiro sobre o mais-valor extraído pelo capitalismo comercial e mercantil” (Cahen, 2017, *apud* Braga, 2017, p.15)

significou, assim, a financeirização de tudo e, podemos dizer, uma recolonização por meio dessa financeirização, agora fomentada por organismos internacionais.

O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso-práticas e passou a afetar amplamente o modo de pensar que se incorporou às práticas cotidianas de muitas pessoas viverem e compreenderem o mundo. Criou-se um campo de possibilidades de relações entre entidades criadas a partir de uma noção universalista institucional e de direitos, legalista. Essa dimensão universalista focaria no indivíduo como sujeito de direitos, ou seja, o homem uno, completo em suas capacidades individuais.

O Estado, diferentemente do que a filosofia busca propagar, teve papel central na função de preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas de financeirização. O Estado atua para garantir a rotação do dinheiro e a possibilidade sempre contínua de acumulação. A financeirização da economia foca na acumulação por espoliação, e essa busca por valor estende-se a espaços voltados para programas sociais, ou seja, a eles são atribuídos um valor, são monetarizados. Nisso, o Estado tira sua “mão” de programas de educação, saúde e saneamento básico, através de ondas de privatização. Nas palavras de Harvey, “a rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual” (Harvey, 2005, p. 86).

É a partir dessa chave que o autor argumenta como as organizações não-governamentais e as organizações do Terceiro Setor também se desenvolveram e proliferaram de maneira notável sob o liberalismo. Sua criação é baseada na crença de que a oposição mobilizada fora do Estado e dentro de alguma entidade da “sociedade civil” seria o lugar da transformação social. A ideia particular de democracia e de ação popular por si só seria contraditória dentro da lógica capitalista, no sentido de que o poder privado, a liberdade individual dos que controlam o mercado⁶⁵, deveria ser isento de qualquer deliberação ou debate (algo que por sua vez seria condicionante da democracia). O vislumbre das ONGs como um lugar de mudança social é permitido dentro do sistema capitalista na medida que as organizações são por si entes privados com CNPJ. São enquadradas burocraticamente e institucionalmente através das regras do Estado neoliberal. E, por fim, são também representantes de um direito político de participação social.

O posicionamento, portanto, do Terceiro Setor nessa espécie de meio termo entre Estado e mercado sugere que a separação entre estes dois entes é fruto de um processo

⁶⁵ Isto seria no sentido de que o apoio a instituições financeiras e à integridade do sistema financeiro teria se tornado a central preocupação de Estados neoliberais.

histórico de construção da modernidade. Numa história recente do Estado contemporâneo, há a construção de distinção entre o Estado, a economia e a sociedade, como entidades separadas, que são pensadas como processos de interconexões específicas. Mitchell (2006) afirma que as diferenças desses campos não podem ser vistas como fronteiras entre "entidades", mas como uma linha interna enredada por mecanismos institucionais, através dos quais uma ordem social e política é mantida. O Terceiro Setor aparece como um novo ator num campo de relações constituído, como uma nova divisão de entes num novo momento político. Ao mapear o caráter histórico da ordem política moderna, pode-se traçar os métodos de organização, arranjos e representações que operam por meio das práticas sociais que governam. A forma como a sociedade civil se conforma no Brasil expressa uma das maneiras nas quais esse Estado, historicamente localizado nos países centrais, foi apropriado em uma sociedade do "Terceiro Mundo".

Hull (2012) aponta como, em função de um processo histórico específico, há um campo sociocultural político e econômico que se apropria dos artefatos de Estado, em uma relação de continuidade e descontinuidade permanente. A lógica do mercado invade os espaços, mas não só: ela vai se enquadrando dentro dos aparatos estatais, em uma linguagem do mundo privado que constrói legitimidade - características do processo de neoliberalização - e acaba transformando os próprios artefatos de Estado.

Harvey, por outro lado, destaca como a preocupação liberal com o indivíduo põe em segundo plano a preocupação democrática social com a igualdade e solidariedades sociais. Há a frequente escolha neoliberal pela judicialização e pelas decisões legais, que tendem a favorecer direitos de propriedade privada. Os estratos sociais mais necessitados, sem recursos financeiros, somente podem se articular nesse ideal, ir em busca de direitos, através de grupos de advocacia e assessoria jurídica, germinadores do Terceiro Setor. A ascensão desses grupos e de ONGs acompanhou a virada neoliberal na década de 1980, vindo preencher os vácuos de benefícios sociais deixados pela saída do Estado dessas atividades, o que seria uma privatização via ONGs.

O discurso dos direitos, tão caro à existência dessas organizações, é também embebido por uma universalidade característica do neoliberalismo. O foco no direito individual, com a reponsabilidade social e legal de cada um move este discurso. Essa universalidade também pode ser vista dentro do mercado de projetos, compartilhado pelas ONGs do Norte e do Sul global, e que baseiam suas ações do discurso de direitos. Essas redes contam com recursos milionários, onde as ONGs do sul concorrem através da produção de projetos. Cada projeto

possui um objetivo específico, mas a sua maioria exige uma burocracia comum que pressupõe certa universalidade de práticas e valores entre os grupos locais. O *projetismo* (ou mercado de projetos) é fundamentado em um planejamento racional de condutas que levem a resultados específicos. Busca-se a conformação de um regime de verdade, que atua no mundo e estabelece regras a partir dele, com uma lógica objetiva e calculada (Pareschi, 2002).

O modo como a neoliberalização se deu nos países do Sul global demonstra seu seu talento especial de oferecer uma máscara benevolente, que se metamorfoseia como liberdade de ação, de pensamento e de escolha. A relação entre os países do Norte e do Sul, muitas vezes, são maquiadas pelo canto da liberdade, onde os países “subdesenvolvidos” já na década de 1980, fazem acordos com o FMI através de empréstimos e perdão da dívida. Como contra partida, têm de se enquadrar dentro das reformas neoliberais voltadas à privatização.

No Brasil, as políticas neoliberais de privatização se estenderam após seu início no governo Collor. Durante o mandato do presidente Lula, houve um impulsionamento da financeirização da economia brasileira, favorecendo o crescimento dos bancos através da ampliação do crédito, além do favorecimento da passagem da agricultura brasileira comercial para um agronegócio capitalista. As elites rurais brasileiras capitalizaram o campo, transformando as *commodities* em produto de principal aquecimento da economia nacional. Foi um repaginamento da colônia fornecedora de matéria prima aos moldes neoliberais financeirizados, num mercado mundial intensamente conectado e dependente.

A relação histórica entre as organizações da sociedade civil e o Partido dos Trabalhadores pode ser traçada desde os tempos pré-redemocratização e, conseqüentemente, na luta pela democracia. A chegada do PT ao governo federal vem com uma expectativa por parte da sociedade civil de ampliação dos espaços de participação; e, do outro lado, por uma expectativa do novo governo com relação a sua capacidade de mobilizar a sociedade civil (os movimentos sociais e as ONGs).

Ruy Braga (2017) vai além, apontando para a crise da globalização em face à criação de uma massa de trabalhadores precarizados. Com a busca constante de formação de valor, este é adquirido, como já dito anteriormente, através da espoliação de bens sociais. Um destes bens é o trabalho que, com direitos trabalhistas flexibilizados, inclusive o valor do tempo de trabalho, intensifica o trabalho precarizado, o qual representa a deterioração do padrão de vida dos trabalhadores. A crise da globalização, iniciada em 2008 foi um divisor de águas na política internacional, levando as classes dominantes do Norte global a recorrer ao intervencionismo estatal a fim de tentar estabilizar o sistema. No entanto, uma vez assegurado

o objetivo, voltaram à ofensiva sobre as classes subalternas com uma versão ainda mais crua do neoliberalismo. De modo que se constroem dispositivos disciplinadores que unificam o poder econômico e social “criando uma governança dos homens cujo sentido geral transforma o conjunto das instituições” (Braga, 2017, p. 63), ou seja, de dismantelamento de certos aparatos de Estado.

Em face a este contexto, a formação do Terceiro Setor nos países do Sul teve um crescimento impressionante durante esse nova fase da neoliberalização. As Organizações Não Governamentais auxiliam no manejo da pobreza criada e naturalizada dentro do capitalismo. A formação desta nova massa de trabalhadores pobres, o *precariado* (Braga, 2017), encontrar-se-ia cada vez mais desamparada pelo Estado, como parte do projeto econômico e social do neoliberalismo. Assim, a privatização dos “direitos sociais” por meio do Terceiro Setor demonstra como ele se constrói como alternativa e expressão desse processo de individualização de inúmeros setores da vida. Ao mesmo tempo, o seu nascimento foi só possível em face à expansão das tecnologias de informação e transporte: o advento da globalização. As ONGs dependem financeiramente das instituições do norte; além de construírem parte de seu discurso em diretrizes destes organismos internacionais. Em período de relativa estabilidade política e econômica, a sociedade civil desponta no Brasil (e no mundo) como agente político.

Além disso, ao pensarmos o nascimento dessas instituições em contextos democráticos, podemos refletir como a construção da democracia enquanto tal é também resultado de um processo intenso de subjetivação neoliberal. A democracia que se reinventa no Brasil pós-ditadura, ferve com novos conceitos, que representam o discurso dos direitos individuais e legalistas. Para Polanyi, o neoliberalismo possui em si uma agressividade em face à busca incessante pela acumulação do capital. A democracia, e seus princípios de igualdade e voto popular, seria perigosa em momentos de crise e só possível na “paz”. Ao mesmo tempo que a atuação popular no Estado democrático neoliberal é aceita através do Terceiro Setor, sua existência e legitimidade também está numa linha tênue. Justamente por ter sua existência intimamente atrelada a princípios democráticos, essa legitimidade de atuação é colocada em questão, seguindo Polanyi, em um contexto de crise econômica e política como é o caso do Brasil desde 2016.

O processo de neoliberalização não somente modifica as instituições como também cristaliza uma forma de enxergar o mundo. O aparecimento de instituições como as organizações não governamentais é parte de um mundo que foi repaginado a fim de superar

mais uma das crises da acumulação. Na busca pelo acúmulo de valor, retira-se o Estado de lugares antes definidores de sua atuação e os terceirizam. Assim, instituições como ONGs surgem com práticas de governança de populações.

O despontar do Terceiro Setor no Brasil está, portanto, colado com o nascimento da democracia nos moldes neoliberais em sua essência⁶⁶. Entretanto, apesar de muitas de suas características e atuações poderem ser vinculadas à lógica neoliberal, carregam um dos mais fortes valores do princípio democrático: o de comunidade. Apesar de bases sistêmicas onde os princípios democráticos se baseariam em princípios individualistas, no Brasil, a democracia também trouxe uma nova dimensão dentro do direito, com a emergência de novos sujeitos que pleiteiam direitos coletivos. Os discursos sobre os direitos de quarta geração – coletivos e difusos – são carro chefe na transição democrática e miraram a espinha dorsal do direito positivista. A renovação e crítica ao direito adviria desses grupos que representaram a nova onda de movimentos sociais, de perfil plural e de valorização às identidades (de raça, etnia, gênero etc). Como vimos, a relação de ONGs como o ISA também pleiteiam esses direitos de quarta geração, e na sua história tem uma forte ligação com esses movimentos.

Quando Polanyi diz que a democracia só é possível dentro do neoliberalismo em períodos de estabilidade do mercado, é justamente em razão de seus princípios de igualdade e poder do povo, que seriam perigos aos "desejos" do mercado e sua constante expansão. Diante da crise da globalização, que nos aponta Ruy Braga, a legitimidade de atuação da sociedade civil é questionada e até negada, demonstrando, quem sabe, o seu caráter transformador.

Em consequência, a expansão de ideais ambientalistas e de direitos humanos é também resultado do processo histórico acima descrito. Por estarem inseridas nesse campo, as ONGs que se voltam para essas temáticas possuem uma atuação diferenciada em relação ao Terceiro Setor num todo, sendo mais voltadas para militância. O campo da cooperação internacional e a promulgação de tratados internacionais são decisivos nesse processo, trazendo novos paradigmas num mundo globalizado. Ao mesmo tempo, a visão sobre a conservação ambiental, no Brasil, ganha novos caminhos com o advento de perspectivas

⁶⁶Além destas duas chaves conceituais, a democratização e a neoliberalização, há uma terceira que poderia ser mobilizada nas análises da dissertação: a ambientalização dos conflitos sociais. Segundo Leite Lopes (2006), a “ambientalização” representou a incorporação e naturalização de uma nova questão pública, relacionada aos processos históricos descritos aqui. Seria a construção de uma nova questão social, o que implica em transformações no Estado, da sociedade civil e em comportamentos da população. Isto também constituiria na criação e utilização de um novo vocabulário análogo a termos ligados ao meio ambiente, bem como na formação de um novo conjunto práticas voltadas à preocupação social perante a natureza (Leite Lopes, 2006). Agradeço ao professor Henyo Barretto, componente da banca dessa dissertação, que apontou para a relevância deste conceito e análise.

socioambientais, compreendendo que o ambiental e o social caminham juntos, trazendo uma outra dimensão aos direitos difusos. O socioambientalismo que hoje é um discurso mais difundido entre diferentes grupos da sociedade, tem uma ascensão única, ligada também às lutas dos povos da floresta ao fim do século XX. Assim, partimos para essas reflexões no seguinte capítulo.

Capítulo 3

O caráter globalizado(r) do socioambientalismo e sua expressão no Brasil

Até agora discutimos como o ISA e seu processo de institucionalização estão ligados a acontecimentos históricos específicos, os quais possibilitaram a atuação da organização como é hoje. O contexto nacional de redemocratização e reforma de Estado deram abertura para a formação de novos agentes do meio público: o Terceiro Setor. Por outro lado, quando organizações como ONGs e OSCIPs trabalham com pautas ligadas ao meio ambiente e direitos humanos, há outros aspectos relevantes no âmbito nacional e internacional, no que diz respeito à emergência de tais pautas.

Ambas estão relacionadas a um movimento global pós segunda Guerra Mundial, que culminou com a criação de organismos internacionais e uma nova perspectiva sobre o "desenvolvimento". Num movimento globalizado, a responsabilidade social para com o meio ambiente e contra a desigualdade social (e suas consequências) despontaram, a partir dos organismos internacionais, como uma preocupação universal sobre o manejo do homem sobre a natureza, bem como sobre os princípios de uma humanidade "digna". Nesse sentido, uma das linhas que seguirei neste capítulo é compreender como tais percepções ganham espaço como pautas globais e são institucionalizadas como linhas de ação estatais e extra-estatais.

Hoffmann (2009) define esse período como o da gênese e construção de sentido de "instrumentos político-administrativos e simbólicos que tem permitido a atuação dos modernos Estados-nação para além de suas fronteiras nacionais sob o rótulo de 'assistência para o desenvolvimento'" (Hoffmann, 2009, p. 23). Este seria um aparato que teria se voltado à promoção do "desenvolvimento" no "Terceiro Mundo" que, ainda segundo a autora, foi algo definido pelo presidente estado-unidense Harry Truman como uma inovação no que tange à postura colonialista anterior das potências capitalistas.

Seguindo esta linha de raciocínio, também tenho como objetivo entender como a existência do ISA está diretamente relacionada a essa nova percepção globalizada sobre o mundo, e que é representada pela emergência de preocupações postas acima e, mais especificamente, sobre os direitos de comunidades tradicionais. Os projetos aos quais o ISA se dedica dependem da cooperação internacional para sua implementação, que, por sua vez, encontram-se alinhados com diretrizes internacionais de bancos multilaterais de

desenvolvimento (BMDs), agências da ONU e agências bilaterais de cooperação. Assim, o ISA é um agente em que podemos enxergar inúmeras transações, mudanças conceituais e políticas em âmbito nacional e internacional.

Por fim, também veremos as mudanças sobre a concepção de natureza e conservação que marcaram as políticas internacionais, mudanças que também podem ser concebidas quando observamos o desenvolvimento da legislação ambiental brasileira.

1. O ISA e a cooperação internacional

Pela metáfora da árvore se busca a construção da representação da instituição e como esta define e molda sua própria imagem. A raiz-antena presente nessa alegoria ao trabalho do ISA busca demonstrar a organicidade, verticalidade e capilaridade da organização, que trabalha tanto junto ao chão, como se comunica com o exterior através de um ente em separado: a antena.

Um condutor metálico que permite a emissão e a captação de ondas eletromagnéticas, a antena é este ente técnico, como adiantamos no Capítulo 1, que alegoricamente torna possível um fluxo de informações, recursos e definições conceituais. Portanto, a relação com o internacional expressada através deste artefato, define esse internacional distante como um “outro”, um objeto técnico que se diferencia existencialmente da árvore, enquanto algo tecnológico versus o que seria o natural e o que nos é familiar. Ao mesmo tempo, a representação dessa relação também expande seu significado ao nos mostrar a sua “função” dentro do ISA: a troca e fluxo de conhecimentos/informações de uma responsabilidade planetária sobre o meio ambiente.

A história do ISA por si só se confunde na relação com o cenário internacional, sendo sua existência impulsionada pelo evento global da Rio 92, e ao longo dos anos, essa formação se fortalece por meio do constante acompanhamento e participação em fóruns internacionais sobre assuntos que norteiem o meio ambiente e o direito dos povos tradicionais. Portanto, a antena abarca um aspecto essencial da vinculação com os agentes internacionais, que é característica de grande parte da realidade das ONGs de países em desenvolvimento: a dependência dos recursos advindos da cooperação internacional.

Nesse sentido, a antena não seria somente um condutor metálico de ondas eletromagnéticas, ou seja, informação, mas ela também representa um fluxo monetário do qual dependem muitos projetos, principalmente de desenvolvimento local como vimos no

Capítulo 1. Do dinheiro vinculado a esses projetos, 81,67% adivinham de fontes estrangeiras no ano de 2018⁶⁷. Alguns destes “parceiros” têm uma relação histórica com a organização, visto que fundadores do ISA já possuíam contatos com agentes da cooperação internacional antes mesmo da fundação do Instituto, devido às trajetórias anteriores dentro da sociedade civil organizada.

“Bom, a maior parte do financiamento do ISA vem da cooperação internacional, não sei te dizer a quantas anda esse placar, mas creio que deve ter isso até no site do ISA. Acho que na ordem de $\frac{2}{3}$ dos recursos vêm da cooperação internacional; e de vários países, de várias agências diferentes, e a gente também tem financiadores, empresas aqui no Brasil, de alguns fundos públicos e de uns anos pra cá vem se desenvolvendo bastante.” (Entrevista Santilli, 2019).

Portanto, essa conexão com a cooperação está intrinsicamente ligada à própria existência do ISA, sendo sua influência tal que os fluxos de recurso direcionados a determinados fins foram modificados ao longo dos anos - de acordo com as mudanças das próprias diretrizes da cooperação internacional, tendo a organização que a isso se adequar. Leila Monteiro, coordenadora da documentação do ISA, apontou-me como o foco dos recursos foram alterados ao longo dos anos. Em um primeiro momento, o *boom* de organizações não governamentais nos anos 1990 em países como o Brasil, demandava um desenvolvimento institucional das organizações, com o foco nas áreas de informática, administração, documentação, as ditas “áreas meio”.

A influência da cooperação é tal que tem o poder de reorganizar a forma como a organização é administrada e pensada. O fluxo de recursos que a administração passa a cuidar está atado ao financiamento de projetos, que também acabam por definir o tipo de trabalho e grupo alvo – aqueles para os quais os financiadores dirigem sua atenção. No caso do Brasil, os recursos da cooperação voltam-se majoritariamente para o bioma amazônico e as populações que nele vivem, em específico, as populações indígenas.

Os Relatórios de Atividades do ISA dão um panorama dos afazeres da instituição anualmente e para cada atividade permanente ou programa são indicados as "parcerias e fontes de financiamento". Há uma variedade de parceiros e fontes entre os programas e

⁶⁷ Dado presente no Relatório Financeiro da Instituição. Nele apresenta-se o total de recursos voltados para projetos, que têm a soma total correspondente a R\$ 52.828.726. Link: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/transparencia>. O relatório de 2019 ainda não se encontrava disponível.

atividades (nacionais e internacionais) que mudam com o passar dos anos, mas com exceções. Há a permanência de algumas fontes de financiamento estrangeiras que datam desde os primeiros anos de ISA e que perpassam vários dos projetos e atividades realizados pelo instituto.

As fontes de financiamento das Serviços Permanentes do ISA (ver Capítulo 1), são advindas da cooperação internacional. Já os projetos (nacionais e regionais), possuem tanto apoio dessas agências, quanto parcerias com o Ministério do Meio Ambiente e prefeituras municipais, por exemplo. Os Serviços Permanentes abarcam questões institucionais como a administração e a informática, o que torna interessante destacar como essas agências internacionais fizeram parte do desenvolvimento institucional e do processo de profissionalização do instituto. Entretanto, ao analisar os relatórios de atividades, percebe-se uma mudança no padrão de financiamento para as "atividades meio" a partir dos anos de 2005/2006. Áreas como a da documentação⁶⁸ e da comunicação, que em anos anteriores obtiveram apoio institucional e financeiros de agências internacionais, não tiveram tais apoios indicados nos relatórios a partir de 2005.

Os apoios financeiros foram cada vez mais encaminhados aos Projetos Regionais, com alguma variedade de financiadores. Ao mesmo tempo que os financiamentos são conduzidos a esses projetos, há mais dinheiro para uns do que para outros, no universo interno desse mercado. Como já dito anteriormente, o bioma amazônico é para onde a cooperação internacional mais direciona seus recursos, o que no ISA corresponde ao Programa Rio Negro e ao Programa Xingu.

As mudanças que ocorrem no perfil do financiamento pela cooperação internacional também são resultado dos diferentes momentos históricos nos quais suas agências atuaram nos países da América Latina – além do próprio momento de institucionalização da organização financiada. A relação de ONGs brasileiras com estes organismos internacionais data ainda da ditadura militar, como relatam meus interlocutores. Segundo Beto Ricardo (ver Capítulo 1), o apoio da cooperação internacional à sociedade civil brasileira durante a ditadura teria sido essencial para sua existência. O CEDI era uma dessas organizações que

⁶⁸Para que o leitor tenha uma ideia, nos anos 2000, a documentação recebia apoio institucional da ICCO (Organização Interelesíastica para a Cooperação ao Desenvolvimento-Holanda) e da NCA (NoewegianChurchAid). Em 2005, não há nenhum indicativo de apoio financeiro ou institucional. A informática é outro exemplo de atividade permanente que, nos primeiros anos de ISA, recebia apoio institucional e financeiro. Em 2000, essa atividade recebeu apoio da ICCO, NCA e apoio financeiro da União Europeia. Já em 2006, não há indicativo de apoio. Isto sugere uma certa flutuação de recursos para estas áreas, em que estes recursos seriam dirigidos para compra de equipamentos e bens de capital.

contavam com esses apoios na década de 1970 e para Mendonça (2009) é durante esta década que

"observa-se o aumento dos financiamentos internacionais para ONGs no Brasil por parte de organizações multilaterais e agências de cooperação internacional, [...] em parte por financiadores mais progressistas que tentavam manter vivos movimentos sociais e a produção intelectual contestadora durante o regime militar" (Mendonça, 2009, p. 70).

Aristizábal (1997) buscou identificar quatro gerações da cooperação internacional, entre elas: as assistencialistas (com a cooperação de emergência e ao processo de reconstrução); as desenvolvimentistas (a partir dos anos 1960, transferindo recursos ao sul ligados a investimentos em infraestrutura); de denúncia social (a partir dos anos 1970, procurando aumentar a participação política e fortalecer a sociedade civil); e as de *empowerment* (nos anos 1980, que começam a se preocupar com o desenvolvimento sustentável, ação em redes e pressão política).

Nesse processo, a emergência de processos de democratização nos países da América Latina e o fortalecimento de organizações locais, acarretou no direcionamento do fluxo de ajuda internacional para países localizados na África e no Leste Europeu, ou em áreas de conflito (Mendonça, 2009). A autora também aponta como essa mudança de direcionamento de recursos tem relação com o contexto de dependência de parte das organizações do norte em referência aos organismos que as financiam⁶⁹, sendo constantemente questionadas sobre sua representatividade e importância de seu trabalho. Assim, buscaram mudar seu foco de atuação de repassadores de recursos para ser um instrumento de construção de "capacidades", algo que por sua vez, também espelha a transição da visão e prática desenvolvimentista por parte dessas agências.

O novo foco nesse grupo de países se deveria a serem considerados mais "vulneráveis" que os países inicialmente focalizados e os países da África e do Leste Europeu foram priorizados como lugar preferencial para suas ações. Em vista disso, haveria uma reatualização da importância dessas organizações no campo internacional. Desse modo, a ajuda não-governamental interessa-se mais por regiões e temas que não seriam "bem cobertos" pelo Estado ou pelos mecanismos de mercado, com suas prioridades concentradas

⁶⁹ Algumas dessas organizações, por exemplo, têm fontes filantrópicas, como também recebem repasses dos governos dos países aos quais pertencem. Muitos países teriam programas específicos para projetos de desenvolvimento em países do sul, e que agem através das ONGs do norte.

nos "fatores humanos do desenvolvimento" (Fernandes, 1994). Nesse sentido, esse estabelecimento de democracias liberais na América Latina, acarretou num movimento de parte da cooperação que retira recursos desses países que agora teriam um contexto considerado politicamente satisfatório⁷⁰. Assim, foi na

"busca pelo repensar de sua atuação e ajustes às pressões de seu próprio 'mercado' doméstico, as ONGs do Norte acabaram por trazer novos desafios para a sustentação das ONGs brasileiras, visto que muitas delas, historicamente, se desenvolveram tendo como suporte o apoio de ONGs internacionais" (Mendonça, 2009, p. 78)

Como posto anteriormente, a cooperação internacional no Brasil durante a ditadura militar voltava-se a pontos específicos sobre participação, educação e política. Com a mudança de cenário político e social, os recursos da cooperação foram direcionados a outro conjunto de pautas. Nessa perspectiva, o caso do Brasil é interessante devido à sua posição geopolítica com a importância dada à Amazônia dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Mesmo assim, os recursos às ONGs latino americanas continuaram diminuindo, havendo "uma tendência de concentração de recursos humanos e financeiros em poucas ONGs", onde,

"a competição de recursos e a interação com estes novos agentes, e antigos mais exigentes, gera demandas de burocratização e orientação cada vez mais limitadas para projetos, que agora são muito mais monitorados, indicando maior capacidade de interferência dos doadores" (Mendonça, 2009, p. 79).

O ISA é conhecido no campo das ONGs no Brasil como uma "ONG 5 estrelas", mobilizando um grande fluxo de recursos vindos de diversas fontes. Ela seria uma das ONGs que concentraria parte dos recursos tanto devido à sua história e à capilaridade de seu trabalho, como pelo foco principal ao qual se dedica: a Amazônia. Portanto, os financiamentos voltados para o *empowerment* a partir dos anos 1980 também encontram no ISA um foco dos recursos, visto a atuação da instituição na proteção do meio ambiente, dentro de um desenvolvimento sustentável, e na luta pelos direitos dos povos indígenas. Assim, vale

⁷⁰ Ao mesmo tempo, com a mudança política nos países latino americanos, a cooperação passa a não ter um papel político reconhecido. Segundo Mendonça (2009), haveria uma crise de identidade que também se transforma numa crise de legitimidade, onde mesmo que seus esforços de desenvolvimento a longo prazo sejam reconhecidos, são também chamadas para questões de ajuda humanitária em contextos de conflito. Parte da cooperação, conseqüentemente, volta-se para outras áreas geográficas cujos problemas seriam considerados de maior magnitude.

destacar como o ISA foi e é influenciado pelos financiadores na medida em que a magnitude dos projetos e a quantidade de sedes da instituição no Bioma Amazônico, ultrapassa qualquer outro dentro do instituto.

Chama atenção a relação de assimetria que há dentro do campo da cooperação no que tange os recursos destinados a projetos na Amazônia em contraste a áreas ambientais já degradadas, como é o caso da Mata Atlântica. Hoffmann (2005) destaca as diferenças de perfil entre organizações indígenas amazônicas e as organizações de outras regiões ao afirmar como as primeiras "tendem a organizar suas reivindicações prioritariamente em torno da gestão do território e da compatibilização entre conservação ambiental e desenvolvimento", enquanto as demais "ênfatizam em suas lutas o reconhecimento de direitos e a oposição ao Estado, priorizando o estabelecimento de alianças com outros setores excluídos da população" (Hoffmann, 2005, p.171). A sede do ISA no Vale do Ribeira, representa essa assimetria e diferencial, ainda mais visto o trabalho junto a comunidades quilombolas. Essas comunidades não possuem uma visibilidade comparável às populações indígenas dentro da cooperação, levando em consideração como a cooperação internacional agrega a pauta de direitos indígenas à questão ambiental, elegendo essas populações como protetoras do meio ambiente.

Há quatro sedes da instituição no bioma amazônico, sendo elas: a sede de São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Boa Vista e Altamira⁷¹. Ao mesmo tempo que essa concentração é um fato, Santilli colocou-me como não vê a atuação do Instituto engessada, devido à variedade das fontes das quais o ISA bebe.

“Eu acho que são 60 fontes diferentes de recursos. Então a nossa independência decorre da diversidade das fontes, não tem ninguém que seja responsável por 5% do orçamento. Talvez o Fundo Amazônia⁷² que chegava a quase 5%, mas não sei se já chegou. Mas é tipo assim, não tem ninguém que seja o financiador e que se resolver cortar, a gente morre. Não tem ninguém que tem esse poder de acabar com a gente a não ser a gente mesmo, se a gente fizer alguma cagada. Porque é

⁷¹A sede de Canarana (MT) é componente do Programa Xingu e se encontra em uma região de avanço do agronegócio, bem como na transição Cerrado/Amazônia.

⁷²O Fundo Amazônia é um mecanismo de financiamento que "tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal". Dentre os doadores estão o Governo da Noruega, a República Federativa da Alemanha-KFW e a Petrobrás, que em 10 anos de existência, teve o total de doações estimado em 1,9 bilhões de reais (segundo relatório do Fundo de 2018). Em 2019, Alemanha e Noruega bloquearam os repasses ao Fundo, com a alegação do não cumprimento do acordo de preservação ambiental pelo governo brasileiro da gestão de Jair Bolsonaro. Este cenário foi apontado a mim como preocupante pelos integrantes do ISA, visto o cenário de retrocessos em 2019. Entretanto, também colocaram como ainda estão analisando o cenário político, sem a capacidade de fazer grandes projeções.

claro que pra você têm 60 fontes que doam dinheiro para você, isso tem muito a ver com a credibilidade, tá certo. Se a gente pisar na bola, a gente perde.” (Entrevista Márcio Santilli, 2019).

Assim, a relativa independência do ISA em face aos órgãos financiadores viria da variedade destes últimos. Entretanto, apesar dessa variedade, essas organizações financiadoras trabalham numa mesma linguagem, a dos projetos, e baseados em diretrizes definidas entre convenções assinadas por inúmeros países. Sendo assim, de alguma forma, a atuação do Instituto é moldada na medida que possui um forte vínculo com a cooperação, que por sua vez atua através de normatizações de conceitos e práticas próprias deste campo – embora individualmente nenhuma agência internacional tenha esse poder. Por outro lado, haveria uma contrapartida interna, visto que as organizações de atuação mais militante, de luta por direitos, não encontrariam espaço em fundos públicos no Brasil.

“Muitas organizações são prestadoras de serviço, tem um perfil mais baixo de atuação, e outros segmentos, não só o ambientalista, que tem um perfil mais ativista, então é uma coisa que tem menos a ver com filantropia e mais a ver com militância mesmo, com direitos, com causas contemporâneas, civilizatórias, mulheres, LGBT, direitos humanos de um modo geral. Então são temas contemporâneos pouco contemplados em fundos públicos e verbas oficiais; que acabam tendo mais apoio na cooperação internacional.” (Entrevista Santilli, 2019).

Ao mesmo tempo, a credibilidade à qual Santilli se referiu, teria sido construída através de relações a longo prazo, tanto com as comunidades, quanto com as próprias agências de cooperação. Pode-se mapear tais agências pela sua permanência nos Relatórios de Atividade ao longo dos anos, e que também encontram-se presentes tanto entre os Serviços Permanentes, quanto no apoio aos projetos. Dentre essas, destaco a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), de base holandesa; a Norwegian Church Aid (NCA), a Fundação Ford; a União Europeia; as Embaixadas da Dinamarca, Reino Unido, Países Baixos e Noruega; e a RainForest Foundation de base nos Estados Unidos (RFUS), Reino Unido (RFUK) e Noruega (RFN).

A RainForest Foundation (RF), como já dito acima, possui três organizações irmãs em três países: Estados Unidos, Reino Unido e a Noruega. A fundação foi criada pelo cantor britânico Sting há 30 anos, a partir de uma relação anterior de campanhas do cantor junto aos indígenas Kaiapó do Mato Grosso. Foi constituída "a partir do tour internacional do líder Kaiapó Raoni e do cantor pop Sting, em 1989" (Hoffmann, 2009, p.91). Inicialmente, a RF iniciou seus trabalhos no Brasil junto a este povo indígena e depois estendeu-se para outros países da América do Sul e aos continentes africano e asiático. Santilli se refere a essa ação do cantor, junto à RainForest International e à Fundação Mata Virgem, que em 1993 realizaram uma expedição à área indígena Menkragnoti, localizada ao sul do Pará e ao norte do Mato Grosso, nos seguintes termos:

"Depois de um tempo, não vou lembrar o ano, outras duas organizações se juntaram ao ISA, uma que se chamava Fundação Mata Virgem, que era uma fundação criada muito por uma armação do Sting com o Raoni. E o Sting fazia um show por ano e arrecadava e dava para essa ONG que trabalhava com os Kaiapó e fazia projetos no Xingu. E essa Fundação Mata Virgem em uma certa altura do campeonato também decidiu transferir os seus projetos para o ISA e deixou de ter uma existência legal. Então essa organização, a junção desse grupo, deu origem ao programa Xingu do ISA" (Entrevista Márcio Santilli, 2019).

Deste modo, a Fundação Mata Virgem (FMV) compôs parte do conglomerado de organizações que se unem ao ISA, alguns anos depois de sua fundação, juntamente com a CCPY (Comissão Pró-Yanomami). Nos arquivos do Instituto Socioambiental há um relatório produzido pela FMV acerca da viagem realizada à área Menkragnoti. No documento, evidencia-se que a Fundação concluiu a demarcação da área referida em outubro de 1992, através de recursos obtidos da "solidariedade internacional" e canalizados pela RainForest Foundation International. Além disso, foi apontado um compromisso com "aquela população e a preservação do seu território (MT e PA)" onde

"a FMV e a RFI têm a oportunidade de fazer algo efetivo no sentido de resgatar a identidade socio-cultural e econômica das comunidades (*isolados do Iriri Novo, Isolados Mengra Mrari e Mebêngôkre Kayapó Mekrâgnoti*), para tanto, empenham-se na elaboração de um Plano Integrado pós demarcatório [...]". (Plano Integrado para a área Kayapó Brau/Mekrâgnoti, 1992).

Dentre os componentes básicos que o documento apresenta para a implementação do Plano Integrado, está um "plano de manejo e exploração em regime auto sustentado do patrimônio florestal". Com esses trechos, destaco dois pontos: o protagonismo dado aos povos indígenas quanto à conservação da mata; e a proposta de elaboração de um regime "auto sustentado do patrimônio florestal". Esse tipo de projeto pode ser visualizado entre todos os programas do ISA, representando a conformação de uma prática comum dentro deste campo. A *Agenda Socioambiental* (ver Capítulo 1) das comunidades do Vale do Ribeira é um exemplo, onde um planejamento estratégico de uso sustentável teria sido elaborado e sistematizado "de forma participativa com as 14 comunidades". Nesse sentido, há um direcionamento comum entre o Plano Integrado da Fundação Mata Virgem e a *Agenda Socioambiental* do ISA, com projetos voltados à conservação e um "manejo sustentável" da terra. É uma continuidade de práticas e conceitos que ultrapassam esse campo e sua formação.

Também vale apontar como no site da RF dos Estados Unidos (RFUS), narra-se o nascimento da RainForest como um acontecimento inovador em face a organizações ambientalistas. Para algumas delas, segundo a RFUS, os povos da floresta eram vistos como parte do problema da crise ambiental. O diferencial da RF naquele momento teria sido o suporte às comunidades indígenas, enxergando-as como a melhor via para a proteção das florestas e das culturas que delas dependem. Para realizar esse trabalho, parte de seu ofício também voltou-se para a produção de mapas e dados de satélite com a finalidade de monitoramento das áreas que acompanham através de seus projetos.

Para além disso, busca colaborar com a sociedade civil dos países e, portanto, "construir relações de longo prazo e elaborar estratégias conjuntas com legitimidade e representantes de organizações locais com o objetivo de realçar sua capacidade e efetividade"⁷³. Nesse caminho, também realizam um trabalho político de apoio à luta de direitos dos povos presentes nas regiões, na tentativa de "obter, construir e monitorar serviços básicos pelo Estado"⁷⁴. Há nisso também o apoio e visibilidade a lideranças indígenas, como indica a relação de parceria da RFUS com as comunidades da Raposa Serra do Sol⁷⁵, e ao destaque dado à atuação da atual Deputada Federal, Joênia Waphichana (REDE), através de suas mídias e site.

⁷³Tradução livre. Disponível online: <https://www.regnskog.no/en/about-rainforest-foundation-norway>. Acesso em 15/01/2020.

⁷⁴Idem

⁷⁵Localizada ao norte do estado brasileiro de Roraima.

Esses vínculos modificam a ideia do local e da relação dessas populações com o Estado, em intermédio de organizações internacionais como a RFUS. A transnacionalização que esse processo representa, segundo Ferguson e Gupta (2002), também possibilitaria novas formas dos atores locais desafiarem os postos de poder do Estado. Tais atores "locais" transformam esse local em transnacional na medida que também mobilizam a relação com esses atores internacionais no questionamento de ações dos Estados nacionais. A formação de campanhas por essas organizações, e a forma como as lideranças dessas comunidades também apelam para uma opinião pública internacional, é representante desse específico processo político social que aqui discuto.

Esse trabalho de *advocacy* realizado pelas organizações internacionais é parte de um conjunto de práticas e valores compartilhados por parte do Terceiro Setor (nacional e internacional) quando reivindica-se direitos juntos aos Estados nacionais. No caso do ISA, o Programa de Direito e Política Socioambiental é representativo dessas práticas consideradas virtuosas, com o objetivo de promover políticas públicas e assegurar a implementação de direitos através numa atuação no Executivo, Legislativo e Judiciário. O Programa foi resultado de um desenvolvimento institucional do ISA, que ao longo dos anos foi agregando Programas separados que conjuntamente formaram o que hoje existe.

Visto isso, vê-se que o trabalho de *advocacy* promovido por organizações como a RainForest Foundation volta-se ao oferecimento de "apoio" ao Terceiro Setor nacional. A presença majoritária da RFUS e da RFN dentro do leque de financiadores do ISA, demonstra seu alinhamento com o Instituto. Por outro lado, é a RF Norway que possui maior expansão global com trabalhos na América do Sul, África Central, Sudeste da Ásia e Oceania- um domínio neotropical. Os recursos adquiridos pela RF Norway são majoritariamente advindos da Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Norueguesa, a NORAD: instituição criada pelo governo da Noruega na tentativa de colocar o país no mapa enquanto um fomentador do desenvolvimento mundial.

Apesar da grande variedade geográfica em que RFN atua no Brasil, os recursos são majoritariamente direcionados ao bioma amazônico, como já apontado. Isto é demonstrativo de como a Amazônia é vista e entendida no âmbito internacional. Os gráficos de 2015, a seguir, apontam justamente para esta tendência:

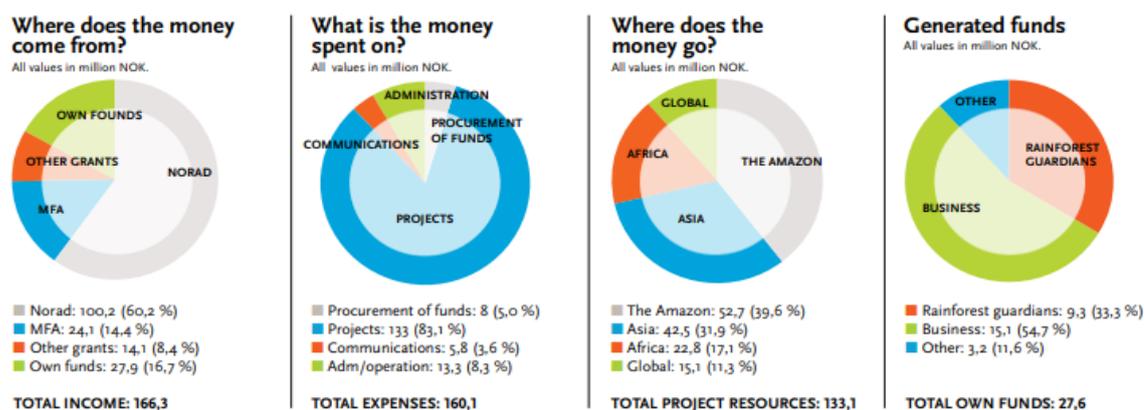


Figura 6: Representação das Finanças da RF Noruega no ano de 2015. Fonte: RainForest Foundation Norway Annual Report 2015

No site da RFN, dentre as definições sobre o trabalho que realiza, está "*How we work on the ground*"⁷⁶, ou seja, através de projetos junto às comunidades. Curiosamente, o mote do ISA, a metáfora da árvore, foi recorrentemente enfatizada a mim como representativo de um trabalho "pé no chão", ou seja, na raiz, na terra. Com essas semelhanças, a visão política-ambiental dessa fundação internacional e do Instituto brasileiro têm um mesmo olhar sobre a conservação. Ao mesmo tempo, tais afinidades demonstram como ambas estão encrustadas nesse processo histórico no qual o meio ambiente torna-se uma questão planetária e onde a perspectiva sobre o desenvolvimento dá uma virada. Isso nos permite tornar mais complexa a visão de que as organizações de cooperação moldariam a atuação do ISA, sendo ambas parte de intrincados cruzamentos. Ao mesmo tempo, representa uma transformação no âmbito dos direitos humanos e à valorização do protagonismo das populações indígenas e tradicionais numa discussão que começa a ser traçada na primeira Cúpula Mundial para o Meio Ambiente, a conferência de Estocolmo em 1972. Portanto, ao discutirmos a história do ISA e sua relação com seus parceiros, também falamos sobre a história da cooperação internacional.

A origem dessa expressão não possui uma concepção única na literatura, mas pode-se mapear algumas. Para Sánchez (2002), por exemplo, a ideia de cooperação teria como propósito assegurar a paz e promover desenvolvimento e justiça, sendo também confundida com a ideia de "ajuda oficial". Esta, segundo Afonso e Fernandes (2005), serviria como resposta a situações de emergência e não como uma ideia de desenvolvimento a longo prazo. Sánchez ainda aponta dois momentos da cooperação internacional, que teriam enfoques

⁷⁶Como trabalhamos no chão (Tradução livre).

distintos: o "tradicional" e o "moderno". O primeiro é associado aos primórdios da cooperação no pós Segunda Guerra e cuja base se encontraria sobre a "caridade" e filantropia, "uma vez que ajuda se daria por misericórdia e a cooperação ocorreria de forma a não questionar a origem das injustiças nem em tentar alterar o *status quo*" (Dos Santos & Carrion, 2011, p.1851). O modelo moderno, por sua vez se fundamentaria sobre a promoção da justiça na busca por uma mudança da realidade social. Nesse sentido, atuaria para "resolver" problemas a longo prazo, de forma a sustentar sua atuação no tempo⁷⁷.

Podemos compreender as semelhanças entre as atuações de agências da Noruega com o ISA, como implicada na qualidade transnacional que a pauta ambiental e indígena adquirem. Além disso, a noção de trabalhar com o "pé no chão", apontada como diferencial tanto do ISA quanto da RFN, faz parte de um movimento comum dentro de algumas organizações da cooperação, quanto ao tipo de atuação, seus princípios e pela mudança na ideia de desenvolvimento.

As especificidades da cooperação norueguesa são interessantes no sentido de vislumbrar essas mudanças na cooperação internacional, visto que são representantes dessa "cooperação moderna". Os parágrafos acima buscaram trazer conexões que podem ser feitas entre o trabalho do ISA e da RF, uma das mais antigas parcerias dessa organização brasileira. As perspectivas e formas de atuação com que a RF realiza seu ofício, coadunam com as do Instituto Socioambiental, quando lemos essas conexões através de documentos de ambas as instituições. A sua relação histórica e, digamos, conceitual construída através dos documentos, também busca demonstrar, ou produzir, uma realidade sobre seu trabalho e atuação no mundo. Os relatórios que ambas constroem formam uma unidade entre si, enquanto "parceiros".

Nesse sentido, as categorias cunhadas e atualizadas pelas organizações possuem um mesmo idioma de reflexividade organizacional, que permitem acessar diferentes fluxos: de conhecimento, moralidade e poder. Para Smith (2005), instituições podem ser definidas como organizações sociais textualmente mediadas, não somente entre seus integrantes, mas entre diferentes pessoas afetadas pela organização. Sendo assim, os "textos" seriam mediadores de relações institucionais replicáveis em diferentes localizações espaço-temporais.

Desse modo, a construção de relatórios das organizações definem uma narrativa comum, comportando antecipações e engendrando ações. A trajetória de tais documentos e

⁷⁷ Entretanto, esse perfil da cooperação pode ser encaixado somente em alguns casos, como na América Latina. Muitas das ações da cooperação no continente africano pós colonial são voltadas a um caráter assistencialista e filantrópico.

seus efeitos são relacionados aos sujeitos, coletivos e individuais, que os produzem, os interpretam e colocam em circulação dentro de relações de poder específicas. Entretanto, o documento omite as relações de poder e conflitos num mesmo campo de práticas e de concepções compartilhados, entre organizações do "norte" e do "sul", que por variadas razões não possuem uma relação simétrica.

Dentre as propriedades específicas de um campo é preciso que haja objetos em disputa e atores dispostos a participar do jogo dotadas de um *habitus* específico de conhecimentos incorporados e próprios deste campo, no reconhecimento das leis imanentes do jogo (Bourdieu, 1983). Portanto, o modo como ambas as instituições se assemelham representa a construção constante de conhecimento em torno das práticas do campo, e do fluxo dessas informações. A definição de quem entra nesse jogo, ou não, é embebida por essas relações de poder imanentes.

Não por acaso, essa semelhança existe entre as organizações na conformidade de acontecimentos e relações que permitiram a formação deste campo. A ideia de campo em si refere-se a um microcosmo social com regras específicas, ao mesmo tempo que é influenciado e se relaciona com um espaço social mais amplo. Os valores e regras dentro deste campo estão em constante disputa entre os agentes que o integram e que estão localizados em diferentes posições. Segundo Bourdieu, tais posições são disputadas a partir da aquisição de capitais, possuídos assimetricamente entre os agentes, o que é responsável por posições hierárquicas. A ideia de campo não é estática, mas um fenômeno em constante movimento devido as tensões e relações de poder existentes. Os atores no campo, como vimos, podem ser indivíduos ou instituições, que ocupando diferentes posições, agem de acordo com seu lugar nessa estrutura de relação entre diferentes agentes.

Nesse sentido, como pensar o adentrar do ISA no campo que aqui estamos discutindo? O Instituto precisou firmar sua posição nesse campo, ao mesmo tempo que a construção deste último foi resultado das disputas e ressignificações entre os diversos agentes. Antes de tudo, é preciso um capital político e social específico na definição de quem pode ou não fazer parte desse campo extenso. Assim, as relações de poder estabelecidas, aparecem tanto entre os agentes que já estão inseridos no campo, quanto entre aqueles que disputam sua entrada. O capital adquirido pelo ISA, advém de questões específicas de sua história e a forma como conformou seu discurso também como parte de um cenário maior, internacional. Ao mesmo tempo, o capital da instituição se conecta com o capital de seu integrantes, que já possuíam

uma história dentro da cooperação internacional, além de serem de um extrato social específico e com acessos a diferentes espaços (universitário, grupos políticos, igreja, etc).

Na inserção dentro desse campo, o ISA estabelece diferentes relações entre e com distintos atores, e na sua familiaridade com as agências internacionais em específico (ICCO, NCA, PNPI, RF, Fundação Ford, etc) pode-se perceber dois pontos cruciais: a hegemonia de países europeus dentro do campo da cooperação internacional (especialmente da Noruega); e a participação de órgãos ligados às Igrejas. Obviamente, essa disposição de atores não é por acaso, e gera marcas no modo com que os projetos são hoje pensados e executados, o que nos levará a um mergulho histórico nesse campo.

Como apontado por meus interlocutores, a perspectiva de aliar a relação entre meio ambiente e o ser humano, principalmente ao incluir políticas voltadas para populações indígenas e os povos tradicionais marcou uma mudança da concepção sobre o meio ambiente em âmbito mundial e que, no Brasil, teve seus desdobramentos específicos.

2. O meio ambiente transnacional: metamorfoses da cooperação para o desenvolvimento

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92, foi central para o processo descrito acima, tanto no que diz respeito à expansão das ONGs no Brasil, e sua visibilidade, quanto por trazer a questão ambiental como um tema de importância e um marco de como a humanidade deveria encarar a relação com o planeta. Santilli o definiu como um "acontecimento planetário gigante", que reuniu delegações de 175 países e teria tido um grande impacto na sociedade civil organizada que voltava-se para essa pauta naquele momento. Carlos Rittl, integrante do Observatório Clima⁷⁸, é um ambientalista que afirma que um dos importantes legados da conferência foi a maior participação da sociedade civil organizada na cobrança de posturas por parte dos governos. Além disso, a Eco 92 teria iniciado uma troca de informações e circulação de tecnologias a respeito do tema ambiental⁷⁹. Essa conferência foi única em razão do momento histórico em que se encontrava: quando conceitos cosmológicos chave sobre o desenvolvimento internacional estavam sendo postos em questão (Little, 1992).

⁷⁸Rede de 37 entidades da sociedade civil brasileira para discutir mudanças climáticas.

⁷⁹Desafios do Desenvolvimento, IPEA, 2007. Link: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

O Fórum Global se instalou no Aterro do Flamengo, onde ocorreram debates acadêmicos, reuniões eclesiásticas e ecumênicas, encontros de lideranças de comunidades indígenas e tradicionais, e a participação de movimentos sociais. Em face às reuniões e discussões desenvolvidas no encontro, há a conformação de uma *geopolítica do desenvolvimento sustentável* (Becker, 1995 *apud* Oliveira, 2011), que voltou-se para a busca de soluções de uma crise ambiental irremediável.

Vinte anos após a primeira grande reunião de chefes de estado para tratar questões relacionadas à degradação do meio ambiente- a Conferência de Estocolmo-, foi na Rio 92 que os países pautaram o conceito de desenvolvimento sustentável. Dentre as questões discutidas pela conferência, entendeu-se que os países "desenvolvidos" eram os maiores responsáveis pela degradação do planeta e que o modo de exploração e acumulação não poderia continuar nos mesmos moldes e rapidez anteriores. Ficou estabelecido que os países "em desenvolvimento" receberiam apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento, o sustentável, com a redução dos padrões de consumo de combustíveis fósseis.

Paul Little (1994) reflete sobre o evento acentuando o seu caráter performático e seu estabelecimento enquanto um ritual⁸⁰. Para além dos documentos ratificados pelo evento, o autor aponta para a importância do que *não* foi dito. O consumismo e a pressão sobre o meio ambiente causada pela expansão deste, não foi um ponto tratado durante o evento. Desse modo, haveria algumas contradições entre o discurso e a forma como ele foi operacionalizado. O espaço do evento em si não teria sido sustentável, com toneladas de papel e lixo produzidos durante o seu acontecimento.

Entretanto, sendo um ritual performático, a Rio 92 teve certos elementos que, como efeito, a tornaram um marco histórico. Durante todo o evento, afirmava-se a sua enorme importância, principalmente devido à presença dos 117 chefes de estado, os quais tiveram falas de 7 minutos durante os dias da conferência. O padrão e quantidade de discursos seria uma performance para a criação dessa importância do evento; nessa perspectiva, o conteúdo desses discursos era secundário em face à ênfase primária na performance (Little, 1994). A mídia também teve papel importante para esse caráter performático, como um mecanismo de expressão comunicativa que deu ao evento um tipo de representação coletiva como experiência e mensagem únicas a serem passadas para o mundo.

⁸⁰O autor se utiliza das considerações teóricas de Tambiah, que pensa o ritual como um sistema de comunicação simbólica e construído culturalmente. O ritual definiria padrões e sequências ordenadas de palavras e ações. (Tambiah, 1985)

A construção das convenções ratificadas no evento teria um poder político de envergadura, de modo que converteriam um comportamento político instrumental em um comportamento performativo convencional. Ou seja, seriam esforços para fazer dessas convenções uma parte dos hábitos de um governo. Nesse sentido, o caráter ritual do evento seria um elemento chave para o estabelecimento de convenções que dessem continuidade à existência de um sistema de política internacional voltado ao desenvolvimento sustentável (Little, 1994).

O principal documento ratificado pelo encontro foi a Agenda 21, que estabeleceu uma série de políticas e ações que definia o compromisso de responsabilidade ambiental. A seção I do documento discute as "Dimensões sociais e econômicas" ligadas ao desenvolvimento sustentável, e em seu Capítulo 2 aborda a "Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas".

Nesse capítulo, argumentou-se ter ocorrido uma decisão dos Estados de estabelecer uma nova parceria mundial, com o desenvolvimento sustentável como uma pauta prioritária na agenda da "comunidade internacional". Para isso, deveria haver uma mudança da perspectiva econômica no que toca às dívidas internacionais dos países em desenvolvimento e o estímulo a políticas macroeconômicas favoráveis ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

A produção da Agenda 21 e os outros documentos ratificados pelo encontro da ONU, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção Quadro sobre Mudanças de Clima, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Conservação e Uso Sustentável de todos os tipos de floresta buscaram definir este novo modelo e implementá-lo como um modelo produtivo capitalista que não colocasse em risco a própria humanidade. Um conjunto de conceituações e práticas foi definido ao longo dos anos após o Fórum Mundial, em contraste com um modelo de acumulação predatório. O apelo global à incorporação deste novo modelo aparece como um esforço coletivo de participação social "na tentativa de amenização das dificuldades por que estamos passando se tornou 'vital e eterno', demonstrando-nos a emergencialidade e severidade de tal crise" (Unesco, 2005 *apud* Moreira, 2007, p.169).

Como posto anteriormente, a Conferência de Estocolmo de 1972, já teria iniciado as discussões acerca do desenvolvimento sustentável e a definição de uma nova ordem global no que tange o fim das colônias pelo mundo e o papel dos "países desenvolvidos". Segundo Moreira (2007), a concepção de desenvolvimento sustentável neste primeiro evento, centrou-se na preocupação com a proteção dos recursos naturais já com sinal de esgotamento; mas foi-

se ampliando dentro das Nações Unidas. A Conferência de Estocolmo +10 têm como um de seus resultados a ratificação do documento "Nosso futuro comum", no ano de 1986. Esse último não restringe o desenvolvimento sustentável a um melhor uso dos bens naturais, mas se refere ao novo modelo de desenvolvimento como uma mudança de padrão produtivo, político e cultural. De acordo com Salviani (2012), foi a partir desse relatório que o termo desenvolvimento sustentável ganhou relevância mundial e transformou-se em objeto de políticas.

Já em 1989, a cúpula do G7⁸¹, que inclui os sete países mais industrializados do mundo, havia realizado um encontro para a discussão deste novo modelo de desenvolvimento, realizando um apelo para a "adoção imediata, em âmbito mundial, de políticas baseadas no desenvolvimento sustentável" (Oliveira, 2011). Em 1991, a UNESCO lança a perspectiva do desenvolvimento sustentável como imprescindível na melhoria da "qualidade de vida humana respeitando a capacidade do ecossistema" (Unesco, 2005, p.13).

Assim como coloca Oliveira (2011), após acordos tácitos firmados em reuniões e conferências anteriores, a Conferência do Rio de Janeiro "deveria ser o *locus* para a aceitação do pensamento dominante", através do "ocultamento desses conclave anteriores e a apropriação de ideias comungadas com o pensamento ecológico em voga" (Oliveira, 2011, p. 47). A construção do espetáculo em volta da Rio 92, teve na escolha do Brasil uma ação estratégica em contraste com a Suécia do antigo mundo, onde ocorreu a Conferência de 1972. País periférico, "em desenvolvimento", e que possui em seu território a maior parte da Amazônia, o Brasil foi o lugar de celebração do desenvolvimento sustentável.

A definição geopolítica do Brasil como anfitrião, conseqüentemente marcou a tentativa da conferência de sinalizar-se como um espaço de debate amplo, democrático, entre participantes de várias partes do mundo para a resolução de uma grande crise ambiental. Como uma atividade cênica, a agenda internacional já estava definida bastando a adesão dos países periféricos e movimentos sociais, a partir de "movimentos e decisões coreografadas, cujo cerne era informar a plateia, de maneira célebre, acerca do Desenvolvimento Sustentável" (Oliveira, 2011, p.48). Nesse sentido, a assinatura da Agenda 21 aparece como ato simbólico, marcando o modelo enquanto uma nova ordem mundial (Oliveira, 2011, p. 48).

Diante dessas questões, como se conforma esse "global" necessário a propagação do desenvolvimento sustentável? Como o global é embebido das relações de poder entre

⁸¹Décima quinta cúpula que ocorreu em Paris na França, reunindo Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

diferentes agentes que se conformam na ascensão do capitalismo neoliberal? A ideia do global está necessariamente associada à de local, ambos são signos de significados plurais e manejáveis, o que conseqüentemente têm efeitos de poder.

A espacialização do Estado ocidental é construída através de relações de poder a partir de práticas cotidianas de aparatos estatais e outros setores sociais (família, sociedade civil, etc). Ferguson e Gupta (2002) pensam na construção de hierarquias necessárias à prática estatal a partir de sua característica constantemente construída, de verticalidade e onipresença. Nesta ideia de verticalidade, o modo de ação estatal seria "*top down*", com esforços de manipulação de planos vindos de cima, enquanto a "comunidade" receberia essas ações numa ideia a baixo, perto do chão, tradicional.

O Estado seria capaz, portanto, de criar uma impressão poderosa de abrangência vertical em torno do local, através de práticas mundanas, como por exemplo a burocracia. Ambos os autores, ao pensarem a relação entre Estados nacionais e as novas organizações contemporâneas a nível nacional e transnacional, desenvolvem a ideia de uma governabilidade transnacional. Com esse novo Estado neoliberal, a transferência de operações de governabilidade para organizações não governamentais, dentro das perspectivas neoliberais, significaria menos governança. Entretanto, os autores apontam como esta nova conformação global representa uma nova modalidade de governar dentro da lógica de responsabilização dos sujeitos que estão constantemente "se empoderando para disciplinar a si mesmos" (Tradução livre, p.989).

Esse global que se representa em organizações internacionais diversas, ultrapassa as fronteiras "clássicas" entre o Estado "*up*" e a comunidade "*down*", também agindo enquanto Estado. É uma categoria construída dentro da razão neoliberal que integra a lógica de poder verticalizada do Estado, colocando-se acima deste que por sua vez está acima da comunidade. As ONGs teriam, portanto, um papel essencial dentro desse novo modo de governar, onde nessa relação o local também se transforma em transnacional. Tais hierarquias de poder seriam questionadas na medida que esse local transnacional funde "*grass roots*" e o global de forma a modificar a topografia de poder vertical que os Estados nacionais se baseiam para manter sua legitimidade. Ao mesmo tempo, é através da linguagem conceitual do desenvolvimento que essas relações de poder passam a ser constantemente redefinidas e mobilizadas.

O conjunto de eventos que culminaram nas discussões dentro da Rio 92 e os posteriores documentos aprovados neste evento, representaram um conjunto de conformações

de diretrizes de governanças dentro e fora do Estado. Portanto, serviu de referência a muitos organismos internacionais que, nos termos do novo modelo de governamentalidade⁸² transnacional - de desenvolvimento - têm na defesa do meio ambiente um foco principal. A ideia de natureza também foi construída nesse espectro globalizado, conformando dimensões individualistas sobre a "responsabilidade" e "participação social" sobre um local agora transnacional.

2.1. O desenvolvimento, sua flexibilidade conceitual dentro do modelo capitalista e suas implicações

Diante de suas transmutações, como o desenvolvimento persiste como categoria e acompanha a plasticidade do capitalismo? A ideia de desenvolvimento historicamente acaba adquirindo uma abrangência que abarca direitos individuais e cidadania; noções como as de mudança, justiça social, acumulação econômica, política e militar; e a relação do homem com a natureza. O desenvolvimento aparece como conceito a partir do século XIX e ganha força tamanha dentro do modelo capitalista que conquista uma maleabilidade semântica diante das diversas mudanças de formas de reprodução da vida política, econômica, social e cultural dos últimos séculos.

Etimologicamente, a palavra desenvolvimento é atrelada à de progresso e evolução, sendo contrária às trevas e ao atraso, cujo fundamento residiria na concepção de modernidade cunhada no século XVIII. Esta modernidade estaria associada ao processo de industrialização e crescimento econômico atrelado a novas tecnologias de exploração de bens naturais.

O Pós-Segunda Guerra é definidor da discussão sobre desenvolvimento, visto que há uma redefinição dos espaços de poder entre os diferentes Estados-nações e suas relações a nível global- com a criação do Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a ONU. O contexto pós guerra ascende os Estados Unidos como maior potência mundial, com consequentes redefinições no campo internacional, agora com as designações "países desenvolvidos" *versus* "subdesenvolvidos", em contraste com divisões anteriores entre Velho e Novo Mundo. Segundo vários autores (Hoffmann, 2009; Lins Ribeiro, 1991, para citar alguns), Harry Truman ainda estabeleceu o desenvolvimento, no seu

⁸²Os autores se utilizam das reflexões de Foucault sobre a ideia de governamentalidade. O autor francês volta sua atenção para os processos sob os quais uma população é governada, a partir de mecanismos que estão dentro e fora de instituições. São mecanismos disciplinadores, modalidades por meio das quais o comportamento humano é direcionado através de meios calculados.

discurso célebre já aqui citado, como a grande saída civilizatória da humanidade, com indicadores objetivos e universais como o Produto Interno Bruto (PIB), e, claro, atrelado ao modelo capitalista. Os países se tornariam "em desenvolvimento" se aplicassem sua economia à lógica mercadológica definida pelas agências internacionais financiadoras, mantendo-se política e ideologicamente atrelados ao bloco capitalista.

Para isso, os países desenvolvidos prestariam auxílio aos subdesenvolvidos não só através de organizações como o Banco Mundial, mas com programas de cooperação internacional dentro dos próprios governos, estabelecendo uma nova relação agora nomeada entre "doadores" e "donatários". A cooperação internacional é a forma institucional sob a qual essa relação se materializa e se apresenta como um ritual de inversão performatizado em escala planetária. Hoffmann (2009), com uma interessante reflexão, aponta como haveria um processo de cismogênese⁸³ que resultou na diferenciação entre "doadores" e "donatários", "invertendo os papéis tradicionalmente atribuídos a 'exploradores' e 'explorados'" (Hoffmann, 2009,p.88).

Lins Ribeiro (1991) destaca, no entanto, como as mudanças de concepção sobre o desenvolvimento encarnam terminologias semelhantes diante do ritmo crescente de integração do sistema mundial, que recorre a uma ideologia/utopia que "pudesse tanto dar sentido às posições desiguais internamente ao sistema - sem requerer a dominação aberta como nos tempos coloniais" (Lins Ribeiro, 1991, p.67). Assim, tais terminologias envolvem o uso de metáforas hierárquicas como desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado, que celebram a "crença de que há um ponto que pode ser alcançado seguindo-se uma espécie de receita mantida, secretamente ou não, pelos Estados-nações que lideram a 'corrida' para um futuro melhor" (Lins Ribeiro, 1991, p.67).

As diferentes dimensões que o desenvolvimento acaba adquirindo estão vinculadas às crises próprias do capitalismo e buscaram superar os desafios postos por essas crises. Assim como na época de Truman, a posterior crise econômica encadeada pela crise do petróleo, nos anos 1970, conforma um deslocamento político-ideológico para a possibilidade de continuidade do modelo de expansão do capital. Nesse novo momento, o desenvolvimento não viria só atrelado a um crescimento econômico mas a uma mudança social, com a ideia de

⁸³Termo cunhado por Gregory Bateson em sua análise sobre a sociedade Iatmul na obra Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito de uma cultura de uma tribo na Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. Para o autor, a cismogênese seria um movimento de criação e afirmação de diferenças entre grupos. No caso dos Iatmul, Bateson observa a cismogênese em um ritual de inversão entre os sexos em momentos importantes da passagem para a vida adulta. De modo caricato, a performance de diferenças entre os sexos se tornaria evidente, e atua como um elemento de afirmação das diferenças entre os sexos e seus papéis sociais.

contornar a destruição da vida humana e da natureza. A partir desse período, a ênfase no desenvolvimento recaía na atuação de políticas que pudessem contribuir para uma maior redistribuição de renda e auxílios para diferentes políticas sociais (Salviani, 2012).

Os efeitos dessas mudanças nos países “em desenvolvimento” podem ser bem visualizados no caso do Brasil. Na mesma época da virada do desenvolvimento descrita acima, o auxílio dado pelas agências internacionais durante a ditadura militar buscou o fortalecimento da sociedade civil⁸⁴ por meio das ONGs, com pautas que não eram absorvidas pelo governo autoritário à época. Entretanto, a posterior configuração do desenvolvimento sustentável, indo além de pautas como liberdade política e educação, só ganha espaço no país numa coincidência com a redemocratização do Estado Brasileiro.

O crescimento das perspectivas neoliberais⁸⁵ (políticas e econômicas) nos anos 1990 também é relevante para pensar a implementação das diretrizes da cooperação internacional no país, acompanhada de um descrédito das instituições. Os países latino-americanos em geral, sob forte pressão financeira internacional, teriam optado pelo ajustamento fiscal e as reformas comerciais e patrimoniais pró-mercado.

"Privatizações de serviços sociais públicos, quedas significativas do gasto social, reduções importantes dos graus de proteção social anteriormente oferecidos teriam sido os resultados mais palpáveis desses processos" (Draibe, 2003, p.64).

Essas eram condições necessárias de adoção pelos países para que pudessem receber auxílio da cooperação; ou seja, deveriam seguir os modelos de Estado e economia dos países doadores. A expansão do desenvolvimento sustentável também dependeu dessa nova configuração.

Portanto, quando esse desenvolvimento sustentável surge como uma nova ordem de se estar no mundo, o Terceiro Setor possui um papel de destaque dentro da fomentação desse desenvolvimento mundialmente, recebendo recursos através da cooperação. A partir da década de 1990, as perspectivas individualistas que encaminham-se com o neoliberalismo e com a consequente mudança no campo dos movimentos sociais também refletem as novas políticas de desenvolvimento do campo internacional para os países de "Terceiro Mundo". Os

⁸⁴Por sociedade civil neste caso, estou me referindo aos grupos sociais não ligados ao Estado e que mobilizaram lutas e reivindicações contra o regime militar. Sobre as discussões teóricas sobre a sociedade civil ver capítulo 2.

⁸⁵Penso aqui neoliberalismo como uma forma de subjetivação do ser humano, que promove a liberdade e capacidade empreendedora individuais dentro de uma estrutura institucional baseada na propriedade privada e livre mercado. Também o discuto no capítulo 2.

países, por sua vez, estabeleceram condicionantes no campo de direitos humanos e da democracia.

A ideia de sustentabilidade que vem nessa nova conformação da cooperação, não só se relaciona com a conservação, mas também indica a substituição e reposição de recursos sobre os quais a capacidade produtiva capitalista se apoiaria, visto as condicionantes determinadas ao “Terceiro Mundo”. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável se torna polissêmico e domesticado através dos mecanismos produzidos para a consolidação desses conceitos e discursos na prática.

Ainda acentuo como no fortalecimento do desenvolvimento sustentável como categoria e prática, há um foco sob as atribuições ao indivíduo quanto a capacidade de operar mudanças no mundo (Moreira, 2007). Isso pode ser observado nos documentos ratificados pela ONU em 1992, atestando uma mudança de formas de associação e reivindicação de lutas, que voltam-se para pautas identitárias, ou para um universalismo representado pela responsabilidade sobre o meio ambiente.

Com tal caráter individualista, o desenvolvimento sustentável ganha outra conotação além da conservação e da dimensão econômica: a dimensão dos direitos. Salviani (2012) aponta os direitos de propriedade sobre os bens naturais como um mecanismo de distribuição dos princípios de conservação e uso dos recursos. Nessa direção, vieram a ser consideradas questões de ordem social, especificamente no tocante às populações que dependem da conservação do meio para sua integridade sociocultural. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento (Escobar, 1995) também seria uma atividade de representação e construção de categorias constantes sobre o outro como a ideia de “Terceiro Mundo” e a da perspectiva ambiental enquanto pauta global. Segundo Salviani (2012), haveria um caráter mitologizante de desenvolvimento sobre a construção de um novo paradigma civilizatório. A ideia do “local” passa a ser posta como lugar preferencial para os recursos, com o envolvimento indispensável das populações tradicionais. A cooperação internacional volta-se para uma sociedade civil organizada representante de um novo mundo agora globalizado, acompanhado de uma descrença das instituições de Estado.

Buscando esse crescimento exponencial do Terceiro Setor como ator político no meio público, os documentos ratificados pela Rio 92 destacam a elevação das ONGs como parceiras essenciais para o fomento do desenvolvimento sustentável. O capítulo 27 da Agenda 21 dedica-se à definição de diretrizes para o "Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável". Segundo o documento, tais

organizações desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa; ou seja, os países signatários devem promover o Terceiro Setor, pois este seria condicionante de uma verdadeira democracia participativa. Dever-se-ia

"promover a máxima comunicação e cooperação possível entre elas e as organizações internacionais e os Governos nacionais e locais dentro das instituições encarregadas e programas delineados para executar a Agenda 21. Será preciso também que as organizações não-governamentais fomentem a cooperação e comunicação entre elas para reforçar sua eficácia como atores na implementação do desenvolvimento sustentável" (Agenda 21, 1992).

Em conformações com o discurso do desenvolvimento sustentável (Escobar, 1995), os documentos da ONU também incluem as populações tradicionais e indígenas como impulsionadoras desse desenvolvimento - o que nos termos do ISA também são parte definidora da visão socioambiental. No capítulo 26 da Agenda 21, há o "reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades" afirmando sua relação histórica com suas terras com a produção de "conhecimento científico tradicional holístico de suas terras, recursos naturais e o meio ambiente". Como posto anteriormente, esse movimento faz parte de um dos símbolos discursivos que o desenvolvimento sustentável adquire, o de direitos, ao mesmo tempo que o impulso para esta discussão adveio de contestações ao "modelo civilizador dominante" por vários movimentos associados a esses grupos (Salviani, 2012)

Seguindo ainda o documento da Agenda 21, a capacidade das populações de *participar* ativamente do desenvolvimento sustentável foi limitada devido a fatores de natureza econômica, social e histórica. Seria necessário esforços nacionais e internacionais na implementação "de um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável" capazes de "reconhecer, acomodar, promover e fortalecer o papel das populações indígenas e suas comunidades". A adição dessa perspectiva no lidar com o meio ambiente não só modificou os projetos e a relação da cooperação internacional com os países do sul, como também trouxeram mudanças nas políticas públicas sobre o meio ambiente nesses países.

No plano internacional, as diretrizes que passam a ser definidas pelos tratados e documentos ratificados no pós Rio 92, colocam a democracia participativa (e a participação social) como condicionantes para a remessa de auxílio no combate à degradação ambiental através da cooperação internacional. Além disso, a sociedade (e o indivíduo) transforma-se

em agente transformador para um novo modelo de desenvolvimento, o que recai em certas perspectivas sobre os direitos humanos e das populações tradicionais que habitam a floresta.

3. Natureza e conservação: a fusão da temática indígena e ambiental para a promoção do desenvolvimento sustentável

Podemos mapear a construção valorativa e prática entre a pauta ambiental e de direitos das comunidades tradicionais, a partir da discussão sobre a proteção de florestas como parte de um movimento sustentável. A criação do PPG7⁸⁶ é um exemplo desse movimento, entretanto, essa abordagem não necessariamente era uma prioridade em fóruns internacionais voltados ao meio ambiente. Um exemplo disso, é o Protocolo de Kyoto, de 1997, que excluiu as políticas relacionadas ao desmatamento, focando na redução da emissão de gases de efeito estufa.

Santilli destaca sua participação - e a do ISA - nessa discussão que de início teria sido polêmica, devido à complexidade das mediações e monitoramento dos ecossistemas e as mudanças de uso da terra. A introdução do desmatamento no debate sobre poluição é institucionalizado através da formação da REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), cuja primeira versão resultou da parceria entre países detentores de florestas tropicais apresentada em 2003 durante a COP-9⁸⁷ (Milão, Itália).

"Eu tive uma participação nessa conversa, nessas conferências de clima, eu fui até um dos autores de proposta para floresta, carbono e tal, uma coisa planetária. Na época, foi uma coisa importante pra viabilizar uma abordagem mais amigável dessas convenções em relação às florestas tropicais, que era uma coisa muito polêmica no início. Então acho que a gente ajudou, na pressão do tema das florestas na Convenção de Clima, conferência da ONU em Milão." (Entrevista Santilli, 2019)

⁸⁶ Programa Piloto das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Programa ambiental implementado na década de 1990 no Brasil, em parceria com a comunidade internacional e a sociedade civil com projetos para o uso e proteção de recursos naturais.

⁸⁷ Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB)- lembrando que foi uma convenção formada a partir das reuniões da Rio 92.

Ao narrar essa história, Santilli aponta como o cerne da luta do movimento ambientalista internacional era pela redução do consumo dos combustíveis fósseis, e a pauta de florestas era tida como secundária:

"Floresta era tida como um assunto da CDB, da convenção de diversidade biológica. Então chegaram na convenção de mudança climática e já falaram 'iiii esses chatos aqui querem atrapalhar nossa conversa, o problema não é esse'. O próprio governo brasileiro tinha uma postura desse tipo, mas enfim, muitos anos malhando em ferro frio a gente conseguiu que essa convenção de clima tivesse uma posição mais amigável, acolhesse esse tema das florestas tropicais, percebesse que é possível, porque as pessoas simplesmente achavam que não era possível controlar ou monitorar o desmatamento de florestas tropicais e muito menos pagar o que quer que seja pela redução do desmatamento. Foi uma batalha de muitos anos, avançou muito e depois começou a produzir coisas como o Fundo Amazônia que é um mecanismo de compensação e redução de desmatamento" (Entrevista Santilli, 2019).

No *El Pequeño Libro de REDD+*, publicado pelo Global Company Programme, há uma sessão voltada para "propostas não governamentais", que incluem o ISA como uma das organizações brasileiras, juntamente com o IPAM (Instituto de Pesquisas da Amazônia), como formuladores de propostas para a REDD+. Na proposta, os países que abrigam florestas tropicais receberiam uma compensação financeira internacional pelas emissões evitadas pela diminuição do desmatamento.

Desta perspectiva, ONGs como ISA também são agentes ativos nas discussões internacionais que envolvem diretamente (e indiretamente) suas atividades, e os ideais pelos quais direcionam seu trabalho. A pressão realizada por tais organizações nos encontros para a inclusão das florestas nos debates sobre o desmatamento, teria sido, assim, essencial para a organização de coalizões entre os países do sul e a reivindicação desta pauta.

A inclusão das florestas e dos princípios de conservação e manejo sustentável seriam primordiais para a efetivação do socioambientalismo. Não necessariamente a inclusão do desmatamento como fator responsável pelo efeito estufa incluiria a relação das populações da floresta como importantes para a conservação; mas a simples inclusão da pauta, também possibilitou trazer à luz a existência dessas populações e suas realidades internacionalmente.

A nível nacional, esta questão nos remete ao fato trazido por Hoffmann (2009) de como as ONGs indigenistas pós ditadura acabaram por incluir a pauta ambiental dentro de suas reivindicações. Contudo, há questionamentos sobre a inclusão do viés ambientalista dentro do campo indigenista, como por exemplo, o desprezo de alguns setores ambientalistas pelos "variados universos simbólicos nativos ligados ao tema da natureza e o enquadramento desta dentro de um prisma ocidental, que a apreende essencialmente como recurso a ser manejado" (Hoffmann, 2005, p.169). O caráter ambientalista, por outro lado, também contribuiu para a inclusão destes grupos em projetos tecnicistas da cooperação internacional, sendo este cruzamento um ponto chave para alavancar o apoio no exterior pelos povos indígenas.

Como já vimos, a partir da Conferência Planetária de 1992, desencadeia-se com cada vez mais força a associação institucionalizada das pautas ambiental e indígena. Tal associação constitui-se como parte do processo de ambientalização dos conflitos sociais, em que o léxico do meio ambiente adentra reflexões sobre o mundo (Leite Lopes, 2006), e é firmado simbolicamente e ritualmente pela Rio 92. Dentro das polissemias que o desenvolvimento sustentável evoca, a união entre a ideia de conservação, mudança nas formas de consumo e a dimensão dos direitos sobre os recursos naturais, também possibilitaram a ponte entre o discurso ambientalista e o indigenista. Essa ponte se tornaria possível a partir da formação de mecanismos para a consolidação dessa nova filosofia de mundo. As agências internacionais estabeleceriam discursos que através de mecanismos definidos, transformam-se em práticas que redefinem uma ordem mundial.

Como posto anteriormente, a participação é geralmente um dos objetivos principais nos discursos de agências internacionais e uma condição ao recebimento de recursos pelas ONGs do "Terceiro mundo". Ela seria um dos elementos principais de implementação do desenvolvimento sustentável e, assim como este último, desenvolveu-se em um amplo leque de significados. Pode-se mapear o uso do termo, na retórica do New Deal nos anos 1930 e nos anos seguintes em textos que discutem políticas de intervenção no interior das grandes agências internacionais. A atual ênfase sobre a participação nos moldes do desenvolvimento seria representada pela reavaliação dos conhecimentos locais e na produção de muitos manuais. O documento *Agenda Socioambiental* do ISA, apresentado no Capítulo 1, utiliza-se desses termos e da construção de documentos, em conjunto com as populações quilombolas da região. Destaca-se constantemente a utilização de uma "metodologia participativa" que levasse em conta as reivindicações dos grupos.

Haveria uma construção filosófica da participação como um meio de se alcançar um empoderamento emancipatório. Uma “aceitação” dos conhecimentos locais como válidos no discurso do desenvolvimento sustentável, juntamente com o “empoderamento” daqueles que têm esse conhecimento teriam o “efeito de reduzir fenômenos de caráter político-social a questões de natureza puramente técnica” (Salviani, 2012, p. 31).

As acepções do conceito moderno de participação, postula uma relação causal entre esta técnica e a aquisição de poder. Prever-se-ia a necessidade de ações externas de outros agentes para o empoderamento das populações tradicionais. O caráter apolítico, técnico, é um efeito do discurso do desenvolvimento sustentável e a forma como ignora que “a ‘participação’ é um processo político que envolve contestação e conflito entre atores diferentes, portadores de interesses e objetivos próprios, e não simplesmente uma metodologia ou conjunto de técnicas” (Salviani, 2012, p. 31). O Instituto Socioambiental, por outro lado, creio ser dissonante desse movimento, visto que há perspectivas e práticas no Instituto que podem visibilizar a dimensão conflituosa desses processos, diferentemente das técnicas de participação do Banco Mundial, por exemplo.

Pareschi (2002) é uma das pensadoras que discute os projetos do desenvolvimento sustentável como meio técnicos de realização da ideologia do desenvolvimento. Os projetos de desenvolvimento sustentável transpassam do nível internacional ao local, envolvendo um “enfoque produtivo, econômico, por meio da geração de renda para populações consideradas marginalizadas, e preocupações com a conservação ambiental expressas no ‘uso sustentável de recursos naturais’” (Pareschi, 2002, p.22).

Sincronicamente ao pregar o empoderamento, liberdade e participação, o campo do projetismo também conforma-se como “um conjunto de regras e enunciados que distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito de poder que são também efeitos de verdade” (Pareschi, 2002, p.24). Assim, carrega consigo poderes criados e disciplinadores, fundamentados em um planejamento racional de condutas que levem a resultados específicos (Lima Ribeiro, 2018). Nesse sentido, também há a crítica aos tecnocratas da sustentabilidade (Pimenta, 2002), onde as burocracias de Estado encarregadas pela implementação de projetos constroem uma homogeneização de práticas sobre as quais os grupos indígenas encontrariam desafios de adequação (Hoffmann, 2005).

Nessa conjunção, entre a pauta ambiental e indígena em uma gestão participativa, ainda haveria o perigo do confinamento dessas populações em estereótipos românticos com a ideia de que as populações tradicionais seriam os melhores defensores da floresta “por

natureza”. Esse mote acaba por ser um argumento narrativo de legitimidade de organismos internacionais em suas campanhas. Há uma construção equivocada de uma Amazônia romântica, uma floresta virgem, contra estudos que demonstram um manejo milenar das populações indígenas sobre o ecossistema, e portanto sua ação direta na topografia amazônica (Barretto Filho, 2001). O uso da participação social como metodologia de gestão, muitas vezes possui uma visão sobre comunidades (tradicionais) como tradicionalmente homogêneas e indiferenciadas em seu interior. As ações realizadas por esses povos em defesa de sua autonomia, podem ser vistas como uma natural predisposição ecologista dos princípios de vida desses grupos, e não como movimentos de estratégia política.

É por meio de uma definição genérica dos indígenas que melhor se conseguiria vendê-los aos organismos internacionais. É a construção do que Ramos (1998) chama de *índio hiper-real*, dependente, vítima do sistema, íntegro nas suas ações e intenções e preferencialmente exótico. É a construção de um índio burocratizável, o indígena ecologicamente correto de perfil ideal, que justifica recursos materiais e humanos para a sua defesa. Este ideal, conseqüentemente, associa-se com o ideal de Amazônia como floresta densa e virgem que abriga essas populações, em contraste com outros ecossistemas degradados e povos de contato interétnico prolongado.

A crítica a esse modelo refere-se ao apagamento da realidade circundante dessas populações e da imensa rede de cientistas, juristas, políticos, empresas, ONGs e governos que constroem o desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que, em certa medida, também faz parte do discurso do ISA essa construção de parte da identidade indígena como a defensora da floresta, por serem populações detentoras de uma cosmovisão que essencialmente seria socioambiental. Entretanto, como componente de suas campanhas, creio ser utilizado como elemento comunicativo para com o público em geral, na construção de uma legitimidade de seu trabalho, e de sua posição política voltada ao reconhecimento à existência dessas populações. Na produção de seus projetos é necessário usar os vocabulários e “metodologias” desse desenvolvimento exigidas pela cooperação internacional, mas o caráter naturalizante desse discurso é diluído. A ação do Instituto dentro de suas sedes regionais busca um diálogo e relações com outros grupos sociais que estão em contato com as populações tradicionais. Ou seja, pensa sua relação com a sociedade circundante, como latifundiários, pequenos produtores, vereadores e deputados.

Sendo composta por um bom número de antropólogos, dez entre seus sócio-fundadores, creio que o caráter autocrítico e reflexivo sobre seu trabalho junto às populações

tradicionais também é influenciada por este fato. Apesar de ser formada em multidisciplinaridade, a forte presença de antropólogos nos quadros do ISA é interessante de ser analisada visto a importante contribuição antropológica ao campo do desenvolvimento. Tanto na sua criação, quanto posteriormente, a atuação de antropólogos integrantes do Instituto também insere o ISA dentro da história da disciplina sendo um dos locus que possibilitou a ação de antropólogos fora do meio acadêmico. Fato que também influenciou novas problematizações e reflexões à disciplina antropológica, com este novo nicho ao trabalho de antropólogos ⁸⁸.

Nesse caminho, destaco a inclusão de ideias de participação e defesa dos direitos de populações tradicionais em modelos de desenvolvimento, bem como suas críticas, com relação direta à inclusão de antropólogos na cooperação internacional. Algumas transformações no campo antropológico foram essenciais na superação de uma visão estática de cultura, e a implicação dessa mudança nas agências de cooperação. Hoffmann ressalta as contribuições teóricas de Barth (2000 [1969]), Cohen (1974) e Sider (1976), com os conceitos de fronteiras étnicas, etnicidade como comportamento político e etnogênese. Estes vão em sentido contrário de perspectivas assimilacionistas que agregam conceitos como o de aculturação.

A perspectiva de Barth (2002), especificamente, aponta para as dimensões do conflito, mudança e luta social dos grupos, as quais possuem relação direta com a construção de uma tradição e identidade. A resistência diante de desafios (antigos e contemporâneos) por luta de terras e na relação com o Estado, materializa-se de forma física e simbólica, no dia a dia das comunidades; por meio da resignificação do conhecimento e da tradição. A construção de conhecimento de um povo, na perspectiva de Barth (2002), dá-se a partir de práticas; sendo a invenção e criação parte da própria construção de conhecimento. Assim, a tradição e identidade são pensadas e atualizadas pelo grupo a partir das condições materiais em que se encontram, sendo feitos ajustes. São processos de mudança, que também representam resistência desses grupos através de dinamismos próprios de construção de conhecimento e análise reflexiva da tradição.

Essa é uma teorização que adentra às práticas da cooperação internacional através das concepções de autodeterminação e a inclusão de participação dos povos tradicionais. As organizações não governamentais e a cooperação foram, assim, um nicho propício ao trabalho antropológico, atraindo muitos profissionais para o campo da cooperação e do

⁸⁸ Agradeço Márcia Anita Sprandel pela atenção a essa reflexão e o seu apontamento na banca desta dissertação.

desenvolvimento sustentável. A antropologia da ação é uma formulação teórica que busca abarcar este novo modelo de atuação social dos antropólogos perante seus "interlocutores" não apenas estudando a "cultura tradicional" das populações, mas também auxiliando-as nos problemas contemporâneos que enfrentam (Tax, 1958 *apud* Hoffmann, 2009). O trabalho antropológico no Terceiro Setor seria também uma expressão dessa "antropologia da ação", com um afastamento aos condicionantes e problemas relativos ao circunscrever do antropólogo no meio acadêmico.

Há a formação de uma "metodologia participativa" de construção de políticas públicas, que seria posteriormente adotada pela cooperação internacional. Tratava-se antes de uma preocupação com as práticas administrativas, com a ação do Estado, do que uma preocupação teórica, associada à perspectiva de que teoria e prática andam juntas a partir da interferência participante do antropólogo. Ao mesmo tempo, essa perspectiva aparece correlacionada com a ideia de que não existe um "modelo único" de ser índio e "do crescente reconhecimento de que todas as situações vividas pelos índios deveriam ser contempladas quando se pensasse na definição de direitos" (Hoffmann, 2009, p.142).

Essa combinação entre as dimensões de direito e do desenvolvimento, coloca em destaque a presença de fenômenos de formação de identidade étnica nas instâncias da cooperação. Ou seja, seria preciso incorporar as dimensões transnacionais contemporâneas aos estudos de fenômenos étnicos, "reconhecendo que discursos globais e organizações internacionais e transnacionais, como as ONGs, vêm desempenhando um papel variável mas de crescente importância dentro deles (Barth 2000:21)" (Hoffmann, 2009, p.90). As teorizações de antropólogos noruegueses, como Barth, foram essenciais para a virada de perspectiva e ações do modelo de cooperação internacional. A Noruega, como uma "potência humanitária", tem grande inclusão de antropólogos no seu quadro da cooperação a partir dos anos 1970.

Como posto anteriormente, a mudança dentro do campo do desenvolvimento a partir de meados dos anos 1970 trouxe uma perspectiva mais preocupada com fatores sociais nas políticas de desenvolvimento. Isto, de acordo com Salviani, teria influenciado a perspectiva antropológica e a contribuição de antropólogos nas atividades de desenvolvimento. Os modelos da cooperação na década de 1970, foram marcados por esforços que voltaram-se para o campo político, na legitimação por demandas por terra e reconhecimento da pluriétnicidade nacional, com uma etnicidade política. Com a imersão do desenvolvimento sustentável e o crescimento de suas práticas e discursos nos anos 1990 há uma etnicidade de

resultados, marcada pela busca de financiamento por projetos de desenvolvimento sustentável (Albert, 2000 *apud* Hoffmann, 2005). É neste período que se consolida um padrão de intervenção que privilegia a alocação de recursos independentemente da mediação das burocracias de Estado, ou seja, diretamente para as ONGs. Em razão disso, os quadros das ONGs tornam-se cada vez mais técnicos e profissionalizados, responsabilizando-se pela interlocução com os órgãos de governo e a cooperação internacional. As estruturas de gestão que se constroem a partir daí formaram um léxico específico do campo da cooperação internacional, e no que diz respeito à incorporação do vocabulário pelos movimento indígenas e pelo Terceiro Setor. Palavras chave do campo são cunhadas como moeda corrente, onde além da participação, estão presentes empoderamento e comunidade nesse dicionário (Hoffmann, 2005).

4. O protagonismo dos movimentos indígenas e de comunidades tradicionais no campo do desenvolvimento

Apesar das questões e críticas adivindas das ações dos mecanismos de cooperação, é inegável a importância da emergência da representatividade indígena dentro de pautas internacionais, onde a modificação da categoria de desenvolvimento puramente economicista, para uma que incluísse uma preocupação com a dimensão social das práticas do desenvolvimento. Esse movimento é concatenado com a gênese de um movimento nacional e internacional indígena, acompanhado da reivindicação de uma identidade étnica transnacional. Neste contexto, articulações são realizadas entre os povos dentro de encontros internacionais como na Conferência de Estocolmo, ao longo do qual o indígena canadense Shuswap Cree George Manuel lançou a ideia de criar uma organização internacional indígena.

Como posto anteriormente, o próprio protagonismo da Noruega na cooperação internacional também é resultado de processos internos de reivindicação política de uma identidade indígena Sami, povo tradicional do país. Dentre as organizações comprometidas com a defesa dos direitos indígenas podemos citar o Sami Council, o IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), a organização de base luterana Norwegian Church Aid, Norwegian People's Aid e a Rainforest Foundation Norway – já mencionadas anteriormente. Essas instituições estiveram associadas a mobilizações políticas que se iniciaram nos anos 60 que deram início a um movimento internacional de defesa de direitos indígenas, incluindo rede de denúncias de genocídios de populações da América do Sul. Além dessas organizações

não governamentais, o próprio Estado norueguês constituiu o maior canal de recursos da cooperação norueguesa junto a povos indígenas com atividades exclusivamente voltadas para os países da América Latina, através do Programa Norueguês para Povos Indígenas (PNPI).

A tese de Hoffmann (2009) destrinchou o processo de autodeterminação política e étnica do povo Sami diante do governo norueguês. Esse processo de afirmação de identidade teria dois níveis distintos, sendo o primeiro deles a compreensão das dimensões estruturais da realidade de minorias étnicas e o colonialismo interno sofrido por elas dentro dos Estados-nação. O segundo nível seria a vivência cotidiana do preconceito e discriminação⁸⁹. O movimento político Sami teve força dentro do país e nas comunidades internacionais tendo se engajado ativamente na revisão da Convenção n. 107 da OIT, que resultou na formação da Convenção n. 169⁹⁰, da qual a Noruega foi o primeiro país signatário.

As reivindicações Sami possuem, portanto, um papel fundamental na inclusão das organizações governamentais e não governamentais dentro de um movimento internacional pró-índio e na formação da Noruega como uma potência humanitária. Concomitantemente se articulou um movimento indígena internacional, o que desencadeou processos de reivindicação de identidade étnica em diferentes países. Os povos não são passivos diante dessas mudanças no campo da cooperação, mas participantes ativos internacionalmente, mobilizando recursos e discursos na produção de um "conhecimento político associado à construção de identidades nacionais e étnicas" (Hoffmann, 2009, p. 36).

A participação de intelectuais indígenas e lideranças indígenas durante a onda de conferências e formação de declarações internacionais acerca do meio ambiente e do direito desses povos foi substancial. As principais mobilizações focaram na pressão pela transformação de seu status jurídico dentro dos Estados nacionais, com a busca por obter reconhecimento dos direitos indígenas, ou seja a formação de direitos difusos. Hoffmann (2009) aponta para o surgimento do conceito de Quarto Mundo (referindo-se ao Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo) formulado pelos intelectuais indígenas George Manuel e M. Posluns no empenho de definir problemas comuns a populações etnicamente excluídas em seus Estados nacionais. O conceito esboçaria também a tentativa de imaginar "uma comunidade transnacional indígena", cimentada por um discurso político e moral de

⁸⁹Esse movimento cresceu em contraponto a perspectivas homogeneizantes do Estado norueguês na segunda metade do século XX associadas a ideais igualitários da social democracia. Houve uma combinação dos movimentos etnopolíticos. Sami com movimentos de minorias étnicas mundialmente, tendendo a uma unificação de adoção da identidade de "indígenas". (Hoffmann, 2009).

⁹⁰Tais convenções estabeleceram diretrizes da relação dos estados nacionais com as populações indígenas, onde a Convenção 169 rejeita as dimensões assimilacionistas da convenção anterior. Questão que será trazida mais a frente no capítulo.

contestação à lógica de funcionamento dos Estados nacionais e dos impérios constituídos sob sua égide" (Hoffmann, 2009, p. 174).

Um documento decisivo foi assinado, relativo ao direito internacional dos povos indígenas: a I Declaração de Barbados de 1971⁹¹. Seu mote principal baseava-se no reconhecimento da autonomia dos povos indígenas de organizar suas lutas em defesa de seus interesses. Conferia possibilidades de organização de trabalho de uma rede internacional de experts como um movimento de pressão e formação de uma opinião pública pró-índio (Hoffmann, 2009). A Declaração definiu responsabilidades aos Estados, missões religiosas e antropólogos para com os povos indígenas, percebendo essas populações como sujeitos de ações políticas.

Este foi um documento que, portanto, delineava uma perspectiva antitutelár, e chamava a responsabilidade aos Estados nacionais em relação às suas políticas assimilacionistas. O conjunto de afirmações contidas na Declaração marcou a difusão em nível internacional de uma perspectiva contrária ao desenvolvimentismo característico dos anos anteriores, na busca por uma noção antitutelár, e um ponto de partida estratégico de articulação transnacional de atores indígenas e não indígenas.

Na década de 1980, ainda segundo Maria Barroso Hoffman, é quando pode-se distinguir um segundo momento onde as populações indígenas se tornam uma categoria de tratamento específico dentro do Banco Mundial⁹², após pressões de grupos pró-índio associados a grupos ambientalistas norte-americanos e europeus. Ainda é nesta década que se afirma a já referida Convenção 169 da OIT, que marca uma mudança no status jurídico internacional dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Sendo o Brasil signatário da Convenção de 1989, esta disciplina uma nova relação do Estado nacional com seu povo.

A ratificação deste documento foi marcada como uma ruptura com a Convenção 107, de 1957, coadunante com um modelo de direito internacional ligado com uma perspectiva específica sobre desenvolvimento e a incorporação desses povos às comunidades nacionais (Duprat, 2015). Dentro do direito internacional, a Convenção 169, de 1989, é o documento que reafirma e promove as obrigações dos Estados nacionais em aderir a normas protetoras de direitos humanos para povos indígenas. Além disso a norma define a adoção de medidas de

⁹¹Documento produzido por antropólogos de várias partes do mundo e membros de comissões religiosas que denunciavam ameaças a povos indígenas na América do Sul.

⁹²O Banco teria passado a liberar empréstimos ao governo brasileiro para a realização de projetos de desenvolvimento com medidas de salvaguarda aos povos indígenas.

proteção e preservação do meio ambiente dos territórios habitados por essas populações (Art. 7).

A nível nacional, as transformações ligadas ao processo de democratização ao final da década de 1980, também se expressam na nova Constituição e no entendimento sobre os povos indígenas brasileiros. Observar o campo indigenista brasileiro se mostra então profícuo na compreensão de como a pauta indígena vai ganhando espaço no cenário internacional e como cooperações como a da Noruega também se relacionam com o sul global (América Latina, África e Ásia). Hoffmann (2009) atesta a mudança de cenário do campo indigenista brasileiro, onde a relação com a cooperação internacional ainda na década de 1970 era percebida como uma alternativa viável para escapar do perfil assimilacionista da Funai, encabeçados por grandes projetos econômicos desenvolvimentistas do Estado brasileiro. Podemos perceber esse movimento olhando para o Programa Povos Indígenas do CEDI, que dentre seus objetivos tinha a perspectiva de "pôr os índios no mapa" (ver Capítulo 1), contestando o discurso corrente de extinção dessas populações no território nacional. Essa erosão da tutela teria tido expressão no campo político brasileiro com a Constituição de 88, sua perspectiva pluriétnica e o reconhecimento da condição de sujeitos políticos desses povos, com direito a voz e organização.

O processo de redemocratização, portanto, é vinculado a esses conflitos com a emergência dos novos atores no meio público e os movimentos sociais de base local. Há a articulação entre ONGs ambientalistas e conservacionistas, e segundo Barretto Filho (2014), "muitas vezes com fortes vínculos com a agenda e partilhando dos princípios do conservacionismo internacional e movimentos sociais de base local pela defesa de recursos essenciais para a sua reprodução sociocultural".

Nesse sentido, a formação de uma nova Constituição pluriétnica no país foi também resultado da pressão de um movimento que construía-se como transnacional. A potência do movimento indígena contido nesse borbulhante processo pode ser visualizado a partir do discurso de Ailton Krenak, líder brasileiro, durante a assembleia constituinte em 1987. É especialmente expressivo e simbólico dessa participação quando denunciou retrocessos durante o processo de luta pelos direitos indígenas. Vestido de branco, enquanto faz seu discurso, pinta sua face com jenipapo, deixando-a negra no mesmo momento em que narra suas palavras. Denunciou a "agressão do poder econômico pela ganância, pela ignorância (de entendimento) do que é ser um povo indígena" e atestou as diferenças de pensamento e de vida dos povos indígenas, assim pleiteando a definição de direitos específicos a esses povos e

que não devem ser vistos como um povo contrário ao Brasil e aos “interesses da nação”. O seu discurso pelo reconhecimento dos direitos específicos dos indígenas brasileiros ia num caminho comum a muitas reivindicações semelhantes pelo mundo.

Ailton Krenak, em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo (2019)*, aponta ainda como muitas das organizações bilaterais e multilaterais como a ONU, Unesco ou Banco Mundial, custaram a reconhecer a conservação da natureza como pauta relevante para além da determinação de áreas isoladas, como “amostras grátis da Terra”. A presença, importância e relevância intelectual indígena foi central para o avanço das discussões sobre desenvolvimento sustentável afastado de visões monolíticas sobre a relação entre ser humano/natureza.

Além do movimento indígena, um movimento social de base local importante na luta por direitos à terra foi o extrativista, liderado por Chico Mendes. A articulação do movimento indígena foi essencial na luta por direitos nacional e internacionalmente, que estendeu-se em parceria com outras populações, como por exemplo, a constituição da Aliança dos Povos da Floresta. Movimento este que buscou o estabelecimento de reservas naturais na Amazônia, onde fosse possível a realização de atividades de subsistência como a retirada do látex, bem como da coleta de outros produtos da floresta.

A história particular do movimento seringueiro, por exemplo, demonstra como a luta popular também teve importância dentro da formulação de políticas públicas brasileiras que não excluíssem a existência de inúmeros grupos sociais em área de floresta. Assim como colocado por Alegretti (2002) “a proposta por eles formulada para resolver os conflitos sociais foi a criação de áreas reservadas para usufruto de comunidades locais- as Reservas Extrativistas- uma combinação peculiar de reforma agrária e proteção do meio ambiente” (Alegretti, 2002, p.18).

A autora também coloca como que a expressão do movimento e o atendimento de suas reivindicações se dá em razão da presença de vários agentes no campo de conflito pelo qual passavam os seringueiros do Acre. A combinação entre condições endógenas, como a especificidade na exploração dos recursos da floresta e a própria história de extração do látex na região, juntamente com condições externas, como o interesse do movimento ambientalista internacional pela proteção de florestas tropicais, possibilitou a forte atuação e expressão do movimento. Ao mesmo tempo, Alegretti, aponta como a atuação de Chico Mendes foi essencial na construção de alianças entre o movimento, o Estado e agências internacionais.

5. Visualizando as mudanças de perspectiva sobre o meio ambiente e populações tradicionais através da legislação brasileira

Até aqui vimos as mudanças da noção de desenvolvimento e as categorias que se associam a ela. Essa nova visão acaba por construir uma nova forma de se pensar a relação com o meio ambiente e a ideia de conservação. As primeiras leis ambientais no Brasil datam dos anos 1930 e sofreram modificações, com a legislação se tornando expressão da relação do Estado com o meio ambiente no âmbito internacional. Entretanto, devido às relações de poder que se desenvolveram no país, as leis ambientais são disputadas por diferentes grupos, e muitas de suas modificações são retrocessos à proteção das áreas.

No governo de Getúlio Vargas, há a formulação do primeiro Código Florestal brasileiro, em 1934. Sérgio Leitão (2014) detalha o que define como uma nova forma de governar no Brasil, em que a proteção da natureza era pensada falando-se de um "desenvolvimento mais racional". Com um ritmo preocupante de desmatamento, em 1965, o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho reivindicou a reforma do Código, compreendendo que o "avanço indiscriminado sobre as matas tem um impacto direto na agricultura" (Leitão, 2014, p.186).

Além das determinações do novo Código de 1965 sobre a proteção das áreas de floresta em propriedades rurais⁹³, a criação de parques nacionais ainda datam do Código de 1934. Entre a promulgação dos dois Códigos, Leuzinger (2014) aponta como os movimentos em torno da proteção das florestas tinham um caráter conservacionista, "anti-gente", representados pela criação da Fundação Brasileira de Proteção da Natureza (FBCN), uma ONG a que teria dado ao discurso ambiental um corpo conceitual mais definido.

Dentre outros mecanismos de conservação ambiental instalados no país, estão as Unidades de Conservação, noção que passa a ser cunhada nos anos 1970. Barretto Filho (2014) indica a primeira tese escrita sobre parques nacionais brasileiros, de Wanderbilt Duarte de Barros (1949), que teria realçado o propósito dos parques como "unidade conservacionista", assinalando tanto a proteção da fauna e da flora como a presença de povos indígenas no Parque Nacional de Itatiaia. A criação do Parque Indígena do Xingu também é

⁹³No Código de 1965 determina-se que na Amazônia 50% da vegetação de cada propriedade não poderiam ser suprimidas e nas demais regiões no país, a porcentagem era de 20%.

um marco diferencial no que concerne as políticas de conservação no país, com um ponto de vista integrado sobre a gestão ambiental e territorial⁹⁴.

Dentro da construção legislativa sobre esses espaços havia a percepção sobre as finalidades antagônicas entre Parque Nacionais e Terras Indígenas. O fundamento do antagonismo entre UCs e os modos de apropriação territorial característicos de comunidades tradicionais vêm da influência norte americana na institucionalização das atividades conservacionistas no Brasil. Tal suposto conflito estabelecido na discussão, advém de um entendimento anterior sobre natureza e, sua suposta pureza, longe das mãos humanas. Visões de ambientalistas preservacionistas, que entendem a natureza selvagem como ameaçada por (qualquer) atuação humana. A ideia subjacente a este pensamento é que poderiam existir pedaços do mundo natural intactos, anteriores à ação humana (Diegues, 1996). Diegues define a formação de um “neomito” que impregna o pensamento racional moderno, bem como os conceitos de ecossistema e diversidade biológica. O que ele destaca é que a natureza em estado puro não existe e as regiões ditas naturais geralmente correspondem a áreas manipuladas pelos homens, que atuam também para a diversidade de fauna e flora. As ideias preservacionistas não levam em conta a existência de muitos povos e comunidades tradicionais que habitam as regiões visadas para a conservação, o que implica em inúmeros conflitos político-sociais.

Considerando esses conflitos, a "justiça socioambiental" numa gestão ambiental e territorial democrática e integradora (Barretto Filho, 2014), passaria também pelo reconhecimento da importância das populações tradicionais pela conservação. Dentro do socioambientalismo, a união da pauta indígena e ambiental na legislação brasileira também se faz presente, em concomitância à associação também presente no discurso sobre o desenvolvimento. Em consequência, também são associadas a percepções sobre participação e responsabilidade social na legislação ambiental. Essas são complexas questões que emergem, portanto, com a criação dos variados tipos de espaços territoriais espacialmente protegidos que há no Brasil. Assim como apontado por meus interlocutores, a separação entre as duas pautas geraria uma sobreposição entre as Unidades de Conservação (e Parques Nacionais)-criadas ao longo da história do país- e as Terras Indígenas, demarcadas desde o regime militar. Quando surge esse novo panorama sobre a questão ambiental, o trabalho de

⁹⁴Vale destacar que à época da criação do Parque do Xingu, na década de 1960, buscava-se a preservação de uma amostra de um Brasil profundo, romântico, de seus primeiros habitantes. Essas noções são ligadas a tradições de pensamento como o primitivismo romântico e a ideia do bom selvagem (Barretto Filho, 2014).

organizações da sociedade civil (nacional e internacional) apontam para este desafio de articulação de pautas antes consideradas separadas.

Com a Constituição de 1988 estabelece-se que o poder público deve definir "espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos", ou seja busca-se a formação de espaços de proteção individualizados; em contraste com a definição do Código Florestal de 1965 que definia a proteção marginal de rios em áreas produtivas, mas a delimitação de área específica não era tida como necessária. A criação de Unidades de Conservação⁹⁵ foi, portanto, uma especialização dos espaços protegidos, com regras próprias. No desenvolvimento da legislação, os tipos de UC (ver nota 96), com suas características, reconhecem a presença de populações tradicionais nos espaços protegidos como por exemplo as diversas Florestas Nacionais (Flona) no território brasileiro que contam com a presença de populações extrativistas e indígenas.

A participação de Organizações Não Governamentais nestas mudanças foi central, datando da organização da Fundação Brasileira de Proteção da Natureza (FBCN). Segundo Leuzinger (2014), após o golpe militar, a FBCN se organizou de forma mais efetiva, sendo "a principal ONG ambientalista pátria". Entre 1960 e 1980, Leuzinger (2014) aponta os avanços na legislação ambiental brasileira⁹⁶, que teria sido possível devido

"a capacidade de articulação de pessoas dotadas de ideias conservacionistas e de influência no governo, que alcançaram, por exemplo, algo que hoje seria simplesmente impossível: a adoção pela Lei n 6.938/81, da responsabilidade civil objetiva⁹⁷ por danos causados ao meio ambiente" (Leuzinger, 2014, p.439).

Entretanto, é a partir da Constituição de 1988, que conforma-se um cenário institucional pujante para uma nova perspectiva sobre a gestão ambiental e territorial, com o reconhecimento da responsabilidade social e gestão participativa sobre as políticas de meio ambiente. Pela primeira vez, há um capítulo inteiro destinado à proteção do meio ambiente, onde no art. 225, declara-se o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e

⁹⁵Barretto Filho (2014) traz a enumeração de Souza Filho, dos 22 Espaços Ambientais Protegidos e Unidades de Conservação: "florestas protetoras e remanescentes (reservas florestais); reserva ecológica (florestas de preservação permanente); parques nacionais, estaduais e municipais; áreas de proteção ambiental; estação ecológica; reserva biológica; parque de caça; floresta nacional, estadual e municipal; área de relevante interesse ecológico; área especial de interesse turístico; área de interesse e proteção especial (urbana); árvore imune de corte; reserva particular de patrimônio natural; tombamento de bens culturais e naturais; patrimônio arqueológico; cavidades naturais; reservas extrativistas; terras indígenas; paralelelograma de cobertura florestal; jardim zoológico; jardim botânico e horto florestal; e reserva da biosfera" (Barretto Filho, 2014, p. 281).

⁹⁶A autora destaca a edição da Lei de Proteção à Fauna Silvestre (Lei n. 5.197/67) e a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA- Lei n. 6.938/1981).

⁹⁷Ver Steigleder (2004).

a determinação do poder público e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para gerações futuras (Leuzinger, 2014, p.439).

É a partir dessa base institucional que inúmeras leis começam a ser editadas nos anos 1990 e nos anos 2000, prevendo a participação social na gestão de recursos naturais. Segundo Leitão (2014), a efetivação das leis do Código e de leis posteriores⁹⁸, aparece com o fortalecimento do movimento ambientalista, consequência do caráter internacional da pauta. A pressão por soluções aumentou em razão, novamente, da realização da Rio 92, com os holofotes voltados para o Brasil.

Aos olhos de Santilli e da perspectiva socioambiental a qual o ISA se dedica, a virada socioambiental também dependeu da inclusão da participação social na gestão pública, com a atuação da sociedade em questões sobre o meio ambiente que a cerca. Logo, de certa forma, o socioambientalismo nasce juntamente com a democracia participativa marcada pela Constituição de 1988 e a partir dela. Houve uma mudança no marco político brasileiro, ao definir a participação social como elemento condicionante da democracia. A promulgação da Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) foi decisiva para a mudança na gestão ambiental nesse sentido. As perspectivas conservacionistas “anti-gente”, que marcaram o desenvolvimento da Legislação Ambiental no Brasil, encontraram um contraponto institucional com a inclusão de um novo modelo de gestão baseado na participação.

Vale ainda destacar como, naquele momento, a participação foi, e ainda é, uma demanda das articulações indígenas, de modo que houve uma conjugação entre movimentos indígenas, suas lideranças, ONG, partidos e organizações de centro-esquerda, bem como os organismos internacionais de desenvolvimento em torno da "participação" - abrigados por sua pluralidade semântica. Desse modo, as políticas de meio ambiente e as voltadas para o reconhecimento de uma nação pluriétnica também foram resultado das relações internacionais e pressões ao governo brasileiro, realizadas por uma rede de atores sociais organizados.

6. O conflituoso campo socioambiental

Em concomitância à emergência desses movimentos reivindicatórios da autodeterminação de identidades tradicionais, a inclusão da pauta ambiental do campo

⁹⁸ Dentre as leis editadas no período pós Rio 92, pode-se a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Lei n 9.433/97), a Lei de Crimes Ambientais (Lei n 9.605/98) e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n 9.985/00) (Leuzinger, 2014).

político e uma gestão de viés participatório; houve a conformação de grupos políticos retrógrados a essas pautas. O fortalecimento da discussão dessas questões expressou-se no avanço da legislação brasileira, mas que se encontram em perigo diante do avanço certas parcelas político-econômicas. Na virada para o século XXI, a bancada suprapartidária do agronegócio iniciou sua expansão, e se articulou dentro dos mecanismos de Estado adentrando o Congresso Nacional, câmaras legislativas e prefeituras. Segundo Ribeiro (2016), a constituinte de 1988 também pode ser vista como um divisor de águas na trajetória política da elite agrária brasileira, sendo marcada "por um movimento de organização política, de afirmação de interesses e de mobilização na cena pública nacional" (Ribeiro, 2016, p.137). O crescimento político deste grupo dentro dos mecanismos institucionais trouxe novas questões para a política ambiental brasileira, com retrocessos e flexibilidades em detrimento da conservação.

Um sentimento de grande participação política, com a reivindicação de direitos civis e sociais, foi também confrontado pela emergência de agentes sociais de posições e projetos políticos divergentes em torno do direito à propriedade, e da definição de preceitos constitucionais em relação a terra (Ribeiro, 2016). A pluralidade do período de redemocratização no Brasil apresentou aparentes contradições com a emergência de grupos idealmente antagônicos. O crescimento das ONGs e do discurso ambientalista, sincronicamente observou o avanço organizativo do agronegócio nas instâncias institucionais. É a partir da década de 1980 que a "Bancada Ruralista" construiu um espaço identitário e representativo "dos interesses de classes dominantes do campo, tanto no Congresso Nacional como perante à sociedade brasileira" (Ribeiro, 2016, p. 138). A terra conforma-se novamente como um elemento de intensa disputa na história brasileira e, portanto, compreender a visão socioambiental é também estar a par dos desafios sob a questão da terra no Brasil.

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo dos representantes da bancada em legislaturas sucessivas da Câmara dos Deputados, em um universo de 513 deputados. A partir deste percebe-se a grande participação dessa bancada no anos após constituinte (1995/1999):

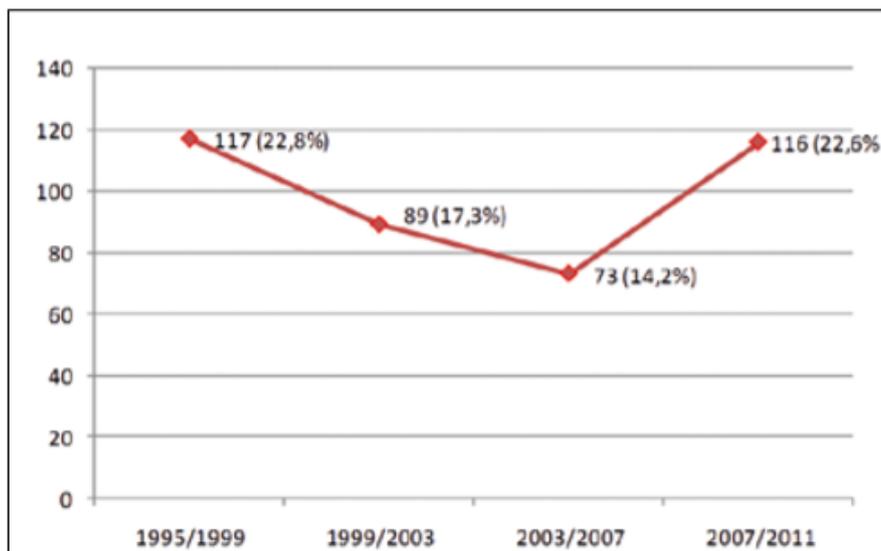


Figura 7: Gráfico da evolução do número de integrantes da “Bancada Ruralista” na Câmara dos Deputados (1995-2011). Fonte: Inesc, 2007 *apud* Ribeiro, 2016.

Para Ribeiro (2016), a representatividade expressiva desse setor produtivo, confirmariam a tese de que a Bancada Ruralista possui uma atuação transversal e suprapartidária dentro do Congresso Nacional, não se enquadrando na lógica governo *versus* oposição na defesa de seus interesses. Os anos correspondentes ao gráfico correspondem à virada do século unida a uma mudança da agenda política do governo brasileiro.

Sendo os anos 1990 caracterizados por um modelo político e econômico neoliberal, com a entrada nos anos 2000, um partido de histórico enraizado com o movimento sindicalista brasileiro foi eleito, tendo um núcleo agrário de pautas progressistas ligadas à democratização da terra que tiveram expressão dentro do parlamento a partir da legislatura de 1991-1995. Essa vertente progressista no Legislativo teria uma "atuação de resistência e de impedimentos de retrocesso no parlamento', em especial sobre o marco legal que trata dos temas agrários, agrícolas e correlatos (questão ambiental, indígena, etc.)" (Ribeiro, 2016, p.148).

Apesar dessa atuação a nível legislativo, ligada ao Partidos dos Trabalhadores, vale destacar como as políticas do Executivo dos governos petistas também construíram um espaço propício para a expansão do agronegócio internacional e o papel estratégico do Brasil. Obviamente há diferenças de atuação dentre os 13 anos (2003-2016), que administrações petistas ocuparam a cadeira do Executivo, entretanto o que é comum neste período é o espaço que o setor do agronegócio ganha para a promoção de seus interesses e agenda política.

Há um movimento onde o agronegócio constrói sua própria imagem como motor do desenvolvimento e da economia nacional, em conjunção com diferentes meios de comunicação e influência dentro do Estado. Mitidero Junior (2016) propõe que o crescimento do avanço do agronegócio, ou seja a expansão do capital sobre a natureza, seria um reflexo da crise do capital global, que acomete o mundo em 2008. O estouro da bolha imobiliária e dos mercados de crédito teria causado uma drástica queda no capital financeiro, que cessa as possibilidades de reprodução ampliada do mercado de ações. O autor ainda destaca como tal conjuntura se soma ao contexto anterior de diminuição do capital produtivo (industrial) "em detrimento do capital especulativo exercitado nas bolsas de valores das principais praças financeiras do mundo capitalista" (Mitidero Junior, 2016, p.18). A privatização da natureza em resultado da crise aparece em resposta imediata ao arrefecimento do capital e, diante dessa conjuntura, a geografia dos recursos naturais planetária aponta para a América Latina como territórios estratégicos de alocação do grande capital multinacional. No caso do Brasil, a abertura à transnacionalização da natureza é consequência de sua privatização por empresas multinacionais, juntamente com a permissividade do governo brasileiro.

Esse ajuste espacial do capital no momento da crise financeira tentaria transformar a natureza em patrimônio internacionalizado. No caso brasileiro, as campanhas governamentais à época da crise internacional apontavam para inatingibilidade do país e o crescimento da economia. Como mostra o gráfico da Figura 7, o crescimento político do agronegócio dentro do Legislativo tem uma guinada durante o segundo mandato do presidente Lula (2006-2010), com um crescimento da presença deste grupo político no Congresso Nacional.

No governo Dilma (2010-2016) houve um crescimento ainda maior deste setor produtivo tanto economicamente, quanto no estreitamento das relações políticas com o Executivo, à exemplo do cargo de ministra da agricultura, ocupada por Kátia Abreu⁹⁹. A internacionalização do capital agrário no Brasil e a expansão desse agronegócio para a exportação é expressa em números. Entre os anos de 2004 e 2012, 1.296 empresas nacionais passaram para o domínio do capital estrangeiro, sendo a maioria dessas empresas parte do agronegócio. Segundo os dados de 2012, 71 das 296 empresas desnacionalizadas são empresas do agronegócio ou empresas de exploração de bens naturais (Mitero Junior, 2016).

Ainda de acordo com Mitero Junior (2016), a natureza nacional é gradativamente transformada em patrimônio do grande capital estrangeiro culminando num processo de

⁹⁹ Empresária, pecuarista e senadora brasileira do estado do Tocantins. Foi presidente do Sindicato Rural de Gurupi (TO) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (1995-2005). Em 2008, foi eleita presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2008-2011).

mundialização da agricultura brasileira. Esse tipo de ação vem unida de seus correlatos: a mineração e a energia, com subsídios contínuos à empresas estrangeiras para a exploração mineral no país. Nesse sentido, os governos investiram na construção de uma imagem positiva desse setor com competitividade no mercado internacional e seu desempenho produtivo.

A expressão política construída por esse setor nos anos pós democratização são tais que a sua articulação e sua força política exercem pressão e influência nas decisões do Executivo, independentemente do grupo político que governe. Segundo Ribeiro (2016), "a Bancada Ruralista criou outro perfil de intervenção e articulação, manifestado sobre tudo nos últimos dez anos, mediante o acúmulo de conquistas políticas importantes" em questões como "expansão da fronteira agrícola, problemas ambientais no campo, legislação ambiental e fundiária, legislação trabalhista, transgênicos, política de criação de unidades de conservação ambiental e direitos sociais conquistados por segmentos do campo" (Ribeiro, 2016, p.142).

O alinhamento político e econômico a certas parcelas do país, em especial ao agronegócio, também pode ser visto quando olhamos para o perfil das políticas para a terra de 2003 a 2016- no que toca os direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais. O gráfico a seguir apresenta como as políticas de estado voltadas para a garantia do direitos desses povos -previstos na Constituição- são colocadas de lado, com a diminuição significativa das demarcações e homologações de terras indígenas durante os governos petistas em comparação com os governos Collor e FHC.

Demarcações - Brasil				
Presidente [período]	TIs Declaradas		TIs Homologadas*	
	Nº**	Extensão (Ha)**	Nº**	Extensão (Ha)**
Michel Temer [mai 2016 a set 2017]	2	1.213.449		
Dilma Rousseff [jan 2015 a mai 2016]	15	932.665	10	1.243.549
Dilma Rousseff [jan 2011 a dez 2014]	11	1.096.007	11	2.025.406
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2007 a dez 2010]	51	3.008.845	21	7.726.053
Luiz Inácio Lula da Silva [jan 2003 a dez 2006]	30	10.282.816	66	11.059.713
Fernando Henrique Cardoso [jan 1999 a dez 2002]	60	9.033.678	31	9.699.936
Fernando Henrique Cardoso [jan 1995 a dez 1998]	58	26.922.172	114	31.526.966
Itamar Franco [out 92 dez 94]	39	7.241.711	16	5.432.437
Fernando Collor [mar 90 set 92]	58	25.794.263	112	26.405.219
José Sarney [abr 85 mar 90]	39	9.786.170	67	14.370.486

Figura 8: Tabelas das demarcações e homologações de Terras Indígenas no Brasil desde a redemocratização até o Governo Temer (2017). Fonte: ISA.

Há graves críticas a ações dos governos petistas em torno das políticas sobre a terra, vindo de organizações internacionais, do Terceiro Setor nacional e de grupos do movimento indígena. O ISA é crítico dessas ações, em especial, à campanha provida durante o governo Lula em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. O crescimento político de grupos voltados a essas atividades econômicas (agronegócio, mineração e energia) estabelece diferentes ataques à legislação ambiental brasileira e sua relação com os direitos de populações tradicionais. Entretanto, a comparação com o grande número de demarcações durante os anos 90 teria mais relação com todo o contexto da época com a redemocratização, juntamente com uma mudança dentro dos modelos internacionais de desenvolvimento - resultando na adoção de medidas consideradas "progressistas" - e não necessariamente por um compromisso dos próprios governos nesse sentido. Por outro lado, o caráter conservador dos governos petistas, sem questionar a agenda do capital financeiro e do agrário aumentou a dependência a ele.

As antigas e novas configurações do problema da terra no Brasil são, portanto, constantemente reatualizadas. Com o desenvolvimento de grupos políticos citados a cima, os retrocessos da política ambiental brasileira no século XXI também demonstram essa constante

pressão sob a terra. Apresenta-se um enfrentamento "de uma espécie de cruzada dos ruralistas para eliminar os limites fixados para o pleno uso da terra" (Leitão, 2014). O Novo Código Florestal de 2012 é um desses exemplos, reduzindo a área a ser preservada em margens de rio e mananciais, bem como estabelecendo a anistia e redução dos níveis de exigência para a recuperação de áreas desmatadas anteriormente presentes no Código de 1965 (Leitão, 2014).

Apesar da pressão sob a terra sempre ter sido presente, atualmente é a organização característica da elite agrária brasileira que têm estado em constante enfrentamento narrativo, institucional e físico com setores ambientalistas, organizações indígenas, quilombolas e extrativistas. O ISA não fica fora disso, tendo que lidar com o crescimento desse setor, e conformar o estabelecimento de diálogo com esses grupos que cresceram politicamente. Foi necessária a reflexão constante, por parte do instituto, de estratégias sobre como lidar com as mudanças dentro do Legislativo, e a forma como os grupos que lá se inseriram se utilizam de mecanismos institucionais.

Este enfrentamento no âmbito político também aparece através das inúmeras portarias, leis e Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que o grupo do agronegócio constrói desde os anos 1990. Obviamente, também há ataques diretos às populações diretamente atingidas com essa cruzada de expansão da terra explorável, com inúmeros ataques a terras já homologadas e demarcadas, e seus efeitos na luta sangrenta que os grupos indígenas em processo de retomada de terra enfrentam.

Parte da consequência do fortalecimento desses grupos, foi uma construção de narrativa organizada e voltada a deslegitimar as parcelas que estão barrando seu projeto nacional. As ONGs ambientalistas e indigenistas estiveram no foco de CPIs e tiveram que enfrentar questionamentos de seu trabalho e seus objetivos. Nesse sentido, trouxe essa reflexão sobre a ascensão do agronegócio dentro da política brasileira no Legislativo, e sua relação com o Executivo, na intenção de mapear como certos mecanismos institucionais, como as CPIs das ONGs e CPI Funai/Incra, foram contextual e narrativamente construídas como elementos de ataque e criminalização de grupos ambientalistas, movimentos sociais e outros setores da sociedade civil.

Nesse cenário, o ISA e sua atuação são focalizados, juntamente com outras organizações, nos documentos das CPIs, com inúmeras acusações sobre seus trabalhos junto a populações tradicionais. Estabelecem-se essas CPIs na tentativa de fragilizar as organizações e gerar perda de credibilidade do discurso ambientalista e indigenista.

Na medida em que nos capítulos anteriores busquei analisar o contexto político e social - do local ao global - que foram necessários, influenciaram e foram influenciados pelo ISA; nas considerações finais, mapeio como, na mudança de cenário apresentada neste capítulo, há uma forte disputa política dos grupos que ascendem (política e economicamente) nos anos pós-democratização. Nesse sentido, atacam-se grupos que teriam uma concepção e luta sobre o direito à terra que não corresponderia ao uso exploratório desses espaços. Ou seja, ataques por vias institucionais e midiáticas são direcionadas às populações tradicionais (e seus grupos políticos), a organizações não governamentais e grupos universitários como antropólogos (os “especialistas”). O ataque às ONGs especificamente segue uma narrativa singular desde o início da emergência das ONGs ambientalistas e indigenistas, sendo constantemente recicladas.

Assim, pensando o papel do ISA nesse contexto, utilizar-me-ei dos acontecimentos e discursos presentes na CPI das ONGs e da CPI Funai/INCRA, e, por fim, como esses discursos são reutilizados na política anti-ambientalista durante o primeiro ano de governo Bolsonaro.

A forma como uma instituição como o ISA trabalha, internamente e com os diversos grupos com que tem relação, demonstra como seu processo de institucionalização não é linear. Ele pode estar mais firme no campo socioambiental e no espaço político maior, ou pode ser atacado e questionado em sua legitimidade. Portanto, compreender o processo de institucionalização do socioambientalismo é também estar a par das nuances presentes no campo conflituoso da luta sob a terra. Realizei uma análise neste capítulo de como, a nível global, várias categorias e políticas foram construídas, abrindo espaço para a conformação do ISA neste campo de possibilidades. Mesmo com essa rede multinível, o crescimento de grupos políticos antagônicos a suas ações tensionam e pressionam os princípios pelos quais a instituição foi criada. Nesse sentido, seus valores e formas de ver/agir no mundo não estão completamente consolidadas; mas sim emaranhadas em uma rede de relações de poder e disputa de categorias que no momento atual não lhes são favoráveis.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar algumas dimensões do processo de institucionalização de um tipo de agrupamento social, que à primeira vista teve a construção de sua legitimidade no campo político de forma rápida. É através de uma dimensão da história como processual, não linear e dinâmica que pude mapear os conflitos e dissidências que também constituíram essa institucionalização. Ela é marcada por idas e vindas - e, especialmente, no caso das ONGs que não estão tão legitimadas no campo como pode se supor. As ONGs estão incluídas dentro de um espectro mais amplo, o Terceiro Setor, que também inclui uma diversidade de tipos de organizações com modos de atuação diferentes.

O Terceiro Setor pode incluir filantropia empresarial, igrejas e vários tipos de organizações não-governamentais. Foi a institucionalização de uma parcela de grupos que no período pós democratização constituiriam a nova sociedade civil. A ideia de sociedade civil durante a ditadura militar tinha uma conotação política de oposição ao governo autoritário, e acaba ganhando outras conotações com a democratização. A história das organizações que precederam o ISA tem uma relação profunda com esse contexto e essa nova conformação da sociedade civil. As organizações não governamentais que nascem nos anos 1970, como o CEDI, geralmente encontravam abrigo em movimentos religiosos, os quais, numa perspectiva coadunante com a Teologia da Libertação, realizavam trabalhos majoritariamente voltados para a educação popular.

Como predecessor do ISA, o Programa Povos Indígenas do CEDI tinha entre seus trabalhos o mapeamento das populações indígenas no país, bem como a produção de informação e documentação sobre esses povos. O centro agregou intelectuais e militantes que numa época de repressão política encontravam apoio junto a esses grupos religiosos. O fim do centro ocorre durante o processo de democratização do país, resultado de discordâncias entre o grupo religioso e seus outros setores que viam a democratização uma possibilidade de autonomização.

A outra principal organização que constituiu o ISA foi o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), criado durante a constituinte, com o objetivo de gerar fatos jurídicos em face da promulgação de novas leis e direitos relativos aos povos indígenas. Em 1994, o ISA é formado a partir da iniciativa desses dois grupos, em meio a processos históricos específicos e que tiveram expressões em diferentes escalas. Durante os capítulos mapeei o processo democrático juntamente com a neoliberalização do Estado, bem como a evolução do meio

ambiente enquanto uma categoria globalizada. Esses diferentes contextos cruzados foram centrais para a forma como o ISA construiu o socioambientalismo enquanto uma perspectiva político-filosófica resultado de um conjunto específico de práticas, conceitos e valores.

Essa perspectiva teve uma função estratégica de firmar tanto sua identidade institucional, quanto fabricar sua imagem externa como liderança na construção de um “Brasil socioambiental”. O processo de institucionalização dessa categoria foi necessário para a própria institucionalização do instituto, no sentido de ser a produção social do pensamento que opera sobre os integrantes de uma organização, tanto moral como cognitivamente (Douglas, 1998).

A legitimidade da organização e de suas práticas, sua ação no mundo, tem relação intrínseca com a racionalização da categoria socioambiental. Os projetos com os quais o ISA trabalha fazem parte desse processo - e também agem de acordo com categorias específicas das diretrizes da cooperação internacional. Esses projetos expressam a filosofia do Instituto na sua atuação no mundo, inclusive com a formação de metáforas que a reforcem. Uma delas é a visão de uma atuação "pé no chão", com projetos a longo prazo voltados diretamente para a população, sendo a criação de sub-sedes em seis estados brasileiros a metodologia escolhida pelo grupo para enraizar o socioambientalismo na "prática".

Na promoção desses projetos, alguns conceitos são mobilizados para a sua realização, com destaque para a concepção de "participação social" e "desenvolvimento sustentável". Ambas são resultado de uma mudança política e social global nas relações entre países do "Primeiro" e "Terceiro" Mundo. A participação social aparece no campo da cooperação internacional e das ONGs nacionais, como uma metodologia de gestão que traria empoderamento para grupos sociais, digamos, subalternos e às comunidades. Ela também aparece nos projetos das agências de cooperação como um elemento essencial da democracia, sendo uma exigência para as relações entre os países doadores e donatários. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um termo que entra no vocabulário das agências de cooperação a partir dos anos 80. Foi durante a Rio 92, entretanto, que se formou o locus de aceitação dessa visão como pensamento dominante, sendo as novas perspectivas sobre o desenvolvimento celebradas em um espetáculo que apresentasse a força simbólica dessa nova conformação global.

O período caracterizou-se como demonstrativo de novas formas de governança que extrapolaram o local e o global, e as ONGs possuíram um papel central nesse movimento. Todos esses fatores também têm conexão intensa com o processo de neoliberalização dos

Estados ao redor do mundo. Mais do que isso, é um projeto que coloniza o imaginário social, em que o indivíduo e as relações sociais são vistos enquanto um empreendimento. No nível da governança estatal, o Estado é considerado somente como facilitador da circulação de dinheiro e para a possibilidade contínua de acumulação de capital. Tira-se sua função como provedor de programas sociais e a seguridade social é reduzida ao mínimo na medida em que se trata de um sistema que se baseia na responsabilidade individual (Harvey, 2005).

As ONGs teriam um papel central nessa nova razão de mundo, em que sua criação é baseada na crença de que a oposição mobilizada fora do Estado e dentro de alguma entidade da “sociedade civil” seria o lugar da transformação social. As ONGs seriam mobilizadoras de mudança social, em um enquadramento burocrático e institucional conforme as regras do Estado neoliberal. Contudo, num aparente paradoxo, são também representantes de um direito político específico: a participação social coletiva.

Parte do discurso de direitos sob os quais a democracia liberal se baseia encontra categorias universalizantes e que são visualizadas dentro do mercado de projetos na relação entre a cooperação internacional e organizações como o ISA. A utilização dessas categorias e a forma como as mobiliza fazem parte desse processo de construção de legitimidade e institucionalização do Instituto.

Essa institucionalização também corresponde à construção de categorias morais pelas que seus integrantes manejam em sua prática no mundo. Constrói-se uma visão de mundo, que pressupõe ações que possibilitam a transformação desse mundo. Nesse processo, a forma como seus integrantes narram a história da instituição busca construir uma estabilização dessa institucionalidade. Os acontecimentos são narrados por seus integrantes de forma linear, como em etapas que consolidaram sua posição no campo. Nesse processo são mobilizados efeitos de exaltação e ocultação, não necessariamente intencionais, para a formação de uma unidade conceitual e valorativa. O socioambientalismo é a categoria principal de mobilização que caracteriza a identidade da instituição.

A metáfora da árvore foi profícua para o entendimento de como os integrantes do ISA pensam sobre si dentro deste ambiente institucional, na forma como seu trabalho seria diferenciado em face a outras organizações não governamentais. Da raiz à antena, a atuação "pé no chão", que se expressa na construção de políticas públicas e na relação com a cooperação internacional, é uma busca por promover novas práticas, de caráter estatal e não estatal, para populações específicas.

Analisar os processos históricos que perpassam a conformação de indivíduos com diferentes trajetórias para a formação do ISA, também permitiu perceber como o socioambientalismo enquanto filosofia e prática, só foi/é possível em consequência de entrelaçamentos entre indivíduos, grupos e instituições.

Assim, nesses cruzamentos os conceitos já aqui trazidos foram ressignificados em um manejar constante pelos integrantes do ISA, como: sociedade civil, participação social, desenvolvimento sustentável, conservação, entre outros. Esse manejo garante sua flexibilidade no campo político no qual atua, na interlocução com integrantes do Ministério Público, Congresso Nacional, como também lideranças indígenas, quilombolas e extrativistas.

Ainda vale destacar como o ISA, ao construir seus documentos, conforma uma imagem sobre si, e ao mesmo tempo, se blinda contra possíveis questionamentos a seu trabalho. Um documento não é um objeto estático e sem intencionalidades, ele representa um conjunto de relações e práticas que determinam o modo como tal documento será construído. Os Relatórios de Atividades da instituição têm esse efeito, ao mostrar seus "resultados" e a quantidade de projetos que se inserem e constituem sua filosofia socioambiental. Esses documentos falam sempre para alguém, uma audiência que o documento deve ser capaz de antecipar prioridades a fim de ser bem sucedido. No caso da cooperação internacional, os relatórios permitiram tanto demonstrar resultados quanto o zelo por transparência em suas práticas.

A transparência é um dos elementos de maior questionamento por parte de certos grupos antagonistas de ONGs ambientalistas e indigenistas. O modo como tais questionamentos ganham força, tem se dado tanto por meio da mídia como pela conformação de CPIs por parte de setores do Congresso Nacional. As acusações focalizam-se intensamente no fato de que haveriam interesses "escusos" da atuação das ONGs, em especial, as que desenvolvem trabalhos na Amazônia. Em outras palavras, a cooperação internacional e as ONGs fariam parte de um grande complô "globalista" para a internacionalização da Amazônia e, assim, para o roubo de terras produtivas que deixariam de estar disponíveis para agricultores brasileiros. E, acima de tudo, este complô seria uma ameaça à própria soberania nacional.

Mais de uma CPI foi feita neste sentido e aqui demarco duas: a CPI das ONGs e a CPI Funai/Incrá. Ambas tinham discursos comuns sobre a existência das ONGs ambientalistas e indigenistas, com questionamentos constantes sobre os direitos territoriais das populações tradicionais e as leis ambientais. Essas CPIs foram mobilizadas por grupos políticos

específicos que tiveram crescimento político vertiginoso no período pós-democratização, com um aumento considerável na década de 2010. Esse crescimento culminou na formação de um congresso paulatinamente conservador, que teve capacidade de ampliação significativa de sua construção político-ideológica entre a população.

A eleição de Jair Bolsonaro foi expressiva desse crescimento. O discurso conservador que vinha em ataque ao trabalho dessas organizações por meio das CPIs, agora se tornou uma política de governo, com o ataque narrativo e prático vindo diretamente do Executivo. Nesse sentido, podemos pensar como as organizações semelhantes ao ISA se encontravam legitimadas no campo político, ou seja, possuíam grande capacidade de mobilização, e por isso se tornam alvo de ataques. Talvez possamos ir além e pensar como, sendo as ONGs filhas de uma nova concepção de sociedade civil pós-democratização, os próprios princípios democráticos encontram-se frágeis e podem ser manejados com o objetivo de fragilizá-los mais ainda.

Quando questionados sobre essas ações, os integrantes do ISA me apontaram esse discurso comum que passaria a ser mobilizado como forma de ataque a seus trabalhos e de outras organizações ambientalistas e indigenistas. Foi mencionada a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, iniciada em 2001 pelo senador Mozarildo Cavalcante do Partido da Frente Liberal (PFL) de Roraima, que tinha como objetivo a investigação da interferência de ONGs em questões ligadas aos povos indígenas, meio ambiente, segurança e soberania nacional.

O fato do senador ser desse estado é digno de nota pois as discussões sobre soberania rodeavam principalmente a conformação da TI Raposa Serra do Sol, em cujo processo, o ISA teve uma atuação direta, de pressão e mobilização de campanhas. Como posto ao longo dos capítulos, a CCPY (Comissão pró- Yanomami) foi uma das organizações que uniu seus trabalhos aos do ISA e que tiveram uma mobilização da defesa dos direitos do povo Yanomami e da formação da TI. O NDI, do mesmo modo, também teve seus trabalhos ligados à luta pela demarcação dessa terra.

“Quando veio a CPI das ONGs do Mozarildo, realmente a gente teve essa sensação de que o ISA era a bola da vez que eles queriam pegar, que tinha muito a ver com Roraima. E embora o ISA nessa época não trabalhasse com Roraima ainda, a gente tinha uma aliança forte com o CIR (Conselho Indígena de Roraima) na defesa da Raposa Serra do Sol, principalmente por causa do NDI, então a gente

subsidiava muito as ações, a gente participou ativamente das campanhas de defesa da Raposa e o Mozarildo era lá de Roraima, então tinha esse enfoque dele e eles tentaram pegar a gente de várias maneiras” (Entrevista Adriana Ramos, 2019).

Roraima foi o estado brasileiro que centralizou questionamentos sobre os “interesses escusos” de ONGs de “internacionalizar” a Amazônia brasileira. A formação da TI como uma área contínua teria chamado a atenção de latifundiário, produtores e mineradores devido aos interesses mercadológicos sobre esses espaços. A acusação, portanto, viria retoricamente como uma preocupação nacionalista e um interesse pelo desenvolvimento do Brasil. Segundo Márcio Santilli e Adriana Ramos, a CPI teria se baseado nas teorias no livro “Máfia Verde” organizado por um grupo de ultra-direita chamado Movimento de Solidariedade Ibero-americana. O autor do livro, Lorenzo Carrasco foi um dos convidados para depor na CPI.

Neste livro, há afirmações de que haveria somente uma “pretensa proteção do meio ambiente e dos povos indígenas”, uma máscara para os verdadeiros interesses do aparato ambientalista juntamente a uma “oligarquia anglo-americana”. Através das ONGs haveria uma tentativa de conformar um governo mundial e lançar obstáculos a tentativas de “desenvolvimento das vias naturais de integração física do país”. Segundo o livro, seriam grupos com interesse em barrar esse desenvolvimento, o qual seria manifestado pela construção de hidrovias, rodovias, usinas hidrelétricas e nucleares. O “obscurantismo ambientalista” teria inventado uma narrativa de “Armagedon ambiental” para barrar o grande potencial de desenvolvimento nacional presente na Amazônia.

A perspectiva desenvolvimentista cunhada por esse discurso, nega os questionamentos realizados na década de 1970 sobre os perigos do esgotamento de recursos naturais e destruição do planeta. Nega-se, portanto, o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, voltando a uma perspectiva de desenvolvimento atrelada ao crescimento econômico, industrialização e infraestrutura.

Em um de seus capítulos, o livro faz um compilado das ONGs ambientalistas e indigenistas brasileiras, bem como de várias agências da cooperação internacional inclusas nesse suposto complô global. O ISA e Márcio Santilli são citados como manipuladores das questões indígenas e ambientais afim de obstaculizar projetos hidroviários no país.

Durante a CPI, o senador Mozarildo proferiu inúmeras falas no Congresso Nacional, também denunciando um “obscurantismo ambientalista” na tentativa de realizar uma TI

contínua e “barrar” o usufruto do “desenvolvimento” como estradas, energia, transporte. Além disso, segundo ele:

“Não podemos ficar omissos diante da realidade do que acontece com a Amazônia brasileira, sob o manto de um falso ambientalismo, de um falso indigenismo, que não levam em conta o índio, mas, sim, interesses que querem esterilizar imensas áreas da Amazônia” (Senado Federal, 06/11/2002).

A CPI das ONGs, e o tipo de discurso por ela proferido, teria sido uma de inúmeras que concentravam essa mesma tese. Santilli aponta essa continuidade:

“Acho que foram pelo menos quatro, desde que eu acompanho esse filme. Um pouco diferente, na época era CPI do CIMI, depois CPI das ONGs, depois da FUNAI. Mas é a mesma lógica de que tem uma conspiração contra o Brasil e que se utiliza das ONGs como uma espécie de ponta de lança e que através da questão indígena e florestal visa afetar a soberania nacional, desconstituir a soberania nacional, internacionalizar a Amazônia. Esse é um discurso recorrente e continua sendo né e é incrível porque eles fazem a CPI não apuram nada e aí fazem outra. Então é realmente uma coisa recorrente nesses últimos 30 anos”. (Entrevista Márcio Santilli, 2019)

O enfrentamento a tais discursos e acusações da CPI, veio com a percepção dos próprios integrantes do Instituto de que a CPI é um espetáculo que busca prejudicar uma agenda. Ou seja, para os que são chamados para depor, as perguntas realizadas já eram previamente combinadas, fazendo parte de toda a performance contida no processo. A narrativa já estava construída. Durante todas as CPI, foram feitos requerimentos exigindo informações sobre várias organizações. Compreendendo a dinâmica do espetáculo, o ISA “fez aquela cena”: levou um carrinho de documentos, livros e outros materiais para serem protocolados na CPI:

“A lógica da CPI, essa já, era uma lógica assim, não interessa a informação que eu tenho, interessa a tese com a qual eu estou me baseando. Logo na primeira audiência pública da CPI das ONGs, teve o depoimento do Lorenzo Carrasco, que é o ‘dono’ desse livro Máfia Verde, que é onde eles desenvolvem essa teoria da

conspiração, em que o movimento ambientalista é uma invenção da casa de Windsor para inviabilizar o desenvolvimento em alguns países. Nós estaríamos mancomunados com interesses internacionais da casa de Windsor para que o país não se desenvolva e para beneficiar a produção agrícola nos Estados Unidos e em outros países” (Entrevista Adriana Ramos, 2019).

A CPI teria, por fim, objetivo de criminalizar práticas correntes da cooperação internacional na sua relação com as ONGs, e o foco na Amazônia, partindo de grupos ligados a setores de energia, infraestrutura e do agronegócio. Segundo Adriana, a cooperação deixou sempre claro seus interesses no país. No documento de plano de ação da cooperação norueguesa de 2002, um dos interesses no Brasil é o petróleo e gás, com a venda de tecnologia para a Petrobrás. Não haveria negação desse interesse, que, por sua vez, não estaria apartado da preocupação com a floresta e o clima. Ou seja, a cooperação internacional está diretamente relacionada às relações bilaterais entre países e dos capitais cambiáveis entre eles.

A CPI da Funai e do INCRA, criada em 2016 (Dalla Costa, 2019), semelhantemente foi a construção de um espetáculo para minar a credibilidade de instituições (e indivíduos) que trabalham fundamentalmente junto à dimensão da terra e com as comunidades tradicionais. No requerimento da CPI explicita-se o objetivo de investigar a relação entre as instituições citadas, dentre elas, organizações não governamentais e departamentos de antropologia na produção de “laudos técnicos unilaterais, ideologizados e arbitrários em nome de teses internacionais”.

O ISA, segundo seus integrantes, não entrou com protagonismo nesta CPI, que teve foco maior no CIMI e na Associação Brasileira de Antropologia. Entretanto, foi citado durante o processo. Assim como na CPI das ONGs, na Funai/Incrá postulou-se os interesses escusos sobre a Amazônia que estariam articulados a um “projeto internacionalista”. Em audiência pública desta CPI, Edward Luz¹⁰⁰, o antropólogo dos ruralistas, faz um desserviço à comunidade antropológica realizando acusações infundadas a outros antropólogos responsáveis pela produção de laudos de demarcação de Terras Indígenas. Segundo ele, esse suposto projeto internacionalista teria o objetivo de formar um “cinturão indígena” para a exploração de nióbio, com antropólogos e ONGs envolvidas no processo. Faz ainda, uma citação direta ao ISA, acusando o Instituto de receber milhões para a demarcação de terras no Alto Rio Negro.

¹⁰⁰ Notas taquigráficas da CPI do depoimento do citado durante a audiência pública.

Novamente, a construção do espetáculo que é a CPI, utiliza-se dos mecanismos institucionais para a formação de uma narrativa já definida (antes da CPI) e, como vimos, reciclada. Os termos e ideologia mobilizados no livro *Máfia Verde* são reatualizados em ambas para deslegitimar a ação de certos grupos, e justificar seus próprios interesses no desmantelamento das leis ambientais e das áreas espacialmente protegidas no país. A CPI, de alguma forma, também busca tornar público (através da mídia) as suas denúncias espetacularizadas e, assim, descredibilizar as organizações e movimentos sociais junto a diferentes setores da sociedade.

Podemos pensar como a acusação de internacionalização da Amazônia é, de certa forma, uma imagem invertida do próprio modo de expropriação da terra visado pelos grupos mineradores, latifundiários e de empreiteiras. No Capítulo 3, trouxe como o crescimento político do agronegócio dentro do parlamento teve relação direta com sua conformação como um modo de produção internacionalizado, abertamente ligado com o mercado financeiro internacional. Durante a última década, empresas brasileiras desse setor passaram para o domínio do capital estrangeiro, sendo a natureza do país gradativamente transformada em patrimônio deste capital estrangeiro (Mitidero Junior, 2016). O foco na Amazônia advém de sua grande expressão territorial e a correspondente quantidade de madeira, água e minério, que não podem ser explorados com a presença das áreas espacialmente protegidas. Ao mesmo tempo, a ênfase na cooperação internacional e nas ONGs, advém da capacidade de mobilização destas em vários níveis. Elas denunciam e fazem pressão sobre governos em situações de violação de direitos humanos, invasão de terras indígenas e quilombolas, e podem assim ceifar a capacidade produtiva e mercadológica dos grupos que assim atuam. Então, quem de fato internacionaliza a Amazônia e através de quais interesses?

E o que muda em relação ao cenário atual? O governo Bolsonaro se utiliza da mesma narrativa conspiratória, mas a tática ao utilizá-la é modificada. A formação de CPIs foram formas institucionais de macular a institucionalização de organizações que barravam os interesses de certos grupos, ou seja, de tirar sua legitimidade. Esse foi um recurso utilizado por setores do Congresso Nacional pois, segundo Adriana, desde a democratização a relação dos governos com ONGs como o ISA foi de respeito mútuo e de diálogo, apesar das críticas existentes.

O governo Bolsonaro, por outro lado, utiliza-se desse discurso como agenda do próprio governo. As acusações infundadas já utilizadas pelas CPIs, no atual governo ganham uma nova expressão, as *fake news*, as quais também foram utilizadas como metodologia e

ação política de campanha deste governo. Ataques a um suposto “globalismo”¹⁰¹, ou seja, a um governo mundial secreto que atuaria via ONGs para roubar as riquezas do Brasil, começa a aparecer constantemente no discurso do presidente, seus filhos, e alguns de seus ministros. Durante os primeiros meses de governo, houve movimentações no sentido de acabar com o Ministério do Meio Ambiente e passar suas atribuições para o Ministério da Agricultura¹⁰².

Com a impopularidade que essa proposta mostrou ser, o ministério continuou mas com inúmeras reformas encabeçadas pelo atual ministro Ricardo Salles. Salles já havia sido acusado de improbidade administrativa quando ocupava a pasta de meio ambiente do estado de São Paulo durante o governo de Geraldo Alckmin¹⁰³. Ele é apoiado por entidades ruralistas e já foi presidente do movimento endireita Brasil, além de já ter declarado, antes de assumir o cargo, que a legislação ambiental brasileira seria radical, incluindo o processo de licenciamento ambiental.

Nos primeiros seis meses de governo, o número de multas aplicadas pelo Ibama por desmatamento ilegal teve uma queda de 34%, sendo o mais baixo nos últimos onze anos¹⁰⁴. Os discursos do ministro Ricardo Salles durante esses meses de governo, voltaram-se para a tecnicidade de sua gestão, sua racionalidade e eficiência. Nesse tipo de afirmação, busca-se diferenciar-se de outra gestão que seria “ideológica” e não “técnica”. O fato é que essa escolha “técnica” é essencialmente política, na medida em que desmantela as leis ambientais do país e favorece grupos que se beneficiam deste desmantelamento. O discurso que se pressupõe apolítico é em si político.

Além disso, este discurso ter se transformado em uma agenda de governo indica que tal ganhou/está ganhando adeptos em outros estratos da sociedade que não somente os grupos que constituíam as CPIs nos anos anteriores. Portanto, torna-se também uma prática de

¹⁰¹Termo utilizado recorrentemente por Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores, que seria “uma espécie de nova religião, com esses pseudo-valores, esses conceitos legítimos, mas que são extrapolados e transformados em ideologia- como direitos humanos, como tolerância, como a proteção ambiental, [...] E o globalismo começa a inventar falsos inimigos para defender algo, para ter a sensação de defender algo” (Discurso de junho de 2019) Disponível online: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20512-discurso-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-abertura-do-seminario-sobre-globalismo-da-funag-palacio-itamaraty-10-de-junho-de-2019>Acesso em 05/03/2020.

¹⁰²Disponível online: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/18/bolsonaro-defende-juntar-ministerios-da-agricultura-e-do-meio-ambiente-e-se-diz-preocupado-com-questoes-ambientais.ghtml> Acesso em 05/03/2020.

¹⁰³Acusado de manipular mapas de manejo ambiental do Rio Tietê. Disponível online: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/09/politica/1544379683_286039.html. Acesso em 05/03/2020.

¹⁰⁴Disponível online: <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 05/03/2020.

governança em que, assim como na CPI, não há uma preocupação pelos “fatos” ou interesse no que o lado atacado tem a dizer. Já é uma narrativa pronta, sem importância a dados e documentos que provem o contrário das acusações. O uso de *fake news* busca, assim, construir um novo regime de verdade dessa nova governança.

A análise de conjuntura atual que os integrantes o ISA fazem sobre a relação com o governo é que esta inédita, visto que:

“É a primeira vez que a gente se vê sendo realmente inimigo do Governo Federal. Porque durante todo o processo democrático, a gente sempre teve uma relação saudável de crítica e oposição em alguns aspectos, parcerias e construção conjunta em outros, entendeu? Mas sempre de uma forma respeitosa que nesse período pós Constituição, todos os governos reconheceram o papel da sociedade civil.

[...]

Um dos grandes exercícios pra sociedade civil nesse momento é exatamente esse do diagnóstico de que a gente está vivendo um tempo totalmente diferente, e que a gente precisa agir de forma diferente.” (Entrevista Adriana Ramos, 2019).

Sendo uma agenda do governo, há um movimento de criminalização do trabalho de organizações como o ISA. Segundo Adriana, esse seria um momento de “rever tudo”, nas estratégias de interlocução com o governo e o público em geral. Nesse sentido, é também uma mudança estratégica de atualização da institucionalização do Instituto e de sua filosofia, o socioambientalismo. Uma forma, segundo ela, seria fazer um novo tipo de comunicação para com o público que não reforce “dicotomias vazias” e que promova esclarecimentos sobre seu trabalho e as questões legais relacionadas a ele. É também interessante apontar a nova ação do ISA de um sistema de filiação ao público, que contribuem financeiramente ao trabalho do Instituto. Segundo Santilli, o número de filiados teria crescido exponencialmente após a eleição de Bolsonaro.

Além do ataque ao aspecto ambiental, o discurso sobre a relação entre os povos tradicionais e as ONGs é acusada de manipulação. Segundo Santilli:

“É um discurso que é forte hoje no governo e que visa justamente afetar essa coisa da legitimidade dessa agenda e desses movimentos. Eles não querem peitar diretamente os índios porque eles sabem que a população não engole esse tipo de

coisa. Então, quer dizer são as ONGs que manipulam os índios, nessa lógica de dizer que os movimentos de minorias são movimentos manipulados politicamente por forças estranhas e tal.... É um pouco essa narrativa e que, no entanto, está sendo um problema para eles porque, na questão indígena, essa é uma balela tão grande porque na verdade a gente teve uma redução de ONGs nesses últimos anos que atuam nessa área, salvo engano da minha parte” (Entrevista Santilli, 2019).

Ainda segundo ele, o movimento por parte do governo também está sendo de criminalizar as próprias organizações indígenas. Essa lógica de “isolamento”, de mediadores indesejados, não seria direcionada somente às ONGs, mas também à APIB, COIAB e FOIRN, por exemplo. Seria uma tentativa de dizer que o governo é a favor dos índios, mas não *desses* índios manipuladores e manipulados pelo “globalismo” pregador do falso “armagedom ambiental”. Durante audiência pública realizada em abril de 2019, ao longo dos dias do Acampamento Terra Livre, discutiu-se, na presença de várias lideranças indígenas, a transposição das responsabilidades demarcatórias do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura. Durante a audiência, compareceu o presidente do INCRA, à época o general Jesus Correa, que compunha a mesa da audiência. Durante seu discurso, ele afirmou que o governo buscava uma interlocução com os indígenas “sem intermediadores”, não abertamente indicando ONGs e as organizações indígenas, mas apontando a linha de ação do governo.

Nesse sentido, as políticas ambientais e demarcatórias anteriores, bem como os termos cunhados dentro da ideia de proteção ambiental, direitos humanos, conservação e participação social são constantemente taxados como ideológicos, claramente numa conotação negativa. A nova política de governo ao adjetivar essas políticas como ideológicas, colocar-se-ia como gestão “técnica”, desmantelando aquelas que sob tal alcunha nunca poderiam ter legitimidade.

Não só a criminalização das ONGs se encontra em curso, como também suas chaves conceituais, que representam toda uma construção ligada aos processos históricos descritos nesta dissertação. O socioambientalismo, a participação social e a própria sociedade civil organizada são atacadas, justamente, a meu ver, por seu potencial político ser reconhecido. Nessa relação das ONGs com o Estado, pode-se perceber um movimento pendular: nos anos 90, elas despontam como uma alternativa a um Estado (supostamente) excessivamente burocrático, e nos governos petistas são absorvidas com um aumento dos conselhos da sociedade civil que pregam a participação social. Na volta do pêndulo, atualmente a sociedade

civil é novamente distanciada do Estado, com a tentativa de desmantelamento de vários conselhos de participação social¹⁰⁵ já no primeiro ano de governo Bolsonaro.

Além disso, a negação do desenvolvimento sustentável e a afirmação de um desenvolvimento exploratório da terra voltado principalmente a uma lógica de crescimento econômico, pressupõe a negação da existência de uma crise ambiental global. Os discursos advindos do presidente dão respaldo à invasão de terras indígenas, ao desmatamento de áreas espacialmente protegidas e a ações violentas por parte desses grupos predatórios. Dentre estas, estão as gigantes queimadas ocorridas em 2019 na Amazônia, bem como o aumento vertiginoso de denúncias de invasão das TI por garimpeiros. Essas questões tiveram consequências a nível da cooperação com a saída da Noruega e da Alemanha do Fundo Amazônia, que angariava recursos para projetos de conservação e desenvolvimento sustentável.

Fecho a dissertação com tais questões para pensar como a institucionalização está embebida em disputas políticas e ações na interseção de vários campos, em que são mobilizados diferentes tipos de capitais. A força dessa institucionalização, portanto, requer um trabalho permanente, mostra-se não linear e profundamente ligada aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos que o Brasil e o mundo passaram ao longo do tempo. Da mesma forma, esse questionamento de legitimidade tem diferentes faces, sendo reatualizado e realizado institucionalmente em forma de CPIs. O crescimento de um discurso conservador, e de grupos que apoiam tal discurso, possibilitou que esse discurso fosse firmado como plano de governo.

As estratégias de reconstrução da legitimidade das ONGs, portanto, devem passar por mudanças, sendo agora inimigas e não parceiras de um governo contrário às práticas e ideais da democracia liberal ou neoliberal. Ao mesmo tempo, sendo exigência da cooperação internacional a existência de um regime democrático que privilegie a participação social, o que essas ações do Executivo brasileiro indicam sobre a transformação de nossa democracia? Também podemos nos perguntar como essas ações em âmbito nacional serão refletidas dentro da cooperação, com um caminho cada vez mais claro do país ao autoritarismo. Haverá uma retirada dos projetos e parcerias diante dos ataques à democracia em países do dito “Terceiro Mundo”?

¹⁰⁵Por meio de decreto, o presidente pôs fim a 98,8% dos conselhos federais com atuação da sociedade em junho de 2019. Mantiveram-se somente 32 dos anteriores 2.593 colegiados consultivos. Disponível online: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/entenda-decreto-que-poe-fim-a-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade.shtml>
Acesso em 05/03/2020.

Ainda pode haver uma outra indagação sobre como as ações do governo Bolsonaro, numa tática de governança de formação de inimigos – contra tudo e todos – e de desconstrução dos ideais democráticos, podem atingir o agronegócio. Sendo esta última atividade internacionalizada, a governança bolsonarista não poderia galgar uma imagem negativa do Brasil no cenário internacional? O fim do Fundo Amazônia ainda em 2019, já demonstra um processo de desgaste da imagem brasileira, algo que pode prejudicar os interesses socioeconômicos de uma parcela que dependeu da internacionalização das terras do país.

Por fim, tudo isso incita reflexões por ser um momento histórico de radicalização e de aprofundamento das cisões políticas, com riscos ao Estado democrático de direito. Em um momento borbulhante como o atual, os próximos passos de ação do ISA também tangenciam análises sobre sua atuação, dando espaço à auto reflexividade institucional. Assim, com sua consolidação e institucionalização no campo, a relação do Instituto com demais agentes com que dialoga encontra um novo cenário que suscitará novas estratégias na sua incidência no Parlamento, na sua aproximação com o público (através de campanhas e redes sociais) e no fortalecimento de sua articulação com o movimento indígena, extrativista e quilombola.

Referências Bibliográficas

Abreu, Fábio Henrique de. Do ecumenismo libertador à libertação ecumênica: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2010.

Afonso, M. M., & Fernandes, A.P. Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr, Oikos, 2005.

Albert, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. In: Ricardo, Beto (Org.). *Povos indígenas do Brasil (1996-2000)*. Instituto Socioambiental, São Paulo: 2001.

Allegretti, M. A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de doutorado defendida pelo CDS/UnB, 2002.

Araújo, Ana Valéria. A defesa dos Direitos Indígenas no Judiciário: ações propostas pelo núcleo de direitos indígenas. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1995.

Asad, Talal. Anthropology and the Analysis of Ideology. *Man*, New Series, Vol. 14, No. 4: 1979.

ARISTIZÁBAL, A. La cooperación internacional para el desarrollo. In: BAYO, P. & Aristizábal, A. (et al). *Introducción a la cooperación para el desarrollo: una propuesta curricular para la promoción de la educación al desarrollo en la universidad*. Valencia: Servicio de Publicaciones, 1997.

Arretche, Marta. Trinta anos da Constituição de 1988: Razões para comemorar?. In: *Dossiê 30 anos da Constituição Brasileira*. Rev. Novos Estudos, CEBRAP, V. 37n.03, 2018.

Barreto, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. *In: O Público Não-Estatal na Reforma do Estado (Col.)*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

Barretto Filho, Henyo Trindade. Utopias Tecnológicas, Distopias Ecológicas e Contrapontos Românticos: "populações tradicionais" e áreas protegidas nos trópicos. *Sexta-Feira*, São Paulo, v. 6, p. 139-152, 2001.

Barretto Filho, Henyo Trindade. Gestão Ambiental e Territorial: um panorama dos espaços territoriais espacialmente protegidos no Brasil. *In: Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Paul Little (Org.). Brasília: IEB, 2014.

Barretto Filho, Henyo Trindade. 2006. "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção". In: C. Adams, R. Murrieta, W. Neves (ed.), *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. pp. 109-144.

Barth, Fredrik. "Enduring and emerging issues in the analysis of ethnicity". In: Vermeulen, Hans & Govers, Cora. (eds.). *The anthropology of ethnicity. Beyond "Ethnic groups and boundaries"*. Amsterdam: Het Spinhuis, 2000.

Barth, Fredrik. An Anthropology of Knowledge. *Current Anthropology*, 43 (1): 1-18, 2002.

Bateson, Gregory. Naven: Um esboço dos problemas sugeridos por um retrato composito realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da nova guiné. EdUSP, São Paulo: 2006.

Becker, Berta K. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 271-307, 1995.

Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola & Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Memória e Sociedade, Editora Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro: 1989.

Bourdieu, Pierre. Questões de Sociologia. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983.

Braga, Ruy. 2017. *A Rebeldia do Precariado. Trabalho e Neoliberalismo no Sul Global*. Rio de Janeiro: Boitempo.

Cahen, Michel & Braga, Ruy (orgs). Para Além do pós (-) colonial. Alameda Editorial, 2017.

Cohen, Abner. "Introduction. The lesson of ethnicity". In: _____(Ed.). *Urban Ethnicity* . London: Tavistock Publications, 1974.

Carrasco, L.; Palacios, S. & Lino, G.L. *Máfia Verde: O ambientalismo a serviço do governo mundial*. Ed. Capax Dei, Rio de Janeiro, 2017.

Corrêa, Ana Elisa Cruz. *Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: 2013.

Costa, Eliane Silvis. *Racismo, política pública e modo de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, USP. São Paulo: 2012.

Costa, Lúcia Cortes. *O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro*. In: *Revista Pesquisa e Debate*, v.11, número 1 (17), p. 49-79, 2000.

Dalla Costa, Júlia Marques. "O agir temerário, fraudulento e tirânico": antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017). Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília: 2019.

Dardot, Pierre & Laval, Christian. 2016. *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

De Carvalho, José Murilo. *Cidadania no Brasil, um longo caminho*. Ed. Civilização Brasileira, 2001.

De Souza, Herbert. As ONGs na década de 90. *Comunicações do ISER*, v.10, n.41, 1991.

Diegues, A. C. *O mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Dos Santos, Claire Gomes & Carrion, Rosinha da Silva Machado. Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas. *Revista de Administração Pública* 45(6): 1847-68, Nov/Dez. Rio de Janeiro: 2011.

Douglas, Mary. *Como as instituições pensam*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1998.

Duprat, Deborah. *A Convenção n.169 da OIT e o direito à consulta prévia*. In: _____ (Org.). *Convenção 169 da OIT e os Estados Nacionais*. Brasília: ESMPU, 2015.

Draibe, Sônia. *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. São Paulo: Tempo Social, USP, 2003.

Durham, Eunice. *Comunidade*. In: *A dinâmica da cultura*, Omar R. Thomaz (Org.). *Ensaio de Antropologia*, Cosac Naify, São Paulo: 2004.

Ferguson, James & Gupta, Akhil, *Spatializing States: toward an ethnography of neoliberal governmentality*. *American Ethnologist*, Vol. 29, No. 4, 2002.

Fernandes, Rubem César. *Sem Fins Lucrativos*. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v.4, n.15, 1985.

Fernandes, Rubem César. *Privado porém Público; O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civicus, 1994.

Fonseca, M.C.L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n.24, p. 152-163, 1996.

Harvey, David. 2005. *O Neoliberalismo. História e Implicações*. São Paulo: Loyola.

Herculano, Selene. 2000. *ONGs e Movimentos Sociais: A Questão de Novos Sujeitos Políticos para a Sustentabilidade*. In: *Meio Ambiente: Questões Conceituais*. Rio de Janeiro: UFF.

Hoffmann, Maria Barroso. Do "Brasil sem índios" aos "índios sem Brasil": Algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16(2): 153-158, 2005.

Hoffmann, Maria Barroso. Fronteiras étnicas, fronteiras de Estado e imaginação da nação: um estudo sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas. Rio de Janeiro: E-papers: Museu Nacional, 2009.

Hull, Mathew. *Government of Paper. The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. University of California Press, 2012.

Jimenez, Alberto Cosin. *Industry Going Public: Rethinking Knowledge and Administration*. In: *Anthropology and Science: Epistemologies in Practice*. J. Edwards, P. Harvey and P. Wade (eds.), Oxford, 2007.

Krenak, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. Companhia das Letras (Ed.), 2019.

Lamounier, Bolivar . *Pensamento Político, Institucionalização Acadêmica e Relação de Dependência no Brasil* in *Dados*, nº 1, vol. 23, Rio de Janeiro, IUPERJ/Campus, 1980, p. 48/49.

Landim, Leilah. *A invenção das ONGs: Do Serviço Invisível à profissão impossível*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento do PPGAS/Museu Nacional, 1993.

Landim, Leilah. Thirty years and recent dilemmas: NGOs and Third Sector in Brazil (and Latin America). Paper presented to the 8th International Society for Third Sector Research (ISTR), 2008.

Leitão, Sérgio. Isso é só o começo: sobre o Código Florestal. *In: Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Paul Little (Org.). Brasília: IEB, 2014.

Leite Lopes, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, p.31-64, Porto Alegre: jan/jun. 2006.

Leuzinger, Márcia Dieguez. Avanços e Retrocessos no direito ambiental brasileiro. *In: Os novos desafios da política ambiental brasileira*. Paul Little (Org.). Brasília: IEB, 2014.

Lévi-Strauss, Claude. *Antropologia Estrutural 2*. Ed. Cosac Naify, 2013.

Lima Ribeiro, Beatriz. Seguindo o cotidiano: redes e relações de uma associação de mulheres indígenas em Manaus. Monografia defendida para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2018.

Lins Ribeiro, Gustavo. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia, USP*, n.34: 59-101, São Paulo: 1991.

Little, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, p. 85-103, Porto Alegre: jan./jun. 2006

Little, Paul. One event, one observer, two texts: analyzing the Rio Earth Summit. *Série Antropologia, Departamento de Antropologia (UNB)*, 1994.

Lopes, Danielle Bastos. O movimento indígena na assembleia nacional constituinte (1984-1988). Dissertação de Mestrado, PPG História Social, UFRJ. Rio de Janeiro: 2011.

Marcus, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology* 24, 1995, 95-117.

Marx, Karl. “A Mercadoria”. In: *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol.1. Boitempo: São Paulo, 2013.

Mendonça, Patrícia Maria E.; Teodósio, Armindo dos Santos; Araújo, Edgilson Tavares. Desafios e dilemas das ONGs na cooperação internacional: Uma análise da realidade brasileira. *Revista Gestão Org.*- 7 (1): 69-83, UFPE, 2009.

Miguel, Francisco. *Mariyarápáxis: silêncio, exogenia e tolerância nos processos de institucionalização das homossexualidades masculinas no sul de Moçambique*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, UnB. Brasília: 2019.

Mitchell, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. In: *The Anthropology of the State, A Reader*. ArdhanaShamar&Akhil Gupta (Orgs.). BlackwellPublishing, 2006.

Mitidero Júnior, Marco Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e a atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo: 2008.

Mitidero Júnior, Marco Antônio. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: *Questão Agrária e Conflitos Territoriais*. Ramos Filho, Eraldo da Silva; Mitidero Júnior, Marco Antônio; Souza Santos, Laiany Rose (Orgs.). São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2016.

Moreira, Luciano Accioly Lemos. A (in)sustentabilidade do discurso para o desenvolvimento sustentável no Banco Mundial. *Maceió: Leitura*, n.40: 165-186, 2007.

Moura, C. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasilense, 1994.

Munari, Luciana Chamlian. Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências, USP. São Paulo: 2009.

Nader, Laura. *Up the anthropologist: perspectives gained from studying up*. Reinventing Anthropology, Pantheon Books, new York: 1974.

Naves, Rubens. *Novas possibilidades para o exercício da cidadania*. In: Pinsky, Jaime; Pinsky, Carla (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

Oliveira, Gustavo Henrique Justino de. *Estatuto Jurídico do Terceiro Setor e Desenvolvimento: Conectividade essencial ao fortalecimento da cidadania, à luz dos 20 anos da Constituição de 1988*. In: *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, Brasília, 2008.

Oliveira, Leandro Dias. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD (ECO-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração*. Paraná: *Revista de Geopolítica*, v.2, n.1: 43-56, 2011.

Oliveira, Miguel Darcy de. *Sociedade civil e democracia no Brasil: Crise e reinvenção da política*. In: *Sociedade civil e democracia na América Latina: Crise e reinvenção da política*. Bernardo Sorj & Miguel Darcy de Oliveira (Org.), Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2006.

Paes, G. S. M. *Considerações sobre o passado e o presente*. In: A. Volochko & L. Batista (ORGS.) *Temas em Saúde Coletiva 9- Saúde nos quilombos* (p.31-42). São Paulo: Instituto de Saúde- SESSP, São Paulo: GTAE.

Pareschi, Ana Carolina. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: Entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

Perruso, Marco Antonio. *Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2008: Rio de Janeiro, RJ.

Polanyi, Karl. 1980. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

Ramos, Rita. O índio hiper real. S/e: 1999.

Ribeiro, Raphael Medina. Territórios em disputa no parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do partido dos trabalhadores. In: *Questão Agrária e Conflitos Territoriais*. Ramos Filho, Eraldo da Silva; Mitidero Júnior, Marco Antônio; Souza Santos, Laiany Rose (Orgs.). São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2016.

Ricardo, Carlos Alberto. Povos Indígenas e Desenvolvimento Sustentável. In: Ricardo, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio da sobreposição*. Instituto Socioambiental: São Paulo, 2004.

Riles, Annelise. Documents: artifacts of modern knowledge. University of Michigan Press: 2006.

Rocha, Antônio Sérgio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Vol. 88, 2013, p. 29-87.

Sahlins, Marshall. Ilhas de História. Ed. Zahar, 1990.

Salviani, Roberto. “Participação e desenvolvimento sustentável” no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional. Coleção Antropologias. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

Sánchez, E.R. Cooperación y desarrollo: nueve preguntas sobre el tema. Burgos Espanha: Amycos, 2002.

Santilli, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Petrópolis, 2005.

Souza Filho Benedito & Andrade, Maristela de Paula. Patrimônio Imaterial de Quilombolas- Limites da Metodologia de Inventário de Referências Culturais. Horizontes Antropológicos, ano 18, n 38, p.75-99, jul/dez. Porto Alegre: 2012.

Smith, Dorothy E. Institutional Ethnography: a sociology of people. Laham: Altamira Press, 2005.

Steigleder, Annelise. Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Livraria do Advogado, Porto Alegre: 2004.

Tambiah, Stanley. Thought and Social Action. Harvard University Press: 1985.

Tax, Sol. Action Anthropology. Current Anthropology, Vol. 16, No. 4:1975.

Teixeira, Ana Claudia Chaves. Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, UNICAMP: Campinas, 2000.

Teixeira, Carla; Castilho, Sérgio. Etnografia das instituições: sobre o que estamos falando? In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: etnografia de uma instituição, 2020 (no prelo).

Teixeira, Sonia Maria Fleury & Pinho, Carlos Eduardo Santos. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. R. Katál, v.21, n.1, p.14-42. Florianópolis, jan/abril, 2018.

Tönnies, Ferdinand. Community and Civil Society. University Press, Cambridge, UK: 2001.

Versiani, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia, in QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Não foi tempoperdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 362-384.

Wright, Susan. Culture in Anthropology and organizational studies. In: *Anthropology of organizations*, Susan Wright (org.). Routledge: 1994.

Documentos

ABONG. **Ata de Fundação**, 1993.

BRASIL. **Código Civil**, 1916.

BRASIL. **Código Civil**, 2003.

BRASIL. **Código Florestal**, 1934.

BRASIL. **Código Florestal**, 1965.

BRASIL. **Código Florestal**, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. **Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Constituição Federal, art.8, item XVII.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei 9.790 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de interesse público, institui e disciplina o Termo de Parceria [...].** Subchefia para assuntos jurídicos, 1999.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei n. 9.433 de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gareciamento de Recursos Hídricos [...].** Subchefia para assuntos jurídicos, 1997.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Medida Provisória n. 1591 de 15 de maio de 1998. **Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais [...].** Subchefia para assuntos jurídicos, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do INCRA. **Depoimento do antropólogo Edward Mantoanelli Luz.** Audiência Pública, Dezembro 2015.

BRASIL. Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do INCRA. **Plano de Trabalho,** Novembro 2015.

BRASIL. Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais. **Relatório Final**, 2002.

BRASIL. Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais. **Relatório Final**, 2010.

BRASIL. Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Internacionalização da Amazônia. **Depoimento do delegado da Polícia Federal Romeo Tuma**, Audiência Pública, Outubro 1991.

Organização das Nações Unidas. **Agenda 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

Organização Mundial do Trabalho. **Convenção n.107**, 1957.

Organização Mundial do Trabalho. **Convenção n.169**, 1989.

Movimento de Solidariedade Ibero Americana (Ed.). **Editorial Roraima no centro da internacionalização da Amazônia**, Rio de Janeiro, 2000.

Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. **El Pequeño Libro de REDD+: Una guía de propuestas gubernamentales y no gubernamentales para reducir las emisiones de gases de efecto invernadero producto de la deforestación y la degradación ambiental**. Oxford, UK: Global Canopy Foundation, 2009.

Fundação Mata Virgem. **Plano Integrado para a área Kayapó Bau/Menkrantoti (Plano de Ação Imediata)**, Acervo Instituto Socioambiental, 1994.

Instituto Socioambiental. **Agenda Socioambiental das Comunidades do Vale do Ribeira**, São Paulo, março 2008.

Instituto Socioambiental. **Ata de Fundação**, 1994.

Instituto Socioambiental. **Documento de Apresentação**, 1994

Instituto Socioambiental. **Planejamento Territorial Participativo, Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP**. São Paulo, julho 2012.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 1999.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 2000.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 2005.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 2006.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 2007.

Instituto Socioambiental. **Relatório de Atividades**, 2017.

IPHAN. **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**, 2000.

Patri, Relações Governamentais e Políticas Públicas. **Discurso sobre indígenas proferidos pelo senador Mozarildo Cavalcante**, 2001/2002.

RainForest Foundation Norway. **Annual Report**, 2015.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: 2005-2014**. Brasília, 2005.

* Parte da bibliografia foi adquirida na ementa do curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), e ministrada pelo professor Gustavo Henrique Justino de Oliveira e de nome "**Terceiro Setor e o Direito Administrativo**". Fonte: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=DES0530&verdis=1>